Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Matriz

Brasília - 2013

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

ANTONIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

DIRETORIA COLEGIADA

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SÍLVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

ÂNGELO BRESSAN FILHO
Superintendente de Estratégia e Organização

Ana Lúcia de Passos Curado
Gerente de Planejamento e Estratégia

Maria de Lourdes Marino
Assistente

Coordenado e Elaborado por:
Márcia Teixeira da Silva
Maria de Lourdes Marino
José Pereira Rocha
Joracy Mendes Lima dos Reis
Roberto de Castro Almendra

Apoio
Betti Isabel Borgmann Araújo

Gerência de Planejamento Estratégico - Geple
geple@conab.gov.br
Fones: (061) 3312-6257 / 6287

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Matriz

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63 de 1.º de setembro de 2010, das DN TCU n.º 119 de 18 de janeiro de 2012 e n.º 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU n.º 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU n.º 133 de 18 de janeiro de 2013.

MATRIZ

Brasília - 2013

Sumário

Lista de Siglas.....4
Lista de Quadros.....5
Lista de Figuras.....6
Introdução.....7
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....9
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....9
1.2. Planejamento, Estratégico e seus principais Macroprocessos.....10
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....18
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....18
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....23
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....26
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....26
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....26
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....26
3.2.2. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP.....27
3.2.3. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....28
3.2.4. Subvenção econômica aos produtores de cana de açúcar.....29
3.2.5. Subvenção econômica aos produtores extrativistas.....30
3.2.6. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....32
3.3. Principais indicadores de desempenho.....35
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....40
4.1. Análise das principais ações ligadas à Venda.....40
4.2. Análises das ações de Venda de Produtos com subvenção e sem subvenção.....41
4.2.1. Vendas em Leilão Público.....41
4.2.2. Vendas em Balcão.....42
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....43
4.3. Principais indicadores de desempenho.....45
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....46
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....46
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....48
5.3. Principais indicadores de desempenho.....49
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....50
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....50
6.2. Leilões de Terceiros.....51
6.3. Classificação de Produtos Agrícolas.....51
6.4. Principais indicadores de desempenho.....52
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....53
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....53
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....60
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....62
7.4. Principais indicadores de desempenho.....63
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....65
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....65
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....73
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégico da Empresa.....73
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....77
10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil.....77
11. GESTÃO DE PESSOAS.....78

11.1. Alocação de Servidores....78
11.2. Comunicação na Instituição....78
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho....80
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem....80
11.5. Informações sobre Recursos Humanos da Conab....82
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos....88
11.7. Previdência Complementar (Cibrius)....88
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL....89
12.1. Programas e Ações do PPA....89
12.2. Restos a Pagar....93
12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício....93
12.4. Transferências mediante Convênio....94
12.5. Demonstrações Contábeis....95
12.6. Composição dos Investimentos da Empresa....95
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário....97
12.8. Parecer da Auditoria Independente....99
13. GOVERNANÇA E CONTROLES....101
13.1. Controle Interno da UJ....101
13.2. Deliberações do TCU e CGU....103
13.3. Auditoria Interna....103

Lista de Siglas

AGF	Aquisição do Governo Federal
BSC	Balanced Scorecard
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais
CETI	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Adm de Participações Societárias da União
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CNPB	Código Nacional de Plano de Benefícios
COFIN	Coordenadoria Geral de Programação Financeira
CONAD	Conselho de Administração
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DPGE	Depósito a Prazo com Garantia Especial
EGF	Empréstimo do Governo Federal
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental
FND	Fundo Nacional de Desestatização
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICQ Brasil	Instituto de Certificação Qualidade Brasil
IEA/CATI	Instituto de Economia Agrícola / Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da Conab
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBR	Normas Brasileiras Regulamentares
NIT	Núcleo de Inteligência Territorial
NPC	Norma e Procedimento de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
OOC	Operações Oficiais de Crédito
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCCS	Plano de Cargos, Carreira e Salários
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDVI	Programa de Demissão Voluntária Incentivada
PEP	Prêmio para Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PLE	Preço de Liberação dos Estoques
PMI	Project Management Institute
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PPA	Plano Plurianual
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema Aplicado à Armazenagem de Grãos
SDPE	Subvenção Direta ao Produtor Extrativista
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICAN	Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SIFISC	Sistema de Fiscalização de Estoques

SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIMAB	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
SIPROD	Sistema de Protocolo e Trâmite de Documentos
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISCOM	Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa
SISSUB	Sistema de Controle das Operações de Subvenção
STN	Secretaria de Tesouro Nacional
UA	Unidade Armazenadora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VEP	Valor de Escoamento do Produto

Lista de Quadros

Quadro	Título	Pág
1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	9
2.1	Contratos vigentes – UJ como Contratada	20
2.2	Contratos vigentes – UJ como Contratante	20
2.3	Fatores que representam riscos na gestão	21
2.4	Empresas que prestam serviços análogos aos da Conab	24
2.5	Serviços que geram receitas próprias na UJ	24
2.6	Principais clientes do setor público e privado	24
3.1	Aquisições através da AGF	27
3.2	Dez maiores operações na AGF	27
3.3	Demonstrativo da Comercialização de PEP	27
3.4	Dez maiores operações de PEP	28
3.5	Demonstrativo da Comercialização de PEPRO	28
3.6	Dez maiores operações de PEPRO	28
3.7	Pagamento de subvenção da cana de açúcar	29
3.8	Pagamento de subvenção da PGPMBio	30
3.9	Aquisições por meio da CDAF (MDS)	32
3.10	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS)	32
3.11	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	33
3.12	Recursos dispendidos por instrumento e origem	34
3.13	Dez maiores operações do PAA	34
3.14	Indicadores de Desempenho do PAA	35
4.1	Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público	41
4.2	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	41
4.3	Demonstrativo das Vendas em Balcão	42
4.4	Dez maiores operações de Vendas em Balcão	42
4.5	Demonstrativo de Comercialização de VEP	43
4.6	Dez maiores operações de VEP	43
4.7	Demonstrativo Geral das Aquisições, Vendas e Subvenções	45
4.8	Principais Indicadores de Desempenho	45
5.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas	46
5.2	Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros	47
5.3	Demonstrativo de Varejistas e Centrais de Negócios	48
5.4	Demonstrativo de Vendas pela REFAP	49
5.5	Principais Indicadores de Desempenho	49
6.1	Estoque de Terceiros em Unidades Próprias	50
6.2	Resultado dos Serviços de Armazenagem	51
6.3	Demonstrativo de Arrecadação com Leilões de Terceiros	51
6.4	Principais Indicadores de Desempenho	52
7.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	53
7.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	54
7.3	Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados	55
7.4	Valor gasto para manutenção nas Unidades Armazenadoras	56
7.5	Plano de Investimentos para Certificação das UAs em 2012	57
7.6	Plano de Investimentos para Certificação das UAs – 2013 a 2015	57
7.7	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	59
7.8	Ocorrências em Perdas e Desvio de Produtos	60
7.9	Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento	61
7.10	Demonstrativo das Remoções Contratadas	62
7.11	Principais Indicadores de Desempenho	63
8.1	Relação de sistemas entregues em 2012	69
8.2	Aquisição de Equipamentos	69
8.3	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	70

Quadro	Título	Pág
11.1	Principais Eventos que a Conab esteve presente em 2012	79
11.2	Treinamentos realizados por Área de Conhecimento	81
11.3	Avaliações por Tipo de Treinamento	82
11.4	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	82
11.5	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	83
11.6	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	83
11.7	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	84
11.8	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	84
11.9	Composição do Quadro de Estagiários	85
11.10	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	85
11.11	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	86
11.12	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	86
11.13	Principais Indicadores de Recursos Humanos	87
12.1	Ações orçamentárias da UJ	89
12.2	Levantamento da Safra de Grãos – Safras 2011/12	91
12.3	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	93
12.4	Instrumentos de Transferências vigentes no exercício	93
12.5	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	95
12.6	Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ	95
12.7	Composição acionária da UJ como investidora	95
12.8	Provisão para Perdas Prováveis	97
12.9	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	97
12.10	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	98
12.11	Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	98
13.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	101
13.2	Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012	107
13.3	Descrição das Categorias	108

Lista de Figuras

Figura 1	Validação dos Indicadores do Planejamento Estratégico	12
Figura 2	Mapa Estratégico da Conab	13
Figura 3	Indicador de Efetividade nas intervenções – Arroz em casca no Rio Grande do Sul	36
Figura 4	Indicador de Efetividade nas intervenções – Feijão em Cores no Paraná	37
Figura 5	Indicador de Efetividade nas intervenções – Milho no Mato Grosso	38
Figura 6	Indicador de Efetividade nas intervenções – Trigo no Paraná	38
Figura 7	Percentual das Recomendações por ação de auditoria/2012	107
Figura 8	Quantidade de Recomendações por Tipo	108
Figura 9	Quantidade de Recomendações por Categoria	108
Figura 10	Recomendações por Subcategorias	109

Introdução

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa oficial do governo federal, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com a prestação de contas anual, apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU n.º 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

Abaixo estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU n.º 119/2012 que não constam no presente documento, e a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
3. Sustentação de Renda		
3.2	Contrato de Opção	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	PEP é uma subvenção e encontra-se detalhada no capítulo 3
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Algumas realizações em destaque

A Conab e o abastecimento público na temporada 2011/12

Quando observamos o conjunto de atribuições funcionais da Conab, podemos afirmar que seu negócio principal é, em cooperação com os outros órgãos vinculados ao assunto, 'cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agrícolas'. Como a Conab é a empresa responsável pela operacionalização dos principais instrumentos de intervenção oficial no comércio daqueles produtos e dispõe de um grande acervo de informação sobre a dimensão da safra e dos estoques assim como sobre o funcionamento dos mercados, ela tem a incumbência de acompanhar e monitorar continuamente a situação do abastecimento público e propor e/ou executar as decisões das autoridades sobre a matéria.

A oportunidade e intensidade de aplicação das medidas de intervenção para regularizar a oferta e estabilizar preços estão diretamente associadas à dimensão da safra e do comportamento dos mercados. Em condições normais, safras grandes requerem a edição de políticas que permitam retirar dos mercados os excedentes da produção no período da colheita e prevenir quedas acentuadas dos preços recebidos pelos produtores. Quando as safras são curtas, as políticas de intervenção são direcionadas, principalmente, para o período da entressafra, para prevenir aumentos exagerados dos preços e proteger os consumidores.

A temporada de 2011/12, apesar de ter apresentado um pequeno crescimento em relação à safra precedente, teve um comportamento típico de safras curtas. Para os alimentos e matérias-primas importantes, somente o trigo necessitou da intervenção oficial para retirar os excedentes do mercado. Para os demais, a oferta disponível manteve os preços de comércio acima dos preços oficiais e não houve necessidade de qualquer tipo de intervenção nesses mercados. As operações autorizadas foram no sentido de serem leiloados os estoques públicos de arroz, milho e feijão para suplementar a oferta e frear os aumentos de preços desses produtos.

As condições de funcionamento de alguns mercados regionais requereram a edição de medidas de proteção da renda dos produtores de uva e seus derivados no estado do Rio Grande do Sul, de laranja no estado de São Paulo e de sisal nos estados produtores, particularmente na Bahia.

Venda especial de milho para a região da Sudene

A Conab tem uma longa tradição na venda direta de pequenas quantidades de milho para pequenos criadores em várias regiões do país. No ano de 2012, este programa foi amplamente estendido para atender as regiões assoladas pela seca, especialmente no interior da região nordeste.

A forte estiagem destruiu as pastagens e lavouras e pôs em risco a sobrevivência de todo o rebanho animal dessas regiões, que incluem bovinos, caprinos e outros pequenos animais. A opção de acesso ao milho dos estoques oficiais a preços subsidiados tornou-se, para muitos criadores, a única chance de manter vivos seus rebanhos.

A operacionalização dessa operação emergencial, iniciada em meados de 2012, previa a remoção de milho dos estoques oficiais localizados nos estados de Mato Grosso e Goiás para os polos de venda nos estados da região afetada. Esta operação teve um conjunto de problemas logísticos que dificultaram a formação de um fluxo adequado de embarques, a serem regularizados no início de 2013. Os principais problemas foram: 1) forte seca nos Estados Unidos da América com efeitos importantes sobre a colheita de milho local, criando uma demanda atípica de milho no mercado internacional. O Brasil se apresentou como a fonte preferencial de suprimento das necessidades americanas, com o milho disponível na região centro-oeste, gerando uma enorme movimentação do produto, por via rodoviária, para os portos da região centro-sul. A competição pelos fretes rodoviários dificultou sobremaneira os embarques para as regiões nordestinas, que eram preteridas pelos transportadores em benefício das regiões portuárias; 2) falta de equipamento de recepção do milho nos armazéns de destino que, por serem do tipo convencional e com balanças de pequeno porte, atrasavam o desembarque do milho que chegavam a granel e; 3) a Conab teve que viabilizar uma operação imprevista e de grande envergadura com a mesma estrutura de empregados, exigindo um grande esforço pessoal dos participantes.

É importante deixar registrado que, pela primeira vez, as políticas de enfrentamento das recorrentes secas na região em foco incluíram a tentativa de minimizar os efeitos da fome sobre os rebanhos animais, e esse tipo de operação voltará a ser implementada pela Conab, se novamente ocorrerem episódios dessa natureza.

O Plano de Reordenamento da Conab

A Conab é uma empresa pública de grande porte, com representação em todas as unidades da federação, apresenta múltiplas funções e uma administração complexa. Suas atividades na área do abastecimento público incluem a formulação e execução de diversas políticas públicas, em sintonia com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Incluem também a execução, mediante convênios, de programas específicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social, para atendimento de pequenos agricultores em todo o país, distribuição de cestas de alimentos para populações vulneráveis (quilombolas, indígenas, afetados por enchentes etc.) e doação de produtos alimentares para países emergentes.

No ano de 2012 a empresa, em colaboração com as autoridades afins do governo federal, desenvolveu um Plano de Reordenamento com o propósito de modernizar sua administração. A implementação desse Plano foi iniciada no exercício de 2012 com a introdução de mudanças em sua gestão, tais como: 1) realização de concurso público, com a admissão de novos empregados e consequente renovação do corpo funcional, com ênfase na área de Tecnologia da Informação; 2) criação de três novas áreas de apoio à gestão interna (Superintendência de Estratégia e Organização; Superintendência de Controladoria e Riscos e Superintendência de Acompanhamento das Regionais); 3) revisão do Estatuto Social com a definição do regime jurídico e outras alterações pertinentes (versão ainda em fase de discussão) e 4) preparação dos Termos de Referência para a contratação de consultoria especializada para revisões nas área de Planejamento Estratégico, Gerenciamento de Projetos, Gestão de Processos, Estrutura Organizacional e Gestão de Pessoas.

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome do auditor independente; descrição e composição da estrutura e de governança corporativa; nome e período de gestão dos principais responsáveis (membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor); código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

Quadro 1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		**Código SIORG:** 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação Abreviada: Conab		
Código SIORG: 02114	**Código LOA:** 22211	**Código SIAFI:** 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		**CNPJ:** 26.461.699/0001-80
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		**Código CNAE:** 8411-6
Telefones/Fax de contato: (61)3312-6000	(61)3326-9058	
Endereço Eletrônico: conab@conab.gov.br		
Página na Internet: http://www.conab.gov.br/		
Endereço Postal: SGAS Quadra 901, Bloco A, Lote 69, Brasília-DF		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, Art. 19, Inciso II – Cria a Conab a partir da fusão da CFP, Cobal e Cibrazem		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a Política Agrícola Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 – Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários Decreto n.º3.855, de 03 de julho de 2001 – Regulamenta a Lei n.º9.973, que dispõe sobre o sistema de armazenagem Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab-MOC - detalhamento no link: http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php Normas da Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos Manuais, cartilhas e Apostilas pertinentes		
Auditor Independente: Soma-Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas		**CNPJ:** 03.656.477/0001-18
Descrição e composição da estrutura de governança corporativa		
A **Governança Corporativa** é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada, observando-se as disposições do Estatuto Social e as diretrizes fixadas pelo citado Conselho, com a supervisão do Conselho Fiscal. O **Conselho de Administração** é composto pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA, que o preside, pelo Presidente da Conab, por até três representantes do MAPA e um representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão-MP. Suas competências, entre outras, consistem em: fixar a orientação geral dos negócios e as prioridades da Conab, acompanhando sua execução; aprovar o Plano Plurianual-PPA, o orçamento anual e a programação operacional; manifestar-se sobre a prestação de contas, relatório trimestral da Diretoria Colegiada, balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras; autorizar a criação de reservas de lucros e aumento de capital; autorizar aquisições, alienações e demais alterações nos imóveis; aprovar o regulamento interno e apreciar propostas de reformulação no Estatuto Social. A **Diretoria Colegiada** é constituída pelo Presidente e até quatro Diretores da Conab, aos quais compete a		

promoção e a execução das atividades da Companhia, mediante deliberações aprovadas pela maioria dos membros presentes em reuniões ordinárias e extraordinárias, nas quais as proposições apreciadas sejam de iniciativa de um ou mais de seus integrantes.

O **Conselho Fiscal** é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, sendo um representante do Tesouro Nacional e os demais do MAPA. Com reuniões mensais, seu objetivo é fiscalizar e emitir parecer sobe os atos de gestão dos administradores da Conab, o cumprimento dos respectivos deveres legais e estatutários e o relatório anual da administração, efetuando a análise das demonstrações financeiras ou contábeis do exercício, a fim de tomar as medidas necessárias à proteção dos interesses da Companhia.

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis

Conselho de Administração

Presidente: José Carlos Vaz – SE/MAPA (desde 05/09/2011)

Membros Efetivos:

Edilson Guimarães – MAPA (28/04/2010 a 05/09/2012)
Caio Tibério Dornelles da Rocha (desde 05/09/2012)
Carlos Carboni (desde 26/10/2011)
José Gerardo Fontelles (desde 20/06/2011)
Rubens Rodrigues dos Santos (desde 05/03/2012)
Evangevaldo Moreira dos Santos (05/04/2011 a 17/02/2012)

Conselho Fiscal

Presidente: Gustavo Pereira da Silva Filho – MAPA (desde 06/02/2012)
Francisco Wayne Moreira – STN (28/05/2010 a 15/05/2012)

Membros Efetivos:

Maria dos Remédios Vilar Teixeira (desde 15/05/2012)
Renata Lima Carvalho – MAPA (desde 27/06/2011)

Diretoria Colegiada

Presidente: Rubens Rodrigues dos Santos (desde 05/03/2012)
Evangevaldo Moreira dos Santos (05/04/2011 a 17/02/2012)

Diretor de Operações e Abastecimento: Marcelo de Araújo Melo (desde 20/06/2011)
Diretor de Política Agrícola e Informações: Sílvio Isopo Porto (desde 21/01/2003)
Diretor Administrativo e Financeiro: João Carlos Bona Garcia (desde 07/12/2011)
Diretor de Gestão de Pessoas e Modernização: Rogério Luiz Zeraik Abdalla (desde 06/05/2010)

Auditoria

Auditor Interno: Paulo Ricardo Graziotin Gomes (Portaria Conab n.º 1349 de 01/12/2011)

Ouvidoria

Ouvidor: Jales Alves Barreto Júnior (Portaria Conab n.º 1071 de 10/09/2012)

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento-Conab

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Informações detalhadas no Anexo I, pág 110.

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Todas as Unidades Gestoras da Conab apresentam o mesmo código SIAFI da Gestão = 22211	

1.2. Planejamento, Estratégico e seus principais Macroprocessos

Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico

Desde sua criação, a Conab desenvolveu vários trabalhos direcionados ao seu reordenamento estratégico, contudo sem atingir os objetivos traçados pela organização. Buscando minimizar as principais causas de insucesso dos planos anteriores, principalmente na fase de tradução da estratégia da Companhia, em 2004 foi implementado novo planejamento estratégico, para o período de 2005 a 2009, consubstanciado no Balanced Scorecard-BSC.

De forma resumida, suas principais premissas eram: promover a reflexão e tomada de decisão pelas lideranças e representantes de todos os segmentos da estrutura da Companhia;

incorporar o pensamento estratégico na cultura organizacional; incentivar a comunicação do processo em todos os níveis hierárquicos, envolvendo e capacitando as pessoas em relação aos conceitos e práticas e preparando-as para a implementação desse modelo de gestão; utilizar um sistema de informação que facilitasse a interpretação dos resultados pretendidos e a orientação para as decisões estratégicas; minimizar o processo de descontinuidade administrativa, a partir da tradução da estratégia de forma participativa.

O desenvolvimento do novo modelo de gestão, com base no BSC, se deu de forma compartilhada, ou seja, envolveu equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais) e contou também com as equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, a visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Tal mapa traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Seus propósitos são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos, que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional. A tradução da estratégia por meio do mapa objetivou criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Nos anos de 2005 e 2006, citado planejamento apresentou um esforço para a implementação das estratégias definidas, mediante a designação de responsáveis por iniciativas/projetos, a definição de metas, a apuração de indicadores, o monitoramento de resultados e o alinhamento por meio de reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Mesmo tendo sido submetido e aprovado pela alta administração, o planejamento estratégico foi novamente descontinuado (desde 2007), a partir de mudanças na alta direção da Companhia, tendo sido desconstituídos os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento.

Devido à descontinuidade no processo de planejamento e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU n.º 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Conab sobre a necessidade de retomada do planejamento em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foram criados grupos de trabalhos em 2011 e também em 2012, com a finalidade de retomar as atividades do Planejamento Estratégico.

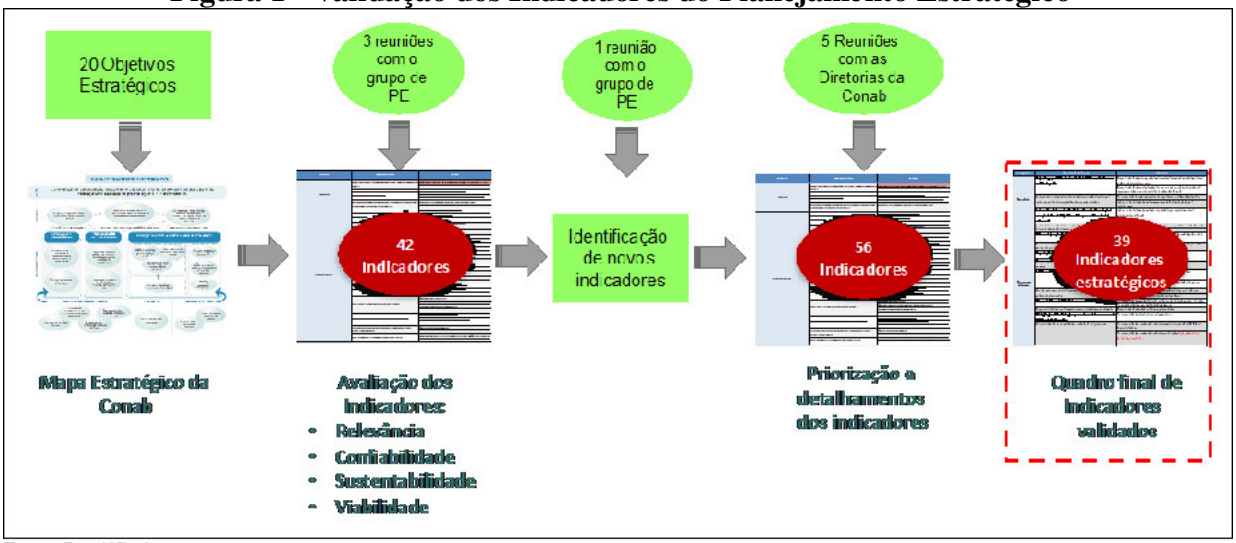
Tendo em vista as premissas, princípios e principalmente a aderência ao contexto da Companhia, a Diretoria Colegiada tomou a decisão de retomar o planejamento a partir das estratégias definidas no Mapa Estratégico Corporativo existente. O grupo criado neste exercício foi encarregado, por meio da CI PRESI nº097/12, de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas e as iniciativas, visando o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Aconteceram 4 (quatro) oficinas com o grupo de planejamento estratégico, em setembro de 2012, objetivando avaliar os indicadores existentes e propor a inserção de novos indicadores.

Após essas oficinas, foram realizadas reuniões com os Diretores e seus respectivos Superintendentes e também com o Presidente, Chefia de Gabinete e Coordenadoria da Copri, com o objetivo de priorizar, detalhar e validar os indicadores.

O processo de validação dos indicadores e metas encontra-se a seguir ilustrado:

Figura 1 - Validação dos Indicadores do Planejamento Estratégico



Fonte: Presi/Codag

Como resultado desse trabalho foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico, conforme figura 2, às folhas 13.

Embora os indicadores tenham passado pelo crivo das áreas envolvidas, e também da Direção, não chegaram a ser apurados nesse exercício, por dependerem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada e dependente de aprimoramento a ser efetuado oportunamente.

O passo seguinte, conforme sugestão de grupo de trabalho antecedente e opção da Presidência, será a contratação de empresa especializada para implantação e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas, projetos e operações para a Conab, visando alcançar os seguintes objetivos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis (Decreto n.º 2.271/97, art. 2.º, inciso III):

a) Disponibilizar para a Conab um conjunto de padrões, metodologias, modelos de operação, transferência de conhecimento, compondo uma solução para Estruturação e Implantação de Unidade de Apoio à Gestão Integrada de Estratégia, Programas, Projetos e Operações capaz de realizar o monitoramento e avaliação dos resultados das ações prioritárias da Conab por meio do gerenciamento da estratégia, dos projetos, programas, portfólio e operações da Conab alinhados às diretrizes do Governo Federal;

b) Contribuir para a reestruturação e reordenamento da Conab, e melhoria no alcance de efetividade na execução dos programas, projetos e ações prioritárias da instituição;

c) Facilitar a transparência, a efetividade, o monitoramento e a avaliação de resultados, assim como o planejamento, execução, monitoramento e comunicação da estratégia, de programas, projetos e operações prioritárias da Conab.

d) Iniciar a implantação de uma cultura de gerenciamento da estratégia, de projetos e operações ou processos na Conab, com monitoramento e controle de metas e objetivos voltados ao alcance de resultados, valorizando a aplicação dos recursos públicos, e recuperando a imagem da Conab.

Para tal contratação, a ser viabilizada mediante processo licitatório, deu-se início à elaboração de Termo de Referência, objeto do processo nº 2625/2012, sendo que a vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida de unidade que dará apoio à gestão integrada da estratégia.

Espera-se, com o apoio de consultoria especializada, que haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab.

Figura 2 - Mapa Estratégico da Conab

Fonte: Presi/Codag

Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

Os macroprocessos a seguir, identificados por ocasião do desenvolvimento do último planejamento estratégico da Conab visando dar suporte à estratégia que estava sendo definida, continuam válidos em sua essência. No entanto, vários deles mostram-se desatualizados nos aspectos pertinentes à sua operacionalização e/ou interfaces com áreas correlacionadas, seja em decorrência de mudanças a serem promovidas no Regimento Interno, com vigência a partir de 2013, visando o aprimoramento da estrutura orgânica da Companhia ou ainda em função de novas demandas no contexto governamental. Portanto, paralelamente à revisão do planejamento estratégico da Companhia, e em consonância com este, os macroprocessos deverão passar por ajustes, seja quanto aos fluxogramas apresentados, seja quanto às novas competências regimentais e organizacionais estabelecidas, com vistas ao alcance dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

- **Macroprocesso de Sustentação de Renda**

Retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção. Tem como público-alvo os produtores rurais, as cooperativas, as associações e os grupos de produtores. Para sua operacionalização são utilizados os instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como Aquisição do Governo Federal-AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

- **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

Caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior, seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções. O atendimento se dá direta ou indiretamente, por meio de atacadistas, agroindústria de transformação e de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores e varejistas, contemplando instrumentos tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, Prêmio de Escoamento de Produto-PEP.

- **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

Envolve duas atividades implementadas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte. Com foco nas Centrais de abastecimento e similares e também nos varejistas de pequeno porte, busca incentivar a organização destes últimos em Centrais de Negócios e auxiliar àqueles na implantação de um portal de informações de preços e quantidades comercializadas.

- **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

Consiste no atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado por demanda externa específica que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira. As parcerias ocorrem no âmbito governamental, sendo que para os serviços da Conab são estabelecidos Termos de Cooperação especialmente pelo MAPA, MDS, MDA e órgãos estaduais e municipais, visando a aquisição de produtos agrícolas e gêneros alimentícios para atendimento a programas sociais tais como entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

- **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Contempla serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou classificação de produtos agrícolas. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas, oriundas da União, sociedade e setor privado, referentes à prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza etc), de classificação para terceiros e de leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC.

- **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

Dá suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos, que se inicia com o recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab ou pela formalização das AGFs ou, ainda, pelo exercício dos Contratos de Opção de Venda em armazéns de terceiros. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados onde os produtores podem depositar seus produtos. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão em face de alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

- **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

Sustenta a estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento, retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. Caracteriza-se como um macroprocesso de atendimento ao público alvo (governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, Organizações não Governamentais-ONG e armazenadores) e tem seu início demarcado pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos. Apresenta interfaces com todas as atividades desenvolvidas e impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto, de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Conab.

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

Contextualização

O movimento de globalização da economia mundial trouxe uma série de mudanças nas relações entre países e tem provocado um processo bastante amplo de crescimento econômico. Tem provocado também uma generalizada e intensa migração do campo para as cidades, em particular nos países populosos do continente asiático.

A consolidação desse processo de mudanças, ao longo das últimas duas décadas, resultou num expressivo e continuado crescimento na demanda de matérias-primas minerais e agrícolas, alimentos e matérias-primas energéticas. Como reflexo dessas transformações o mundo está vivendo um período de forte elevação nos preços internacionais das 'commodities' agrícolas e

minerais, particularmente o petróleo.

A intensificação do comércio internacional dos produtos originados da atividade agrícola promoveu o Brasil para uma posição de destaque neste cenário, não apenas pela sua presente participação nesse comércio mas, principalmente, por ser o país com as melhores condições para ampliar sua participação, no futuro imediato, em todos esses mercados.

A disponibilidade de amplos espaços vazios, de terras férteis e adequado regime de chuvas, o domínio do ciclo tecnológico agrícola e pecuário, a enorme tradição no manejo das safras agrícolas e da atividade criatória e a experiência no comércio internacional de produtos do agronegócio tornam o país o líder natural desse movimento de transformação internacional.

Dessa forma, o Brasil precisa tomar iniciativas que facultem o crescimento contínuo da produção agropecuária, necessitando, também, investir na infraestrutura e na logística que permitam realizar o tratamento, a conservação e o escoamento dessa produção em direção aos portos e mercados consumidores. Dois pontos importantes nesse movimento, que envolvem diretamente a Conab, estão em manter o ânimo inovador e progressista dos agricultores e em disponibilizar espaços de armazenagem e serviços complementares para as colheitas.

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados.

Ademais, é preciso definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

As ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades, assim como regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação. Podem também contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover o uso da agrobiodiversidade e de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial. Para isso, priorizará 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento estratégico, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento, e informação e conhecimentos.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e imagem institucional da Companhia.

Projetos Estratégicos

a) Área de Pessoal: 1) aprimorar uma política de pessoal na empresa; 2) suprir as necessidades de pessoal na Companhia; 3) criar a Universidade Corporativa da Conab; 4) elaborar novo plano de cargos, carreiras e salários; 5) estender o sistema de saúde para os empregados aposentados e seus dependentes; 6) estimular a participação de todos os empregados no Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius; e 7) estabelecer critérios técnicos para a ocupação das funções de gestão e assessoramento.

b) Planejamento Estratégico: 1) retomar o planejamento estratégico no âmbito da Companhia.

c) Estrutura Organizacional: 1) promover estudos para a modernização da estrutura

organizacional da Companhia; 2) estabelecer a gestão participativa e 3) criar comissão interna para negociação trabalhista.

d) Armazenagem da Conab: 1) elaborar a Política da Rede Armazenadora da Conab e 2) participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem.

e) Informação e Conhecimento: 1) definir os coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; 2) elaborar metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; 3) definir o impacto nos custos de produção das medidas de melhoria ambiental, em determinado sistema de cultivo e modelo agrícola; 4) qualificar as informações das avaliações de safra agrícola; 5) estruturar a rede pública de informação agrícola; 6) aperfeiçoar a metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia e 7) desenvolver o cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros.

f) Abastecimento: 1) atuar como parceira nas ações de governo voltadas à complementação alimentar; 2) implantar o Programa de Sustentabilidade nos Terminais Hidroviários da Amazônia; 3) ampliar as ações da Refap e 4) apoiar a modernização do mercado hortícola e frutícola.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Comportamento do mercado agrícola

Análise de mercado considerando os principais produtos agrícolas do país:

Algodão – O Brasil disponibilizou 1.918 mil toneladas de algodão em pluma para atender compromissos de exportação da ordem de 1.053 mil toneladas e abastecer a indústria nacional com aproximadamente 865 mil toneladas. A situação de abastecimento não foi muito tranquila, na medida em que o volume produzido não foi suficiente para atender a demanda total pelo produto.

Ainda, em 2012, as exportações brasileiras de algodão superaram todos os recordes, lembrando que o Brasil sempre foi um grande importador de pluma, até a década de 90. Na primeira década do século a situação foi totalmente revertida, pois o país passou da condição de grande importador para um dos maiores exportadores, ocupando a terceira posição no ranking mundial em 2012. Torna-se oportuno ressaltar que este desempenho só foi alcançado graças ao grande volume de vendas antecipadas, realizadas pelos produtores, a partir de 2010, período em que os preços recebidos pela arroba de pluma no mercado internacional eram remuneradores.

É importante lembrar que os preços no mercado interno em 2012 estiveram sempre acima do Preço Mínimo estipulado pelo Governo Federal. A menor cotação observada foi em junho, período em que o mercado trabalhava com a perspectiva de safra recorde, fato que não aconteceu devido a problemas climáticos ocorridos em todas as regiões produtoras, notadamente na Bahia onde se verificou forte seca e excesso de chuvas no Centro Oeste no mês de julho. Devido a tais fatos, as perdas verificadas nas lavouras totalizaram, aproximadamente, 125 mil toneladas de pluma.

Arroz – A safra 2011/12 produziu 11,6 milhões de toneladas, portanto, 500,0 mil toneladas aquém do consumo interno. Dois fatos foram preponderantes para a redução da safra: os baixos preços, que levaram à redução aproximada de 14% na área de plantio e a menor produtividade, com perda de 1%.

Com relação ao mercado internacional, foi um ano tranquilo, com a produção estimada em 465 milhões de toneladas de arroz beneficiado e o consumo em 458,2 milhões, o que gerou um estoque de passagem no volume de 105,5 milhões, ou seja, o maior observado desde a safra 2001/02. O efeito destoante foi a atuação da Tailândia que, tradicionalmente, é o maior exportador mundial, mas que em razão de um programa de retenção de produto feito pelo Governo local, deixou essa posição para a Índia. Com isso, ocorreram dois fenômenos: a Tailândia acumulou um estoque que não era comum, estimado em 9,4 milhões de toneladas, enquanto que o normal seria próximo de 5,5 milhões, abrindo oportunidade para outros competidores entrarem no mercado, fato este aproveitado pelo Brasil, daí a exportação estimada em 1,4 milhão de toneladas base casca.

Feijão – O produto termina o ano 2012 com os preços bastante favoráveis ao produtor e elevados ao consumidor, obrigando o Governo a intervir no mercado vendendo os seus estoques reguladores.

Um dos maiores entraves à exportação está no fato do maior volume da produção nacional, quase 70%, ser do grupo carioca, que apesar de contar com a preferência nacional, tem aceitação limitada em outros países do mundo. De forma surpreendente o feijão maçacar, cultivado nas Regiões Norte/Nordeste do Brasil, além de já estar bem adaptado no Estado do Mato Grosso, passou a ter forte aceitação nos continentes asiáticos e africanos, onde as exportações saltaram de 4,0 mil toneladas em 2010 para 20,0 e 45,0 em 2011 e 2012. Atualmente, todo o feijão produzido tem como destino o nordeste brasileiro, algumas cidades da Região Centro-Sul e o exterior, com destaque para a Índia e o Egito e em menor proporção a Turquia, Israel, Portugal e Canadá.

Milho – Uma das piores secas já registradas no meio oeste dos Estados Unidos prejudicou bastante o desenvolvimento das lavouras de milho. Os estoques dos Estados Unidos e Mundiais estão entre os níveis mais baixos já registrados dos últimos 40 anos.

Houve também quebra da 1.ª safra 2011/12 no Brasil (terceiro maior produtor mundial de milho), devido à seca ocorrida no mês de dezembro de 2011, que afetou a safra brasileira, principalmente na região sul e nordeste do país, com quebra de 31,1%. Além disto, a seca que afetou a produção brasileira de grãos interferiu também na produtividade da Argentina (quinto maior produtor mundial).

Com a pouca oferta e grande demanda de milho no mercado internacional, o Brasil passou a exportar uma maior quantidade deste grão. Os preços no mercado externo recuperaram o movimento de alta ao longo do ano de 2012 e os valores do milho continuam acima dos níveis atingidos em 2008 - momento em que houve a "crise dos alimentos" - bem acima dos níveis históricos de preços, o que fatalmente tem influenciado na formação das cotações do cereal no Brasil.

Soja – Apesar das quebras de safras sul-americana e estadunidense, em 2012, o Brasil, a Argentina e os Estado Unidos foram responsáveis por 81% da produção e 90% das exportações mundiais. A soja em grão representa cerca de 43,50% de toda produção de grão em nosso país.

Em 2012, as exportações do complexo soja representaram cerca de 11% das exportações brasileiras e 28,76% das exportações do agronegócio. Os preços praticados no mercado internacional, em 2012, foram os maiores historicamente, e como os preços nacionais são balizados pelos preços internacionais, os valores pagos internamente acompanharam a tendência altista e também ficaram em patamares elevados.

Trigo – O cultivo de trigo no Rio Grande do Sul não teve o clima como aliado como na safra anterior. A falta de chuvas na época do cultivo atrasou o plantio e na fase final ocorreram geadas, chuvas de granizo, vendavais e excesso de chuvas nas épocas de maturação e colheita, período crítico da lavoura.

A indústria moageira no Brasil reagiu onerando os preços das farinhas em resposta ao incremento dos preços externos e internos da matéria prima, com majoração média de 30% entre os três tipos de farinhas produzidas.

A avaliação do mercado externo sugere que os preços alcançaram o pico e que não há fundamentos econômicos para viabilizar maiores cotações. Dessa forma, os preços internos deverão recuar acompanhando a tendência mundial, tendo em vista que os preços domésticos são formados pela paridade com o produto argentino.

Estratégia de atuação da empresa

Dada a natureza de suas funções institucionais, a Conab atua nas várias fases do processo de produção e abastecimento, desde a participação na formulação de políticas direcionadas à produção agrícola, até a administração dos estoques públicos formados na execução dessas políticas, incluindo a comercialização nos momentos e locais necessários. Em suma, é uma empresa desenhada para, num primeiro momento, auxiliar na proposição e decisão de medidas de política agrícola e, uma vez definida a forma de ação, cuidar de sua gerência e execução.

Sua área de atuação abrange cinco grandes linhas de atividades, apresentando como carro chefe a Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM.

- **Gestão dos Estoques Públicos:** fiscaliza os estoques públicos e administra as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.

- **Informações do Setor Agropecuário:** desenvolve atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados nacional e internacional, dos custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário.

• **Programas Sociais e de Abastecimento:** desenvolve atividades voltadas à disponibilização de produtos, da aquisição ao transporte, até a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com os programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

• **Armazenagem:** oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição, exercendo, ainda, o papel de Companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

• **Organização e Apoio aos Mercados Varejistas de Pequeno Porte e Atacadistas de Hortigranjeiros:** induz ações de preparação, formalização e regularização de unidades de micro varejistas para a formação de Centrais de Negócios, e promove articulações com o setor hortigranjeiro e seus parceiros, visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, tendo por finalidade a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

As análises conjunturais desenvolvidas pela Conab consideram, entre outras variáveis, as condições mercadológicas dos produtos agrícolas a fim de que possam ser identificados a necessidade, o nível de intervenção no mercado e os respectivos instrumentos governamentais, subsidiando, desta forma, a execução das políticas agrícolas.

Contratação de bens e serviços

A Conab executa sua gestão de contratação de bens e serviços de terceiros de forma descentralizada, por meio da Matriz, em Brasília, e pelas suas Superintendências Regionais localizadas nos Estados. As contratações observam os ditames da Lei n.º 8.245/91, 8.666/93 e 10.520/02, dos Decretos n.º 4.342/02 e 5.450/05, e ainda dos Normativos Internos da Companhia.

A seguir, detalhamento dos contratos vigentes na Matriz, no período de 2012.

Quadro 2.1 - Contratos vigentes – UJ como Contratada

N.	Razão Social	CNPJ	N. Contrato	Objeto do Contrato	Vigência	Valor
1	Banco do Brasil S/A	00.000.000/3152-65	002	Locação de área no edifício sede	23/05/12 a 22/05/13	2.000,00
2	Caixa Econômica Federal	00.360.305/3129-39	001	Locação de área no edifício sede	01/06/11 a 31/05/16	2.350,00

Fonte: Siscot (Sistema de Gestão de Contratos)

Quadro 2.2 - Contratos vigentes – UJ como Contratante

N.	Razão Social	CNPJ	N. Contrato	Objeto do Contrato	Vigência	Valor
1	Agência Nacional de Vig Sanitária - Anvisa	03.112.386/0001-11	-	Cessão de uso de imóvel no SIA, em Brasília	16/08/11 a 16/08/13	0,00
2	Aquila Transp de Cargas Ltda	03.608.196/0001-90	55	Serviço de transporte de impressos e material de consumo	31/07/12 a 30/07/13	22.500,00
3	Brasil Telecom S/A	76.535.764/0001-43	19	Serviço telefônico, fixo longa distância	23/05/12 a 22/05/13	2.000,00
4	Calevi Mineradora e Comércio Ltda	03.160.007/0001-69	25	Fornecimento de garrafões de água	22/08/12 a 21/08/13	1.720,00
5	Chubb do Brasil – Cia de Seguro	33.170.085/00001-05	43	Seguro de transporte nacional p/ cobertura de mercadorias	05/06/12 a 04/06/13	40.000,00
6	Companhia Energética de Brasília	07.522.669/0001-92	10	Fornecimento de energia elétrica	24/04/12 a 23/04/13	33.000,00
7	Companhia Energética de Brasília	07.522.669/0001-92	42	Fornecimento de energia elétrica	06/02/12 a 05/02/13	46.666,66
8	Elysio Mira Soares de Oliveira	04.022.946/0001-00	2120000 2425	Serviços de manutenção (Biblioteca)	03/02/12 a 02/02/13	162,11
9	Elysio Mira Soares de Oliveira	04.022.946/0001-00	76	Aquisição de software da Biblioteca PHL	03/02/12 a 02/02/13	159,65

N.	Razão Social	CNPJ	N. Contrato	Objeto do Contrato	Vigência	Valor
10	Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	09.168.704/0001-42	48	Publicidade legal impressa e/ou eletrônica	08/08/12 a 07/08/13	260.000,00
11	José Livino Neto Banca de Jornais	03.496.130/0001-55	18	Fornecimento de jornais e revistas	02/07/12 a 01/07/13	1.700,00
12	Mapfre Vera Cruz Seguradora	61.074.175/0001-38	24	Seguro de incêndio do patrimônio mobiliário	14/06/12 a 13/06/13	603.245,50
13	Mapfre Vera Cruz Seguradora	61.074.175/0001-38	21	Seguro de benfeitorias e produtos agropecuários e embalagens	06/05/11 a 05/05/12	876.855,00
14	Ministério da Agri, Pec e Abastecimento	00.396.895/0001-25	-	Cessão de uso de imóvel localizado no SBN, em Brasília	30/12/09 a 30/12/14	0,00
15	MKS Comércio e Serviços Ltda	03.617.851/0001-76	13	Serviços de manutenção em ar condicionado	10/02/11 a 09/02/12	2.983,00
16	MKS Comércio e Serviços Ltda	03.617.851/0001-76	32	Manutenção de nobreak	29/12/12 a 03/12/13	11.390,00
17	Money Turismo Ltda	37.979.739/0001-05	34	Emissão de passagens	02/04/12 a 01/04/13	40.000,00
18	Nobre Seguradora do Brasil S/A	85.031.334/0001/85	27	Seguro de Vida p/ os empregados	01/09/12 a 31/08/13	170.000,00
19	Persiana Monte Sinai Ltda	02.113.568/0001-44	23	Fornecimento e instalação de persianas	28/06/12 a 27/06/13	26.800,00
20	Thyssenkrupp Elevadores S/A	90.347.840/0006-22	33	Manutenção em elevadores	30/10/12 a 29/10/13	2.600,00
21	Vivo S/A	02.449.992/0155-10	5	Serviços de telefonia móvel	11/05/12 a 10/05/13	2.900,00
22	Zetec Manutenção de Veículos Motores Ltd	04.831.073/0001-86	64	Manutenção preventiva dos veículos	17/01/11 a 16/01/12	2.791,00

Fonte: Siscot (Sistema de Gestão de Contratos)

Houve ainda a contratação do Instituto de Certificação Qualidade Brasil-ICQ Brasil, em Goiânia, para certificar as Unidades Armazenadoras de Ponta Grossa, Cambé e Brasília. Tal contratação foi efetuada seguindo os Normativos da Companhia, bem como a Lei n.º 8.666/1993.

Além dos contratos administrativos, as Superintendências Regionais realizam contratos com armazéns públicos ou privados para guarda e conservação dos estoques, mediante formalização de Contrato de Depósito, seguindo orientações do Normativo MOC Título 8, e também, contratação de serviços de braçagem para as Unidades Armazenadoras, mediante processo licitatório ou por contratação direta quando se tratar de sindicato representativo da categoria de trabalhadores avulsos.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

A Companhia, no decorrer de suas atividades, pode enfrentar vários riscos que interferem no cumprimento de seus objetivos e consequentemente de sua Missão, sejam restrições orçamentárias, falta de pessoal qualificado ou até mesmo a má gestão dos recursos públicos. A seguir estão elencados, por área, os diversos riscos que comprometem o bom desempenho operacional e administrativo para o período atual e para os próximos anos, alguns deles com as medidas já adotadas para que sejam sanados.

Quadro 2.3 - Fatores que Representam Riscos na gestão

Área	Riscos	Medidas adotadas para mitigar/sanar riscos
Administrativa	Gestão de Contratos	Capacitação de fiscais e gestores de contratos a fim de evitar má gestão dos contratos que tragam problemas administrativos, civis e penais aos gestores
PAA	Necessidade de atualização do MOC e elaboração de NOC	A Superintendência já deu início à atualização do MOC e elaboração do NOC no período e foram encaminhados às Suregs para análise e sugestões/alterações

Área	Riscos	Medidas adotadas para mitigar/sanar riscos
	Necessidade de implantar um Plano Nacional de Fiscalização do PAA	Articulação com a Superintendência de Fiscalização para implantação do Plano
	Revitalizar o Plano Nacional de Supervisão do PAA	A Supaf está procedendo a atualização dos formulários que fazem parte do Plano de Supervisão
Armazenagem	Equipamentos ultrapassados ou que não funcionam / dificuldade para adquirir equipamentos	Aprovação da Resolução nº 01, de 15/05/2012 que aprovou a descentralização de dotação orçamentária às Sureg, para agilizar a contratação de obras e serviços de pequeno porte, compra de materiais e pagamento de serviços de manutenção nas unidades armazenadoras
	Falta de pessoal qualificado, incluindo agrônomos p/ orientar trabalhos técnicos, engenheiros e arquitetos, para as comissões de licitação	Serão alocados engenheiros a serem contratados na Matriz em razão do concurso recentemente realizado
	Restrição orçamentária e financeira, inclusive para viagens de engenheiros e técnicos	
	Má conservação do produto por equipamento que não funciona ou falta de aplicação de inseticida	Monitoramento nos armazéns com restrição técnica, venda ou remoção dos produtos estocados
Fiscalização	Produto com qualidade e quantidade inferior à armazenada devido a vários fatores como: tempo do produto em depósito, limpeza e higienização, qualidade das instalações, histórico do agente armazenador, etc.	A fiscalização adota medidas preventivas e punitivas para garantir a satisfatória prestação de serviço de armazenagem, vistoriando o armazém na aquisição do produto, durante o período em depósito e na expedição do produto
	Potencial incidência de acidentes que os fiscais estão sujeitos nos armazéns, como: estruturas enferrujadas/antigas, armazéns/silos de altura elevada, acidente rodoviário em viagens, intoxicação por agrotóxicos, etc.	Orientação aos fiscais; utilização de equipamento de proteção individual-EPI; solicitação à área competente para aumento e renovação do quadro de fiscais, que apresenta média de idade acima de 50 anos
	Não aplicação das penalidades devidas, flexibilização dos normativos, ausência ou lentidão de providências para administrar adequadamente os estoques, adoção de medidas preventivas que evitem perdas e avarias	
	Nas vendas e subvenções: extravio de recurso do erário, cumprimento dos objetivos dos programas, continuidade das operações apesar das irregularidades, não pagamento do preço mínimo ao produtor rural	Recomendação de reordenamento/aperfeiçoamento dos programas subvencionados e controle interno com cruzamento de informações
	Medidas de recuperação do prejuízo pouco eficiente; perda de prazo para efetuar a cobrança, petição judicial e realização da *notitia criminis*	A Sufis faz o devido encaminhamento às áreas responsáveis, não sendo de sua responsabilidade a providência eficiente
Estudos de Mercado	Data única de publicação da proposta de preços mínimos dos Produtos de Inverno, Regionais, Café , Uva e Leite no mês de fevereiro não é adequada, frente às necessidades particulares de início da safra de alguns produtos.	Para a próxima safra 2013-2014, as propostas do produtos Uva e Café já serão publicadas em datas adiantadas em relação aos demais; dessa forma, o produtor rural terá o indicativo, no tempo certo, das ações do governo para o seu produto. Durante o ano de 2013 serão feitos estudos para indicar se ainda existe a necessidade de mais adequações, nas demais propostas, sejam elas: Preços Mínimos dos Produtos de Verão e Preços Mínimos dos Produtos da Sociobiodiversidade.
Programa Vendas em Balcão	Baixos estoques reguladores e estratégicos nas áreas de produção, consumo e dificuldade na realocação dos estoques governamentais para atendimento ao criador de pequeno porte, logística do transporte, armazenagem, estiva e braçagem e as deficiências da Conab (pessoal , material, etc) nas Suregs e nas Unidade Armazenadoras.	

Área	Riscos	Medidas adotadas para mitigar/sanar riscos
Levantamento de Safras	Não concretização de acordo com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo através do IEA/CATI. No caso do café não houve prejuízo, pois as informações foram obtidas por meios técnicos. Na laranja, não houve divulgação de safra.	Foram realizadas novas negociações com órgãos do governo de São Paulo, no sentido de obter as informações.
	Metodologia utilizada na avaliação de safra (subjetiva) traz os riscos inerentes ao próprio método. As informações colhidas das fontes principal e secundária são relevantes para o resultado final. Esse tipo de risco pode ser caracterizado como técnico e estratégico, pois o resultado do processo pode comprometer a imagem da Conab.	A utilização de monitoramento da safra pelo uso de imagens de satélite, o acompanhamento de informações de órgãos estaduais e federal que realizam levantamentos de safra e outros pontos de checagem (meteorologia, troca de informações, viagem de campo entre outras) são medidas de redução de risco. Outro aspecto a citar é a conscientização da necessidade de alteração metodológica. Esse processo iniciou novas discussões a respeito do assunto e a priorização da matéria para 2013
	Falta de pessoal. A utilização de profissionais das Suregs no desenvolvimento dos trabalhos, e sua qualificação são sempre dependentes da oportunidade e do momento	Uso de consultores ou de esforço concentrado de tarefas prioritárias, mas são ações paliativas
Remoções	As empresas ofertarem um valor no Pregão abaixo do valor de mercado e não executar os serviços contratados em razão da diferença de valores; Problemas operacionais nos armazéns de origem e de destino; Sobrecarga dos sistemas de transporte de carga do país; Flutuações dos preços de transporte em curto espaço de tempo; etc.	

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A Conab armazena produtos tanto para terceiros quanto para o governo, sendo que a receita de armazenagem se dá somente sobre os produtos de terceiros. Nesse ano, a quantidade movimentada de produto público foi 57,06% superior ao produto movimentado de terceiros.

Dentre os produtos do governo movimentados em armazéns próprios, destacam-se aqueles vinculados ao Programa Mercado de Opção com 68,85% do total movimentado, seguido dos produtos da PGPM (23,74%), PAA (5,26%) e Estoque Estratégico (1,91%). Dentre os demais clientes destacam-se diversas Cooperativas, a Bunge Alimentos do Brasil (DF e PR), Moinhos Cruzeiro do Sul (MA), Cargill Agrícola S.A (MG e PR).

A periodicidade e o tempo de armazenagem dependem diretamente da disponibilidade e preços do produto no mercado, que são fatores que determinarão a colocação do estoque governamental no mercado. Os estados produtores são, notadamente: RS, PR, SC, MT, MS, MG, GO, RO e oeste da BA.

Como executora da PGPM, a Conab adquire excedentes agrícolas que são oferecidos ao Governo quando os preços recebidos pelos produtores apresentam-se abaixo dos preços mínimos fixados para a safra. A compra não tem como função a obtenção de lucros ou a concorrência com estabelecimentos industriais ou comerciais e sim a manutenção da renda do setor agrícola. Os estoques formados são mantidos até que os preços em nível de consumidor atinjam patamares que se tornem prejudiciais à sociedade. A receita auferida na comercialização dos estoques públicos é repassada ao Tesouro Nacional ou aos órgãos proprietários dos estoques.

Em paralelo, a operacionalização dos instrumentos de comercialização PEP e PEPRO não implicam na aquisição de produtos e sim na concessão de subsídios para que comerciantes e/ou

agroindústrias comprem produtos agrícolas em áreas de produção, por um preço de referência, procedendo o escoamento para zonas desabastecidas e constantes dos avisos de leilão.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

Quadro 2.4 - Empresas que prestam serviços análogos aos da Conab

Área	UF	Razão Social	Capacidade (ton)
Comercialização	-	Não existem empresas que prestam serviços semelhantes aos da Conab na área de Comercialização	
Armazenagem	RS	Tecon Rio Grande S/A	2.250.000
	RS	Bianchini S/A Indústria, Comércio e Agricultura	707.519
	BA	Bunge Alimentos Ltda	527.550
	PR	Cooperativa Agrária Agroindustrial Ltda	426.631
	SP	Cnaga Comp Nacional de Armazéns Gerais	409.604
	GO	Comigo Coop Indl Produtores Rurais Sudoeste Goiano	366.937
	PR	Bunge Alimentos S/A	353.407
	PB	Sindaçucar Sind da Ind do Açúcar e do Álcool no Estado do PE	351.613
	GO	Goiazem Armazéns Gerais Ltda	345.820
	PR	Cocamar - Cooperativa Agroindustrial	331.594
Classificação	ES	Superinspect Ltda	-
		SGS do Brasil Ltda	-
		Schutter do Brasil Ltda	-
		Nikkey Controle de Pragas e Servs Técnicos	-
		Control Union Ltda	-

Fonte: Dirab/Suope e Suarm; Site do MAPA

Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)

A comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos (AGF e Contrato de Opção) e produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários (PEP, PEPRO, Vendas em Leilão e VEP) não geram receita própria porque os recursos são do tesouro e após a comercialização os valores são repassados ao órgão de origem.

A seguir, estão demonstrados os serviços que geram receitas próprias para a Companhia.

Quadro 2.5 - Serviços que geram receitas próprias na UJ

Serviço	Receita	%
Armazenagem de Produtos Agrícolas	18.148.342,25	99,87
Leilão de Terceiros (público)	21.721,07	0,12
Leilão de Terceiros (privado)	1.265,87	0,01
Classificação de Produtos	21,40	0,00
Total de Serviços	**18.171.350,59**	**100,00**

Fonte: Siafi

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

Quadro 2.6 - Principais clientes do setor público e privado

Setor	Área	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quant(t)	Valor (R$)
Público	Comercialização	Imp	00.394.478/0001-43	Ministério do Desenv. Ind e Comércio Exterior - MDIC	Coco seco e sem casca	12.866,0	4.344.212,00
	Armazenagem	MG	26.461.699/0345-90	Conab - Contrato de Opções	-	104.051,7	426.280.298,48
		PR	26.461.699/0233-93	Conab - PGPM	-	144.927,6	968.887.242,99
		PR	26.461.699/0344-09	Conab - Mercado de Opções	-	114.626,0	77.191.478,69
		RN	26.461.699/0346-70	Conab - Mercado de Opções	-	92.256,5	58.220.517,35
		CE	26.461.699/0368-86	Conab - Contrato de Opções	-	131.695,3	57.084.528,95

Setor	Área	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quant(t)	Valor (R$)
		SP	26.461.699/0356-42	Conab - Contrato de Opções	-	10.494,5	53.152.211,26
		PB	26.461.699/0375-05	Conab - Mercado de Opções	-	66.391,5	41.709.313,00
		PI	26.461.699/0358-04	Conab - Mercado de Opções	-	51.738,5	29.859.274,47
Privado	Comercialização AGF	RS	97.320.451/0007-33	Coop Tritícola Sarandi	Trigo	18.850,0	8.991.450,00
		RS	90.657.289/0001-09	Coop Agr General Osório	Trigo	18.000,0	8.586.000,00
		RS	97.078.463/0001-08	Coop Tritícola São Luizense	Trigo	16.086,9	7.673.472,76
	Comercialização PEP	RS	94.106.747/0001-72	Marasca Com de Cereais Ltda	Trigo	452.750,0	43.559.000,00
		PR	75.904.383.0001/21	Coamo Agroindl Cooperativa	Trigo	126.519,0	16.719.933,87
		RS	97.506.455/0001-15	Coagrisol Coop Agroindl	Trigo	104.180,0	9.082.670,00
	Comercialização PEPRO	SP	60.906.724/0001-20	Coop Agroind Holambra	Trigo	15.400	1.049.720,00
		SP	76.108.349/0011-85	Coop Agropec Castrolândia	Trigo	25.000	1.285.900,00
		PR	75.904.383/0001-21	Coamo Agroind Cooperativa	Trigo	8.500	353.700,00
	Comercialização Venda em Leilão	MT	20.730.099/0113-90	Sadia S/A	Milho	68.994,8	21.547.561,11
		PR	14.998.371/0041-06	J Macedo S/A	Trigo	39.584,7	20.358.685,79
		PR	84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S/A	Trigo	36.745,5	20.177.855,62
	Comercialização Vendas em Balcão	SC	3.47063E-12	Cooperativa A1	Milho	2.600.000	910.000,00
		RS	8.93052E-13	Coop Suinoc de Encantado	Milho	1.500.000	525.000,00
		RR	177.056.027-7	Francisco Pereira Neto	Milho	154.000	98.560,00
	Comercialização VEP	PE	899.754.484-53	Artur Soares de Morais	Milho	5.975,0	1.172.586,50
		SE	256.190.985-91	Teresa Cristina Vilas Boas	Milho	5.607,5	1.162.248,25
		PE	001.877.044-49	Leonardo Gomes da Silva	Milho	4.475,0	955.782,50
	Armazenagem	RS	03.941.052/0001-50	Alibem Coml de Alimentos	Prods Frig	6.451,1	35.883.731,56
		MA	88.301.155.0023-14	Moinhos Cruzeiro do Sul S/A	Farinha/trigo	58.795,1	34.976.740,92
		PR	84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S/A	Trigo	56.004,2	32.528.256,60
		RS	02.914.460/0160-73	Seara Alimentos Ltda	Frango/suíno	4.945,8	28.694.795,24
		MG	25.266.685/0008-10	Coop Cafeic Zona Três Pontas	Café	4.271,3	27.384.700,57
		DF	04.175.027/0003-38	Globalbev Beb e Alimentos	Prods ind	5.357,1	26.907.247,62
		RS	01.838.723/0232-59	BRF – Brasil Foods S/A	Frango/suíno	5.690,8	23.857.029,47
		DF	84.046.101/0383-28	Bunge Alimentos S/A	Trigo	32.975,4	22.514.068,17
		SP	01.949.444/0001-30	Manibom Alimentos Ltda	Amend/soja	12.470,1	22.469.633,43
		MG	25.863.341/0001-11	Coop Cafeic de Varginha Ltda	Café	2.846,3	20.467.277,79
	Classificação	ES	927.752.927-04	Constantino Montoali	Arroz	12,0	21,40

Fonte: Dirab/Suope e Suarm

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do "Preço Mínimo" no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

Arroz – é um dos mais importantes grãos em termo de valor econômico e um dos cereais mais consumidos no mundo, com ótimo balanceamento nutricional. É uma cultura extremamente versátil, que se adapta a diferentes condições do solo e clima e é considerada a espécie que apresenta maior potencial para o combate à fome no mundo. O Brasil está entre os dez principais produtores mundiais de arroz.

Sisal – o seu cultivo ocupa uma extensa área de solos pobres na região semi-árida dos Estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, em regiões com escassa ou nenhuma alternativa para exploração de outras culturas. A fibra do sisal beneficiada ou industrializada rende cerca de 80 milhões de dólares em divisas para o Brasil, além de gerar mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos por meio de sua cadeia produtiva, sendo o cultivo um dos principais agentes de fixação do homem à região semi-árida nordestina.

Trigo – está presente em 133 mil propriedades rurais do país e movimenta uma cadeia produtiva que envolve quase 800 mil pessoas. O trigo fornece cerca de 20% das calorias provenientes de alimentos consumidos pelo homem, o que faz do trigo componente indispensável para muitos alimentos. No Brasil, sua produção concentra-se no Sul e Centro-Sul do país tendo como principais produtores os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A região Sul é responsável por 90% da produção nacional brasileira.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

O **arroz** e o **trigo** apresentaram, no início do ano, preços de mercado abaixo do preço mínimo, mas logo se recuperaram, havendo pouca necessidade de intervenção do governo através da AGF.

Alguns **produtos extrativistas** apresentaram os preços de mercado abaixo do preço mínimo. Essa diferença foi subvencionada aos produtores.

Os Estados Unidos, principal importador de **laranja**, decidiu não importar o produto com resíduos químicos utilizados pelo produtor brasileiro. Com esta decisão, o preço interno despencou, necessitando de intervenção do governo para estabilizar o preço de mercado. Neste caso, a Conab não teve participação direta em estudos, somente executou demanda do MAPA.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.1 - Aquisições através da AGF

UF	Produto	Quant (ton)	Valor (R$)
PR	Trigo	45.576,5	21.508.739,40
RS	Trigo	250.919,4	119.687.330,34
SE	Arroz	30,0	15.088,50
Total Geral		**296.525,9**	**141.211.158,24**

Fonte: Dirab/Suope/Geope e X-Fac

Ainda no período, foram adquiridas 12,3 milhões de unidades de sacaria ao custo de R$11.933.821,30.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 3.2 - Dez maiores operações na AGF

Ordem	CPF/CNPJ	Razão Social	Produto	Valor Aquisição (kg)	Quant (ton)	Valor (R$)
1	97.320.451/0007-33	Coop Tritícola Sarandi Ltda – Cotrisal	Trigo	0,477	18.850,0	8.991.450,00
2	90.657.289/0001-09	Coop Agríc Mista General Osório Ltda	Trigo	0,477	18.000,0	8.586.000,00
3	97.078.463/0001-08	Coop Tritícola Reg São Luizense Ltda	Trigo	0,477	16.087,0	7.673.472,76
4	93.458.222/0008-00	Coop Agríc Água Santa Ltda – Coasa	Trigo	0,477	9.510,0	4.536.270,00
5	79.863.569/0001-30	Coasul Coop Agroindustrial	Trigo	0,458	7.800,0	3.573.540,00
6	04.937.531/0001-66	Coop Agríc Agro Cereais Ronda Ltda	Trigo	0,477	7.729,1	3.686.790,24
7	91.982.496/0002-82	Cotripal Agropecuária Cooperativa	Trigo	0,477	7.725,3	3.684.975,73
8	97.506.455/0004-68	Coagrisol Cooperativa Agroindustrial	Trigo	0,477	7.600,0	3.625.200,00
9	91.982.496/0032-06	Cotripal Agropecuária Cooperativa	Trigo	0,477	7.192,7	3.430.894,53
10	93.458.222/0009-90	Coop Agríc Água Santa Ltda – Coasa	Trigo	0,477	6.700,0	3.195.900,00
Total					**107.194,0**	**50.984.493,26**

Fonte: Dirab/Suope/Geope

3.2.2. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP

Prêmio concedido, através de leilões, àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.3 - Demonstrativo da Comercialização de PEP

Produto	UF Origem	Quantidade		Valor Previsto da Subvenção	UF Destino
		Ofertada	Negociada		
Sisal bruto (em ton)	BA	44.400,0	6.305,5	627.444,88	Qualquer localidade, exceto Estados da BA, PB e RN
	PB	1.800,0	870,0	78.600,00	
	RN	100,0	0,0	0,00	
	Subtotal	**46.300,0**	**7.175,5**	**706.044,88**	
Trigo em grãos (em ton)	PR	810.000,0	341.531,5	37.071.152,28	Qualquer localidade exceto Estados da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste
	RS	1.480.000,0	1.202.583,0	105.729.340,40	
	SC	145.000,0	49.922,9	2.813.342,42	
	SP	30.000,0	0,0	0,00	
	Subtotal	**2.465.000,0**	**1.594.037,4**	**145.613.835,10**	
Laranja (em mil caixas)	SP	1.700,0	337,1	2.232.882,20	Qualquer localidade exceto Estados da BA, SE, PR, SP e MG
	MG	300,0	0,0	0,00	
	Subtotal	**2.000,0**	**337,1**	**2.232.882,20**	
Uva e derivados	RS	129.600,0	78.026,6	20.619.030,47	RS
Total		**-**	**-**	**169.171.792,70**	

Fonte: Dirab/Suope/Geope

Os recursos do PEPRO são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da

Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 3.4 - Dez maiores operações de PEP

Ordem	CNPJ	Arrematante	UF	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R$)
1º	94.106.747/0001-72	Marasca Com de Cereais Ltda	RS	Trigo	452.750,0	43.559.000,00
2º	75.904.383.0001/21	Coamo Agroindustrial Cooperativa	PR	Trigo	126.519,0	16.719.933,87
3º	97.506.455/0001-15	Coagrisol Cooperativa Agroindustrial	RS	Trigo	104.180,0	9.082.670,00
4º	00.342.609/0001-49	Fronteira Com Cereais e Red. Prod. Agrop	MT	Trigo	57.545,0	7.609.608,00
5º	08.436.729/0001-17	Central das Coop Serra Gaúcha	RS	Uva	16.838,3	7.342.173,38
6º	87.547.188/0001-70	Cooperativa Vinícola Aurora Ltda	RS	Uva	22.742,9	6.343.408,03
7º	87.573.952/0001-82	Coop Agrícola Tupanciretã Ltda	RS	Trigo	72.300,0	6.143.300,00
8º	06.963.088/0045-44	Multigrain S.A	RS	Trigo	57.250,0	6.013.500,00
9º	05.565.745/0001-11	Coop Rural Aliança Ltda	RS	Trigo	57.000,0	5.365.000,00
10º	94.813.102/0001-70	Três Tentos Agroindustrial S.A	RS	Trigo	48.000,0	4.929.700,00
Total					**1.015.125,0**	**113.108.293,87**

Fonte: Dirab/Suope/Geope

3.2.3. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.5 - Demonstrativo da Comercialização de PEPRO

Produto	UF de Origem	Quantidade		Valor Previsto da Subvenção
		Ofertada	Negociada	
Trigo (em ton)	PR	70.000,0	23.100,0	880.330,00
	RS	70.000,0	18.020,0	757.503,00
	SP	75.000,0	45.600,0	2.691.440,00
	SC	25.000,0	0,0	0,00
	Subtotal	**240.000,0**	**86.720,0**	**4.329.273,00**
Laranja (em mil caixas)	SP	33.200,0	25.475,8	116.044.076,80
	MG	1.460,4	256,9	1.080.770,00
	Subtotal	**34.660,4**	**25.732,7**	**117.044.846,30**
Total		**-**	**-**	**121.454.119,30**

Fonte: Dirab/Suope/Geope

Os recursos do PEPRO são oriundos das Operações Oficiais de Crédito-OOC, e constantes da Ação Orçamentária Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Programação Financeira-Cofin, da Secretaria de Tesouro Nacional-STN, do Ministério da Fazenda.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 3.6 - Dez maiores operações de PEPRO

Ordem	CNPJ	Arrematante	UF	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R$)
1º	60.906.724/0001-20	Coop Agroind. Holambra	SP	Trigo	15.400	1.049.720,00
2º	76.108.349/0011-85	Coop Agropec. Castrolândia	SP	Trigo	25.000	1.285.900,00
3º	75.904.383/0001-21	Coamo Agroind. Coope	PR	Trigo	8.500	353.700,00
4º	00.138.631/0001-71	Coop Agríc Capão Bonito	SP	Trigo	4.200	290.520,00

5º	055.019.028-77	Dirceu Luis Bovi	SP	Laranja	40.000 caixas	205.600,00
6º	112.482.788-95	Eliane Célia Palin Botter	SP	Laranja	40.000 caixas	205.600,00
7º	295.766.088-13	Gabriel Jorge Junqueira Franco	SP	Laranja	40.000 caixas	205.600,00
8º	020.059.178-93	Neusa Maria Girardi Franco	SP	Laranja	40.000 caixas	205.600,00
9º	314.690.228-18	Renato da Costa Neto	SP	Laranja	40.000 caixas	205.600,00
10º	231.102.178-80	Willian Hildebrand	SP	Laranja	40.000 caixas	205.600,00
Total					**-**	**4.213.440,00**

Fonte: Dirab/Suope/Geope

ACÓRDÃO N.º 781/2012 - TCU - Plenário

Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que inclua nos próximos relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre as medidas de aperfeiçoamento dos mecanismos de subvenção econômica para a comercialização das safras de café, especialmente aquelas decorrentes das determinações e recomendações expedidas no processo TC 018.696/2007-1.

Desde 2007 a Conab não mais realizou operações de Pepro Café. As medidas de aperfeiçoamento foram adotadas e, tão logo novas operações de Pepro Café sejam deflagradas, aludidas providências constarão dos Avisos de leilão.

ACÓRDÃO N.º 7189/2012 - TCU - 1ª Câmara

Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que inclua nos próximos relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre o andamento das medidas relativas à aplicação das penalidades previstas no item 15, subitens 15.1 e 15.3 dos Avisos de PEPRO, a devolução do prêmio indevidamente recebido pela União Cooperativa Agropecuária Sul de Minas (Unicoop) e a inclusão daquela cooperativa no cadastro de inadimplentes da Companhia, conforme registro de inadimplência 1516 de 22/8/2012 e "FAX" Dirap/Suope/Geope 1515, de 22/8/2012.

Em cumprimento à determinação, foi solicitada a devolução do prêmio indevidamente recebido pela Unicoop, bem como sua inclusão no cadastro de inadimplentes. Cabe ressaltar que a Unicoop recorreu administrativamente da decisão por meio de requerimento datado de 13/11/2012, cuja análise está sendo procedida pela Procuradoria Jurídica da Companhia.

3.2.4. Subvenção econômica aos produtores de cana de açúcar

Subvenção amparada pela Lei n.º 12.712 aos produtores independentes de cana de açúcar referente à safra 2010/11, na área de atuação da Sudene, Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, utilizando recursos da ordem de 74 milhões.

Quadro 3.7 - Pagamento de subvenção da cana de açúcar

UF	N.º Beneficiários	Quant (ton)	Valor (R$)
AL	5.898	6.851.328,2	34.256.641,15
BA	259	576.765,1	2.883.825,29
ES	1.400	1.123.981,2	5.619.906,06
MA	11	40.161,0	200.804,75
MG	122	479.927,7	2.399.638,47
PB	1.206	1.223.170,3	6.115.851,63
PE	6.419	3.324.376,8	16.621.883,75
PI	9	53.547,0	267.734,90
RJ	2.625	931.979,4	4.659.897,06
RN	121	242.914,7	1.214.573,66
Total	**18.070**	**14.848.151,3**	**74.240.756,72**

Fonte: Sistema Sissub

3.2.5. Subvenção econômica aos produtores extrativistas

Para os produtos da Sociobiodiversidade a Companhia desenvolveu o Programa de Subvenção Direta ao Extrativista (SDPE), por intermédio da elaboração e implementação dos Preços Mínimos de produtos extrativistas, o que possibilita a execução de subvenção aos beneficiários pela diferença entre o preço de garantia e o de mercado, assegurando melhoria da renda de modo a manter o indivíduo na floresta.

Quadro 3.8 - Pagamento de subvenção da PGPMBio

Produto	UF	N.º Extrativistas	Quant (ton)	Valor (R$)
Borracha	AC	21	13,8	28.460,61
	AM	833	336,4	213.362,50
	PA	188	85,8	93.871,72
	RO	93	84,0	140.143,60
	Subtotal	**1.135**	**520,1**	**475.838,43**
Amêndoa de Babaçu	CE	79	103,3	54.872,84
	MA	6.560	1.341,5	772.047,22
	Subtotal	**6.639**	**1.444,8**	**826.920,06**
Fibra de Piaçava	BA	1.492	7.021,0	2.946.903,30
Açaí	AM	15	29,0	9.090,70
Total Geral		**9.281**	**9.014,9**	**4.258.752,49**

Fonte: Dipai/Sugof/Gebio

A Conab realizou também oficinas de capacitação com a presença de técnicos do governo, ONGs e lideranças extrativistas, sendo possível identificar o acesso de comunidades extrativistas do Amazonas (Boca do Acre) que trabalham com o açaí.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Os instrumentos de política agrícola destinados a sustentar a renda dos produtores são aplicados através do mecanismo da compra direta (AGF), de financiamentos para comercialização (EGF), e prêmios, vinculados ao comércio da produção ou ao volume produzido. Seu principal propósito é regularizar a oferta dos produtos e matérias-primas agrícolas e estabilizar os preços de comércio em níveis considerados adequados para produtores e consumidores, no período de safra e entressafra, assim como complementar a renda dos agricultores.

A tradição acadêmica considera que os instrumentos de sustentação de preços e renda devem ter três qualidades principais:

- serem universais, no sentido que sua aplicação seja impessoal e atenda ao produtor que manifeste interesse, independente de sua classificação;
- ser passivo, no sentido de que a iniciativa de utilizar o instrumento seja do próprio produtor interessado; e
- somente sejam candidatos aos eventuais benefícios da política aqueles que produziram e têm mercadoria para vender

Além disso, para que estas qualidades sejam efetivas, é necessário que cumpram os seguintes requisitos:

- sejam anunciados, de forma ampla e tempestiva, preferencialmente antes do plantio da safra, para facilitar a decisão do produtor sobre o produto a ser semeado e a área a ser destinada;
- sejam fixados em níveis considerados remuneradores pelos interessados;
- haja recursos financeiros disponíveis para executar as operações no momento que se revelarem necessárias; e
- sejam disponibilizadas a infraestrutura física e operacional necessárias, de modo a tornar módico o custo de participar do programa oficial.

Se todas estas condições forem satisfeitas os resultados esperados são os seguintes:

- intervenção limitada na comercialização privada, com a retirada de parcela mínima da

produção, deixando aos agentes privados a tarefa de liquidar a maior parte da produção;

- elevação dos preços de comercialização para níveis considerados adequados, em decorrência da retirada do mercado de parte da produção considerada excesso de oferta. Como são mercados concorrenciais, os novos preços majorados passarão a ser a referência de comércio de todos os produtores e assegurarão um nível adequado de renda a todos eles e não apenas aos beneficiários diretos dos programas.
- garantia da saúde econômico-financeira do produtor e da continuidade da produção.

A Conab não tem uma sitemática consolidada de análise de preços que faça a comparação dos preços praticados antes e depois da intervenção oficial, para estimar a dimensão dos benefícios proporcionados aos produtores. No entanto, o potencial de atuação dos instrumentos de mercado utilizados (AGF, PEP e PEPRO), e a proporção da safra amparada pelos mesmos, permitem inferir que o objetivo de sustentação da renda dos produtores tenha sido integralmente atingido para o trigo (30,0% da safra amparada).

Para a laranja foram ofertados, na modalidade PEPRO, um volume próximo a 10% da safra destinada para a indústria, tendo sido negociados um total de 25,7 milhões de caixas com um gasto de R$117,0 milhões. Como esse mecanismo funciona através de transferência direta de determinada subvenção aos produtores, os efeitos da política oficial devem ter ficado circunscritos aos beneficiários diretos do programa, representados por aqueles que se dispuseram a receber os valores de arremate dos leilões públicos desses prêmios.

Para os derivados da uva foram ofertados para o estado do Rio Grande do Sul, na modalidade PEP, um volume próximo a 17% da safra, tendo sido negociados um total de 78,0 mil toneladas com um gasto de R$ 20,6 milhões. Como esse mecanismo funciona através de transferência de determinada subvenção no escoamento da produção, os efeitos da política oficial na redução da oferta disponível no mercado devem ter provocado um impacto (não conhecido) nos preços, afetando positivamente a renda de todos os produtores gaúchos de uva.

No caso do sisal, que é um mercado de pequenas dimensões e de poucos compradores, o efeito do anúncio da operação foi suficiente para provocar uma reação nos preços e, praticamente, dispensar a necessidade da intervenção. Assim, do total de 46,3 mil toneladas ofertadas foram negociadas apenas 7,1 mil. Do ponto de vista dos resultados, eles puderam ser atingidos com um gasto mínimo por parte do governo federal.

Com relação à cana-de-açúcar, foi aprovado por lei específica (Lei n.º 12.712) o pagamento de uma subvenção direta aos fornecedores no valor de R$ 5,00 por tonelada, para a área de atuação da Sudene e estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Esta subvenção, com um valor de R$74,2 milhões, beneficiou o universo de produtores das áreas mencionadas (em torno de 18 mil) e foi motivada pelos prejuízos decorrentes da seca que impôs sérios prejuízos aos mesmos.

Para alguns produtos extrativistas (borracha natural, amêndoa de babaçu, fibra de piaçava e açaí) houve um programa de complementação da renda dos coletores desses produtos, com o pagamento da diferença entre os preços de mercado e os preços mínimos oficiais, beneficiando uma fração considerável dos mesmos.

Quanto aos demais produtos amparados pelas políticas oficiais, que não utilizaram os instrumentos de sustentação da renda na temporada, a conjuntura da safra e dos mercados não indicou a necessidade de ser acionada qualquer medida de intervenção, pois os preços de comércio foram suficientemente remuneradores, permitindo prescindir das mesmas.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções.

3.2.6. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar–CDAF:** aquisição de produtos efetuada diretamente de agricultores familiares ou de associação de agricultores, realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do preço de referência.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea–CPR-Doação:** modalidade na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção ao governo, via Conab, e entrega o alimento diretamente em restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, creches, escolas, asilos, abrigos, etc.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar–CPR-Estoque:** possibilita às organizações da agricultura familiar obterem recursos para a aquisição de produtos da safra vigente e próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques e, assim, criar condições para melhor comercializá-los de acordo com os movimentos do mercado.

Enquanto as aquisições realizadas em 2003 (início do programa) abrangiam 56 tipos de produtos, ao término de 2012 as compras contemplaram cerca de 390 tipos, envolvendo principalmente hortícolas, frutas, laticínios, alimentos processados, carnes, peixes e derivados, grãos, oleaginosas, sementes e castanhas, caracterizadas como diversos nos quadros que se seguem. Já o número de municípios passou de 104 em 2003 para 1.180 em 2012.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.9 - Aquisições por meio da CDAF (MDS)

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R$)
BA	1	Achocolatado	172	30.000,0	588.000,00
PE	22	Caprino	302	163.828,0	1.089.456,20
PR	1	Arroz	1.453	5.302.341,0	8.764.769,62
RS	20	Diversos	10.660	16.146.683,0	80.688.982,55
SC	1	Leite UHT Integral	625	3.125.000,0	5.000.000,00
SP	1	Farinha de Mandioca	42	184.900,0	321.355,00
Total	**46**	**-**	**13.254**	**24.952.752,0**	**96.452.563,37**

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

Em relação ao ano anterior, houve um incremento de 241% no volume de recursos dispendidos nessa modalidade devido, principalmente, à aquisição de produtos para a composição das cestas de alimentos e/ou abastecimento dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

Quadro 3.10 - Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS)

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R$)
AC	8	Diversos	497	1.058.161,2	2.207.853,10
AL	20	Diversos	2.095	8.001.042,8	9.390.689,88
AM	18	Diversos	1.351	5.085.138,0	6.135.960,40
AP	5	Diversos	536	1.070.507,0	2.388.897,23
BA	104	Diversos	8.417	18.757.442,4	31.319.834,33
CE	44	Diversos	1.984	2.394.656,4	7.736.825,90
ES	32	Diversos	2.414	7.359.410,1	10.350.776,88
GO	30	Diversos	2.470	4.637.283,4	11.303.464,18
MA	56	Diversos	5.524	7.483.343,0	25.387.476,96
MG	121	Diversos	10.060	21.089.316,7	42.323.738,22
MS	24	Diversos	2.240	5.958.521,3	10.467.527,25
MT	51	Diversos	4.126	8.822.028,4	17.413.312,35
PA	43	Diversos	2.005	3.662.230,9	8.616.857,67

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R$)
AC	8	Diversos	497	1.058.161,2	2.207.853,10
PB	46	Diversos	2.318	4.735.136,9	10.175.702,45
PE	17	Diversos	1.337	3.286.805,0	5.870.245,12
PI	49	Diversos	2.595	4.086.293,0	10.270.848,43
PR	77	Diversos	8.351	16.494.410,4	31.967.992,94
RJ	15	Diversos	952	2.619.206,0	4.324.628,50
RN	77	Diversos	4.961	5.042.963,2	21.183.644,21
RO	15	Diversos	1.288	2.855.023,7	5.490.346,10
RR	1	Diversos	509	936.223,0	1.835.665,00
RS	27	Diversos	3.301	7.711.274,7	13.146.912,18
SC	64	Diversos	9.797	16.833.207,8	38.163.826,97
SE	18	Diversos	1.979	7.383.894,0	7.375.298,03
SP	130	Diversos	13.495	45.283.146,0	57.742.246,40
TO	10	Diversos	519	799.131,2	2.418.842,21
Total	**1.102**	**-**	**95.121**	**213.445.796,2**	**395.009.412,90**

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

Quadro 3.11 - Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)

Órgão	UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R$)
MDS	AL	2	Diversos	508	1.701.188,0	2.789.948,30
	BA	6	Diversos	1.526	2.413.879,0	6.884.129,47
	ES	2	Diversos	39	47.000,0	263.000,00
	PR	10	Diversos	890	1.132.554,0	3.988.398,90
	RO	1	Diversos	98	106.425,0	468.805,00
	RS	15	Diversos	2.093	17.582.523,6	12.206.078,54
	SC	4	Diversos	359	646.464,0	1.328.199,20
	SE	9	Diversos	1.960	3.447.770,0	8.346.410,46
	SP	38	Diversos	3.991	4.306.592,0	11.648.075,78
Subtotal		**87**	**-**	**11.464**	**31.384.395,6**	**47.923.045,65**
MDA	AC	3	Diversos	491	827.340,0	2.199.504,00
	AL	4	Diversos	997	2.391.549,0	4.007.838,36
	AM	4	Diversos	210	230.750,0	1.045.725,00
	AP	1	Castanha do Brasil	27	81.000,0	129.600,00
	BA	8	Diversos	325	714.410,0	1.637.281,56
	GO	2	Diversos	73	889.180,0	515.195,20
	MS	1	Semente de Feijão	188	428.571,0	1.499.998,50
	MT	6	Diversos	461	1.630.322,0	2.083.444,65
	PA	5	Diversos	162	439.595,0	1.092.268,16
	PR	10	Diversos	1.466	6.592.566,0	7.151.177,92
	RJ	1	Pescado	13	10.922,0	58.449,00
	RN	1	Arroz	65	135.110,0	270.220,00
	RO	5	Diversos	244	623.016,0	1.224.978,30
	RR	2	Diversos	152	1.004.531,0	789.915,00
	RS	14	Diversos	1.462	4.988.276,5	9.621.588,18
	SC	14	Diversos	1.503	3.293.905,8	8.529.984,79
	SE	2	Polpa de Frutas	129	193.498,0	580.494,00
	SP	15	Diversos	995	3.352.468,0	4.744.445,97
Subtotal		**98**	**-**	**8.963**	**27.827.010,3**	**47.182.108,59**
Total		**185**	**-**	**20.427**	**59.211.405,9**	**95.105.154,24**

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O PAA é um programa de intervenção direcionado ao público da agricultura familiar, e pelo pequeno volume de recursos orçamentários/financeiros envolvidos não tem como objetivo a regulação de mercado, cuja ação fica por conta da PGPM.

As demandas de aquisição que se apresentaram foram totalmente atendidas e as ações foram efetivas, na medida em que sustentaram preços e garantiram renda ao público local beneficiado do Programa.

Acrescente-se ainda, o fato de que a destinação dos produtos à formação de cestas de alimentos do MDS, ao abastecimento dos equipamentos públicos e às entidades credenciadas por aquele Ministério, que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar, garante a efetividade da ação de compra pelo lado dos beneficiários consumidores.

Em 2012, foram realizados 1.314.848 atendimentos a 412.567 famílias, com distribuição de 30.726 toneladas de alimentos em 26 estados e no Distrito Federal.

Resultado financeiro geral

O PAA é um programa que integra política agrícola (renda) e política de segurança alimentar e nutricional (assistência alimentar), que objetiva a aquisição de produtos de agricultores familiares que têm dificuldade em vender seu produtos, e viabiliza a posterior distribuição desses alimentos a pessoas em estado de insegurança alimentar.

Quadro 3.12 - Recursos dispendidos por instrumento e origem

Instrumento	Origem do Recurso	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor da Aquisição (R$)	Participação (%)	Valor Siafi (Liquidado)
CDAF	MDS	13.254	24.952.752,0	96.452.563,37	16,44	473.605.386,78
CPR Doação	MDS	95.121	213.445.796,2	395.009.412,90	67,34	
CPR Estoque	MDS	11.464	31.384.395,6	47.923.045,65	16,21	
	MDA	8.963	27.827.010,3	47.182.108,59		36.188.382,75
Total MDS		**119.839**	**269.782.943,8**	**539.385.021,92**	**91,96**	**-**
Total MDA		**8.963**	**27.827.010,3**	**47.182.108,59**	**8,04**	**-**
Total Geral		**128.802**	**297.609.954,1**	**586.567.130,51**	**100,00**	**509.793.769,53**

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

A diferença entre o valor das aquisição e o valor liquidado no Siafi (Cap 12.3 – Demonstrativo de Transferências), justifica-se com os inscritos em Restos a Pagar, para aquisições de sacaria para embalagem dos produtos e impostos.

Dez maiores operações em cada modalidade

Quadro 3.13 - Dez maiores operações do PAA

Modalidade	Origem Recurso	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Valor (R$)
CDAF	MDS	RS	87.455.432/0001-75	Coop Sul Riograndense de Laticínios Ltda	Leite em pó	16.500.000,00
		RS	88.587.357/0002-40	Coop Santa Clara Ltda	Leite em pó	11.000.000,00
		RS	91.589.507/0001-88	Coop Agropecuária Petrópolis Ltda	Leite em pó	9.500.254,00
		PR	01.106.849/0003-79	Coop Comerc e Reforma Agrária Avante Ltda	Arroz	8.764.770,00
CPR-Doação	MDS	PR	01.106.849/0002-98	Coop Comerc e Reforma Agrária Avante Ltda	Diversos	1.500.000,00
		MS	08.530.615/0001-31	Coop Agroindustrial Ceres	Diversos	1.296.000,00
		SC	04.698.410/0001-09	Coop Prod Ind Com Angelo Berti Machado	Diversos	1.070.195,00
		PR	08.751.550/0001-54	Coop Agric Familiar Integ Cerro Azul Coopafi	Diversos	1.000.000,00
CPR-Estoque	MDA	AC	04.814.502/0001-07	Coop Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre Ltda	Castanha do Brasil	1.500.000,00
		RS	87.547.188/0001-70	Coop Vinícola Agrícola Aurora Ltda	Suco de Uva	1.500.000,00
		RS	88.612.486/0001-60	Coop Vinícola Nova Aliança Ltda	Suco de Uva	1.500.000,00
		RS	90.049.156/0001-50	Coop Vinícola Garibaldi Ltda	Suco de Uva	1.500.000,00

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

Em 2012 observou-se incremento de 21% no número total de famílias fornecedoras de produtos ao PAA, em relação ao exercício anterior. Do total de 128 mil agricultores familiares, 62 mil não haviam participado em 2011 e 9 mil acessaram mais de uma modalidade do Programa.

Além disso, cerca de 49% dos fornecedores são detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, tipos A, B e A/C, que correspondem às menores faixas de renda bruta anual. Tal porcentagem atingiu 73% na Região Nordeste e 50% na Região Norte, regiões estas prioritárias no Plano Brasil Sem Miséria.

Quadro 3.14 - Indicadores de Desempenho do PAA

Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados (CPR-Doação e CPR-Estoque)	16,9	15,7	12,7
Análise: Observa-se pequena evolução no percentual de projetos com valores elevados, em relação a 2011, decorrente da atuação do PAA nos municípios, tendo ocorrido maior divulgação do Programa e capacitação técnica produtiva por parte das organizações e dos agricultores.			
Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	44,0	47,7	32,4
Análise: Em que pese a diminuição do percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA operacionalizado pela Conab, o número absoluto aumentou de 50.639 agricultores assim enquadrados em 2011 para 56.652 agricultores em 2012. Por tratar-se de um público com carências alimentares, o aumento de sua participação no total de agricultores atendidos ou no montante de recursos a eles destinado depende de atuações de outros órgãos, com vistas a melhorar a Assistência Técnica, a infraestrutura e o crédito, entre outras ações que não dependem da Conab. Além disso, a produção no nordeste do País, com grande concentração de agricultores com menor renda, diminuiu consideravelmente devido ao agravamento da seca.			
Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	41,0	45,6	30,7
Análise: A mesma do indicador anterior			
Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do País	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Avaliar a abrangência do PAA no País	21,22	21,17	19,3
Análise: Ainda que pequeno, houve crescimento no número de municípios atendidos pelo PAA operacionalizado pela Conab. O PAA está avançando em outras frentes. Dos 1.180 municípios operados em 2012, 143 não tinham acessado o PAA da Conab antes. O crescimento do PAA operado pela Conab é influenciado pela operação de outros agentes públicos que contribuem na comercialização de produtos da Agricultura Familiar, como FNDE (PNAE), Estados, Municípios e outros órgãos do governo que podem adquirir alimentos de agricultores familiares sem necessidade de licitação, conforme estipulado na nova modalidade criada, denominada Compra Institucional.			
Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	31,0	27,0	25,0
Análise: A Resolução n.º 44/2011 do Grupo Gestor do PAA estipulou percentuais mínimos de participação de mulheres em cada projeto do PAA nas modalidades Compra com Doação Simultânea (40%) e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (30%), admitindo percentuais menores até dezembro de 2012. Os percentuais fixados já foram atingidos na região Nordeste (CPR Doação e CPR Estoque) e Sudeste (CPR Estoque).			

3.3. Principais indicadores de desempenho

Os indicadores a seguir atendem tanto ao capítulo 3, para Compras e subvenções, quanto ao capítulo 4, para Vendas e subvenções.

Indicadores de efetividade das intervenções da Conab, para os principais produtos, com maior incidência nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná.

Foi escolhido um índice já conhecido na literatura, que é o Coeficiente de Pearson. De forma simplificada, este coeficiente mede o grau de associação entre dois fenômenos, que no caso das intervenções da Política Agrícola são: quantidade de produto injetado ou retirado do mercado e preço desse produto.

Tecnicamente o Índice de Efetividade é calculado através do Coeficiente de Correlação de Pearson, que é uma medida de associação linear entre variáveis. O sinal indica a relação entre as variáveis: direta (positiva) ambas crescem ou decrescem; ou inversa (negativa) uma cresce e outra decresce. Já o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o escore da outra. No outro oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis. Dessa forma, pode-se inferir que o resultado esperado das ações governamentais é uma relação

inversa, ou seja, quanto mais produto injetado no mercado, menor o preço, ou, quanto maior a quantidade de produto retirado (comprado ou removido) do mercado, maior o preço.

Uma das principais características da utilização deste coeficiente para a análise em tela é que ele é adimensional, ou seja, permite a comparação entre medidas de unidades diferentes, como volume de produto em quilogramas (Kg) e Preço de Mercado, em Reais por quilograma (R$/Kg).

A equação de cálculo do Coeficiente de Pearson é a seguinte:

$$CP = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2 (y_i - \bar{y})^2)}}$$

Onde:

x_i = Preço recebido pelo produtor em cada mês

$\bar{x}$ = Média de preço recebido pelo produtor nos 12 meses do ano agrícola

y_i = Volume utilizado (compra ou venda) no mês

$\bar{y}$ = Média do volume utilizado (compra ou venda) nos 12 meses do ano

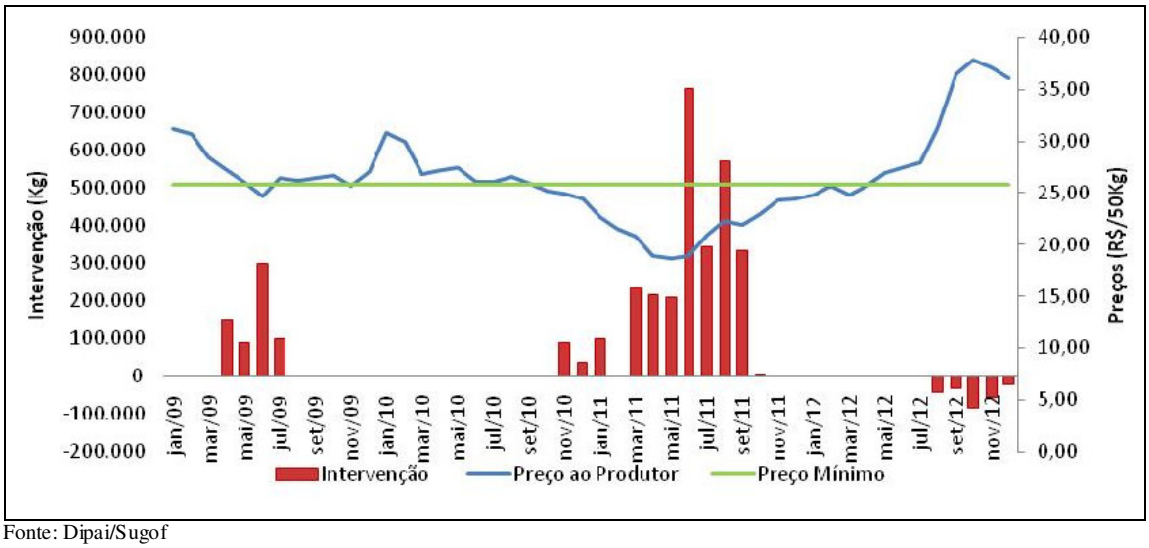
Aos valores de aquisição, ou subvenção do Governo, foi atribuído valor positivo, já para as vendas, negativo. Nos gráficos deve-se observar, no eixo das quantidades de produto, que, como o AGF e as subvenções têm o mesmo objetivo (retirar produto do mercado) suas quantidades são somadas, formando uma única quantidade de sinal positivo; já as vendas têm sinal negativo.

Leitura do indicador

Estudos técnicos classificaram as variações do valor de CP-Coeficiente de Pearson da seguinte forma: *CP* = 0,10 até 0,30 (fraco); *CP* = 0,40 até 0,60 (moderado); *CP* = 0,70 até 1 (forte).

Do valor de "*CP*" pode-se inferir com que força a aplicação dos instrumentos de política agrícola influenciaram a variação do preço de mercado. Considerando a vasta quantidade de variáveis do mercado e a força dessas variáveis, as ações podem ser consideradas efetivas, no sentido de elevar ou reduzir os preços, quando o "*CP*" atinge valores classificados como moderado e forte; assim as metas devem ser superiores a scores 0,30, pois resultados iguais ou inferiores a 0,30 indicam fraca força de atuação do instrumento no preço recebido pelo produtor.

Figura 3 - Indicador de Efetividade nas intervenções – Arroz em casca no Rio Grande do Sul



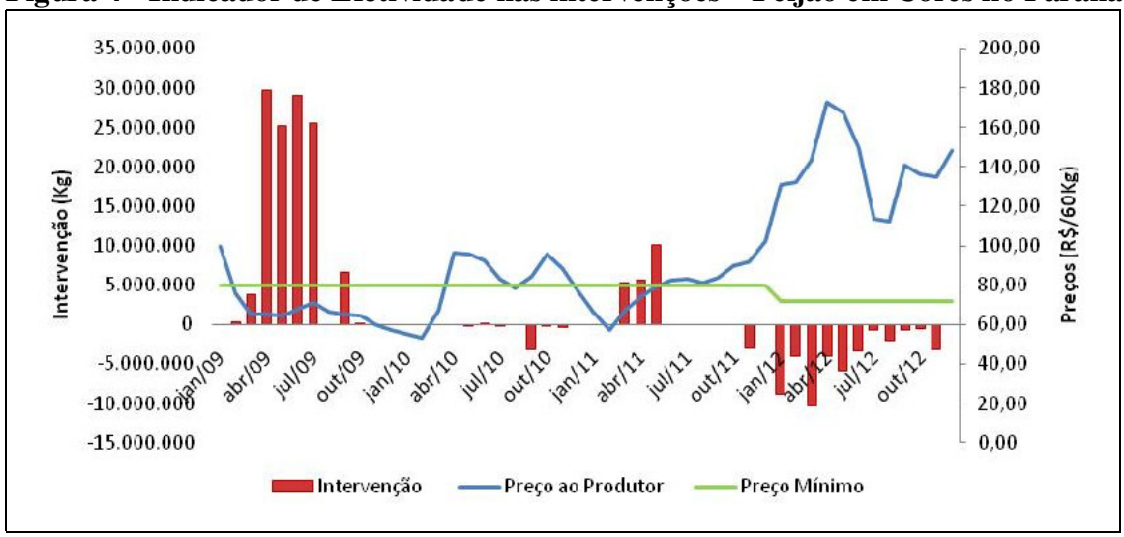
Fonte: Dipai/Sugof

As intervenções de AGF e subvenções foram exitosas em elevar o preço recebido pelo produtor, quando ele estava abaixo do mínimo; e as de Venda, em reduzir a pressão altista, no ano de 2012, visto que os preços já estavam em patamares demasiado elevados. Tal realidade é evidenciada e quantificada nos resultados Pearson apresentados na tabela a seguir.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,48
2010	-0,70
2011	-0,58
2012	-0,86

É possível atribuir o valor elevado da correlação obtida em 2012 ao fato de que os preços do arroz estavam em patamares muito elevados e, mesmo com pequenas quantidades de vendas efetivas, provocaram quedas nos preços.

Figura 4 - Indicador de Efetividade nas intervenções – Feijão em Cores no Paraná



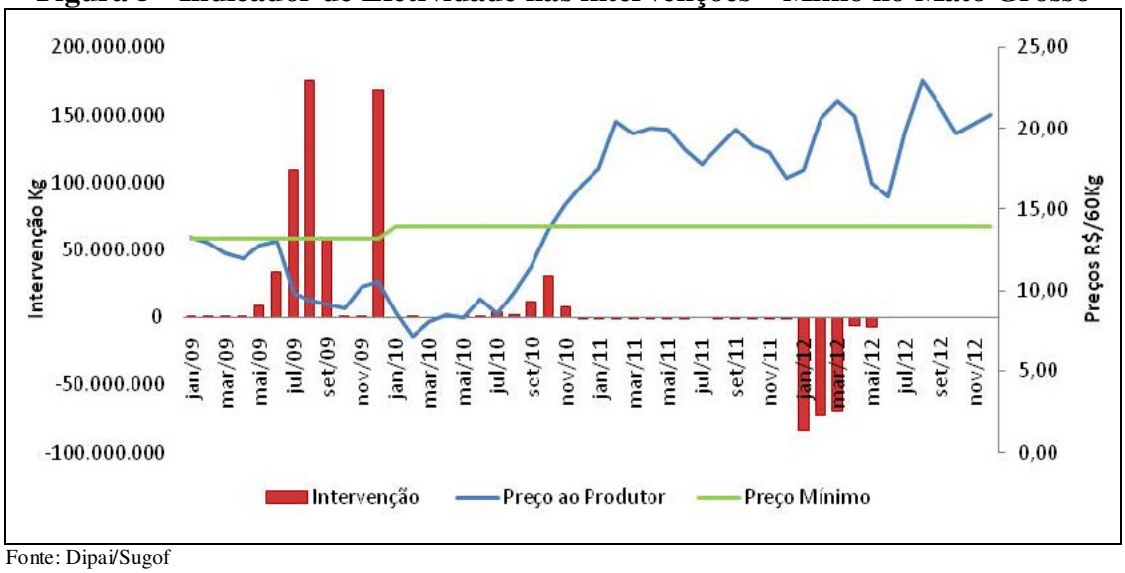
Fonte: Dipai/Sugof

As intervenções de AGF e subvenções foram pouco exitosas em elevar o preço recebido pelo produtor, quando ele estava abaixo do mínimo; e as de Venda, em reduzir a pressão altista. Tal realidade é evidenciada e quantificada nos resultados Pearson apresentados na tabela a seguir.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,33
2010	-0,15
2011	-0,17
2012	-0,38

No caso do feijão, reforçando o comentário anterior, os produtos dos estoques públicos colocados à venda não correspondem aos produtos formadores de preços de mercado, pois no primeiro caso são estoques antigos e no segundo é de produto recém-colhido. Por outro lado, nas compras, o volume de aquisições foi muito pequeno, por isso não produziu reação nos preços de mercado.

Figura 5 - Indicador de Efetividade nas intervenções – Milho no Mato Grosso



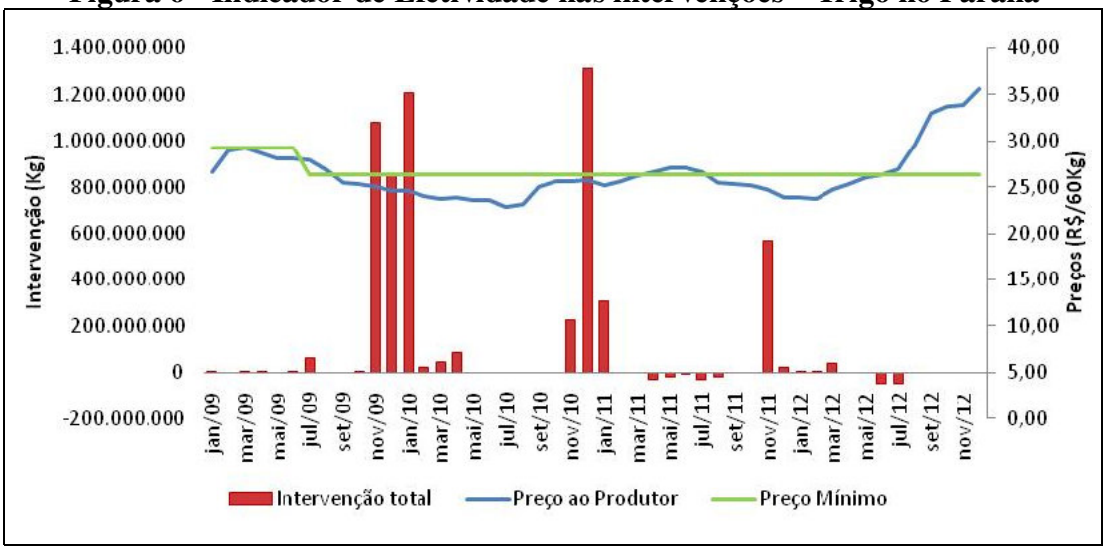
Fonte: Dipai/Sugof

As intervenções de AGF e subvenções foram pouco exitosas em elevar o preço recebido pelo produtor, quando ele estava abaixo do mínimo; e as de Venda, em reduzir a pressão altista. Tal realidade é evidenciada e quantificada nos resultados Pearson apresentados na tabela abaixo.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,09
2010	0,07
2011	0,02
2012	-0,21

O volume da safra brasileira de milho, que é objeto das operações de apoio desenvolvidas pela Conab, não consegue produzir mudanças mais efetivas na trajetória dos preços. Nesse caso, as ações são importantes para situações específicas e localidades definidas, como é o caso da venda de milho para o Nordeste, para que o produto chegue ao consumidor, como criadores de aves e outras produções animais, a preços menores, trazendo os benefícios de evitar a oneração da produção de carnes, além de não provocar pressão de baixa de preço ao produtor de milho da região.

Figura 6 - Indicador de Efetividade nas intervenções – Trigo no Paraná



Fonte: Dipai/Sugof

As intervenções de AGF e subvenções foram pouco exitosas em elevar o preço recebido pelo produtor, quando ele estava abaixo do mínimo; e as de Venda, em reduzir a pressão altista. Tal

realidade é evidenciada e quantificada nos resultados Pearson apresentados na tabela abaixo.

Safra	Resultado Pearson
2009	-0,33
2010	-0,15
2011	-0,17
2012	-0,38

As explicações para o trigo estão mais vinculadas às fontes de abastecimento interno do mercado consumidor. A produção nacional de trigo, via de regra, é menos da metade do consumo, sendo que o restante é importado. Nessa situação, para que haja condições de formar um único preço de venda, o industrial utiliza a paridade de importação, deixando de lado os preços fixados pelo Governo e suas atuações.

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à Venda

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

- Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal através da Venda em Leilão Público;
- Farelo de arroz e milho pelo programa Vendas em Balcão; e,
- Milho e trigo pela subvenção VEP.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Analisando o fato de que o Governo Federal detinha em agosto de 2012 um volume de 1,6 milhão de toneladas de **arroz**, para regular o preço de mercado a Conab fez a proposta de iniciar as vendas com ofertas quinzenais, aumentando as quantidades por pregão ou a frequência de venda, de forma a manter os preços na faixa que viabilizaria a manutenção da atividade, inclusive com a reposição das perdas da safra anterior. Para a formação dos preços de venda, a sugestão seria o uso das regras fixadas na Portaria Interministerial n.º 454, de 04/11/1997 onde, partindo-se dos preços observados nas regiões onde os estoques estavam disponíveis, dava-se os deságios de safra fixados na citada portaria e de qualidade de acordo com o MOC. Entretanto, o MAPA discordou por entender que essa metodologia iria enfraquecer os preços ao produtor, especialmente do RS, daí não foram aplicados os deságios previstos e, com isso os preços de venda da Conab ficaram incompatíveis com a qualidade do produto ofertado. Deste modo, a efetividade nas vendas não foi das melhores, tendo sido negociadas apenas 46,29% da oferta.

Já o **feijão** cores teve ação apenas de Venda em Leilão, com a finalidade de regular os preços que se encontravam em patamares elevados, porém não houve resultado em face da qualidade do produto, que não é bem aceita no mercado. A armazenagem em ambiente natural, por período superior a seis meses, apesar de conservar a qualidade nutricional do feijão cores, reduz sua qualidade visual, que atualmente é de alta relevância para o consumidor final.

Para o **milho**, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do mínimo por apenas uma semana, os preços praticados nas demais regiões em 2012, não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também que a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

Foram necessárias intervenções do governo no **trigo** para viabilizar a comercialização dos excedentes no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os graves problemas de logística para o escoamento de sua produção para a região Nordeste e Norte do país. Para isso foram feitas operações de PEP no início do ano. O produto do RS participou com 75,4% das operações. Devido aos problemas de qualidade com o trigo paranaense, em função de atipicidade climática, o governo procedeu vendas de trigo das safras 2008 e 2009 dos estoques públicos, no pico da entressafra de 2012, com o objetivo de regular a oferta de trigo no país.

A seca nos primeiros meses do ano afetou a disponibilidade de **sisal** para o setor secundário da cadeia (batedeiras/indústrias) e os preços subiram vertiginosamente (acima do preço mínimo vigente). Para suprir a falta do produto, a Conab vendeu parte dos estoques governamentais formados desde a safra 2006/2007. Agentes de mercado informaram que as vendas foram fundamentais para a manutenção das atividades das "batedeiras" e possibilitou às industrias exportadoras cumprirem contratos de exportação.

4.2. Análises das ações de Venda de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Vendas em Leilão Público

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 4.1 - Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	UF	Quantidade (ton)			Valor da Operação s/ICMS (R$)
		Ofertada	Negociada	%	
Arroz	GO	13,2	0,0	0,00	0,00
	MT	48,4	48,4	100,00	34.883,63
	RS	404.798,2	274.991,5	67,93	195.954.808,83
	SC	25.132,3	25.132,3	100,00	18.165.636,37
	Subtotal	**429.992,1**	**300.172,2**	**69,81**	**214.155.328,73**
Café	MG	3.935,7	0,0	0,00	0,00
	SP	72,4	23,8	32,84	165.073,63
	Subtotal	**4.008,1**	**23,8**	**0,59**	**165.073,63**
Feijão	DF	60,0	60,0	100,00	93.012,40
	GO	2.078,0	1.505,9	72,47	1.225.971,29
	MG	316,4	315,0	99,55	194.244,38
	MS	842,9	812,3	96,37	502.292,99
	PA	1.423,7	1.369,8	96,21	515.334,56
	PR	107.592,9	50.812,6	47,23	32.969.117,43
	RS	73,4	73,4	100,00	68.994,12
	SC	959,3	492,7	51,36	227.805,26
	SP	9.796,2	8.086,3	82,54	4.690.646,50
	Subtotal	**123.142,8**	**63.528,0**	**51,59**	**40.487.418,93**
Milho	GO	20.495,7	5.516,0	26,91	1.964.119,80
	MG	19.580,7	3.764,0	19,22	1.471.612,00
	MS	8.424,1	8.424,1	100,00	3.181.068,87
	MT	279.126,4	238.583,9	85,48	72.920.066,16
	SP	9.989,4	411,0	4,11	146.552,40
	Subtotal	**337.616,3**	**256.699,0**	**76,03**	**79.683.419,23**
Trigo	MS	736,8	670,0	90,93	344.179,17
	PR	289.155,4	289.152,7	100,00	150.031.447,44
	RS	285.491,0	282.514,7	98,96	146.758.176,59
	SP	62.857,1	61.991,8	98,62	33.044.238,75
	Subtotal	**638.240,4**	**634.329,1**	**99,39**	**330.178.041,95**
Briquete de Arroz	TO	877,8	700,0	79,74	70.000,00
Sisal	BA	22.257,4	20.335,4	91,36	23.717.811,99
Total Geral		**1.556.135,0**	**1.275.788,0**	**81,98**	**688.457.094,46**

Fonte: Dirab/Suope

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.2 - Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

Ordem	CNPJ	Arrematante	UF	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R$)
1º	20.730.099/0113-90	Sadia S/A	MT	Milho	68.994,8	21.547.561,11
2º	14.998.371/0041-06	J Macedo S/A	PR	Trigo	39.584,7	20.358.685.79
3º	84.046.101/0370-03	Bunge Alimentos S/A	PR	Trigo	36.745,5	20.177.855,62
4º	84.046.101/0301-81	Bunge Alimentos S/A	RS	Arroz	21.489,8	15.611.474,83
5º	07.054.279/0002-16	Moinho Regio Alimentos S/A	PR	Trigo	28.319,0	14.182.856,00
6º	88.618.285/0004-12	Tondo S/A	RS	Trigo	25.300,0	13.210.815,67
7º	60.728.029/0002-05	Anaconda Indl e Agrícola de Cereais	SP	Trigo	20.871,4	11.311.026,00
8º	87.274.817/0001-36	Moinho do Nordeste S/A	RS	Trigo	21.137,0	10.932.801,00
9º	02.957.104/0001-14	Correcta Ind e Com Ltda	SP	Trigo	19.809,5	10.676.294,84
10º	88.614.557/0001-63	Moinhos Galópolis S/A	RS	Trigo	20.490,5	10.644.160,59
Total					**233.747,4**	**127.105.970,33**

Fonte: Dirab/Suope/Gerop

4.2.2. Vendas em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

No período, o programa atendeu também, através das Vendas em Balcão Especial, e em caráter emergencial, os pequenos criadores vítimas da seca dos municípios situados nas áreas de abrangência da Sudene, em conformidade com as Portarias Interministeriais n.ºs 144, 424, 601 e 1.171. Com esta modalidade foram atendidos 120,8 mil clientes, com 411,9 mil toneladas de milho.

A seguir, demonstrativo do total comercializado com o Programa Vendas em Balcão.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 4.3 - Demonstrativo das Vendas em Balcão

UF	Quantidade Vendida (ton)	Receita de Venda (Em R$)	Nº de Atendimentos
Farelo de arroz			
TO	352	105.552,00	193
Subtotal	**352**	**105.552,00**	**193**
Milho			
AC	786	440.926,10	322
AL	7.581	2.795.812,00	3.752
AM	4.099	2.033.366,00	465
BA/SE	25.759	8.585.062,00	19.473
CE	81.100	30.031.015,00	65.705
ES	11.033	4.243.548,00	5.780
GO/DF	13.846	5.340.470,00	1.479
MA	6.854	2.721.840,00	2.232
MG	12.834	5.733.788,00	5.794
PA	1.787	834.800,00	93
PB	36.550	13.937.112,00	18.090
PE	16.590	5.497.189,00	25.384
PI	35.869	13.169.801,00	32.433
PR	4.905	1.720.197,00	220
RN	61.946	23.329.591,00	37.501
RO	3.493	1.561.944,00	834
RR	5.035	3.222.597,00	1.107
RS	155.169	59.217.006,00	21.307
SC	116.158	43.654.532,00	9.282
TO	1.161	614.881,70	798
Subtotal	**602.555**	**228.685.477,36**	**252.051**
Total Geral	**602.907**	**228.791.029,36**	**252.244**

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.4 - Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	CPF/CNPJ	Cliente	UF	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R$)
1.º	3.47063E-12	Cooperativa A1	SC	Milho	2.600,0	910.000,00
2.º	8.93052E-13	Coop Suinocultores de Encantado	RS	Milho	1.500,0	525.000,00
3.º	177.056.027-7	Francisco Pereira Neto	RR	Milho	154,0	98.560,00
4.º	239.438.496-34	José Gerônimo da Silveira	MG	Milho	162,0	86.195,00
5.º	9.70448E-11	Purinorte – Carvalho e Martins Ltda	PA	Milho	161,6	83.857,52
6.º	1.07674E-13	Coop Peq Prod Rurais e Indígenas	PE	Milho	226,2	68.302,13
7.º	391.666.439-53	Geraldo Martins	RO	Milho	142,5	68.002,88
8.º	317.772.635-3	Rufino Gomes Rodrigues	CE	Milho	124,6	60.833,66
9.º	321.925.920-00	Sérvulo da Fonseca e Souza	AM	Milho	119,0	60.350,00
10.º	974.622.044-6	Kathianny Aldeyze Almeida Joacy	RN	Milho	119,2	58.891,76
Total					**5.309,0**	**2.019.992,95**

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 4.5 - Demonstrativo de Comercialização de VEP

Produto	Vínculo do Produto	UF de Origem	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R$)
			Ofertada	Negociada	
Milho	AGF	GO	39.220,8	33.724,1	13.310.256,00
		MT	95.561,3	42.539,1	12.191.020,00
	C.Opção	GO	102.558,7	75.690,4	27.869.894,00
		MT	342.754,2	83.844,5	25.089.974,00
	Subtotal		**580.094,9**	**235.798,1**	**78.461.144,00**
Trigo	AGF	PR	14.956,0	0,0	0,00
		RS	20.190,5	0,0	0,00
	C.Opção	PR	15.044,0	0,0	0,00
		RS	980,0	0,0	0,00
		SP	5.396,8	0,0	0,00
	MDA	RS	8.951,2	0,0	0,00
	Subtotal		**65.518,5**	**0,0**	**0,00**
Total			**645.613,4**	**235.798,1**	**78.461.144,00**

Fonte: Dirab/Suope/Geope

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.6 - Dez maiores operações de VEP

Ordem	CNPJ	Arrematante	UF	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R$)
1º	899.754.484-53	Artur Soares de Morais	PE	Milho	5.975,0	1.172.586,50
2º	256.190.985-91	Tersa Cristina Brito Vilas Boas	SE	Milho	5.607,5	1.162.248,25
3º	001.877.044-49	Leonardo Gomes da Silva	PE	Milho	4.475,0	955.782,50
4º	035.453.262-68	Francisco Helder de Oliveira Peixoto	AM	Milho	4.404,0	951.126,80
5º	665.959.914-20	Edilson de Araújo Santos Júnior	PE	Milho	4.563,0	950.400,70
6º	12.648.028/0001-19	Granja AviForte Ltda	RN	Milho	4.600,0	925.120,00
7º	084.455.084-15	Kenichi Iwata	PE	Milho	4.050,0	827.430,00
8º	177.076.766-53	José Quintão de Oliveira	CE	Milho	4.900,0	809.905,00
9º	019.054.224-15	Fernando Antonio de Andrade	PE	Milho	4.455,1	809.277,31
10º	03.136.782/0001-89	Granja Azevem Ltda	PB	Milho	4.600,0	749.480,00
Total					**41.654,7**	**8.140.770,56**

Fonte: Dirab/Suope/Geope

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Os instrumentos de operacionalização da política de abastecimento público contemplam os lados da oferta e da demanda das matérias-primas agropecuárias e alimentos. O princípio básico que norteia sua gestão está em criar as condições básicas necessárias para a consecução de safras abundantes, ou seja, oferta adequada de crédito para o plantio, indicadores de preços oficiais de garantia no período da colheita e seguro rural para as adversidades climáticas e ambientais. Grandes safras dos principais produtos agrícolas significam a tranquilidade no abastecimento público e a geração das divisas do agronegócio internacional.

Para alguns produtos, o período da colheita significa um aumento concentrado da oferta e enorme pressão sobre os preços de comércio. Em várias circunstâncias a sustentação desses preços para o produtor rural precisa ser feita com a aquisição oficial de parcela da produção. Na entressafra, com a redução dos estoques disponíveis, a situação se inverte e a pressão de demanda tende a elevar os preços para os consumidores. Quando a pressão de demanda eleva os preços acima

dos níveis considerados razoáveis é necessário programar medidas que aumentem a oferta do produto.

Nesse sentido, uma vez formados, os estoques públicos devem estar disponíveis para promover a regularização da oferta no período da entressafra ou em safras subsequentes, quando a produção for insuficiente para atender a demanda. Dessa forma, o retorno desse produto ao mercado tem como objetivo, dependendo dos volumes disponíveis, aumentar a oferta de produtos e frear aumentos dos preços. Alternativamente, pode também atender demandas específicas de determinados setores que necessitam de apoio das políticas públicas.

No primeiro caso, enquadram-se as vendas em leilão público de arroz, feijão, milho, trigo e sisal, conforme mostrado no quadro 4.1. As vendas oficiais, moduladas de acordo com o comportamento e as necessidades do abastecimento, operam como um estabilizador de preços favorecendo os consumidores, entretanto sem criar uma pressão exagerada sobre os preços de forma a comprometer o plantio da nova safra. A Conab e as demais autoridades responsáveis pela gestão das políticas públicas de abastecimento tem tido o necessário discernimento para ajustar os volumes de comércio e encontrar o equilíbrio necessário para mediar o conflito natural entre produtores e consumidores. Esse objetivo foi cumprido pelas vendas diretas em leilão público de arroz, milho, trigo e sisal. Estes leilões foram complementados pelo uso do VEP, cuja operacionalização transfere, através do arrematante do leilão, o produto para as praças onde a escassez do determinado produto é mais acentuada. No caso do feijão, o efeito sobre os preços foi insignificante porque o produto em estoque, de safras anteriores, não substitui o produto recém-colhido que detém a preferência das donas-de-casa.

No segundo caso, os estoques são direcionados para atender determinadas classes de produtores ou daqueles que necessitam do apoio da política oficial para assegurar sua atividade. O caso mais frequente refere-se à chamada venda em balcão de milho que atende pequenos criadores com a venda dessa matéria-prima por um preço abaixo daqueles praticados pelos mercados privados. Essa forma controlada de comércio beneficia uma classe de pequenos criadores que não teriam condições de serem atendidos pelas vendas em leilão público que operam com grandes volumes. No caso do atendimento desses pequenos criadores da região da Sudene a operação, inédita e de grande porte, foi montada como uma medida para mitigar os efeitos da forte seca enfrentada pela região.

Como se pode observar, as medidas postas em ação a cada temporada são desenhadas de acordo com a conjuntura do ano específico. Os tipos de instrumentos a serem utilizados, a época e a intensidade da ação devem levar em conta a dimensão da safra produzida dos diversos bens alimentícios, a disponibilidade de estoques públicos e privados que remanescem da safra anterior, a sua distribuição geográfica e o comportamento dos preços.

Dessa forma, todos os principais mercados devem ser continuamente monitorados e a programação das prováveis ações a serem implementadas devem ser estabelecidas a cada ano, quando já é possível ter uma perspectiva clara da produção a ser colhida. Todas estas políticas têm caráter conjuntural, no sentido de que devem respeitar as características particulares de cada ano, e não há como programar as operações de intervenção no longo prazo.

Resultado financeiro geral

No período em questão, o valor das vendas e subvenções superou o das entradas, espelhando um financeiro positivo superior a 550 milhões.

Quadro 4.7 - Demonstrativo Geral das Aquisições, Vendas e Subvenções

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R$)
Aquisição	AGF	Arroz e trigo	296.525,9	141.211.158,20
		Sacaria (mil unid)	12.362,0	11.933.821,30
Subvenção	PEP	Sisal e trigo	1.679.239,5	169.171.792,70
		Laranja (em mil cx)	337,1	
	PEPRO	Trigo	86.720,0	121.454.119,30
		Laranja (em mil cx)	25.732,7	
	Cana de Açúcar	Cana de açúcar	14.848.151,3	72.240.756,72
	Extrativista	Borracha, amêndoa de babaçu, fibra de piaçava e açaí	9.014,9	4.258.752,49
Total das Aquisições e Subvenções			**-**	**443.770.891,50**
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo, briquete de arroz e sisal	1.275.788,0	688.457.094,46
	Venda em Balcão	Farelo de arroz e milho	602.907,0	228.791.029,36
Subvenção	VEP	Milho e trigo	235.798,1	78.461.144,00
Total das Vendas e Subvenção			**2.114.493,1**	**995.709.267,82**
Resultado Geral			**-**	**551.938.376,32**

4.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro 4.8 - Principais Indicadores de Desempenho

Evolução no atendimento do Programa Vendas em Balcão (%)	2012	2011	2010
Objetivo: Acompanhar a evolução no atendimento do Programa Vendas em Balcão, em relação ao ano anterior.	219,01	-5,01	90,29
Análise: O atendimento do Programa passou de 79 mil clientes em 2011 para 252 mil em 2012, quase que exclusivamente com as operações de milho, visando atender os pequenos criadores na área de abrangência da Sudene e também dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atingidos pela estiagem.			

O Capítulo 3 já contempla indicadores referentes a vendas e subvenções, afetos a este Capítulo.

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, são representadas pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e pela Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, conforme se segue.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

O programa visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, por meio do desenvolvimento e integração de dados estatísticos dos mercados atacadistas, disponibilizando informações técnicas para formulação de políticas públicas agrícolas e de abastecimento e universalização das informações geradas, reduzindo suas assimetrias junto ao público. Exercido em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contempla o conjunto de interesses do setor, da produção à comercialização, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados

O Prohort não possui varejistas cadastrados tampouco fornecedores organizados. Estes dados referem-se à Refap e estão detalhados no item 5.2. A seguir, algumas informações sobre o Prohort e seus resultados durante o ano de 2012.

O banco de informações da Conab/Prohort referente à comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro bases de dados, abaixo descritas, e disponibilizadas no portal do Prohort *www.ceasa.gov.br*:

– **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado - 41 mercados;

– **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort - 41 mercados;

– **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios – 52 mercados;

– **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização - 23 mercados.

Quadro 5.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
AC	1	1	1	1	1
AL	1	1	1	1	-
BA	3	3	3	3	-
CE	2	2	1	2	1
DF	1	1	1	1	-
ES	3	3	1	1	1
GO	1	1	1	1	1
MA	1	-	-	-	-
MG	10	10	5	10	10
MS	1	1	1	1	-
PA	1	1	1	1	-

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
PB	3	3	2	3	-
PE	3	1	1	1	-
PI	1	1	1	-	-
PR	5	5	2	5	5
RJ	5	5	1	5	1
RN	1	1	1	-	-
RS	2	2	2	1	1
SC	4	1	1	1	-
SE	1	-	-	-	-
SP	14	14	13	14	2
TO	1	1	1	-	-
Total	**65**	**58**	**41**	**52**	**23**

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

Durante o período, os técnicos do Prohort participaram de eventos relacionados ao setor hortigranjeiro, ministrando palestras sobre o Programa e realizando visitas técnicas às Ceasas visando o levantamento das necessidades para a implantação do banco de dados (computadores, servidores, estagiários, etc).

Algumas centrais de abastecimento encontram dificuldades relacionadas à inexistência de metodologia padronizada para coleta de informações, além de falta de pessoal qualificado, de equipamentos e de infraestrutura.

Apesar de um número significativo de Ceasas integrarem a base de dados da Conab/Prohort, o sistema de informações precisa ser constantemente avaliado, modernizado e adequado às necessidades das centrais e do usuário. Para tanto, é necessário um orçamento destinado à inserção de novos mercados ao sistema, bem como adequação técnica e operacional dos mercados ao sistema de informações da Conab/Prohort.

Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).

Quadro 5.2 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação	Valor (R$)		Variação
	2011	2012	(%)	2011	2012	(%)
CEASA-AC - Rio Branco	13.313,1	13.919,8	4,56	20.633.394, 17	27.540.002, 09	33,47
CEASA-AL - Maceió	101.727,0	110.003,3	8,14	0, 00	0, 00	0
CEASA-BA - Juazeiro	786.646,7	599.298,0	-23,82	713.202.571, 00	649.893.848, 00	-8,88
CEASA-BA - Paulo Afonso	28.946,2	12.533,0	-56,7	32.724.549, 51	19.349.191, 39	-40,87
CEASA-BA - Salvador	441.526,6	519.034,8	17,55	545.038, 19	724.334, 97	32,9
CEASA-CE - Fortaleza	443.720,8	0,0	0	589.651.600, 00	0, 00	0
CEASA-CE - Tianguá	72.610,4	0,0	0	64.979.900, 00	0, 00	0
CEASA-DF - Brasília	329.937,8	347.675,4	5,38	523.605.250, 64	573.148.596, 70	9,46
CEASA-ES - Vitória	508.400,1	498.920,6	-1,86	685.040.073, 74	731.519.681, 13	6,78
CEASA-GO - Goiânia	800.786,6	341.698,7	-57,33	101.870.980, 57	499.333.040, 00	390,16
CEASA-MG -Barbacena	17.670,9	16.622,5	-5,93	23.797.178, 20	24.036.920, 28	1,01
CEASA-MG - Caratinga	38.397,5	43.908,1	14,35	39.201.098, 52	49.058.048, 93	25,14
CEASA-MG - G Valadares	32.172,7	36.673,9	13,99	42.524.252, 56	52.973.869, 01	24,57
CEASA-MG - Grande BH	1.467.887,1	1.502.388,7	2,35	1.757.610.793, 57	1.956.240.729, 55	11,3
CEASA-MG - Juiz de Fora	72.088,1	72.242,6	0,21	86.973.216, 95	97.546.359, 18	12,16
CEASA-MG - Uberaba	85.223,5	17.654,6	-79,28	117.706.466, 22	26.221.071, 81	-77,72
CEASA-MG - Uberlândia	206.975,1	215.914,9	4,32	282.908.621, 50	335.969.197, 75	18,76
CEASA-MG - Varginha	44.524,9	0,0	0	0, 00	0, 00	0
C INT ABAST - Itajubá	10.916,4	5.321,1	-51,26	20.192.332, 27	10.191.667, 06	-49,53
MERC MUN - P de Minas	26.141,3	29.420,7	12,55	36.897.429, 46	46.217.947, 99	25,26
CEASA-MS - C Grande	144.085,2	0,0	0	0, 00	0, 00	0
CEASA-PA - Belém	21.815,7	0,0	0	29.699.247, 00	0, 00	0
CEASA-PB - Camp Grande	141.567,8	34.133,7	-75,89	179.152.286, 33	40.152.359, 22	-77,59

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação	Valor (R$)		Variação
	2011	2012	(%)	2011	2012	(%)
CEASA-PB - João Pessoa	97.287,5	107.513,7	10,51	114.679.732, 39	133.270.886, 32	16,21
CEASA-PB - Patos	3.713,7	34.135,8	819,19	4.067.765, 80	40.390.245, 68	892,93
CEASA-PE - Recife	660.027,9	687.222,0	4,12	892.326.160, 00	1.058.129.000, 00	18,58
CEASA-PR - Cascavel	57.427,1	59.620,8	3,82	94.876.254, 85	110.237.589, 07	16,19
CEASA-PR - Curitiba	686.009,2	708.205,8	3,24	857.411.388, 22	960.263.900, 47	12
CEASA-PR - Foz do Iguaçu	66.417,9	25.292,8	-61,92	89.211.857, 85	34.669.407, 80	-61,14
CEASA-PR - Londrina	132.459,7	114.995,8	-13,18	197.305.794, 30	163.828.837, 56	-16,97
CEASA-PR - Maringá	111.860,7	78.325,9	-29,98	167.538.944, 83	118.223.692, 63	-29,44
CEASA-RJ - Nova Friburgo	16.795,0	14.180,0	-15,57	10.651.000, 00	7.059.000, 00	-33,72
CEASA-RJ - Pati do Alferes	27.159,0	12.747,0	-53,07	26.163.000, 00	12.280.000, 00	-53,06
CEASA-RJ - Rio de Janeiro	1.470.786,0	834.586,0	-43,26	2.459.724.000, 00	1.663.804.000, 00	-32,36
CEASA-RJ - São Gonçalo	287.774,0	149.711,0	-47,98	318.893.000, 00	171.308.000, 00	-46,28
CEASA-RJ - S J de Ubá	23.514,0	24.332,0	3,48	19.529.000, 00	38.060.000, 00	94,89
CEASA-RS - Porto Alegre	553.093,1	282.242,3	-48,97	684.569.452, 30	378.266.796, 00	-44,74
CEASA-SC - Florianópolis	302.849,0	0,0	0	338.504.663, 20	0, 00	0
CEAGESP-SP - Araçatuba	56.276,5	25.909,9	-53,96	48.340.946, 33	46.469.351, 57	-3,87
CEAGESP-SP - Araraquara	47.832,5	33.567,6	-29,82	66.139.035, 50	52.649.591, 13	-20,4
CEAGESP-SP - Bauru	61.346,6	63.933,0	4,22	76.120.933, 15	91.780.010, 17	20,57
CEAGESP-SP - Franca	10.856,0	10.747,5	-1	16.258.068, 02	17.258.032, 30	6,15
CEAGESP-SP - Marília	10.043,1	11.895,0	18,44	13.859.989, 84	18.200.444, 46	31,32
CEAGESP-SP - Piracicaba	70.227,3	71.010,7	1,12	190.061.717, 64	110.376.657, 60	-41,93
CEAGESP-SP - P Prudente	47.450,6	49.950,0	5,27	90.035.666, 26	63.897.280, 46	-29,03
CEAGESP-SP - Rib Preto	258.781,1	220.814,2	-14,67	337.560.551, 15	321.587.679, 44	-4,73
CEAGESP-SP - SJ Rio Preto	77.737,8	86.141,1	10,81	113.138.345, 15	135.783.452, 22	20,02
CEAGESP-SP - S J Campos	87.490,5	102.151,5	16,76	110.623.826, 79	135.296.843, 43	22,3
CEAGESP-SP - São Paulo	3.195.120,0	3.353.638,7	4,96	4.840.189.679, 26	5.532.843.137, 74	14,31
CEAGESP-SP - Sorocaba	99.304,2	105.721,2	6,46	125.614.842, 17	138.290.660, 57	10,09
CEASA-SP - Campinas	667.516,6	686.319,8	2,82	1.059.903.227, 72	1.156.748.466, 52	9,14
CEASA-SP - Santo André	132.860,7	0,0	0	158.711.134, 35	0, 00	0
Total	**15.157.098,7**	**12.372.275,4**	**-18,37**	**18.870.926.257, 47**	**17.851.089.828, 20**	**-5,4**

Fonte: Site da Ceasa (www.ceasa.gov.br)

5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas

Em 2012 foram cadastradas 57 novas unidades varejistas, totalizando 413 cadastros ativos. A Refap conta também com 8 Centrais de Negócios formadas e 11 em processo de formação.

Quadro 5.3 - Demonstrativo de Varejistas e Centrais de Negócios

UF	Varejistas Cadastrados	Centrais de Negócios formadas	Centrais de Negócios em formação
AM	19	-	1
BA	32	1	-
CE	28	1	1
MA	20	-	1
PB	95	5	-
PE	142	1	4
PI	77	-	4
Total	**413**	**8**	**11**

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

O processo de formação de uma Central de Negócios passa pelas seguintes etapas: Definição da área de atuação; Prospecção de Mercado, Sensibilização ao associativismo; Filiação do varejista à Refap; Integração do grupo; Experimentação de ações conjuntas; Formação da

associação e Lançamento da Central de Negócios. Para que não haja comprometimento dos resultados pretendidos, esse processo leva em média um ano e meio até dois anos para ser concluído.

Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado

Por meio da Refap a Conab também atua, eventualmente, como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar.

Quadro 5.4 - Demonstrativo de Vendas pela REFAP

Produto	Quantidade (t)	Valor (Em R$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Arroz	103,6	91.131,60	1.093	190.690
Açúcar cristal	68,1	86.033,03		
Farinha de Mandioca	120,2	72.146,16		
Leite em pó	158,1	868.226,68		
Total	**450,0**	**1.117.537,47**	**1.093**	**190.690**

Fonte: Dirab/Supab/Gepab e X-Fac

Os principais mercados abrangidos são de bairros das periferias das capitais dos Estados do AM, BA, CE, MA, PB, PE e PI, e ainda, Campina Grande/PB e Arcoverde/PE.

As principais dificuldades detectadas para o bom desempenho do programa foram os recursos orçamentários insuficientes para custear as despesas com diárias, passagens, locação de veículos para cadastramento e supervisão das unidades varejistas; falta de equipamentos básicos para a equipe da REFAP (computador, notebook, datashow e máquina fotográfica); falta de material para divulgação do programa (folder, banner, cartão de visita e propaganda na mídia); falta de produtos (arroz, açúcar, farinha de mandioca e leite em pó) oriundos do PAA para comercialização; falta de estrutura física (sala e equipamentos) e de pessoal nas Superintendências Regionais; e, falta de apoio institucional.

5.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro 5.5 - Principais Indicadores de Desempenho

Mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/ Prohort	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Estimar o percentual de mercados atacadistas nacionais de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort.	6,15	12,3	18,46
Análise: Já existem 58 mercados atacadistas hortigranjeiros inseridos à base de dados da Conab/Prohort. Muitos mercados não possuem atualmente condições necessárias para integração, relativas à existência de metodologia padronizada de coleta de informações, pessoal qualificado, equipamentos, dentre outros.			
Evolução de Varejistas Cadastrados em Centrais de Negócios	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Acompanhar a evolução do quantitativo dos varejistas cadastrados e filiados às Centrais de Negócios	413	-	-
Análise: Devido à mudança de metodologia, fez-se necessário nova contagem a partir de 2012.			

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)

Quadro 6.1 - Estoque de Terceiros em Unidades Próprias

UF	Quantidade (ton)	Valor (R$)
AM	17,9	307.825,00
BA	548,9	766.883,20
CE	20,5	83.203,07
DF	8.747,3	13.472.670,95
ES	539,2	8.348.442,94
GO	5.494,9	3.184.796,36
MA	10.196,7	6.306.333,46
MG	4.624,3	22.400.358,53
MS	10.936,4	4.949.607,80
MT	61,4	21.919,85
PA	550,6	5.232.117,77
PB	110,1	679.794,00
PE	2,2	139.937,37
PI	82,7	2.402.296,00
PR	32.197,0	33.278.037,09
RJ	4.689,1	6.239.424,30
RS	1.242,7	6.447.002,66
SC	445,2	1.827.989,18
SP	8.727,1	26.097.842,69
TO	36,9	17.458,70
Total	**89.209,6**	**142.182.021,10**

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

Ver Anexo II – pág. 116 para quadro detalhado por produto.

Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

O controle de qualidade nos estoques governamentais resultaram em classificação de 597.819 toneladas, sendo 8.252 toneladas da Agricultura Familiar, 15.512 toneladas do Estoque Estratégico, 265.167 toneladas do Contrato de Opção e 308.888 toneladas das Aquisições do Governo Federal (AGF).

Também foram realizadas operações de classificação em estoques governamentais com suspeitas de depreciação de qualidade em diversas localidades da federação. Essas operações são de grande importância na medida em que subsidiam a tomada de decisão quanto à destinação dos estoques.

Houve, ainda, a participação junto ao MAPA na elaboração e discussão de regulamentos e normas na área de Classificação e Controle de Qualidade, com destaque para a discussão sobre a IN MAPA n.º 60/2011, que aprova o Regulamento Técnico do milho, dispondo novos padrões de qualidade para o produto em âmbito nacional. Também foram continuados os procedimentos para a contratação de novas entidades credenciadas no MAPA para prestação de serviços de classificação vegetal dos estoques governamentais.

De maneira geral, a qualidade dos produtos armazenados na Conab é satisfatória, com perdas em alguns pontos específicos, cujas causas são identificadas e para os quais são adotadas as devidas providências.

Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

Quadro 6.2 - Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Vendas e Serviços	**18.148.474,23**	**25,97**
Receita de Vendas	131,98	0,00
Receita de Serviços	18.148.342,25	25,97
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-2.218.066,58	-3,17
=Receita líquida de vendas e serviços	**15.930.407,65**	**22,79**
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	0,00
=Lucro bruto operacional	**15.930.407,65**	**22,79**
-Despesas Operacionais	**-971.395.272,48**	**-1.389,79**
Despesas de Pessoal	-508.205.011,51	-727,10
Despesas Financeiras	-	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	-463.190.260,97	-662,70
Receitas Operacionais Diversas	**957.122.930,40**	**1.369,37**
Resultado Não Operacional	**68.236.818,32**	**97,63**
Resultado	**69.894.883,89**	**100,00**

Fonte: Diafi/Sucon/Gerac

6.2. Leilões de Terceiros

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de leilões de terceiros

Os leilões de terceiros são operações eventuais, onde a Conab recebe uma remuneração do cliente pelo uso do sistema de interligação de Bolsas de Mercadorias. Não há regularidade na demanda para essas operações. Em geral, quando ocorrem, são tempestivamente atendidas.

Quantidade física e financeira de produtos transacionada em leilões de terceiros por produto e por Estado; faturamento total com serviços de leilões de terceiros

Quadro 6.3 - Demonstrativo de Arrecadação com Leilões de Terceiros

Setor	Ofertante	Mês	Produto	Origem Produto	Quantidades (Em ton)		Valor Operação (Em R$)	Comissão Conab
					Ofertada	Negociada		
Privado	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de MG	Ago	Café	MG	36	36	177,25	1.152,12
			Feijão	MG	50	0	0,00	0,00
		Set	Feijão	MG	50	0	0,00	0,00
		Out	Feijão	MG	50	0	0,00	0,00
		Dez	Feijão	MG	50	50	17,50	113,75
Subtotal Setor Privado					**236**	**86**	**194,75**	**1.265,87**
Público	MDIC	Mar	Coco seco	Imp	6.608	6.608	2.965.347,00	14.826,74
		Jun	Coco seco	Imp	6.258	6.258	1.378.865,00	6.894,33
Subtotal Setor Público					**12.866**	**12.866**	**4.344.212,00**	**21.721,07**
Total Geral					**13.102**	**12.952**	**4.344.406,75**	**22.986,94**

Fonte: Dirab/Suope/Gerop

6.3. Classificação de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas

A Conab não detém estrutura técnica, quadro de pessoal especializado de classificadores e, principalmente, estrutura laboratorial apropriada para realização dos serviços de classificação de produtos governamentais.

Sendo assim, a Companhia contrata empresas credenciadas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, para prestação de serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, formalizando contratualmente as obrigações, direitos e responsabilidades consignados para a consecução das atividades.

Quantidade física e financeira de produtos classificados por produto e por Estado; Faturamento total com serviços de classificação; Demonstração do resultado financeiro das operações de classificação de produtos agrícolas;

O único estado que efetivamente presta o serviço de classificação para terceiros é o Espírito Santo, e em pequena escala. O faturamento este ano foi de apenas R$21,40 referente a classificação de 12 toneladas de arroz, a cliente da região.

Nos demais estados a classificação é realizada apenas para o controle interno de qualidade dos produtos governamentais, e não gera receita financeira.

6.4. Principais indicadores de desempenho

Quadro 6.4 - Principais Indicadores de Desempenho

Despesas de armazenagem em relação a Receita	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Comparar as despesas efetuadas e a receita auferida na prestação de serviços de armazenagem. Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.	2,72	1,93	1,89
Análise: Com a diminuição dos estoques de terceiros, consequentemente diminuiu a receita.			
Percentual de Estoque de Terceiros em relação aos Estoques Públicos	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Comparar os estoques de terceiros e os estoques públicos nas Unidades Armazenadoras próprias. (Estoque total)	18,0	22,0	18,0
Análise: Influenciaram no resultado em relação ao ano anterior: a compra de milho pelo governo, aumentando os estoques públicos; as melhorias na iniciativa privada; e o aquecimento do mercado que gerou menor tempo de armazenamento.			

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

A média do percentual de ocupação dos armazéns próprios ficou em 25,6%. De forma geral, o percentual de ocupação apresenta-se baixo devido a fatores como: baixa capacidade graneleira; mudança das fronteiras agrícolas; falta de suporte de pessoal da área de engenharia; estrutura de armazenagem e equipamentos obsoletos; grande concentração de unidades com finalidade exclusivamente social, com alta rotatividade, não formando estoques; falta de pessoal qualificado nas Unidades, o que coopera com a má gestão em algumas delas; ausência de política de armazenagem para os armazéns próprios; e, adoção de tarifas não competitivas.

Quadro 7.1 - Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
			Convencional	Granel	Frigorificada			
AC	1	1	600	0	0	600	175	29,2
AL	2	2	6.000	0	0	6.000	3.010	50,2
AM	1	2	4.800	0	0	4.800	659	13,7
AP	1	1	640	0	0	640	0	0,0
BA	5	10	33.800	0	0	33.800	6.414	19,0
CE	8	11	56.400	0	0	56.400	10.048	17,8
DF	1	5	37.800	25.800	0	63.600	15.139	23,8
ES	2	3	86.000	0	0	86.000	4.524	5,3
GO	9	14	71.000	119.200	0	190.200	76.544	40,2
MA	3	8	11.500	52.000	0	63.500	12.084	19,0
MG	10	17	127.200	241.600	2.400	371.200	95.163	25,6
MS	8	17	22.300	164.700	0	187.000	10.794	5,8
MT	5	21	26.700	172.700	0	199.400	46.259	23,2
PA	3	5	25.000	0	0	25.000	3.273	13,1
PB	4	4	22.200	0	0	22.200	2.655	12,0
PE	2	4	28.400	0	0	28.400	1.892	6,7
PI	4	6	23.900	0	0	23.900	4.680	19,6
PR	5	12	109.800	445.800	5.000	560.600	216.495	38,6
RJ	1	2	26.800	0	0	26.800	7.473	27,9
RN	6	6	26.700	0	0	26.700	6.741	25,2
RO	3	5	20.000	0	0	20.000	2.623	13,1
RR	1	4	8.700	0	0	8.700	711	8,2
RS	3	4	13.300	0	14.100	27.400	6.354	23,2
SC	2	4	6.600	5.000	0	11.600	2.636	22,7
SE	1	1	3.200	0	0	3.200	3.242	101,3
SP	4	5	164.500	0	0	164.500	29.029	17,6
TO	2	3	5.200	28.000	0	33.200	6.060	18,3
Total	**97**	**177**	**969.040**	**1.254.800**	**21.500**	**2.245.340**	**574.677**	**25,6**

Fonte: Suarm/Gecad

Com o objetivo de aumentar o índice de ocupação, foram adotadas as seguintes estratégias: descentralização de algumas contratações de obras e serviços para as Regionais, visando agilizar a recuperação da rede; contratação de engenheiros nas áreas civil, elétrica, mecânica e arquitetura para realização dos trabalhos de recuperação e modernização da Rede própria; treinamento de pessoal das Unidades Armazenadoras e Superintendências Regionais (139 empregados); e, estudo por parte da Gecad para atualização e regionalização das tarifas.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

O milho, trigo, café e feijão tiveram a maior representatividade no estoque final.

É satisfatória a qualidade dos produtos armazenados na Conab, sendo que as perdas, em alguns pontos específicos, tem suas causas identificadas e providências são adotadas para evitar perdas futuras. A Conab possui um corpo técnico de RT-Responsáveis Técnicos que constantemente acompanham a qualidade desses produtos, determinando a correção de algumas falhas detectadas tanto na qualidade quanto no armazenamento.

Quadro 7.2 - Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Quantidade (ton)	Valor (R$)
AC	266,3	226.224,33
AL	2.245,5	2.255.313,46
AM	187,3	456.802,76
BA	1.202,6	4.168.332,83
CE	3.758,6	4.966.413,92
DF	6.029,0	3.030.320,22
ES	101,3	151.755,54
GO	53.251,4	28.273.745,26
MA	5.904,3	6.617.800,86
MG	85.502,4	450.502.499,42
MS	1.430,3	2.514.696,20
MT	517,6	923.801,75
PA	2.177,7	4.295.981,72
PB	5.455,8	6.002.885,85
PE	2.759,4	5.381.799,92
PI	1.326,7	2.054.288,18
PR	117.723,3	75.327.924,23
RJ	138,8	249.099,95
RN	1.648,7	1.925.477,97
RO	2.364,7	1.866.657,22
RR	1.213,1	1.335.468,14
RS	1.201,6	1.776.267,00
SC	972,7	1.199.126,22
SE	435,0	939.986,74
SP	11.635,8	63.317.372,40
TO	3.373,4	2.657.603,55
Total	**312.824,6**	**672.417.646,01**

Fonte: Suarm/Gearm

Para informações mais detalhadas, por produto e tipo, visualizar Anexo III, pág. 118.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados

Todo o estoque público oriundo das diversas operações de apoio desenvolvidas pelo Governo Federal é armazenado em empresas prestadoras de serviços de armazenagem, que se credenciam junto à Companhia para este fim.

Na AGF, a escolha do armazém depositário é de livre arbítrio do produtor rural, consoante instruções contidas no regramento específico que disciplina a matéria.

Quadro 7.3 - Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R$)
BA	SISAL LONGA C	-	4.155,4	6.830.196,17
	Subtotal BA		**4.155,4**	**6.830.196,17**
GO	ALGODAO EM PLUMA	-	27,2	349.758,16
	MILHO DESCLASSIFICADO(A)	-	30,0	954,00
	MILHO EM TIPO	-	100.013,2	56.610.633,13
	Subtotal GO		**100.070,5**	**56.961.345,29**
MG	FEIJAO ANAO CORES	2	0,9	2.095,22
	MILHO EM TIPO	-	2.428,8	1.666.200,30
	Subtotal MG		**2.429,8**	**1.668.295,52**
MS	ALGODAO EM PLUMA BICA CORRIDA	-	32,7	116.199,68
	MILHO EM TIPO	-	11.475,6	6.770.644,72
	Subtotal MS		**11.508,4**	**6.886.844,40**
MT	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO DESCLASSIFI	-	503,3	362.543,86
	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO FINO ABAIXO	-	78,9	26.062,05
	MILHO ABAIXO DO PADRAO	-	107,7	56.159,03
	MILHO DESCLASSIFICADO(A)	-	2.291,7	605.958,49
	MILHO EM TIPO	-	427.141,8	216.064.980,73
	Subtotal MT		**430.123,5**	**217.115.704,16**
PR	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO FINO	1	1.080,0	1.760.918,57
	FEIJAO ANAO CORES	1	45,1	181.621,11
	FEIJAO ANAO PRETO	1	380,0	301.334,05
	TRIGO PAO	1	82.330,4	50.181.950,10
	FEIJAO ANAO CORES	2	3.484,8	5.531.901,18
	FEIJAO ANAO PRETO	2	229,3	325.177,85
	TRIGO PAO	2	30.475,6	18.290.631,12
	FEIJAO ANAO CORES ABAIXO DO PADRAO	-	8.093,4	11.822.932,30
	FEIJAO ANAO PRETO (A) ABAIXO DO PADRAO	-	206,3	220.663,16
	FEIJAO COMUM PRETO (A) DESCLASSIFICADO(A	-	96,6	171.904,64
	MILHO EM TIPO	-	426,2	201.493,45
	Subtotal PR		**126.848,2**	**88.990.527,53**
RS	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO FINO	1	1.089.956,1	812.618.183,22
	TRIGO MELHORADOR	1	600,0	317.490,92
	TRIGO PAO	1	264.555,2	139.214.471,83
	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO FINO	2	18.772,3	10.997.843,87
	FEIJAO ANAO CORES	2	33,3	51.969,12
	ARROZ BENEFICIADO (A) POLIDO LONGO FINO	-	1.381,4	2.027.788,27
	FEIJAO ANAO PRETO	3	30,6	42.284,73
	MILHO EM TIPO	-	25.526,5	16.959.507,57
	SOJA PADRAO BASICO	-	37,5	48.290,05
	TRIGO BRANDO	1	571,0	315.839,20
	Subtotal RS		**1.401.464,3**	**982.593.668,78**
SC	FEIJAO ANAO PRETO	1	32,1	50.736,69
	MILHO EM TIPO	-	6.770,2	6.931.159,76
	Subtotal SC		**6.802,2**	**6.981.896,45**
SP	FEIJAO ANAO CORES	2	52,7	80.085,90
	FEIJAO ANAO CORES	3	8,8	12.104,73
	MILHO EM TIPO	-	14.144,3	6.327.806,81
	Subtotal SP		**14.205,9**	**6.419.997,44**
Total			**2.097.608,7**	**1.374.448.475,74**

Fonte: Suope/Gefoc

O Estado do Rio Grande do Sul participa com 66,8% dos estoques em armazéns contratados, em razão da inexistência de armazéns próprios da Conab para a armazenagem de grãos nas diversas regiões produtoras do Estado.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº3.855/2001.

a) Principais problemas

Os armazéns da Conab possuem estruturas com mais de 20 anos que necessitam de constante manutenção nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas), principalmente nas

coberturas. Os equipamentos eletromecânicos acham-se, em sua maioria, obsoletos/ultrapassados, ou seja, em descompasso com a realidade e exigências do mercado atual.

b) Demanda por manutenção

Através da CI Suarm n.º 1.654, de 10/12/2012, foi solicitado a todas Superintendências Regionais um levantamento minucioso das necessidades de recuperação e modernização da rede armazenadora. Praticamente todas as Unidades Armazenadoras necessitam de reparos em sua estrutura física e aquisição de equipamentos sendo, em sua maioria, definidos como alta prioridade.

O valor estimado ficou em R$210.711.913,35 para a recuperação e modernização de toda rede armazenadora. As maiores demandas vieram dos Estados do MT (R$42.610.000,00) e GO (R$25.263.600,00).

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Quadro 7.4 - Valor gasto para manutenção nas Unidades Armazenadoras

Sureg	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
			Corrente	Capital	
AL	5.614,23	1.949,00	0,00	0,00	**7.563,23**
AM	1.760,00	0,00	0,00	33.330,00	**35.090,00**
BA	7.100,00	10.553,91	36.354,38	179.704,70	**233.712,99**
CE	3.423,20	10.950,00	0,00	0,00	**14.373,20**
ES	20.916,24	78.554,00	0,00	0,00	**99.470,24**
GO	50.451,95	31.625,93	8.624,72	50.850,00	**141.552,60**
MA	81.346,88	17.362,59	19.630,80	69.070,00	**187.410,27**
MG	51.417,86	42.989,07	0,00	0,00	**94.406,93**
MS	45.935,04	85.071,96	300,04	0,00	**131.307,04**
MT	49.438,94	2.809,54	0,00	1.240.680,37	**1.292.928,85**
PA	9.727,40	4.043,96	7.950,00	46.244,00	**67.965,36**
PB	3.773,20	12.000,00	960,00	0,00	**16.733,20**
PI	9.290,00	14.567,88	0,00	0,00	**23.857,88**
PR	220.065,01	4.676,00	40.600,00	0,00	**265.341,01**
RJ	0,00	1.056,99	0,00	0,00	**1.056,99**
RN	13.798,51	69.859,80	0,00	0,00	**83.658,31**
RO	0,00	0,00	0,00	5.500,00	**5.500,00**
RS	154.222,56	45.471,06	93.667,28	0,00	**293.360,90**
SC	38.834,50	9.678,00	14.799,37	0,00	**63.311,87**
SP	33.078,00	0,00	0,00	0,00	**33.078,00**
TO	25.044,67	56.303,22	25.510,00	44.490,05	**151.347,94**
Total	**825.238,19**	**499.522,91**	**248.396,59**	**1.669.869,12**	**3.243.026,81**
	1.324.761,10		**1.918.265,71**		

Fonte: Siafi

Ver Anexo IV - pág 121, para obras realizadas por Unidade Armazenadora.

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural e aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu um cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras a partir de 2012, onde foram certificadas 3 Unidades. O plano de investimentos para certificação destas três unidades prevê obras a serem realizadas no período de 2012 a 2015, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro 7.5 - Plano de Investimentos para Certificação das UAs em 2012

BRASÍLIA – DF			
Capacidade estática: 63.300	**Modalidade: Granel/Conv**	**Enquadramento: Intermediária**	
Obras		**Custos**	**Obrigatoriedades**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00	O1
Sistema de ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000,00	O1
Termometria (sensores a cada 150 m3)		30.000,00	O4
Total Brasília		**118.000,00**	
CAMBÉ – PR			
Capacidade estática: 25.800	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Coletora**	
Obras		**Custos**	**Obrigatoriedades**
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		205.000,00	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000,00	O1
Total Cambé		**303.000,00**	
PONTA GROSSA – PR			
Capacidade estática: 420.000	**Modalidade: Granel**	**Enquadramento: Intermediária**	
Obras		**Custos**	**Obrigatoriedades**
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		30.000,00	O1
Total Ponta Grossa		**78.000,00**	
TOTAL GERAL		**499.000,00**	

Legenda:
O1: Exigência no momento da vistoria
O3: Exigência a partir de dezembro de 2013
O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

Fonte: Dirab/Suarm/Gerap

Quadro 7.6 - Plano de Investimentos para Certificação das UAs – 2013 a 2015

Ano	UF	Unidade Armazenadora	Custos	Total
2013	BA	UA Irecê	423.000,00	423.000,00
	GO	UA Goiânia	253.000,00	861.000,00
		UA Rio Verde	608.000,00	
	MG	UA Campos Altos	472.000,00	2.753.000,00
		UA Conceição do Rio Verde	527.000,00	
		UA Juiz de Fora	527.000,00	
		UA Montes Claros	68.000,00	
		UA Perdões	427.000,00	
		UA São Sebastião do Paraíso	102.000,00	
		UA Uberlândia	528.000,00	
		UA Varginha	102.000,00	
	MT	UA Rondonópolis	3.123.000,00	3.123.000,00
	SC	UA São José	48.000,00	48.000,00
Total 2013				**7.296.000,00**
2014	AC	UA Rio Branco	318.000,00	318.000,00
	AL	UA Maceió	818.000,00	818.000,00
	AM	UA Manaus	68.000,00	68.000,00
	CE	UA Maracanaú	1.833.000,00	1.833.000,00
	GO	UA Itaporanga	283.000,00	2.270.000,00
		UA Palmeiras de Goiás	393.000,00	
		UA Paraúna	613.000,00	
		UA Pontalina	788.000,00	
		UA Santa Helena de Goiás	193.000,00	
	MA	UA São Luís (Tiririca)	723.000,00	723.000,00
	MS	UA Campo Grande	2.068.000,00	2.889.000,00
		UA Maracaju	413.000,00	
		UA São Gabriel do Oeste	408.000,00	
	MT	UA Alta Floresta	523.000,00	1.256.000,00
		UA Sinop	733.000,00	

Ano	UF	Unidade Armazenadora	Custos	Total
	PA	UA Ananindeua	1.548.000,00	1.548.000,00
	PB	UA João Pessoa	1.573.000,00	1.573.000,00
	PE	UA Recife	83.000,00	83.000,00
	PI	UA Teresina	1.288.000,00	1.288.000,00
	RJ	UA Lyra Tavares	403.000,00	403.000,00
	RN	UA Caiapós	1.648.000,00	1.648.000,00
	RO	UA Porto Velho	998.000,00	998.000,00
	RS	UA Porto Alegre	358.000,00	358.000,00
	SC	UA Herval d'Oeste	1.543.000,00	1.543.000,00
	TO	UA Formoso do Araguaia	458.000,00	458.000,00
Total 2014				**20.328.000,00**
2015	AL	UA Palmeira dos Índios	313.000,00	313.000,00
	BA	UA Entre Rios	223.000,00	1.057.000,00
		UA Itaberaba	248.000,00	
		UA Ribeira do Pombal	293.000,00	
		UA Santa Maria da Vitória	293.000,00	
	CE	UA Crateús	293.000,00	1.708.000,00
		UA Icó	293.000,00	
		UA Iguatu	293.000,00	
		UA Russas	293.000,00	
		UA Senador Pompeu	243.000,00	
		UA Sobral	293.000,00	
	ES	UA Camburi	67.000,00	134.000,00
		UA Colatina	67.000,00	
	GO	UA Porteirão	718.000,00	1.496.000,00
		UA São Luís dos Montes Belos	778.000,00	
	MA	UA Imperatriz	1.228.000,00	2.561.000,00
		UA Itaqui	1.333.000,00	
	MS	UA Cassilândia	408.000,00	3.560.000,00
		UA Chapadão do Sul	1.448.000,00	
		UA Dourados	448.000,00	
		UA Rio Brilhante	628.000,00	
		UA Sidrolândia	628.000,00	
	MT	UA Diamantino	783.000,00	2.141.000,00
		UA Sorriso	1.358.000,00	
	PA	UA Marabá	268.000,00	606.000,00
		UA Santarém	338.000,00	
	PB	UA Campina Grande	353.000,00	929.000,00
		UA Monteiro	288.000,00	
		UA Patos	288.000,00	
	PE	UA Arcoverde	318.000,00	318.000,00
	PI	UA Floriano	318.000,00	649.000,00
		UA Parnaíba	233.000,00	
		UA Picos	98.000,00	
	PR	UA Apucarana	507.000,00	590.000,00
		UA Rolândia	83.000,00	
	RN	UA Assu	233.000,00	1.087.000,00
		UA Caicó	283.000,00	
		UA Currais Novos	338.000,00	
		UA Mossoró	233.000,00	
	RO	UA Cacoal	278.000,00	731.000,00
		UA Vilhena	453.000,00	
	RR	UA Boa Vista	1.988.000,00	1.988.000,00
	SE	UA Itabaiana	278.000,00	278.000,00
	SP	UA Bauru	272.000,00	863.000,00
		UA Bernardino de Campos	272.000,00	
		UA Carapicuíba	47.000,00	
		UA Garça	272.000,00	
	TO	UA Araguaína	183.000,00	183.000,00
Total 2015				**11.430.000,00**
Total Geral				**39.553.000,00**

Fonte: Dirab/Suarm/Gerap

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

É de grande importância que nossa capacidade estática seja adequada e bem distribuída, harmonizando o escoamento da produção e possibilitando melhores preços de venda.

A capacidade estática no país não corresponde ao crescimento acentuado da produção agrícola e nem às novas fronteiras agrícolas. Segue abaixo, quadro com a demanda de armazenagem por Estado.

Quadro 7.7 - Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produção (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total		
AC	15	28,3	1,0	29,3	126,9	**433,4**
AL	73	201,2	348,9	550,1	56,1	**10,1**
AM	46	73,4	314,9	388,3	54,3	**13,9**
AP	2	1,5	0,0	1,5	5,6	**384,6**
BA	634	860,4	3.162,4	4.022,8	6.331,2	**157,3**
CE	102	216,2	130,5	346,8	171,9	**49,5**
DF	90	150,7	313,6	464,2	609,5	**131,2**
ES	239	581,9	815,5	1.397,4	93,9	**6,7**
GO	931	1.313,6	11.676,5	12.990,2	18.597,8	**143,1**
MA	158	133,0	1.670,9	1.803,8	2.922,5	**162,0**
MG	1.218	2.923,5	5.629,3	8.552,8	12.209,8	**142,7**
MS	836	636,4	6.682,4	7.318,8	11.610,4	**158,6**
MT	2.149	2.321,3	26.160,2	28.481,5	40.353,0	**141,6**
PA	132	208,3	398,1	606,4	1.172,7	**193,3**
PB	25	51,6	41,3	92,9	7,8	**8,3**
PE	109	395,1	582,6	977,8	73,1	**7,4**
PI	141	93,1	869,0	962,1	2.286,0	**237,6**
PR	3.072	4.668,6	22.633,2	27.301,7	31.447,7	**115,1**
RJ	28	105,2	79,1	184,3	23,9	**12,9**
RN	21	51,8	5,3	57,0	8,1	**14,2**
RO	129	205,5	463,9	669,4	1.094,3	**163,4**
RR	27	35,4	112,1	147,4	131,4	**89,1**
RS	4.825	2.845,7	26.343,0	29.188,8	20.888,8	**71,5**
SC	969	751,1	4.344,0	5.095,2	5.477,6	**107,5**
SE	1	2,6	0,0	2,6	609,9	**23.639,5**
SP	1.439	5.754,3	6.870,8	12.625,2	7.437,1	**58,9**
TO	127	378,3	820,1	1.198,4	2.370,8	**197,8**
Total	**17.538**	**24.988,0**	**120.468,5**	**145.456,5**	**166.172,1**	**87,5**

Fonte: Sicarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Vide Anexo V – pág. 133 para informações detalhadas por produto.

Quando analisamos de forma regionalizada, a Região Norte apresenta demanda de armazenagem de 162,9% em relação à produção, em seguida aparece a Região Centro-Oeste com 144,5% e a Região Nordeste com 141,4%. As Regiões Sul e Sudeste teoricamente conseguem armazenar tudo o que produzem.

O quadro nos mostra também um déficit de armazenagem no país próximo a 20,7 milhões de toneladas em 2012. O 4.º levantamento da safra 2012/13 apresenta uma produção de 184 milhões de toneladas o que elevaria o déficit para 38,5 milhões.

Devemos levar em conta neste cálculo algumas variáveis como o escoamento da produção, a exportação, o consumo interno, a sazonalidade da safra etc, mas por outro lado, devemos considerar também um grande número de armazéns vistoriados pela Conab que não apresentam a mínima condição técnica para a estocagem de grãos.

Ações de capacitação de mão de obra do Setor Armazenador

A necessidade da implementação de novos controles como feedback do participante e redefinição do público alvo beneficiado com o treinamento e, ainda, a regularização administrativa

do Centreinar, órgão responsável pela execução da Ação, por meio do convênio Conab e Funarbe resultaram na suspensão da Ação. A retomada depende da disponibilidade de recursos, da assinatura de novo convênio, e da implementação desses controles. A Ação não consta no novo PPA para o período 2012-2015.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

No período, 212 fiscais estiveram envolvidos com as atividades de fiscalização. A Conab apresenta déficit de fiscais para a execução das atividades, devido ao elevado número de viagens a serem realizadas, exigência física requerida, capacidade de cálculos de cubagem, elevada faixa etária dos funcionários, dentre outros fatores.

Atualmente os fiscais respondem pela fiscalização dos estoques públicos da PGPM, da agricultura familiar, dos instrumentos de subvenção, do seguro rural, do acompanhamento das operações de remoção, do cadastramento de unidades armazenadoras e da vistoria dos estoques privados, sendo todas essas atividades desenvolvidas pelas equipes de fiscais da Sufis/Matriz e das Regionais. É importante salientar que a atividade de fiscalização exercida pelos empregados da Regionais não é tarefa exclusiva, pelo contrário, compete com as demais existentes.

Deve-se ressaltar a orientação explícita constante no Relatório de Auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União-TCU, que resultou no Acórdão n.º 123/2010, que considera indispensável que a Conab possibilite estrutura técnica capacitada e motivada, e a plena regulamentação da atividade de fiscalização, uma vez que nem sequer a função de fiscal existe no quadro funcional da Companhia.

Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado

As ocorrências registradas foram em Perdas em Armazenagem e Desvios de produtos, conforme apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 7.8 - Ocorrências em Perdas e Desvio de Produtos

UF	Perdas em armazenagem			Desvio de produtos		
	Nº de ocorrências	Produto	Quant (ton)	Nº de ocorrências	Produto	Quant (ton)
AL	3	Sacaria	5,7	-	-	-
		Farinha	0,3			
CE	1	Milho	0,5	-	-	-
GO	15	Milho	27,6	3	Milho	1.298,5
		Feijão	96,1			
MG	7	Milho	726,5	-	-	-
		Feijão	9,0			
MS	5	Milho	97,3	-	-	-
		Trigo	13,5			
		Farinha	1,4			
		Feijão	2,7			
MT	18	Milho	11.681,9	7	Milho	16.930,0
		Arroz	1,8			
PB	1	Milho	3,9	-	-	-
PR	24	Feijão	494,7	-	-	-
		Trigo	577,2			
		Café	7,4			
		Milho	1,9			
RN	6	Milho	58,8	-	-	-
		Farinha	1,4			
RR	2	Milho	41,3	-	-	-
		Arroz	1.274,3		Arroz	4.715,1

UF	Perdas em armazenagem			Desvio de produtos		
	Nº de ocorrências	Produto	Quant (ton)	Nº de ocorrências	Produto	Quant (ton)
RS	11	Trigo	705,8	12	Trigo	891,4
SC	-	-	-	1	Feijão	74,3
SP	6	Milho	1.378,5	-	-	-
TO	2	Milho	0,9	-	-	-
Total	**101**	**-**	**17.210,4**	**23**	**-**	**23.909,3**

Fonte: Dirab/Sufis

Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos

Os produtos que apresentaram perdas em armazenagem foram: arroz, café, farinha, feijão, milho, trigo e sacaria com 17,2 mil toneladas, no valor de R$10.532.160,19. Somente no estado do Mato Grosso foram registradas perdas de 11,6 mil toneladas e o milho teve participação de 99,98% no Estado.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

Foram registrados desvios de 23,9 mil toneladas de arroz, feijão, milho e trigo no valor de R$11.702.021,95. O milho apresentou o maior resultado com 18,2 mil toneladas desviadas; destas, 16,9 mil toneladas são desvios ocorridos no Estado do Mato Grosso.

Ainda assim, o percentual de desvio apresenta redução de 55,37% quando comparado ao ano anterior.

Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

É preocupante algumas situações constatadas, de armazéns que não deveriam trabalhar com estoques do Governo Federal, mas que por determinação judicial a Conab é obrigada a depositar produtos nesses agentes armazenadores, que não apresentam as devidas condições técnicas, proporcionando elevado risco aos estoques, inclusive desvios, perda em armazenagem e/ou depreciação qualitativa do produto, e consequentemente, trazendo prejuízos ao erário.

Todas as situações de cadastro apresentadas no quadro a seguir são impeditivos para que os armazéns trabalhem com os estoques da Conab.

Quadro 7.9 - Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento

Situação Cadastral	Convencional		Granel		Total	
	Quant	Capacidade (t)	Quant	Capacidade (t)	Quant	Capacidade (t)
Cadastro Efetivado com impedimento	4.584	17.723.194	6.663	49.324.741	**11.247**	**67.047.935**
Credenciado com impedimento	31	83.369	108	2.029.077	**139**	**2.112.446**
Descredenciado	106	406.118	156	2.305.948	**262**	**2.712.066**
Impedimento Financeiro e cadastro efetivado	193	1.111.506	234	3.945.803	**427**	**5.057.309**
Impedimento Financeiro e credenciado	17	98.565	84	2.724.163	**101**	**2.822.728**
SICAF - impedido e cadastro efetivado	1.015	4.271.451	1.963	33.545.635	**2.978**	**37.817.086**
SICAF - impedido e credenciado	332	1.405.729	898	16.695.469	**1.230**	**18.101.198**
Total	**6.278**	**25.099.932**	**10.106**	**110.570.836**	**16.384**	**135.670.768**

Fonte: Sicarm (Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras) – Relatório extraído em 04/03/13

De todos os armazéns cadastrados no Sicarm, somente os Credenciados sem impedimento podem operar com os estoques de propriedade do Governo Federal, ou seja, apenas 684 armazéns, com capacidade estática de 6.378 mil toneladas, sendo 1.016 mil toneladas no modo convencional e 5.362 mil toneladas à granel.

Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab

As ações e providências conduzidas pela fiscalização resultaram em 2.532 registros de

irregularidades, inclusive em unidades armazenadoras próprias, com destaque para as anormalidades técnico-operacionais.

Aproximadamente 60% das unidades armazenadoras que atualmente prestam serviço de armazenagem para a Conab apresentam alguma pendência ou inconformidade técnico operacional, e portanto estão impedidas de realizar futuras prestações de serviços de depósito.

Atualmente, a Conab detém contratos para prestação de serviços de armazenagem com empresas terceirizadas em apenas 11 estados da federação, destacando-se os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso.

Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos

Até 31/12/2012, encontram-se ajuizados 5.240 dívidas no valor de R$2.224.061.290,71. Dessas, 5.189 são de anos anteriores, até 2011. Em 2012, foram ajuizadas 51 dívidas no valor de R$32.888.307,77. O estado com maior participação em 2012 foi o Paraná com 65,2% seguido do Mato Grosso com participação de 20,3% no valor total das dívidas.

Foram recuperados, no período, o valor total de R$17.266.056,76 referente a 89 dívidas. Parte desse recebimento deu-se em produtos (7.018 ton).

Ainda em 2012, foram cobradas 125 dívidas, sendo 42 ajuizadas; 5 encontram-se na área jurídica para ajuizamento; e as demais (78) foram solucionadas, o que equivale a 62% do total.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes

Quadro 7.10 - Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade (ton)			Valor Operação (Em R$)
				Contratada	Removida	Cancelada	
GO	AL	Milho em grãos	Vendas em Balcão	6.788,8	1.745,4	780,2	2.068.997,24
	BA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	14.350,0	7.818,7	1.227,7	2.634.656,96
	CE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	14.000,0	11.912,8	1.954,4	3.706.830,00
	DF	Milho em grãos	Vendas em Balcão	5.862,8	4.672,2	0,0	281.936,99
	GO	Milho em grãos	Vendas em Balcão	8.500,0	7.938,2	0,0	339.018,69
	MA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	136,1	136,1	0,0	38.256,13
	PB	Milho em grãos	Vendas em Balcão	1.818,9	1.818,9	0,0	505.262,98
	PE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	7.000,0	4.420,6	2.579,4	1.745.000,00
	PI	Milho em grãos	Vendas em Balcão	3.000,0	3.000,0	0,0	686.000,00
	RN	Milho em grãos	Vendas em Balcão	14.000,0	4.865,7	0,0	4.010.262,39
	RS	Milho em grãos	Vendas em Balcão	22.420,0	5.175,2	0,3	4.876.136,57
	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	15.110,0	10.724,0	0,0	1.992.400,00
	SE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	2.300,0	2.300,0	0,0	556.000,00
	Subtotal GO			**115.286,7**	**66.527,7**	**6.542,0**	**23.440.757,95**
MG	MG	Milho em grãos	Vendas em Balcão	6.000,0	6.000,0	0,0	575.400,00
	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	9.989,4	8.148,6	0,0	1.216.169,99
	Subtotal MG			**15.989,4**	**14.148,6**	**0,0**	**1.791.569,99**
MT	AC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	700,0	700,0	0,0	129.500,00
	AL	Milho em grãos	Vendas em Balcão	11.231,3	5.803,6	0,0	4.569.765,86
	AM	Milho em grãos	Vendas em Balcão	6.000,0	3.934,4	0,0	2.009.100,00
	BA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	37.074,0	11.353,8	0,0	12.300.805,11
	CE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	75.500,5	43.037,1	4.092,5	30.023.764,11
	ES	Milho em grãos	Vendas em Balcão	15.055,7	6.756,1	0,0	5.077.184,38
	MA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	13.929,4	10.042,3	3.850,1	4.300.836,64
	MG	Milho em grãos	Vendas em Balcão	10.000,0	4.898,7	0,0	2.995.300,00
	PA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	1.500,0	1.500,0	0,0	392.000,00
	PB	Milho em grãos	Vendas em Balcão	73.654,8	29.873,4	2.543,4	30.302.852,95
	PE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	46.198,2	11.722,8	0,0	18.491.847,48

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade (ton)			Valor Operação (Em R$)
				Contratada	Removida	Cancelada	
	PI	Milho em grãos	Vendas em Balcão	47.637,9	19.642,6	4.214,8	18.060.294,49
	RN	Milho em grãos	Vendas em Balcão	87.583,8	43.457,2	13.545,8	33.395.654,13
	RO	Milho em grãos	Vendas em Balcão	2.500,0	2.087,2	0,0	171.150,00
	RR	Milho em grãos	Vendas em Balcão	6.000,0	4.566,4	0,0	2.724.900,00
	RS	Milho em grãos	Vendas em Balcão	78.410,3	58.204,4	12.007,0	16.940.216,90
	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	84.000,0	75.148,9	3.923,4	19.484.601,79
	SE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	2.000,0	0,0	0,0	921.180,00
	TO	Milho em grãos	Vendas em Balcão	1.100,0	1.100,0	0,0	284.471,37
	Subtotal MT			**600.075,9**	**333.828,8**	**44.176,9**	**202.575.425,21**
PR	RS	Milho em grãos	Vendas em Balcão	51.428,5	45.466,0	5.962,5	3.636.090,92
	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	15.409,5	10.945,9	4.463,6	814.472,44
		Feijão	Ajuda Humanit	5.020,0	5.695,6	320,0	1.344.081,62
	Subtotal PR			**71.858,0**	**62.107,5**	**10.746,1**	**5.794.644,98**
SP	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	9.989,4	0,0	9.989,4	592.800,00
	SP	Milho em grãos	R Jud	369,3	369,3	0,0	10.865,13
	Subtotal SP			**10.358,7**	**369,3**	**9.989,4**	**603.665,13**
Total Geral				**813.568,7**	**476.982,0**	**71.454,4**	**234.206.063,26**

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

No ano de 2012 adotou-se uma nova metodologia para obtenção dos custos de transporte, com vistas a atingir um valor de referência para a realização dos Pregões de Fretes. Essa nova metodologia, da interpolação linear, está baseada na obtenção da mediana dos valores coletados (x, y, z), segregados de acordo com os intervalos de distância.

O não atendimento de algumas demandas está ligado aos principais problemas enfrentados no decorrer das operações, tais como: a baixa capacidade de recepção nas unidades da Conab e Pólos de Venda de destino do produto; falta de braçagistas nas unidades da Conab e Pólos de Venda de destino do produto; problemas de insetos no produto a ser removido na origem, obrigando a paralisação dos embarques para a realização de tratamento fitossanitário na mercadoria; aumento na demanda de fretes nos meses de junho, julho, agosto e 1.ª quinzena de setembro/2012, devido a colheita da 2.ª safra de milho na região centro-sul, com a consequente falta de veículos para atender uma demanda atípica e devido à forte comercialização do produto para exportação em virtude da quebra da safra americana; e, ainda, a elevação do preço do frete rodoviário no período de junho, julho, agosto e 1.ª quinzena de setembro/2012, em média 36% maior.

Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

A remoção do milho em grãos das regiões produtoras dos estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, abriu espaço para o recebimento da 2.ª safra de milho e a safra de verão 2012/2013, diminuindo a possibilidade de estocagem de produtos a "céu aberto" pela falta de armazéns. Já nas regiões receptoras do milho, o objetivo foi o de regular o mercado e atender a pequenos e médios criadores, sobretudo nas regiões de abrangência da Sudene e os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, assolados por longa estiagem, com grande reflexo para manutenção dos rebanhos de caprinos, bovinos, suínos e ovinos, etc, nas localidades atingidas pela seca.

7.4. Principais indicadores de desempenho

Quadro 7.11 - Principais Indicadores de Desempenho

Percentual de armazéns impedidos	2012	2011	2010
Objetivo: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.	95,99	91,34	97,85
Análise: Os impedimentos técnicos nos armazéns, detectados por fiscais da Conab, assim como sua regularização, depende exclusivamente do agente armazenador.			
Percentual de armazéns credenciados	**2012**	**2011**	**2010**

Objetivo: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	4,01	8,66	2,15
Análise: O índice diminuiu em relação ao ano anterior devido à falta de interesse do armazenador em trabalhar com os estoques públicos e também da grande produção anual onde os armazéns encontram-se abastecidos. Neste caso o armazém é considerado apenas como cadastrado.			
Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria.	25,56	38,13	52,46
Análise: O resultado no período decorre da diminuição dos estoques públicos armazenados.			
Custo médio para a fiscalização dos Estoques	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado.	0,08	0,07	0,06
Análise: Com o baixo volume nos estoques públicos, a Companhia diminuiu também as equipes e o tempo para realizar a operação. O índice apresentou pequena variação em relação aos anos anteriores.			
Percentual de desvio de produtos armazenados	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes.	0,12	0,22	0,05
Análise: Vários fatores podem ter contribuído para que o índice tenha recuado em relação ao ano anterior. Um deles, pode ter sido o baixo volume dos estoques públicos em 2012.			
Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento.	0,28	0,01	0,02
Análise: A principal causa do aumento em 2012 foi o feijão no Paraná e no Pará que perdeu a qualidade pela demora na destinação do produto. A companhia já abriu processo para apuração de responsabilidade e/ou cobrança.			
Custo da remoção de produtos por tonelada	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Acompanhar o custo da remoção de produtos.	287,87	193,34	156,24
Análise: Em julho, a partir da vigência da lei do motorista, o frete aumentou 40 a 60% em média, fazendo com que o custo da tonelada elevasse 48,8% em relação ao ano anterior.			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Sutin e principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Como um planejamento estratégico de TI de longo prazo, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso e com as necessidades da Companhia e as disponibilidades orçamentária e financeira.

Diante da exiguidade da equipe técnica, a conclusão da elaboração do novo PDTI, a partir da revisão e atualização do anterior, prevista para o final do primeiro semestre de 2012, deverá ser concluída no primeiro semestre de 2013.

Por meio da Portaria n.º 1.117, de 18/10/2011, foi instituído pelo Presidente da Conab o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI, com caráter deliberativo, objetivando o estabelecimento de políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação no âmbito da Companhia e em cumprimento às determinações contidas nos Acórdãos n.º 1.603/2008 e 2.308/2010 do TCU – Plenário.

Perfil dos recursos humanos envolvidos

A Sutin necessita de um quadro próprio de TI para a execução de suas atribuições regimentais. Mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (53,26%), via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC (45 consultores) e contratos firmados com as empresas Fast Security Tecnologia da Informação Ltda (1 técnico para suporte on site à solução antivírus) e AZ Informática Ltda (3 técnicos para manutenção de hardware on site).

O quantitativo de técnicos do quadro próprio está muito aquém do mínimo necessário, conforme já se registrava em avaliação realizada por consultoria quando da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, aprovado na 806.ª reunião da Diretoria Colegiada em 15 de junho de 2007. Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, já encaminhada e reiterada, junto à área de Recursos Humanos, mostram que o déficit entre o quantitativo existente (efetivos da área de TI) e o quantitativo necessário é de 86 (oitenta e seis) técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de 50 (cinquenta) profissionais, na área de suporte técnico.

Convém ainda informar, que a grande maioria do quadro próprio encontra-se defasada tecnologicamente e dificilmente consegue assimilar as novas tecnologias em razão da elevada faixa etária. Assevera-se que com a necessidade crescente de trabalhar com os conceitos de governança e cumprir com todas as exigências normativas, a quantidade necessária, citada anteriormente, pode ser insuficiente.

Em setembro de 2012 foi realizado concurso público com 60 vagas para a área de TI. A convocação dos aprovados depende da ampliação do espaço físico destinado à Sutin, providência que está a cargo da área administrativa. Fica registrada a preocupação da Sutin com eventual retardo

na solução do problema, pois há a necessidade do repasse tecnológico e negocial para os novos empregados pelos consultores PNUD, cuja maioria dos contratos vencerá ao final do mês de março/2013.

Segurança da informação

a) Segurança Lógica

A segurança da informação tem sido alvo de inúmeras ações da Sutin, a começar pelos sistemas de informação, com destaque para aqueles que são expostos na internet, sem esquecer de toda a infraestrutura que suporta as aplicações inerentes à tecnologia da informação.

Visando manter o ambiente de TI provido de segurança razoável, de modo a não comprometer o ambiente operacional, muito menos expor as informações, a equipe da Sutin executa, frequentemente, inúmeros procedimentos que possibilitam a identificação e minimização das vulnerabilidades e a redução dos riscos de ocorrência de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas na rede corporativa da Companhia.

Ao longo de 2012, seguindo orientações que já remontam exercícios anteriores, foram realizadas diversas ações neste sentido, dentre as quais, destacamos:

- Estudos, prospecção e implantação de novo sistema de Firewall virtual na nuvem da Companhia com alta disponibilidade e possibilitando a filtragem por VLAN;
- Implementação de autenticação centralizada para os servidores OpenLDAP, associando os usuários com permissão de administrador nos respectivos servidores;
- Implementação de autenticação centralizada para os serviços de acesso ao SGBD Postgres em todos os servidores da Matriz e Superintendências Regionais;
- Análise de vulnerabilidades com varredura na rede interna para encontrar pontos de vulnerabilidades e a execução de aplicativos, promovendo as devidas correções;
- Implantação da plataforma OSSIM para gestão de riscos;
- Análise dos hosts virtuais presentes nos servidores que proveem acesso a serviços externos, atualização dos sistemas operacionais e dos serviços com vulnerabilidades;
- Limpeza da base de autenticação e e-mails institucionais, a partir da análise do organograma da empresa e remoção na base ldap, análises de email, contas institucionais e outros serviços;
- Implantação do servidor de Domain Name System Security - DNS-SEC para o serviço de DNS externo da Conab;
- Implantação de projeto-piloto no uso de ipv6, verificando compatibilidade de equipamentos de rede, roteadores de terceiros, aplicações e sistemas operacionais utilizados na Companhia;
- Análise e implantação de monitoramento dos ativos de rede (switches e roteadores), sob o Cacti e Nagios já instalados. Aplicação de patches de correção/firmwares, bloqueio de portas, configuração de serviços e aplicação de políticas, sempre que necessários;
- Análise e monitoramento dos servidores físicos e virtuais e respectivos serviços hospedados no DataCenter, sob o Cacti e Nagios já instalados, contemplando minimamente io, cpu, memória, interface de rede, temperatura, espaço em disco, inclusive a disponibilidade dos serviços instalados;
- Implantação de monitoramento dos recursos envolvidos no processo NF-e/xFac, ambiente de produção, quanto à demanda de recursos de infraestrutura tecnológica de TI;
- Implantação de sistema para centralização de impressoras, com estrutura de autorização de impressão, assim como a geração de relatórios e a possibilidade de implementar quotas;
- Inventário de software nos desktops da rede Conab, produzindo relatório indicando eventuais licenças não autorizadas ou não homologadas;
- Configuração de sistema para gerenciamento remoto de configurações físicas dos servidores nuvem da Matriz (ipmi/ilo);

- Isolamento da Vlan de servidores, com elaboração e aplicação das regras de firewall, isolando o acesso a serviços administrativos, apenas a endereços/vlans autorizadas;
- Unificação dos servidores de arquivos da Matriz, com a migração dos dados e gerenciamento centralizado de permissões de acesso aos compartilhamentos pela equipe da GESUT;
- Implantação automática de regras no firewall, a partir de alertas e eventos gerados pelo sistema de monitoramento e de detecção de intrusos;
- Aplicação de correções de segurança nos servidores de rede;
- Atualização de sistemas operacionais e serviços dos servidores de rede;
- Administração de VPNs;
- Monitoramento dos serviços críticos de TI; e,
- Atualização automática dos sistemas operacionais Windows das estações de trabalho, utilizando-se WSUS e WPKG.

Sabe-se que um projeto de segurança da informação em organizações da magnitude da Conab extrapola a área TI, sobretudo, quanto à segurança física e classificação das informações. A Sutin está trabalhando em uma minuta do projeto, o qual deverá ser submetido em 2013 às áreas interessadas, para definir os requisitos necessários no termo de referência com vistas à licitação.

O projeto deve prever a classificação das informações, em conformidade com as normas ISO 27001 e 27002, entre outros normativos, que constarão do termo de referência.

Apesar do exíguo quadro de pessoal foi possível avançar um pouco mais com o projeto de segurança da informação em 2012, quando foi delineado o escopo do termo de referência visando a realização de certame licitatório, possivelmente em 2013, o qual deve contemplar basicamente os seguintes requisitos:

- Definição e implantação de modelo de organização de Segurança da Informação, em conformidade com as práticas do PMI (Project Management Institute) e com a norma NBR ISO/IEC 27002:2006;
- Gestão de Continuidade de Negócios, incluindo elaboração de sistema de gestão e dos planos necessários à garantia da continuidade operacional do departamento de informática, em conformidade com a norma ABNT NBR 15999-1:2007;
- Análise de Conformidade de processos da área de Tecnologia da Informação com o CobIT/Itil.
- Elaboração formal de processos da Sutin em alinhamento com padrão ITIL e Framework CobIT;
- Elaboração do Planejamento Estratégico de Segurança, em conformidade com os princípios da norma NBR ISO/IEC 27002:2006;
- Elaboração, revisão, adequação e divulgação de Política de Segurança da Informação em conformidade com as normas brasileiras regulamentares NBR ISO/IEC 27002:2006 e NBR ISO/IEC 27001:2006;
- Elaboração de Política de Classificação da Informação;
- Realização de Análise de Riscos, em ativos tecnológicos, considerando todo o perímetro dos ativos da Conab.
- Levantamento dos requisitos técnicos para plataforma OSSIM, em conformidade com o Itil/Cobit, adequando o software com o desenvolvimento/adaptação de eventuais módulos necessários para a operacionalização de um sistema de Gestão de Risco para a Conab, aderente aos processos definidos de acordo com o padrão Itil/Cobit; e,
- Treinamento e Capacitação dos técnicos da Conab de modo a familiarizá-los aos novos processos necessários à continuidade do projeto de segurança da informação.

Nesse contexto, prospectou-se softwares de gestão de riscos que pudessem atender às

necessidades da Companhia, quando se encontrou a plataforma OSSIM (conjunto de softwares livres integrados para gestão de riscos), softwares esses que estão sendo implantados e analisados, os quais poderão receber contribuições de desenvolvimento ou adaptação dentro do projeto de segurança para contemplar os requisitos do Itil v.3 que a Conab deseja implantar.

Para ter êxito na implantação do projeto de segurança e na sua continuidade, será necessário a contratação dos técnicos aprovados no concurso 2012, os quais deverão executar as atividades do dia a dia e as de gestão, de forma a não perder o investimento inicial pela falta de retroalimentação de todo o sistema de segurança.

Além disso, é relevante registrar que a contenção dos recursos previstos no orçamento, por parte do MAPA, tem colocado em risco todos os projetos relacionados à infraestrutura de TI e segurança da informação a partir de 2012, o que deve, certamente, afetar os projetos em curso, bem como os novos projetos, além de desmotivar a equipe que não vê seu trabalho prosperar.

b) Segurança Física

A área de Tecnologia da Informação da Conab, com todos os servidores e principais ativos de rede, continua instalada em área improvisada no subsolo do edifício sede, local apontado como extremamente inadequado para acomodar tanto os equipamentos (CPD Central) quanto as equipes técnicas. Desta forma, a área segue convivendo com o risco às vidas dos colaboradores em função da ausência de rotas alternativas de fuga em caso de desastres como incêndio ou desabamentos. Também, continuam as ocorrências de invasões de águas pluviais na área onde está instalada a Sutin.

No exercício de 2011, importante passo foi dado para a melhoria da segurança física, com a instalação da sala-cofre, que já se encontra em operação. Com ela, ficaram protegidos de desastres os equipamentos ativos, servidores de rede e, principalmente, as informações geradas ao longo de toda a história da Conab e das empresas que lhe deram origem.

Todavia, o local onde está instalada a Sutin é inapropriado para o datacenter e, sobretudo, para as pessoas. Local insalubre, concebido para ser garagem em subsolo, com alta densidade de técnicos, já foi alvo de advertência da CIPA. A situação ainda tende a se agravar em razão do recebimento de alguns poucos técnicos aprovados no último concurso de 2012, que serão contratados. Registra-se, entretanto, que, por razão de falta de espaço, não será possível contratar a maioria dos técnicos concursados.

Desenvolvimento e produção de sistemas

O ano de 2012 foi marcado pelo início do desenvolvimento de sistemas de expressiva importância para a atuação da Companhia. Dentre os sistemas, destacamos: SIFISC - Sistema de Fiscalização de Estoques; SISCOE - Sistema de Comercialização Eletrônica; SISSUB - Sistema de Controle das Operações de Subvenção; SICAN - Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Agricultores Familiares, Cooperativas de Produção e demais Agentes Econômicos; SIGEST - Sistema de Gestão de Estoques; e, SIPROD - Sistema de Protocolo e Trâmite de Documentos.

Cabe destacar a integração com outros órgãos de governo, tais como MAPA e ANTT, através do uso de Web Services. Estes eventos possuem grande significado, pois retratam a evolução qualitativa das informações produzidas pelos sistemas de informação desenvolvidos e em uso pela Companhia.

Quadro 8.1 - Relação de sistemas entregues em 2012

Sistema	Descrição
PAA na Tela	Desenvolvimento da aplicação em plataforma web para cadastramento de participantes, acompanhamento de inscritos, visualização dos vídeos, julgamento dos trabalhos e pontuação do vídeos enviados.
NF-e Conab (módulo Receptor NF-e)	Disponibilização para ambiente de produção do módulo RECEPTOR NFE, que permite a decodificação e armazenamento das informações contidas nos arquivos xml dos emissores de NF-e em favor da Conab.
SICONT	Disponibilização do aplicativo de mapeamento do plano de contas do sistema SICONT.
SISMAT	Disponibilização da versão 1.0 do sistema SISMAT (full). Este sistema é responsável por todo o controle dos almoxarifados da Conab Matriz e demais Superintendências Regionais.
Webservice – SNCUA	Disponibilização do webservice para o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras.

Fonte: Dipai/Sutin

Foram realizadas ainda, manutenção e disponibilização de novas versões dos sistemas: Leilão Eletrônico, Sicarm, Sistema GP, Siagro, BCANet, SigPAA, Financeiro e PAANet.

Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tendo como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2012, com orientações do PMTI, e em total obediência à legislação pertinente e aos procedimentos legais. Contudo, a contenção dos recursos orçamentários por parte do MAPA tem colocado em risco todo o planejamento e, consequentemente, poderá comprometer ações importantes para que a Conab cumpra seu papel de Estado.

Quadro 8.2 - Aquisição de Equipamentos

Processo	Descrição	Qtde	Observações
2357/2011	Servidores de Rede	06	Adquirido
2723/2011	Aquisição de Autoloader LTO 5	01	Adquirido
2171/2012	Aquisição de switches para Matriz Suregs e UAs	Conforme abaixo	Processo na fase interna de licitação
2171/2012	Concentrador de Núcleo	02	
2171/2012	Switch acesso 48 portas sem POE	14	
2171/2012	Switch acesso 48 portas POE	24	
2171/2012	Switch acesso 48 portas com POE sem Gbics	30	
2171/2012	Switch acesso 24 portas não POE	90	
2171/2012	Switch acesso 24 portas POE	30	
2171/2012	Switch acesso 12 portas não POE	130	
2171/2012	GBIC SFP+ 10Gbps	160	
2171/2012	Módulo SFP+ 1Gbps	10	
2171/2012	Software de Gerenciamento	1	
2125/2012	Aquisição de sistema de armazenamento de Dados-Storage.	02	Processo entrando na fase externa da licitação

Fonte: Dipai/Sutin

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Contratação de Manutenção SAN IBM: processo entrando na fase externa da licitação (Processo 21200.02124/2012-95).
- Contratação de infraestrutura para instalação da Infovia no CDRH, UA-Brasília e Matriz: processo entrando na fase externa da licitação (Processo 21200.002483/2012-43);
- Serviço de cabeamento em fibra óptica para a rede SAN da sala-cofre: processo instruído e em fase interna da licitação (Processo 21200.002622/2012-38);
- Contratação de solução antivírus junto à empresa Fast Security Ltda: 2.700 licenças de Antivírus para as estações de trabalho, 01 licença de Gateway Antivírus e suporte técnico mensal para a solução antivírus (Processo 2316/2010);

– Atualização de 01 (uma) licença do Software ACL Desktop for Windows com suporte técnico, atualização e manutenção por doze meses para a Audin;

– Adjudicada a licitação para Manutenção da Sala Cofre – Ongoing, contrato a ser firmado com a empresa Orion, vencedora do certame (Processo 21200.002298/2011-77);

– Contratação da empresa AZ Tecnologia Ltda para prestação de serviço de assistência técnica para manutenção corretiva em equipamentos de informática (microcomputadores, impressoras a jato de tinta, impressoras matriciais, impressoras laser, scanners e plotters) pertencentes ao acervo patrimonial da Conab no Distrito Federal (Processo 21200.001571/2011-46);

– Contrato de suporte técnico e atualização de versões do sistema de acesso remoto a aplicações – GOGLOBAL, firmado com a empresa Elosoft Informática Ltda (Processo 21200.002296/2009-63);

– Contrato com a Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda – RTM (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip) (Processo 1252/2010); e,

– Renovação de vários contratos importantes para a execução das atividades da Companhia, sendo que, entre eles destacam-se:

- Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel com a inclusão do circuito da UA-Umarizal (Processo n.º21200.001002/2009-86) (Contrato 20/2010);
- KM&M Engenharia de Sistemas LTDA: atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantiqualitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades dos armazéns;
- Sênior Sistemas S/A: prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. (Processo n.º0000.001332/2009-00);
- Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro: fornecimento de acesso on-line aos sistemas desenvolvidos na plataforma computacional de grande porte, disponibilizados através da Rede Serpro (Processo n.º21200.001769/2011-20) e acesso corporativo à Internet, via Infovia.

Quadro 8.3 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

	Quesitos a serem avaliados
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.

x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultados estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
x	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.

	Entre 41 e 60%.
x	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Legenda: **(1) nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ. **(3) usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência. **(4) sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.	
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Dipai/Sutin

Maiores detalhes sobre os documentos, ações realizadas e citadas ao longo do texto, podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

Portfólio de Soluções e serviços de TI: *http://www.conab.gov.br/conabweb/Portifolio_SUTIN*
Projeto de Modernização da TI – PMTI: *http://www.conab.gov.br/conabweb/PDTI/*

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégico da Empresa

Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados
Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas
Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e da respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, ao final de 2011 e tendo continuidade em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço decorreram 6 resultados estratégicos, contemplando um total de 14 projetos correspondentes que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, sendo estes: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária, e com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Para o macro-resultado **Excelência Administrativa Alcançada**, que buscava otimizar os processos e projetos de trabalho melhorando processos de apoio e finalísticos, a Conab definiu 3 resultados estratégicos, quais sejam, "Processos de Tecnologia da Informação e Comunicação Modernizados", "Planejamento e Imagem Institucional Consolidados", "Quadro de Pessoal Redimensionado".

Com relação ao macro-resultado **Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio Buscada,** no qual o órgão espera atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços**,** a Conab procurou inserir-se mediante 2 resultados estratégicos: "Armazéns Próprios Ampliados e Certificados" e "Subsídios à Formulação das Políticas Agrícola e de Abastecimento Aperfeiçoados".

Quanto ao macro-resultado **Agregação de Valor na Produção Agropecuária Estimulada**, que visa incentivar a criação de atributos e características que resultem em maior valor econômico, social e ambiental dos produtos, contribuindo para a maior geração de renda ao produtor, o resultado proposto pela Conab se deu no âmbito do "Atendimento a Programas Sociais Ampliado".

Dentre os resultados identificados, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento pelo MAPA. Os demais foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia.

Para os três Resultados escolhidos - Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de

Abastecimento Aperfeiçoados - foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho correspondentes.

O monitoramento desses projetos foi mais efetivo no 1º semestre, a partir de demanda do MAPA e em função da expectativa de participação na Reunião de Análise Estratégica daquele Órgão. Ajustes posteriores na condução do processo de gestão estratégica do Ministério, aliado ao movimento de retomada do planejamento estratégico na Conab, alteraram a forma de acompanhamento e apuração desses resultados.

Embora não tenha sido quantificado o percentual de contribuição desses resultados no âmbito do planejamento do PAAS/MAPA, como inicialmente previsto, o alinhamento com os objetivos propostos foi mantido e o acompanhamento efetuado demonstra a forma de execução da estratégia pela Conab, como se segue.

Buscando alcançar a **Excelência Administrativa**, foi definido projeto na esfera do **Redimensionamento do Quadro de Pessoal da Conab,** para o qual foi realizado Concurso Público visando suprir a necessidade de pessoal técnico qualificado, com ingresso dos aprovados previsto para o início de 2013, com vistas a estruturar áreas e equipes de forma compatível com as necessidades da Companhia. Quanto ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada-PDVI, cujo projeto faz parte do programa de reordenamento da Companhia, algumas etapas foram desencadeadas, tais como a identificação do público elegível e a demanda, assim como a definição de critérios de participação; continua, no entanto, sendo negociado junto ao MAPA e MP para sua efetiva implementação.

Os projetos elencados para a **Modernização dos Processos de Tecnologia da Informação e Comunicação** envolvem o desenvolvimento de Política de Segurança da Informação, a implantação do serviço de VoIP e também o de Videoconferência. Para o primeiro, foi delineado o escopo do termo de referência, devendo ser submetido às áreas interessadas para definição dos requisitos necessários com vistas à licitação. O outros dois encontram-se em fase inicial de condução, com a definição e especificação de variáveis para elaboração do termo de referência, sendo que a implantação plena estará associada a uma nova rede de comunicação de dados de longa distância, a ser formatada no próximo ano, com a participação dos técnicos aprovados no concurso recentemente realizado. Ressalta-se que a recomposição da equipe, mediante a alocação dos concursados, é um fator significativo para a implantação desses projetos, que concorrem para implementar a excelência organizacional interna, no sentido de prover a Companhia de infraestrutura de tecnologia da informação atualizada. Deve-se atentar para que o contingenciamento no orçamento não interfira no necessário aporte de recursos para os próximos exercícios, sob risco de inviabilização dos citados projetos, visto que contam com etapas previstas para os próximos 2 ou 3 anos.

O **Planejamento e a consolidação da Imagem da Companhia**, mediante os projetos de restabelecimento da imagem institucional e retomada do planejamento estratégico, têm sido objeto de reavaliação pela Direção, sendo que algumas iniciativas já foram desencadeadas e outras estão a depender do apoio de consultoria especializada a ser definida, tendo em vista que os impactos desejados são uma imagem positiva da Conab perante os públicos de interesse, melhor controle dos processos de gestão interna e maior transparência de ações por meio de um planejamento estratégico continuado, aliado à maior confiabilidade nos serviços prestados.

Para o alcance de **Maior Efetividade na Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio,** foram destacados cinco projetos, sendo um afeto à ampliação da capacidade estática da rede armazenadora e outro ligado à certificação dos armazéns próprios, além de outros três, envolvendo o aperfeiçoamento e a disponibilização de informações referentes a safras; a revisão da metodologia de coleta de preços agropecuários; e a determinação do índice de perdas quantiqualitativas de grãos na pós-colheita, todos com o propósito de prestar subsídios à formulação das Políticas Agrícola e de Abastecimento.

O projeto referente à **Ampliação da capacidade estática da rede armazenadora** própria tem como escopo elevar a capacidade de armazenagem em regiões prioritárias, visando a redução do déficit de armazenagem, representando um incremento de cerca de 30%, por meio da ampliação ou construção de novas unidades. Algumas regiões específicas foram preliminarmente definidas (BA, CE, ES, MA, PE, PI, RO, RJ, SC, TO), e tratativas têm sido efetuadas pela área responsável, assim como pela Presidência, seja no âmbito interno ou junto a órgãos municipais, estaduais e federais, no sentido de dar celeridade aos procedimentos necessários. A partir da identificação de riscos que possam interferir no sucesso do projeto, foram definidas ações mitigantes tais como, articulações com os órgãos governamentais envolvidos com aspectos orçamentários, normatização de procedimentos administrativos, jurídicos e técnicos para imprimir agilidade aos processos licitatórios de obras e serviços, absorção de mão de obra qualificada (via concurso público) para recomposição da equipe de trabalho, entre outras. Embora haja sinalizações de algumas prefeituras em diferentes Estados, para a cessão de terrenos visando a construção de UAs, os resultados deverão aparecer no 1º semestre de 2013, na medida em que os pontos de atenção sejam observados ou mitigados. Vale enfatizar que esse projeto tem etapas previstas até dezembro de 2015. Complementarmente, o projeto de **Certificação das unidades armazenadoras próprias** tem como objetivo adequá-las, mediante reforma, recuperação e investimentos, de forma a enquadrá-las no sistema de certificação (IN nº041/2010 e IN nº029/2011). De forma análoga ao anterior, tem etapas planejadas para os próximos 3 anos, sendo que para 2012 foi prevista a certificação de 3 unidades armazenadoras. Em que pesem as dificuldades enfrentadas para o atingimento desse resultado, relacionadas ao reduzido quadro de pessoal da área, assim como entraves jurídicos e desinteresse de empresas em participar do processo de licitação para a certificação, foram adotadas providências no sentido de agilizar a análise do processo e efetuar maior divulgação junto aos organismos certificadores de produtos (OCPs), de modo que a meta foi alcançada. Foram avaliadas e certificadas as Unidades Armazenadoras de Brasília-DF, de Cambé-PR e de Ponta Grossa-PR. Caso os fatores críticos não fossem enfrentados esse resultado estaria comprometido, inviabilizando a atividade de armazenagem na Conab. Deverão ser certificadas 89 unidades até o final de 2015. As ações desenvolvidas nestes projetos apresentam consonância com o objetivo estratégico implícito no Mapa corporativo da Conab, qual seja, o de assegurar a execução das Políticas Agrícola e de Abastecimento e melhorar a prestação de serviços de armazenagem de produtos a terceiros.

O projeto referente ao **Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras**, que visa a ampliação da amostra de municípios com produção relevante, assim como o projeto que busca apresentar nova **Metodologia de Pesquisa e Divulgação de Preços**, a partir de estudos que irão identificar nova base de coleta de preços no nível do produtor, no atacado e no varejo (para programas gerenciados pela Conab ou sob demanda de terceiros), buscarão oferecer ao governo, setor agropecuário e à sociedade, condições para a tomada de decisões e para a avaliação dos programas e políticas governamentais. Os dois projetos apresentaram cumprimento do cronograma previsto. Para o primeiro, a amostra foi atualizada a partir do 3º trimestre, em razão do início do período de safras, apresentando o índice planejado (5%), com a inclusão da região leste de Mato Grosso, onde a produção de soja e milho teve grande incremento. Até o final do projeto (2015), espera-se que a amostra tenha sido ampliada de 70 para 90%. No segundo caso, foi definido o modelo metodológico e elaborado o documento principal, com o detalhamento operacional, tendo sido iniciada a confecção do pré-projeto e o levantamento dos pré-requisitos necessários ao desenvolvimento de solução tecnológica específica para implantação da metodologia, que objetiva padronizar procedimentos e melhorar a qualidade das informações coletadas. Embora tenha sido estabelecida a estratégia a ser adotada com as parcerias necessárias à implementação do projeto, e tenham ocorridos contatos preliminares com órgãos estaduais e instituições de referência no mercado, a definição dos parceiros não está conclusa. Este é um aspecto que deverá sofrer um impulso. De forma análoga, são fatores críticos de sucesso o envolvimento continuado da área de tecnologia da informação no desenvolvimento do sistema, assim como a reorganização do pessoal, em termos e quantidade e qualidade, no âmbito das regionais, para operacionalização da nova

metodologia, com prazo final de implantação previsto para dezembro de 2014.

Também a identificação de perdas no armazenamento e no transporte de grãos produzirão informações fundamentais para a tomada de decisão e implementação de políticas governamentais. Nesse caso, a determinação dos índices mediante o **Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-colheita de Grãos** será uma importante ferramenta na regulamentação do setor, visando evitar prejuízos aos produtores, às empresas armazenadoras e ao próprio governo federal. As tentativas para execução desse desafio são de longa data, sendo que a Conab já buscou firmar parceria com o Centreinar, com Universidades, com a EMPRAPA e finalmente com o CNPq, com o qual está sendo viabilizado Termo de Cooperação Técnica para implementação do projeto. Referido Termo e o respectivo Plano de Trabalho foram chancelados pela área jurídica ao final do exercício, fornecendo elementos para a aprovação pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, o que deverá ocorrer no início de 2013, de forma a apoiar o processo licitatório com vistas à seleção de subprojetos voltados para citado estudo. Serão objeto de pesquisa os grãos de milho, trigo e arroz em casca, nos principais estados produtores, ou seja, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins. Vencido o ponto de atenção enfrentado com os trâmites jurídicos, deverá ser observado o aporte de recursos financeiros para a implementação do projeto, com cronograma de execução até 2016.

Esses três projetos se alinham ao objetivos definidos no Mapa Estratégico da Conab, no sentido de melhorar a geração e facilitar o acesso às informações e conhecimentos agropecuários, subsidiando a formulação e assegurando a execução das políticas agrícola e de abastecimento.

Para o macro-resultado estabelecido pelo MAPA visando a **Agregação de Valor na Produção Agropecuária** a Conab buscou definir, no eixo da inclusão produtiva, resultados relacionados à **Ampliação do Atendimento a Programas Sociais**, representados pelos projetos que visam prestar apoio às **Centrais de Unidades Varejistas** e implantação de **Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.**

Em análise posterior, as atividades previstas nestes dois últimos projetos se caracterizaram como de caráter continuado, ensejando outro tipo de acompanhamento, que passou a ser efetuado por meio do monitoramento junto aos coordenadores das ações no PPA. No caso das unidades de abastecimento móvel, questões administrativas e jurídicas retardaram o processo de elaboração dos projetos preliminares e básicos, necessários à fabricação de quatro unidades de serviço móvel fluvial de navegação e de uma câmara frigorífica equipada para armazenamento de pescado, que têm como objetivo adquirir produtos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e promover o abastecimento social de populações ribeirinhas da Amazônia Legal. Variáveis externas também interferiram no processo, a exemplo da greve de professores e funcionários da Faculdade de Engenharia Naval da Universidade Federal do Pará, que se estendeu por cerca de 85 dias, atrasando a assinatura do Termo de Cooperação Técnica que viabilizará a elaboração dos projetos, visando deflagar a licitação pública para a construção dos referidos barcos. Citado Termo foi assinado ao final de agosto e a versão preliminar do projeto apresentada ao final do ano, sendo que após os ajustes solicitados sua entrega final deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2013.

Considerando que maioria dos projetos são de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, os resultados serão evidenciados mais à frente, para o que se faz necessário o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas

Os principais trabalhos do Projeto SigaBrasil atenderam, principalmente, às demandas da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (SUPAF) e da Superintendência de Gestão da Oferta (SUGOF).

No caso da SUPAF, fez parte do escopo do Projeto a elaboração de mapas temáticos que relacionaram a abrangência do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) com outras variáveis, como, por exemplo, o número de Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAPs (MDA) e o número de estabelecimentos com renda abaixo de 70 reais, por município (IBGE). Esses mapas auxiliaram as tomadas de decisão para o melhor atendimento de um público alvo específico.

No caso da SUGOF a maioria dos produtos referiu-se à atualização de mapas de produção, à localização de unidades armazenadoras e das vias de escoamento da produção. Esses mapas, além de auxiliarem as decisões quanto à remoção de estoques, também foram utilizados em apresentações nas câmaras setoriais, que envolveram diferentes membros das cadeias produtivas.

Também fizeram parte do Projeto as atividades vinculadas ao georreferenciamento dos armazéns e das usinas de cana de açúcar.

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafras.

Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Os principais resultados do Projeto SigaBrasil no levantamento de produção e custos foram os mapas das principais regiões produtoras de cada produto, que auxiliaram a definição dos roteiros de levantamento de safra e das praças de coleta de preços. No caso dos estoques de produtos agrícolas, além do georreferenciamento das unidades armazenadoras, fez parte do escopo do Projeto a geração de mapas temáticos, com a localização dos armazéns, o tipo da estrutura armazenadora e as rodovias, que auxiliaram os trabalhos de fiscalização.

Ainda fizeram parte do escopo do Projeto o estudo da viabilidade do mapeamento do sisal no estado da BA e o relatório da abrangência dos levantamentos de safra da Conab e do IBGE, além da elaboração de diversos mapas temáticos, como: os da produção agrícola de todos os produtos assistidos pela Companhia; o das vias de escoamento da produção da região do MATOPIBA; os do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), desde 2003; os da área de execução do Programa Vendas em Balcão, em todo o país; e os da diferença entre a capacidade estática de armazenamento e a produção agrícola, nos principais estados produtores.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados

A Conab não possui lotaciograma definido; nesse sentido, as transferências são feitas de acordo com a Norma 60.106, observadas as atividades possíveis de serem realizadas em cada área (de acordo com os planos de cargos e salários vigentes) e a formação do empregado, visando verificar a possibilidade de mudança de função/espaço ocupacional.

A Conab deve executar o seu Plano de Reordenamento previsto no Acordo de Gestão assinado com o MAPA, onde pretende-se rever a atual estrutura da Companhia. No citado Acordo está prevista a elaboração do Lotaciograma para todas as unidades orgânicas da Companhia, o que deverá ocorrer em paralelo à ação de reestruturação.

O último edital de concurso público da Conab foi feito levando em consideração a formação do candidato assim como a área de lotação no organograma da Companhia. Desta forma, os empregados admitidos por meio de concurso são alocados nas áreas para as quais sua formação seja cabível, de acordo com os espaços ocupacionais constantes no PCCS/2009, plano em que são enquadrados.

No período, foram efetuadas 428 transferências internas, todas realizadas em estrita observância à Norma 60.106 e aos critérios de alteração de função/espaço ocupacional previstos nos planos de cargos e salários vigentes.

11.2. Comunicação na Instituição

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição

Diagnóstico realizado pela área de marketing e comunicação sinalizou para a implantação de um sistema de comunicação integrada na Companhia, envolvendo a contratação de serviços de publicidade e propaganda, sendo necessário para tal a inclusão de rubrica orçamentária para o setor.

Para a implementação de atividades típicas da área, e também em razão de novas demandas, foi iniciado, no primeiro trimestre, o processo de aquisição de softwares necessários à editoração gráfica, e de equipamentos de fotografia e filmagem, além da alocação de pessoal especializado para a função de cerimonial e interação com a imprensa. A tramitação do processo, e consequentes ajustes, ainda não permitiram concretizar citada aquisição.

Complementarmente, no último trimestre foram deflagrados vários processos licitatórios, envolvendo a contratação de serviços de Clipping, serviços Gráficos, de Organização de Eventos, de broadcast, de mailing de imprensa e de governo, de produção de filme motivacional sobre a Conab e de contratação de revista personalizada destinada à capacitação para avaliação de desempenho na Companhia, sendo que os dois últimos objetos encontram-se em execução.

A estratégia de atuação com a imprensa se dá por meio do envio de releases, pela publicação diária destes no portal da Companhia, pelo atendimento a demandas de veículos de todo o país e mediante o agendamento de entrevistas. No âmbito interno, as informações são publicadas na Intranet e nos murais, além do envio de Conabmails para os empregados da Matriz, das Superintendências Regionais e também para os que estão cedidos a outros órgãos. Este último é veiculado em meio eletrônico nas categorias: informa, acontece, atenção, palavra do presidente, regional, oportunidades e nota de falecimento.

Os novos canais de comunicação, recentemente criados, são o "Aqui Entre Nós", informativo semanal voltado ao público interno, e "Em Boa Companhia", informativo mensal destinado aos públicos interno e institucional. Também a produção diária do jornal Notícia do Dia-ND ocorre em âmbito interno.

Tendo como foco o público externo, foram realizadas ações visando a confecção do Termo de Referência para a revista do PAA e PGPM-BIO. Paralelamente, grupo de trabalho foi criado para elaborar o regulamento do concurso de vídeos PAA na Tela, que redundou na premiação do citado concurso ao final do ano, no Palácio do Planalto.

A promoção institucional, caracterizada sobretudo pela elaboração de material para campanhas internas e publicação de conteúdos técnicos específicos, viabilizou a impressão e divulgação de materiais gráficos informativos sobre os seguintes assuntos: Sociobiodiversidade; AGF; Classificação e Controle de Qualidade de Produtos; Fiscalização do Programa de Subvenção; Fiscalização dos Estoques Públicos; PAA; Custos de Produção; Geosafras; Levantamento de Safras; Cadastro Nacional de UA; Prohort; Rede Armazenadora; Vendas em Balcão; Contrato de Opção; PEP; PEPRO; SEC; VEP, além da confecção de agenda e calendário com temas alusivos à atuação institucional da Companhia.

Adicionalmente, buscou-se promover e divulgar a Companhia mediante a participação em mais de 50 eventos, em âmbito nacional, com destaque para a presença em Exposições, Feiras e Congressos Agropecuários e recepção de delegações internacionais interessadas em conhecer a Conab e principalmente o Programa Aquisição de Alimentos-PAA, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 11.1 – Principais Eventos que a Conab esteve presente em 2012

Data	Evento	Atividades realizadas
13 a 15/01	3.º Festival da Uva - PI	Interação Sureg, Material Institucional
06/02	Recepção Missão do Chile	Kit divulgação Institucional e PAA
06/02	Delegação Boliviana	Video e Material Institucional
06 a 10/02	24.º Coopavel - PR	Interação MAPA/Sureg, Material Institucional
28/02	Missão 1.ª Dama da Colômbia	Material Institucional
05 a 09/03	13.ª Expodireto Cotrijal - RS	Interação MAPA/Sureg, Material Institucional
06/03	Delegação Bangladesh	Vídeo e Material Institucional
09 a 13/03	11.ª Tecnoshow Comigo - GO	Interação MAPA/Sureg/UA, Material Institucional
26/04	Delegação da Georgia	Video e Material Institucional
30/04 a 04/05	19.ª AGRISHOW - SP	Interação MAPA/Sureg, Material Institucional
08 a 12/05	12.ª Agrotins - TO	Interação MAPA/Sureg, Material Institucional
15 a 19/05	5.ª Agrobrasilia - DF	Organização c/ MAPA, Material Institucional
25 a 27/05	Feira Agric Familiar Amazônia Legal - PA	Interação Sureg, Material Institucional
18/05 a 03/06	67.ª Exposição Agropecuária de Goiás - GO	Interação Sureg, Material Institucional
08 a 10/06	1.ª Feira do Território dos Carnaubais - PI	Interação Sureg, Material Institucional
11 a 15/06	Conferência Internacional de Coffea Canephora - ES	Interação Sureg / Organizadora Evento, Material Institucional e Confecção Material específico Café
13 a 15/06	Expofruit - RN	Interação Sureg, Material Institucional
13 a 16/06	Agro Centro-Oeste Familiar	Interação Sureg, Material Institucional
18 a 21/06	XVI PECNORDESTE - CE	Interação MAPA/Sureg, Material Institucional
20/06	Rio+20	Interação com MAPA, Apex e Sureg, Material especifico para Governo Federal e Material Institucional e Programas.
05 a 08/07	7.ª Agriminas - MG	Interação com Sureg, Material Institucional e PAA.
06 a 08/07	8.ª FEAFES - ES	Vídeo e Material Institucional
28/06 a 01/07	Feira do Empreendedor - GO	Interação Sureg, Material Institucional
28/06 a 06/07	Missão Boliviana	Kit divulgação Institucional e PAA
18/07	Missão Burkina Faso	Kit divulgação Institucional e PAA
23 a 25/07	1.º Salão da Agricultura da Paraíba	Interação Sureg, Material Institucional
05 a 09/08	XXIV Congresso Mundial de Avicultura - BA	Interação MAPA/Sureg, Material Institucional
24 a 26/08	XIX Expolajes - RN	Interação Sureg, Material Institucional
25/08 a 02/09	35.ª Expointer - RS - MAPA	Interação c/ MAPA/Sureg, Mat Institucional e Programas.
25/08 a 02/09	35.ª Expointer/RS - Pavilhão Agric Familiar	Interação com Sureg/Supaf, Material PAA.
01 a 09/09	56.º Expoema - MA	Interação Sureg, Material Institucional

Data	Evento	Atividades realizadas
11/09	Missão Malawi	Kit divulgação Institucional e PAA
12/09	TCT Conab e MDS	Interação com MAPA, MDS, Organização do evento, roteiro, script e cerimonial.
24/09	Enapro - Enc. Procuradores da Conab	Roteiro, Script e Cerimonial
27/09	Frutal - CE	Interação Sureg, Material Institucional
24/11 a 02/12	FENAGRO - BA	Interação com Sureg, Material Institucional e PAA.
28/11	Prêmio PAA na Tela	Organização do evento, convite, mailing, roteiro, follow, script, fotografia e cerimonial.
29/11	TCT Conab e BNDES	Interação com Dipai/Supaf, convite, mailing.

Fonte: Presi/Copri/Gepin

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa no período de julho/08 a maio/09, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Porém, o resultado da pesquisa só foi divulgado em 2012, com 1.390 questionários entregues, de um universo de 4304 empregados. Os tópicos avaliados, à época, geraram resultados pouco satisfatórios, como os a seguir apontados pelos empregados: falta de ética na relação chefia e empregados; decepção/desmotivação dos empregados para contribuírem com a melhoria da empresa; falta de planejamento e de melhor distribuição de tarefas; ausência de valorização dos empregados; falhas no processo de comunicação aos empregados e excesso de centralização de informações pelas chefias; assédio moral e discriminação; falhas na integração entre Matriz e Regionais, incluindo Uas; interferências políticas; falhas ou ausência de critérios para preenchimento de funções gerenciais/gratificadas e também para ascensão profissional; privilégios para uma minoria; baixos salários; necessidade de implantação de um novo PCCS; necessidade de mais treinamento e qualificação; falta de um sistema de avaliação de desempenho para todos os empregados, sobretudo para aqueles que aspiram a funções de chefia; necessidade de melhorias no ambiente de trabalho, incluindo a integração entre os colaboradores. Sobre esse último tópico, embora muitos tenham relatado a falta de interação entre os empregados, muitos também afirmaram ter bom relacionamento interpessoal no seu setor de trabalho.

A pesquisa concluiu que a Companhia necessitava de ajustes com relação a capacidade, habilidade e atitudes que demonstrassem desempenho, motivação e satisfação no trabalho. Algumas medidas foram adotadas posteriormente, como a atualização de parte do parque computacional e a implantação de um novo plano de cargos, carreiras e salários. Embora distante e realizada em outro contexto organizacional, essa pesquisa de clima foi o primeiro passo no sentido de contribuir para a melhoria da gestão da Conab e da qualidade de vida na organização.

Em 2012 foi constituído um grupo de trabalho por meio da Portaria n.º1.403, de 26/11/12, com o intuito de proceder os estudos necessários à realização de nova pesquisa de clima, com o prazo de 180 dias para conclusão dos trabalhos, para então serem estabelecidas estratégias de atuação e ações destinadas à melhoria do clima organizacional, mediante plano de ação específico.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

As capacitações desenvolvidas neste exercício foram norteadas pela visão estratégica da Diretoria, no sentido de atender as prioridades então definidas e realinhadas às exigências organizacionais, tais como: promover cursos, com carga horária mínima de 12h/a, para todos

empregados, voltados às suas atividades específicas; incentivar a participação de empregados em cursos de Pós-graduação, voltados aos objetivos estratégicos da Conab, com lotação na Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras; fomentar ações que incentivem à aprendizagem organizacional - disponibilizando e compartilhando os conhecimentos adquiridos, pelos empregados, nos cursos de pós-graduação; valorizar e despertar os talentos internos visando à multiplicação dos conhecimentos; prosseguir com a descentralização das ações educacionais de maneira a agilizar e facilitar a capacitação dos empregados lotados nas Sureg's e Unidades Armazenadoras; e, incentivar o corpo funcional da Companhia para atuar como instrutor/multiplicador, na disseminação do conhecimento e compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem em serviço e adoção de novos papéis à educação.

O quadro a seguir totaliza as ações de capacitação, voltadas a cursos específicos, de 1ª. Graduação e de Pós-Graduação (lato e stricto sensu), distribuídos por área de conhecimento, e ainda os cursos de Idioma: Inglês, Espanhol e Francês.

Quadro 11.2 - Treinamentos realizados por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Administrativa	1.102	861	11.456	10.460	10,40	12,15
Auditoria	123	68	889	1.656	7,23	24,35
Comunicação Social	1	625	16	6.176	16,00	9,88
Educação e Desenvolvimento	687	440	12.534	9.651	18,24	21,93
Financeira	75	269	3.097	9.498	41,29	35,31
Gerencial	8	44	320	122	40,00	2,77
Informática	104	170	2.943	3.508	28,30	20,64
Jurídica	115	156	695	3.187	6,04	20,43
Operacional	491	371	3.705	2.997	7,55	8,08
Planejamento	455	516	11.744	7.795	25,81	15,11
Qualidade	4	-	28	-	7,00	-
Total	**3.165**	**3.520**	**47.427**	**55.051**	**14,98**	**15,64**

Fonte: Digep/Sumoc/Gecap

Ações implementadas no exercício:

No exercício de 2012 o desafio foi a oportunidade de acesso à **Universidade Corporativa Caixa**, por meio do Termo de Cooperação Técnico-científica e Cultural celebrado com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de promover intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e tecnologias que visem ao desenvolvimento humano e profissional dos empregados da Conab. Destaca-se que a implementação desta tecnologia possibilitou a capacitação de aproximadamente 200 empregados a partir de julho, sem ônus para a Companhia. Essa parceria foi de grande importância para as duas instituições, pois a Conab, que não possuía ações educacionais à distância, se beneficia pela experiência da Caixa. Da mesma forma, técnicos da Caixa serão beneficiados pelos conhecimentos da Conab em agronegócio.

O Projeto **Desenvolvimento de Estagiários** da Companhia capacitou 65 estagiários, sem ônus para a Conab, mediante parcerias com Universidades e parceiros que utilizam espaço físico (salas de aula) do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CDRH da Conab.

O Projeto **Jovem Aprendiz** contratou 92 jovens e adolescentes aprendizes, em cumprimento à cota de aprendizagem; no caso específico da Conab, optou-se pela cota de 5% do número de empregados efetivos qualificados, estabelecido na Lei de Aprendizagem 10.097/2000. Este projeto objetiva, ainda, a inserção e permanência do adolescente no mundo do trabalho como fator decisivo para a formação do jovem, não somente como futuro profissional, mas também como pessoa inserida num contexto de cidadania.

Do **Projeto Graduar para Trabalhar**, participaram em torno de 25 empregados neste exercício, nos Cursos de Níveis Fundamental e Médio, com metodologia à distância (on-line), mediante parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio do Encceja – Exame

Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Este projeto faz parte do papel social da Companhia e resgate da cidadania.

Com a execução do **Programa de Aprendizagem Organizacional,** foram realizadas 62 Palestras, em âmbito nacional, relacionadas à disseminação do conhecimento, tornando-se uma prática, por parte dos empregados, em multiplicar os conhecimentos adquiridos quando de sua participação/conclusão em Cursos de Pós-Graduação (lato e stricto sensu). Referidas palestras foram voltadas para os objetivos da Companhia, tais como: A Política de Garantia de Preços Mínimos e a Logística da Conab; Políticas Sociais com ênfase no Território e na Família; Abastecimento de Milho no Segmento de Avicultura; A importância de Venda em Balcão; Controle Interno; A Auditoria Governamental - Caso Conab; Segurança da Informação; Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa; Aspectos e Procedimentos Licitatórios; A Conab Estratégias - Apoio a Comercialização do Pequeno Produtor; Análise Prospectiva do Mercado de Café; Súmula Vinculante n.º 05 – Conveniência Política Retrocesso; A Redução da Carga de Impostos Incidentes sobre o Tablet e outras.

Avaliações realizadas

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação das ações de capacitação e às não previstas no Levantamento de Necessidade de Treinamento e Desenvolvimento – LNT 2012/2013, foram aplicados os questionários de Avaliação de Reação, obtendo-se os seguintes resultados:

Quadro 11.3 - Avaliações por Tipo de Treinamento

Treinamento	Item	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Palestras	Domínio do Tema pelo Palestrante	-	1,00%	5,00%	42,00%	52,00%
	Metodologia Apresentada	-	1,00%	8,00%	54,00%	37,00%
	Atendimento da Expectativa	-	1,03%	8,16%	55,07%	35,74%
	Conceito Geral do Evento	-	0,66%	6,71%	50,33%	42,30%
Treinamentos Específicos	Coordenação/Organização	0,22%	0,68%	5,88%	39,09%	54,13%
	Aplicabilidade do Assunto	1,62%	1,10%	2,99%	29,45%	68,08%
	Conceito Final do Instrutor	0,73%	1,58%	5,31%	33,18%	59,20%
	Conceito Geral do Treinamento	-	-	2,98%	44,31%	52,71%
Treinamentos Diversos	Conhecimento Antes	4,47%	11,17%	35,37%	46,92%	2,07%
	Conhecimentos Após	-	0,77%	5,63%	32,97%	60,63%

Fonte: Digep/Sumoc/Gecap

11.5. Informações sobre Recursos Humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e por empregados nomeados para cargos de livre provimento. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

Quadro 11.4 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	**Não há**	**4.403**	**38**	**41**
1.1. Cargos de Carreira	-	4.403	38	41
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	**Não há**	**49**	**23**	**22**
2.1. Diretor	-	5	1	1
2.2. Assessor	-	42	21	20
2.3. Requisitado	-	2	1	1
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	**Não há**	**8**	**4**	**4**
4. Pensão Vitalícia	**Não há**	**5**	**0**	**0**
5. Total de Empregados (1+2+3+4)	**5.076**	**4.465**	**65**	**67**

Fonte: Digep/Sugep

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa.

Quadro 11.5 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	**1.040**
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	127
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	913
2. Afastamentos (2.1+2.2)	**28**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	5
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	23
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	**5**
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	5
3.2. Licança Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	0
4. Licença não Remunerada (particular)	**19**
5. Pensão Vitalícia	5
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	**1.097**

Fonte: Digep/Sugep

A Companhia possuía em 31/12/12 um total de 1.097 empregados afastados de suas atividades, inclusos os 5 beneficiários de Pensão Vitalícia, o que representa 24,6% do total do quadro de lotação.

Atenta ao Acórdão 2.170/2007 – 2.ª Câmara/TCU, que determinou à Conab em seu subitem 2.1, verbis: *"redimensionar e recompor o seu quadro de pessoal, em especial nas Superintendências Regionais, de acordo com suas atribuições, suas necessidades e seu planejamento de longo prazo, e promover a atualização do seu Plano de Cargos e Salários, ..."*, a Companhia tem mantido constante vigilância quanto aos pedidos de cessão, sobretudo em se tratando de empregados lotados nas Regionais. Nesse sentido as cessões somente ocorrem se precedidas de parecer favorável do Superintendente na regional de origem do empregado.

Quadro 11.6 - Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	**-**	**645**	**263**	**263**
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		588	241	242
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros		55	21	20
1.3. Empregado Requisitado		2	1	1
2. Total de Empregados com Função Gratificada	**-**	**645**	**263**	**263**

Fonte: Digep/Sugep

A Conab encerrou o período com 645 empregados regularmente designados para o exercício de funções gratificadas. Do total de gratificações, 91,2% se encontram preenchidas por empregados de Cargo de Carreira. As atribuições gerenciais encontram-se delineadas no Regimento Interno e os titulares são remunerados com base em tabela salarial própria. As funções de Contrato Especial são desligadas automaticamente, por ocasião da dispensa da Função Gratificada.

Além das disposições estatutárias e regimentais em vigor, os Acordos Coletivos de Trabalho têm convencionado que os contratados para funções de livre provimento possuam, no mínimo, nível Superior completo, entre outros quesitos, devendo a Companhia dar preferência aos empregados do quadro de pessoal permanente, mesmo em se tratando de órgãos vinculados à Presidência.

Quadro 11.7 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	**16**	**89**	**565**	**2.139**	**804**
1.1. Em Cargo de Carreira	16	89	565	2.139	804
2. Empregado em Função Gratificada	**17**	**119**	**222**	**429**	**60**
2.1. Cargos de Carreira	12	108	200	415	55
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)	5	10	21	14	5
2.3. Requisitado	-	1	1	-	-
3. Totais (1+2)	**33**	**208**	**787**	**2.568**	**864**
Pensão Vitalícia	0	0	1	0	4

Fonte: Digep/Sugep

As três últimas faixas etárias totalizam 4.219 empregados, equivalente a 94,4% do total do corpo funcional, o que retrata um quadro envelhecido, cenário atribuído especialmente ao retorno dos anistiados a partir de 2004. E em decorrência deste reingresso tem sido implementados o Programa de Integração dos Anistiados, proposta de capacitação que engloba a realização de Treinamento Introdutório e cursos de Português, Informática e Relações Humanas, como medida inicial de reinserção no ambiente de trabalho. As duas faixas iniciais se devem ao ingresso de novos empregados, decorrentes de dois concursos públicos realizados no quinquênio 2004/08.

Quadro 11.8 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	**4**	**151**	**285**	**301**	**340**	**85**	**1.476**	**38**	**626**	**260**	**39**	**3**	**-**	**5**
1.1. Em Cargo de Carreira	4	151	285	301	340	85	1.476	38	626	260	39	3	-	5
2. Empregado em Função Gratificada	**0**	**0**	**5**	**8**	**26**	**7**	**276**	**14**	**286**	**195**	**28**	**2**	**0**	**0**
2.1. Cargos de Carreira	-	-	5	8	26	7	273	8	249	185	27	2	-	-
2.2. Contrato Especial (Diretor , Assessor, Conselheiro)	-	-	-	-	-	-	3	6	37	8	1	-	-	-
2.3. Requisitado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	**4**	**151**	**290**	**309**	**366**	**92**	**1.752**	**52**	**912**	**455**	**67**	**5**	**0**	**5**
Pensão Vitalícia	0	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Digep/Sugep

A Conab, como as demais organizações, está exposta à ocorrência de ações trabalhistas motivadas por desvios de função, sobretudo em razão do descompasso existente entre nível de escolaridade e enquadramento funcional. Apesar da conjuntura etária retratada, os empregados têm buscado alargar os horizontes educacionais, com o apoio da Companhia, na medida em que esta disponibiliza, via acordos trabalhistas, mecanismos incentivadores ao reingresso escolar em todos os níveis.

Composição do quadro de estagiários

A Conab oferece oportunidade de estágio a estudantes do nível médio e superior, para atuarem tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais. A contratação de estagiários é feita de forma descentralizada, ou seja, cada Superintendência Regional realiza seus contratos levando em consideração o limite de contratações previamente estabelecido.

Em 2012, a Matriz contava com 48 estagiários de nível superior e 21 de nível médio, com custo anual de R$529.422,89, incluindo salário e auxílio transporte**.**

Quadro 11.9 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	**46**	**48**	**50**	**48**	529.422,89
1.1 Área Fim	16	19	23	22	
1.2 Área Meio	30	29	27	26	
2. Nível Médio	**18**	**21**	**21**	**21**	
2.1 Área Fim	3	3	3	3	
2.2 Área Meio	15	18	18	18	
3. Total (1+2)	**64**	**69**	**71**	**69**	**529.422,89**

Fonte: Digep/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 11.10 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assists e Previdenciários	Demais Desps Variáveis			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercício	**2010**	283.780.733,33	-	-	414.959,22	7.388.838,75	43.707.947,30	-	12.215.601,61	-	**347.508.080,21**
	2011	312.792.529,78	-	-	445.774,00	9.555.739,20	43.034.879,24	-	111.295,98	-	**365.940.218,20**
	2012	362.901.832,73	-	-	676.505,22	7.519.588,26	46.804.199,26	-	9.669.718,52	-	**427.571.843,99**
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercício	**2010**	86.146.295,93	-	493.800,74	104.838,00	65.499,00	15.889.678,81	-	2.847.702,92	-	**105.547.815,40**
	2011	96.547.013,11	-	368.368,24	134.373,40	34.419,35	16.115.668,41	-	158.321,38	-	**113.358.163,89**
	2012	114.836.677,26	-	78.408,64	436.572,73	5.264,00	17.643.509,87	-	2.990.462,47	-	**135.990.894,97**
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercício	**2010**	-	-	10.254.639,15	-	92.628,70	664.989,30	-	127.642,49	-	**11.139.899,64**
	2011	-	-	10.177.697,34	-	1.530,00	648.631,72	-	-	-	**10.827.859,06**
	2012	-	-	11.434.554,80	-	54.711,12	747.026,13	-	247.963,16	-	**12.484.255,21**
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercício	**2010**	112.687.635,78	-	41.914.101,48	49.776,96	1.373.494,46	11.948.811,25	-	6.005.949,54	-	**173.979.769,47**
	2011	140.199.667,36	-	43.909.221,78	30.495,68	1.785.263,12	13.465.308,37	-	161.497,44	-	**199.551.453,75**
	2012	167.076.412,36	-	48.611.302,07	163.410,75	1.789.515,26	14.814.245,51	-	4.783.255,21	-	**237.238.141,16**
Pensão Vitalícia											
Exercício	**2010**	-	-	-	-	-	-	-	-	25.666,56	**25.666,56**
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	26.896,56	**26.896,56**
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	29.698,56	**29.698,56**

Fonte: Digep/Sugep

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

A locação de mão de obra e a contratação de terceirizados para serviços de limpeza e vigilância é feita de forma descentralizada. As informações dos quadros a seguir referem-se apenas às contratações realizadas no âmbito da Matriz.

Quadro 11.11 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211							**CNPJ:** 26.461.699/0001-80								
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados**						**Sit.**	**Quantidade de Trabalhadores**	
							F		**M**		**S**				
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**		**P**	**C**
2008	V	O	051/2008	04.559.666/0001-35	22/04/08	22/04/12	22	22	-	-	-	-	E	22	22
2010	L	O	047/2007	04.944.460/0001-29	08/10/10	31/01/13	61	61	1	1	-	-	A	62	62
2012	V	E	015/2012	31.546.484/0001-00	23/04/12	02/01/13	22	22	-	29	-	-	E	22	22

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Supad/Gerad

Quadro 11.12 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento													
UG/Gestão: 135100 – 22211				**CNPJ: 26.461.699/0001-80**									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2007	8	O	47/2010	90.347.840/0006-22	09/07	09/12	-	-	1	1	-	-	E
2011	8	O	13/2011	03.617.851/0001-76	10/11	09/13	-	-	1	1	-	-	A
2012	8	O	32/2012	03.617.851/0001-76	04/12	03/13	-	-	1	1	-	-	A
2012	8	O	39/2008	72.588.080/0001-59	01/09	01/13	-	-	1	1	-	-	E
2012	8	O	33/2012	90.347.840/0006-22	10/12	10/13	-	-	1	1	-	-	E
2012	6	O	08/2012	32.913.188/0001-55	03/12	03/13	-	-	2	2	-	-	A

Observações:

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Supad/Gerad

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Durante o exercício não ocorreram admissões, apenas demissões (67). Os ingressos apresentados no quadro Força de trabalho da UJ, referem-se às readmissões decorrentes da Lei de Anistia.

Os empregados da Conab são contratados pelo regime CLT não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões. Também não há idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo o empregado se aposentar pela Previdência Social e permanecer em atividade.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

A renovação periódica da força de trabalho nas organizações é um processo natural e a Conab não foge a essa regra. Nesse contexto, a alta direção tem se empenhado em estabelecer as medidas vitais para o fortalecimento e o sucesso da Companhia, orientadas para a área de pessoal, quais sejam: instituir uma Política de Pessoal na empresa; contratar consultoria externa para elaboração de um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS); suprir as necessidades de pessoal da Companhia, obtendo autorização para utilizar as vagas destinadas a anistiados com vistas à contratação de novos empregados, via concurso público; deflagrar um programa de substituição da força de trabalho, por meio do desligamento incentivado – PDVI, visando a abertura das vagas necessárias ao recrutamento de novos empregados; estender o Serviço de Atendimento à Saúde aos aposentados e seus dependentes; incentivar a Previdência Complementar, estimulando a participação de todos os empregados no Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius; criar a Universidade Corporativa da Conab; adotar instrumentos modernos de capacitação e avaliação de desempenho; estabelecer critérios técnicos para a ocupação das funções de gestão assessoramento.

Como dado a observar, algumas dessas medidas foram delineadas ante a perspectiva de aposentadoria de empregados do quadro de pessoal permanente da Conab e impactarão, certamente, a gestão de pessoas e as relações trabalhistas daí decorrentes.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Quadro 11.13 - Principais Indicadores de Recursos Humanos

Rotatividade ou Turnover total	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Monitorar indícios de problemas relacionados a processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	0,02	0,09	0,07
Análise: Os índices de turnover fram mais representativos nos exercícios de 2004 a 2008 por ocasião dos ingressos de concursados, se estabilizando nos anos posteriores.			
Percentual de realização de exames médicos periódicos	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO.	56,75	55,61	52,81
Análise: Foram emitidas 4.439 convocações o que gerou a efetiva expedição de 2.630 ASOs – Atestado de Saúde Ocupacional. Os resultados indicam que tanto a Conab quanto os empregados precisam dedicar mais atenção a esse indicador, adequando os procedimentos ao cumprimento dessa obrigação patronal.			
Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	**2012**	**2011**	**2010**
Objetivo: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades.	0,81	0,67	0,61
Análise: Em 2012, ocorreram 37 acidentes de trabalho e nenhum caso de doença ocupacional. A maioria dos casos ocorreu na Matriz (21 registros) o que representa uma participação de 56,7% do total de acidentes ocorridos.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n.os 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei n.º 8.112/93.

Com o intuito de coibir a ocorrência de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, os ingressos ao quadro de pessoal da Conab, quer na condição de empregado de Cargo de Carreira, quer como Contrato Especial, são convidados ao preenchimento da Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, cumprindo-se assim a obrigação admissional prevista no capítulo *"Dos Deveres e Proibições"*, integrante dos Regulamentos de Pessoal.

A adoção desse documento, contudo, não tem se mostrado eficaz no sentido de impedir que eventuais indícios de acumulação sejam identificados pela Auditoria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MP.

Noticiada de possível descumprimento do que dispõe o art. 37 da Constituição Federal, por parte de empregado da Companhia, a área de cadastro de pessoal autua processo administrativo para apuração dos fatos, sob a orientação da unidade de corregedoria, a quem compete examinar e instruir processos relativos à conduta disciplinar do corpo de empregados.

Em 2012 somente um caso de acumulação remunerada foi recepcionado pela Conab, identificado a partir da aplicação do limite remuneratório de que trata o inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal, sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos fora do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (extra SIAPE), procedimento estabelecido a partir da Portaria Normativa/SRH n.º 2, de 08/11/2011.

11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

Ver Anexo VI – pág. 137.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 12.1 - Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350 (Conab)	010Z	Iniciativa com orçamento a ser disponibilizado nos exercícios de 2013 a 2015					
		0112	Iniciativa sem orçamento na LOA 2012					
		011J	Iniciativa sem orçamento na LOA 2012					
		02F6	Iniciativa sem orçamento na LOA 2012					
		0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido	4.152.000	561.693	2.083.000.000,00	650.133.055,28
		011F	2829 - Recuperação Rede Própria	Unid Modernizada	71	81	14.000.000,00	1.324.761,10
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	3.100	5.410	3.224.000,00	1.565.910,08
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	5.000	5.387	600.000,00	381.854,23
		011E	147U - Modernização UA Itaqui	% exec física	6	0	5.000.000,00	124.920,00
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	1.500.000,00	1.067.542,21
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	11.000	8.879	1.000.000,00	93.422,09
		02FE	10HG - Estudo das Perdas	Estudo realizado	3	0	1.034.210,00	0,00
2069 (MDS)	0613	02DY	20TB - Abast Móvel Fluvial	Unid instalada	5	0	70.900.000,00	0,00
2012 (MDA)	0411	01BB	20GI - Formação Estoques AF	Prod Adquirido	535.000	0	347.250.000,00	0,00
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	474.876.042,00	470.901.454,73
			0110 - Previdência Privada	Não tem	Não tem	Não tem	29.723.000,00	28.586.805,52
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	105.500.666,00	90.249.285,30
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	14.781	14.461	28.190.000,00	27.801.511,21
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	4.333	2.534	1.071.082,00	1.071.065,11
			2010 - Assistência Pré-Escolar	Criança atendida	903	1.099	3.993.626,00	3.993.626,00
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	3.841	4.253	7.920.000,00	7.697.625,88
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	4.348	4.388	25.655.000,00	25.496.821,62
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	3.800	3.520	1.700.000,00	1.373.052,68
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	002F - Cumprimento de Débitos	Não tem	Não tem	Não tem	54.698,00	49.104,96
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	24.682.646,00	23.958.760,21
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	10.518.000,00	10.511.884,89

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Proces	
2.962.542.616,00	3.241.392.970,00	1.461.868.164,76	1.346.382.463,10	168.138.252,08	316.975.699,97	1.277.129.969,89

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas

Quanto à Ação **2130 – Formação de Estoques Públicos**, tanto a execução física quanto orçamentária apresentaram baixa execução, o que não é ruim neste caso, pois no segundo semestre os produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM de uma maneira geral, apresentaram preços considerados equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando da intervenção do Governo para regular o abastecimento interno. A Ação cumpriu-se através da AGF, detalhada no item 3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.

Na Ação **2829- Recuperação da Rede Própria de Armazéns**, a análise comparativa entre meta estabelecida e execução física tem gerado entendimento divergente da efetiva ocorrência, levando à conclusão que a meta foi superada, em razão da unidade de medida estabelecida para o indicador da Ação. Ou seja, no PPA a unidade de medida da Ação está definida como "Unidade Modernizada", de onde se deduz uma intervenção de grande porte. Ocorre que as despesas de

pequena monta (intervenções de pequeno porte) têm sido consideradas como unidade de medida e acabam superestimando o resultado, redundando em "Unidade Modernizada", o que não condiz com a realidade. Exemplo: na UA Monteiro/PB ocorreu a aferição da balança rodoviária, ao custo de R$1.410,40, sendo que esse único serviço acabou sendo computado, na Ação, como Unidade Modernizada. Na verdade, o indicador/unidade de medida está inadequado. Essa situação é recorrente e já foi anteriormente identificada e comunicada aos órgãos que cuidam do assunto no MAPA e no MPOG, tendo sido orientado que qualquer ajuste fosse efetuado quando da edição do novo PPA. No entanto, no Plano Plurianual para o período de 2012-2015 a situação permanece.

As reformas urgentes e serviços de menor porte foram agilizadas principalmente pela descentralização da dotação orçamentária, que deu autonomia às Superintendências Regionais para realizar despesas dessa natureza, mas o baixo índice de execução financeira foi provocado pela insuficiência da equipe técnica na Matriz e Suregs, nas áreas de Arquitetura, Engenheira Civil, Mecânica e Elétrica, para o atendimento de todas as demandas referentes a obras e serviços nas Unidades Armazenadoras existentes em todo Brasil. Além disso, houve contingenciamento expressivo na dotação das despesas correntes e de capital. O detalhamento das obras realizadas encontram-se no Quadro 7.4 – Valor gasto para manutenção nas Unidades Armazenadoras, no Anexo IV.

Já na Ação **2137 – Fiscalização dos Estoques Públicos** a execução física superou a meta. Devido ao baixo volume dos estoques públicos a Conab diminuiu as equipes de fiscalização e o tempo gasto para realizar a operação, resultando em um dispêndio de apenas 48,57% da meta contida na LOA-2012. A Portaria MAPA n.º 203, de 16 de março de 2012, fixou os limites para empenho das despesas com diárias, passagens e locomoção, destinando R$1.168.907,00 às atividades de fiscalização, implicando uma redução de 75,81% em relação ao programado inicialmente. A Ação está detalhada no item 7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.

Na Ação **4702 – Cadastro Nacional de Armazéns** foi realizado o Censo das Unidades Armazenadoras, programado para os estados do Paraná, no período de agosto/setembro e de São Paulo, em outubro/novembro, porém só foi realizado no Paraná devido à restrições orçamentárias do Governo Federal envolvendo gastos com diárias, passagens e despesas de locomoção.

A Ação **147U – Modernização e Ampliação da UA Itaqui/MA** foi criada em forma de projeto. A execução orçamentária deu-se com o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental-EVTEA e o Termo de Referência para a Unidade Armazenadora, necessários para a realização do projeto.

Quanto à Ação **4711 – Pesquisa e Avaliação de Safras**, tanto a execução física quanto orçamentária apresentaram índices dentro do esperado.

A Conab divulgou doze estimativas de safra de grãos durante o ano safra 2011/2012, que iniciou em setembro de 2011 e terminou em agosto de 2012. A última estimativa divulgada em agosto de 2012 ficou acima do intervalo previsto na primeira estimativa realizada em setembro de 2011, devido ao comportamento do clima que apresentou estiagem no sul e no nordeste e condições excelentes no centro-oeste, favorecendo principalmente a produção do milho segunda safra com o período de chuvas se estendendo até junho, fugindo da normalidade.

Segue abaixo, comparativo entre o 1.º e o 12.º levantamento da safra de grãos, referente à safra 2011/12.

Quadro 12.2 - Levantamento da Safra de Grãos – Safras 2011/12

Produto	1.º Levantamento		12.º Levantamento		Variação	
	Área (mil ha)	Produção (ton)	Área (mil ha)	Produção (ton)	Área	Produção
Algodão (caroço)	1.359,2	3.188,6	1.393,4	3.029,5	2,52	-4,99
Amendoim - Total	**84,4**	**223,5**	**93,9**	**294,7**	**11,26**	**31,86**
Amendoim 1ª Safra	65,9	195,4	82,1	274,6	24,58	40,53
Amendoim 2ª Safra	18,5	28,1	11,8	20,1	-36,22	-28,47
Arroz	2.742,9	12.318,6	2.427,1	11.600,3	-11,51	-5,83
Aveia	150,9	332,0	153,0	353,5	1,39	6,48
Canola	45,7	61,1	42,4	52,0	-7,22	-14,89
Centeio	1,9	2,5	2,3	3,6	21,05	44,00
Cevada	87,1	289,9	88,4	305,1	1,49	5,24
Feijão - Total	**3.892,5**	**3.430,3**	**3.256,9**	**2.899,1**	**-16,33**	**-15,49**
Feijão 1ª Safra	1.306,7	1.307,8	1.241,4	1.235,6	-5,00	-5,52
Feijão 2ª Safra	1.823,8	1.330,0	1.396,1	1.065,4	-23,45	-19,89
Feijão 3ª Safra	762,0	792,5	619,4	598,1	-18,71	-24,53
Girassol	60,1	73,3	74,2	116,1	23,46	58,39
Mamona	213,3	135,0	129,6	25,8	-39,24	-80,89
Milho - Total	**14.184,3**	**57.327,0**	**15.156,7**	**72.731,2**	**6,86**	**26,87**
Milho 1ª Safra	8.245,0	35.983,0	7.560,4	33.869,4	-8,30	-5,87
Milho 2ª Safra	5.939,3	21.344,0	7.596,3	38.861,8	27,90	82,07
Soja	24.658,1	72.187,4	25.042,2	66.383,0	1,56	-8,04
Sorgo	802,9	2.193,1	785,1	2.204,9	-2,22	0,54
Trigo	2.100,7	5.129,9	2.166,2	5.788,6	3,12	12,84
Triticale	46,6	115,1	44,1	108,5	-5,36	-5,73
Total	**50.430,6**	**157.007,3**	**50.855,5**	**165.895,9**	**0,84**	**5,66**

Fonte: Boletins do 1.º e do 12.º Levantamento da Safra de Grãos

Já a cana de açúcar apresentou, no 2.º levantamento da safra 2012/13, divulgado em agosto, área de 8.527,7 mil ha, com produção de 596.629,8 mil toneladas. Dessa produção, 295.812,5 mil toneladas serão destinadas à produção de 23.491.182,6 mil litros de etanol e 300.817,3 mil toneladas destinadas à produção de 38.993,1 mil toneladas de açúcar.

No que se refere à Ação **8579 – Geração e Difusão de Informações,** registra-se execução financeira de 9,34% da meta devido às restrições orçamentárias do Governo Federal com diárias, passagens e locomoção. A insuficiência de pessoal tanto na Matriz como nas Superintendências Regionais também dificultou a execução de alguns roteiros para visitas aos informantes e áreas produtoras, interferindo na execução física. Durante o exercício várias ações correlatas foram desenvolvidas, merecendo destaque a implementação da nova metodologia de pesquisa de preços, visando prover a padronização de procedimentos e a melhoria na qualidade das informações coletadas; o projeto de reformulação da Revista Indicadores, possibilitando a adequação e reorganização do seu conteúdo, tornando-a atraente, moderna, atendendo a demanda do público leitor; a reorganização/otimização das séries, especificação e padronização de produtos e o acompanhamento e divulgação dos preços.

Com relação à Ação **10HG – Estudo das Perdas na Pós-colheita de grãos,** esta encontra-se ainda em fase de acordo entre a Conab e o CNPQ. Os dois órgãos elaboraram a minuta do Termo de Cooperação Técnica detalhando o Plano de Trabalho e aguarda aprovação do Conselho de Administração-CONAD. A dinâmica da execução do referido Estudo foi montada em etapas: o lançamento da Chamada CNPQ/CONAB visando a seleção de projetos de pesquisa científica, tecnológica ou inovação que desenvolvam ações de experimentação, validação e disponibilização de tecnologias apropriadas para determinar as perdas quantitativas e qualitativas no transporte e na pós-colheita dos grãos de arroz em casca, milho e trigo, nos principais estados produtores: Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins. Os interessados apresentarão propostas, em conformidade com o Regulamento específico do Projeto; análise e julgamento das propostas pelos Comitês Julgadores, de acordo com os critérios estabelecidos e a divulgação dos resultados, com o apoio às propostas aprovadas.

A Ação **20TB – Abastecimento Móvel Fluvial** foi inserida no PPA-2012 não havendo execução física e orçamentária para o período. A Universidade Federal do Pará apresentou a versão

prévia dos Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação de quatro Unidades de Serviço Móvel Fluvial de navegação na região amazônica; a Conab sugeriu ajustes necessários e a entrega final está prevista para fevereiro de 2013. Após a entrega do projeto e a aprovação pela Diretoria da Companhia, será deflagrado o processo de licitação pública para construção dos barcos.

Para a Ação **20GI – Formação de Estoques da Agricultura Familiar** não houve execução física e orçamentária no período. Técnicos das áreas envolvidas na operacionalização da Ação elaboraram minuta do Regulamento para Operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar-PGPM/AF e do Manual de Operações-MOC do AGF/AF, visando a padronização das normas. A operacionalização da AGF/AF deverá ter os mesmos procedimentos da PGPM, com base nos produtos da pauta de preços mínimos, bem como das condições de aquisição e documentação exigida.

As Ações **00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo, 0110 – Contribuição à Previdência Privada, 2000 – Administração da Unidade** não possuem meta física. Quanto ao aspecto financeiro, a execução das despesas ficaram próximas à meta. Todas estas Ações receberam suplementações orçamentárias no período: a Ação 00H1, suplementação de R$111.200.000,00; a 0110 suplementação de R$1.730.000,00; e a Ação 2000 de R$3.000.000,00.

Com relação a Ação **2004 – Assistência Médica e Odontológica**, também houve suplementação de R$5.390.000,00. Os gastos superaram o ano anterior em 13,32%.

Já a Ação **20CW – Exames Periódicos** atingiu apenas 58,48% da meta física. Nos municípios onde se situam a maioria das Unidades Armazenadoras (UA) não há disponibilidade de médicos, dentistas e laboratórios credenciados. A solução seria viabilizar os exames médicos através de licitação, terceirizando o trabalho ou o deslocamento desses colaboradores para as sedes das regionais com pagamento de adiantamento de viagem, porém em 2012 não foi liberado recursos financeiros pelo governo para esse fim. A Ação recebeu suplementação orçamentária de R$291.082,00.

Quanto à **Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar**, a execução física superou a meta em 121,71%, indicando que a meta deverá ser revista para o próximo ano. Em relação ao ano anterior, houve incremento de 20,4% na execução orçamentária, o que resultou em suplementação de R$633.626,00.

A ação **2011 – Auxílio Transporte** apresentou execução física de 110,73%, não necessitando, porém, de suplementação orçamentária.

No que se refere a **Ação 2012 – Auxílio Alimentação**, as execuções físicas e orçamentárias ficaram dentro do esperado, incluindo suplementação de R$1.655.000,00.

Na Ação **4572 – Capacitação de Servidores**, convém mencionar que o investimento na capacitação dos empregados, aquém do previsto, é atribuído à dificuldade de encontrar ,nos Estados, instituições que atendam aos critérios de inexigibilidade de licitação em relação aos documentos regularizados necessários à aprovação dos eventos, inviabilizando a realização do treinamento. A execução física alcançou a meta porque a área responsável vem proporcionando aos empregados treinamentos virtuais em parceria com órgãos públicos e sem ônus para a Companhia.

As Ações **002F – Cumprimento de Débitos, 0022 – Cumprimento de Sentenças e 00H2 – Pagamento de Depósitos Recursais**, também não possuem meta física. As execuções orçamentárias ficaram próximas à meta. Dentre as que tiveram suplementações estão: Ação 0022 com acréscimo de R$18.682.646,00 e 00H2 com R$9.018.000,00 de suplementação.

Indicadores de desempenho institucionais; comparativos com exercícios anteriores

Referidos indicadores já estão contemplados ao final dos capítulos 3, 4, 5, 6 e 7.

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

De maneira geral, a principal interferência para a boa execução das Ações foi o contingenciamento orçamentário, sobre o qual a Companhia não tem governabilidade.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 12.3 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	102.073.323,99	1.637.599,86	99.914.699,21	521.024,92
2010	1.386.556,00	639.035,59	487.358,63	260.161,78
2009	306.164,54	1.746,85	3.612,00	300.805,69
2008	147.732,86	4.924,08	20.648,37	122.160,41
2007	5.907,04	0,00	2.517,37	3.389,67
2006	8.157,19	8.157,19	0,00	0,00
2005	5.842,28	0,00	0,00	5.842,28
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	325.354.931,05	124.533.991,92	198.918.325,95	1.902.613,18
2010	1.656.647,85	987.588,67	497.554,80	171.504,38

Fonte: Diafi/Sufin/Gefin

12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício

Quadro 12.4 - Instrumentos de Transferências vigentes no exercício

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento									
CNPJ: 26.461.699/0001/80				**UG/GESTÃO:** 135100/22211					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Transferências Recebidas									
3	003/2009	MDS (Oper PAA)	1.257.581.353,00	-	439.111.685,13	1.098.661.942,43	11/09	07/12	1
3	004/2012	MDS (Oper PAA)	2.633.750.164,00				08/12	07/15	1
3	007/2010	MDS (Dist Cesta)	207.000.000,00	-	34.493.701,65	158.558.701,82	06/10	03/13	1
3	-	MDA (PAA)	490.701.432,00	-	36.188.382,75	36.188.382,75	06/12	12/14	1
3	-	MAPA (Safra Café)	1.625.949,42	-	1.392.484,69	1.392.484,69	03/12	12/12	1
3	-	MAPA (Seg Rural)	599.900,00		344.303,19	344.303,19	05/12	12/12	1
3	002/2010	MDIC (Coco)	21.372,07	-	18.267,37	113.545,84	09/10	08/12	1
3	004/2012	SEPPIR/PR(Cestas)	440.000,00	-	44.232,76	44.232,76	08/12	08/13	1
Transferências Realizadas									
3	-	UFPA (Fluvial)	165.000,00	-	99.000,00	99.000,00	08/12	02/13	1
3	-	PNUD	78.086.896,68	-	3.622.569,19	59.835.036,58	12/03	12/13	1

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: Siafi e Àreas responsáveis pelos Termos de Cooperação

A seguir, breve relato dos Termos de Cooperação em vigência no período:

MDS/MDA - Aquisição, Operacionalização do PAA e Distribuição de Alimentos

Termos de Cooperação realizados através das ações 2792, 2798 e 2802 (ações orçamentárias do MDS) e das ações 2B81 e 2B83 (ações do MDA). A execução destas ações está detalhada no item 3.2.6 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

MAPA - Levantamento da Safra de Café

Os resultados das safras de café ficaram dentro do previsto no primeiro levantamento. A 3.ª estimativa da safra de café da safra 2012, divulgada em setembro, apresentou área de 2.056 mil ha com produção de 50.482,6 mil sacas beneficiadas das variedades arábica e conilon. O Estado de Minas Gerais participa com 52,8% da produção nacional.

MAPA - Fiscalização do Seguro Rural

Aproximadamente 50 técnicos, envolvidos em várias etapas, executaram a fiscalização de 1.425 apólices, localizadas em 20 Estados e no Distrito Federal. As operações foram realizadas da seguinte forma: a) verificação das informações apresentadas nas apólices de Seguro Rural junto aos produtores rurais; b) marcação de coordenadas geográficas; e, c) elaboração do Laudo de fiscalização – desfecho dos trabalhos em campo – demonstrando se a apólice está regular ou irregular.

MDIC - Leilão de Coco

Realiza procedimentos de leilão para aquisição dos direitos de importar o produto *"cocos secos, sem casca, mesmo ralados"*, no limite das cotas de importação. O detalhamento da atividade encontra-se no item 6.2 - Leilões de Terceiros.

SEPPIR/PR - Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Visa a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana. Foram distribuídas, no período, 1.403 toneladas de alimentos, beneficiando 14.700 famílias pertencentes às comunidades de terreiro.

UFPA - Abastecimento Móvel Fluvial

Termo que visa a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval para desenvolvimento dos projetos preliminares e básicos necessários à fabricação de 4 embarcações de aço, incluindo a elaboração de cadernos técnicos visando a elaboração de edital de licitação para seleção de empresa que será responsável pela construção de embarcações fluviais. A atividade faz parte da Ação orçamentária da Conab (20TB - Abastecimento Móvel Fluvial), já detalhada no item 12.1. Programas e Ações do PPA.

PNUD - Programa das Nações Unidas

Tem como finalidade modernizar a estrutura tecnológica da informação (PMTI) e aperfeiçoar a metodologia da previsão de safras da Conab, através do Geosafras.

12.4. Transferências mediante Convênio

Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou

instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

Quadro 12.5 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento						
CNPJ: 26.461.699/0001/80						
UG/GESTÃO: 135100/22211						
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	8	13	11	511.593.057,54	451.798.423,11	431.566.944,59
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	**8**	**13**	**11**	**511.593.057,54**	**451.798.423,11**	**431.566.944,59**

Fonte: Siafi e Àreas responsáveis pelos Termos de Cooperação

Quadro 12.6 - Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ

Unidade Concedente					
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento					
CNPJ: 26.461.699/0001/80 **UG/GESTÃO:** 135100/22211					
Exercício	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)**		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	**-**	-	**-**
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	**-**	2	**-**
		Montante Repassado	**-**	3.721.569,19	**-**
2011	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	**-**	1	**-**
		Montante Repassado	**-**	4.609.979,85	**-**
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	**-**	-	**-**
2010	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	**-**	1	**-**
		Montante Repassado	**-**	8.771.378,95	**-**
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	**-**	-	**-**
Anterior 2010	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	**-**	-	**-**
		Montante Repassado	**-**	-	**-**

Fonte: Siafi e PNUD

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei n.º 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver Anexo VII – pág. 149.

12.6. Composição dos Investimentos da Empresa

Quadro 12.7 - Composição acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ como Investidora – Posição em 31/12/2012					
Ações Ordinárias - % de participação					
Empresa Investida	**Quantidade**	**Obs.**	**31/12/10 (R$)**	**31/12/11 (R$)**	**31/12/12 (R$)**
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	BNDES	739.574,9	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A(1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind Prod Agrop do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58

Cia Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras Participação Agroin - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco Desenvolv do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	0,00
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	**11.246.571.800**	**-**	**24.283.767,98**	**24.283.767,98**	**24.274.516,78**
Ações Preferenciais - % de participação					
Empresa Investida	**Quantidade**	**Obs.**	**31/12/09 (R$)**	**31/12/10 (R$)**	**31/12/11 (R$)**
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.84	BNDES	838.265,17	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.58	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia Armaz e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	0,00
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	**1.967.220.957**	**-**	**11.580.527,29**	**11.580.527,29**	**11.575.984,63**

Fonte: Sucon
Observação: Título em poder do BNDES e CONAB
(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste
(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei n.º 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei n.º 6.404/76), com a redação dada pela Lei n.º 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a Provisão para Perdas Prováveis, no total de R$8.047.210,53, assim discriminados:

Quadro 12.8 - Provisão para Perdas Prováveis

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2012 (R$)
01.556.240/0001-30	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02.534.914/0001-68	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04.043.493/0001-06	Cia de Armaz Gr. e Entrepostos do Acre	232.798	739.574,91
04.933.446/0001-20	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
05.022.633/0001-14	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16.260.788/0001-05	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28.137.800/0001-78	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28.167.955/0001-57	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
Total			**8.047.210,53**

Fonte: Sucon

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 12.9 - Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
	2012	2011
Acre	1	1
Alagoas	4	4
Amazonas	4	4
Bahia	7	8
Ceará	18	19
Distrito Federal	8	8
Espírito Santo	4	4
Goiás	16	16
Maranhão	15	15
Mato Grosso	33	35
Mato Grosso do Sul	14	14
Minas Gerais	7	7
Pará	9	10
Paraíba	11	11
Paraná	7	8
Pernambuco	12	12
Piauí	9	9
Rio de Janeiro	22	18
Rio Grande do Norte	12	12
Rio Grande do Sul	17	17
Rondônia	18	18
Roraíma	3	3
Santa Catarina	5	5
São Paulo	7	7
Sergipe	3	3
Tocantins	3	3
Subtotal Brasil	**269**	**271**
Subtotal Exterior	**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)	**269**	**271**

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Imóveis

Ver Anexo VIII – pág. 167 para informações detalhadas por municípios e as devidas observações.

Quadro 12.10 - Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis locado de terceiros pela UJ	
	2012	2011
AP - Macapá	1	1
BA - Salvador	1	1
MA - São Luís	2	2
MG - Belo Horizonte	1	1
MS - Campo Grande	1	1
MT - Cuiabá	1	1
TO - Palmas	1	1
Subtotal Brasil	**8**	**8**
Subtotal Exterior	**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)	**8**	**8**

Fonte: Supad/Gepas

Quadro 12.11 - Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
135586 Sede Sureg/AL	16		3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135492 UA-Campos Altos	16		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135475 UA-Conceição do Rio Verde	16		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135482 UA-Juiz de Fora	16		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135491 UA-Perdões	16		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manhumirim/MG	16		3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UA-Teófilo Otoni	16		3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135474 UA-São Sebastião Paraíso II	16		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135483 UA-Varginha	16		4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135476 Sede Sureg Paraíba	4		2	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total							**0,00**	**0,00**

Fonte: Supad/Gepas

Portaria SPU nº 9 – Sureg/AL, de 25 de abril de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado à Sede da Sureg Alagoas pelo prazo de 10 anos, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério daquela Secretaria.
Portaria SPU nº 84 – Sureg/MG, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Conceição do Rio Verde pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU nº 85 – Sureg/MG, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de São Sebastião do Paraíso pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU nº 86 – Sureg/MG, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Perdões pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU nº 87 – Sureg/MG, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Manhumirim pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada po igual período.
Portaria SPU nº 88 – Sureg/MG, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Juiz de Fora pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU nº 89 – Sureg/MG, de 28 de junho de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações da Unidade Armazenadora de Campos Altos pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU nº 340 – Sureg/PB, de 25 de novembro de 2005, autorizada, a cessão de uso gratuito do imóvel destinado à Sede da Sureg/PB, pelo prazo de 5 anos, prorrogável por igual período.
Portaria SPU nº 13 – Sureg/MG, de 14 de março de 2012, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado às instalações de uma Unidade Armazenadora de Teófilo Otoni, pelo prazo de 20 anos, podendo ser prorrogada por igual período.
Portaria SPU nº 145 – Sureg/MG, de 09/12/2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado àas instalações de uma Unidade Armazenadora de Varginha pelo prazo de 20 anos prorrogável por igual período.

Análise crítica sobre a gestão dos imóveis efetuada pela UJ

A Conab está tomando as providências necessárias de modo a registrar os bens imóveis no SPUnet e à avaliação dos bens. A Secretaria do Patrimônio da União-SPU foi contatada para realizar um treinamento o que deverá ocorrer em março/2013.

12.8. Parecer da Auditoria Independente

Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Diretores e Conselheiros
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Nacional de Abastecimento - Conab**; que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira C**ompanhia**

Nacional de Abastecimento - CONAB em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação, mesmo não sendo obrigatória, foi realizada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes com relatório o relatório dos auditores emitido em 14 de maio de 2012, apresentando as ressalvas a seguir sintetizadas: "a Companhia não efetuou a análise detalhada dos impactos das alterações referentes às Leis 11.638/07 e 11.941/09 sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/11, (Medida Provisória 449/08)" e que "até a data deste parecer não havia recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos acerca das contingências existentes".

Brasília, 18 de abril de 2013.

Soma – Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas - CRC-DF n.º 000378/O

Zaida Maria Machado Albea
Contadora CRC-DF n.º 007625/0-O

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b)Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e)Monitoramento.

Considerando que o objetivo desta avaliação é demonstrar a percepção da Unidade Jurisdicionada, representada pelo seu nível estratégico de direção, foram demandadas todas as diretorias da Conab, por meio de seus diretores ou representantes, visando a realização das respectivas avaliações. Os resultados abaixo representados decorreram de posterior reunião de consenso.

Quadro 13.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**X**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				**X**	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		**X**			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		**X**			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		**X**			
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		**X**			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		**X**			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		**X**			

Escala de valores da Avaliação:
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Análise Crítica:

Consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU n.º 63/2010.

Nesse compasso, o Plano de Reordenamento da Conab, apresentado ao DEST (via MAPA), e o Acordo de Gestão assinado com o MAPA, ambos de julho de 2012, consignaram uma nova estrutura orgânica que restou aprovada em dezembro de 2012 pelo CONAD/CONAB. Foram instituídas a Superintendência de Controladoria e Riscos-Sucor, contemplando a Gerência de Controles Internos, a Gerência de Mensuração de Custos e Precificação de Serviços, e a Gerência de Riscos Corporativos, assim como a Superintendência de Estratégia e Organização-Suorg que contemplou as gerências de Planejamento Estratégico e de Modelagem Organizacional, representando notórios avanços na Governança Corporativa da Companhia.

Notadamente quanto Ambiente de Controle, houve avanço nos quesitos 1, 4, 8 e 9, comparando-se os anos de 2011 e 2012, demonstrando que os gestores percebem que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e estão dando suporte ao seu funcionamento; maior prova dessa mudança foi a instituição das novas áreas, a serem implantadas em 2013.

No que se refere à Avaliação de Risco, houve melhoria na maior parte dos quesitos, quando compara-se as respostas de 2011 e 2012. No questionamento 10, por exemplo, a mudança do valor 3 para o valor 2 denota uma melhor percepção sobre a necessidade de formalização dos objetivos e metas da unidade.

Quanto aos Procedimentos de Controle, houve uma melhoria na avaliação, de forma geral. Foi constatado pela alta administração que são parcialmente observadas políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas, quando, em 2011, era parcialmente observado, porém em sua minoria.

A avaliação dos elementos informação e comunicação permaneceu constante em dois questionamentos nos anos comparados, havendo melhoria, no entanto, no que se refere à identificação, documentação, armazenamento, tempestividade da informação relevante. E no monitoramento, denota-se melhoria na avaliação da alta administração em todos os quesitos avaliados.

No geral, o Sistema de controle interno da UJ foi melhor internalizado pelos administradores, demonstrando que a Companhia está analisando e reconhecendo os quesitos definidos pelo TCU como importantes para a boa gestão, com base na Governança Corporativa e na gestão estratégica das administrações públicas.

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Ver anexo IX, pág. 171.

13.3. Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A seguir, informações inerentes à estrutura da Unidade de Auditoria Interna da Conab e de como é feito o acompanhamento dos resultados dos trabalhos produzidos pela referida Unidade.

Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

a) Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea "a" do art. 1.º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea "g" do art. 1.º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

b) Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - Realizar, de forma amostral, consoante o "*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna"* e de acordo com as técnicas estabelecidas no "*Manual de Auditoria Interna",* trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;
II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;
III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;
IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;
V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;
VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;
VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;
VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;
IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;
X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;
XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

Estrutura de Recursos Humanos da Audin

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no

inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para e execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

Manual de Auditoria interna – MAI

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

Sistema de Auditoria Interna – Siaudi

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante destes benefícios, vários órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do

aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Modulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAINT, inclusive.

Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin

a) Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea "c", inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

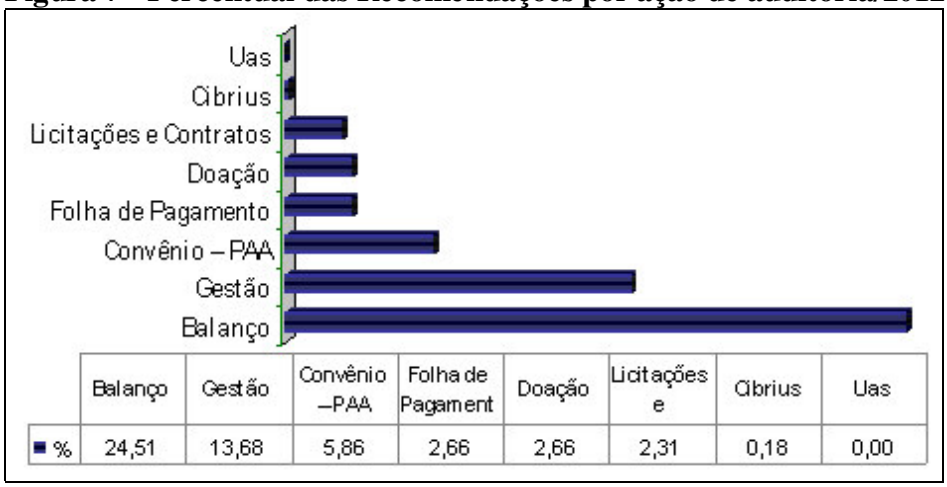
Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico abaixo demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Figura 7 - Percentual das Recomendações por ação de auditoria/2012



Fonte: Audin

A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme quadro a seguir.

Quadro 13.2 - Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

Fonte: Audin

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro a seguir. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

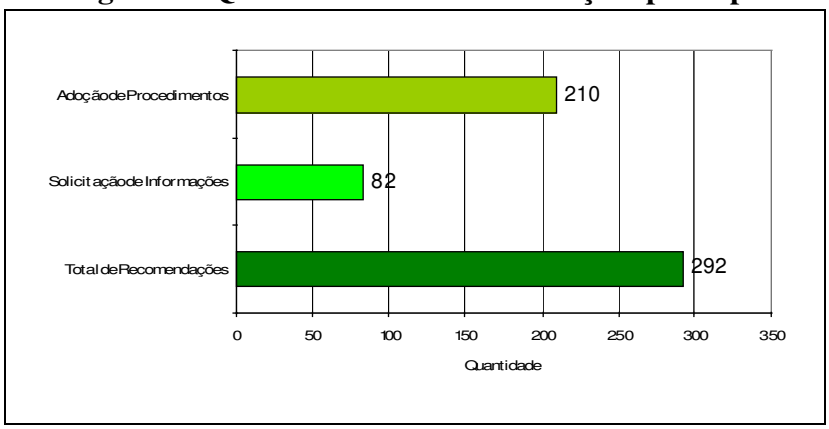
Quadro 13.3 - Descrição das Categorias

Categoria	Descrição	Subcategoria
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	· Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados; · Falhas na execução das atividades; · Falhas na documentação e instrução de processos; · Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	· Ausência de normas internas; · Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; · Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	· Deficiências de qualificação e capacitação; · Estrutura Organizacional · Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	· Inexistência ou deficiência de sistemas; · Infraestrutura (equipamentos); · Outras.
Infraestrutura	Deficiência na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamento e mobiliário para suporte às atividades.	· Operacional; · Administrativa.

Fonte: Audin

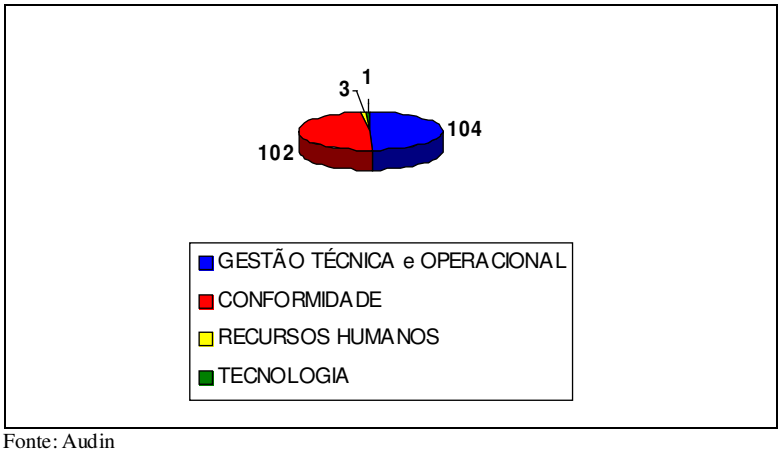
A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

Figura 8 - Quantidade de Recomendações por Tipo



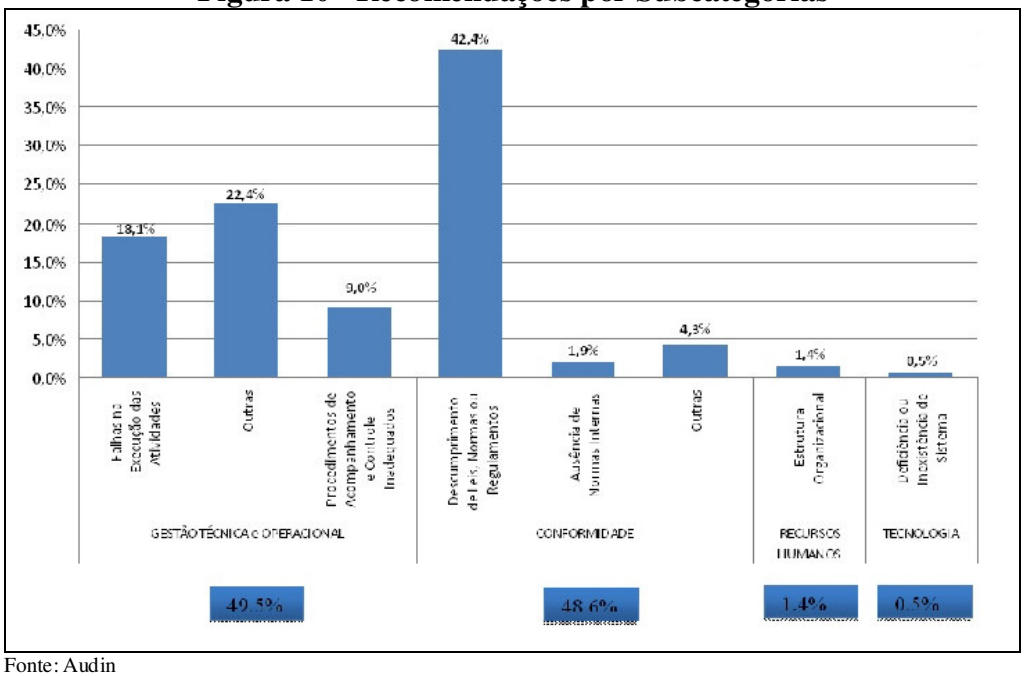
Fonte: Audin

Figura 9 - Quantidade de Recomendações por Categoria



Fonte: Audin

Figura 10 - Recomendações por Subcategorias



Fonte: Audin

b) Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

ANEXO I

Quadro 1.1 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

UF	UG	Título UG	Título Resumido
AC	135229	UA/RIO BRANCO	UA/RIO BRANCO
	135240	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/AC	UNID.EST.ESTRATEG.
	135241	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AC - PGPM	NUCLEO PGPM/AC
	135530	MO/ACRE	MO/ACRE
	135547	UNIDADE CONAB PAA ACRE	PAA ACRE
	135605	CONAB SEDE SUREG ACRE	SUREG ACRE
AL	135294	UA/MACEIO	UA/MACEIO
	135295	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/AL	UNID.EST.ESTRATEG.
	135296	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AL - PGPM	NUCLEO PGPM/AL
	135439	MO/ALAGOAS	UNID.MERC.OPCOES
	135586	CONAB SEDE SUREG ALAGOAS	CONAB SEDE SUREG AL
	135601	UNIDADE CONAB PAA ALAGOAS	PAA/AL
	135610	UNIDADE ARMAZENADORA PALMEIRA DOS INDIOS	UA/PALM.DOS INDIOS
AM	135045	CONAB SEDE SUREG AMAZONAS	CONAB SEDE SUREG AM
	135246	UA/MANAUS	UA/MANAUS
	135247	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/AM	UNID.EST.ESTRATEG.
	135248	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AM - PGPM	NUCLEO PGPM/AM
	135435	MO/AMAZONAS	UNID.MERC.PCOES
	135553	UNIDADE CONAB PAA AMAZONAS	PAA AMAZONAS
AP	135596	CONAB SEDE SUREG AMAPA	CONAB SEDE SUREG/AP
	135598	UNIDADE CONAB PAA AMAPA	PAA AMAPA
	135599	UNIDADE MERCADO DE OPCOES AMAPA	MO/ AMAPA
	135600	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO AMAPA	UNID.EST.ESTRAT/AP
	135614	UNIDADE ARMAZENADORA MACAPA CENTRAL	UA/MACAPA CENTRAL
BA	135101	CONAB SEDE SUREG BAHIA	SEDE SUREG BA
	135103	UA/ITABERABA	UA/ITABERABA
	135112	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/BA - PGPM	NUCLEO PGPM/BA
	135113	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/BA	UNID.EST.ESTRATEG.
	135114	UNID.CENT.IRECE	UNID.CENT.IRECE
	135425	MO/BAHIA	UNID.MERCADO OPCOES
	135558	UNIDADE CONAB PAA BAHIA	PAA/BAHIA
	135564	UNIDADE ARMAZENADORA DE ENTRE RIOS	UA/ENTRE RIOS
	135565	UNIDADE ARMAZENADORA RIBEIRA DO POMBAL	UA/RIB. DO POMBAL
	135566	UNIDADE ARMAZENADORA TEIXEIRA DE FREITAS	UA/TEIX. DE FREITAS
	135584	UNIDADE ARMAZENADORA DE FEIRA DE SANTANA	UA/FEIRA DE SANTANA
	135585	UNIDADE ARMAZENADORA DE STA MARIA DA VITORIA	UA/STA M.DA VITORIA
CE	135000	UA/RUSSAS	UA/RUSSAS
	135115	CONAB SEDE SUREG CEARA	CONAB SEDE SUREG CE
	135116	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/CE	UNID.EST.ESTRATEG.
	135117	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/CE - PGPM	NUCLEO PGPM/CE
	135118	UA/MARACANAU	UA/MARACANAU
	135120	UC/FORTALEZA	UC/FORTALEZA
	135130	UA/JUAZEIRO DO NORTE	UA/JUAZ. DO NORTE
	135131	UA/SOBRAL	UA/SOBRAL
	135133	UA/IGUATU	UA/IGUATU
	135329	UA/SENADOR POMPEU	UA/SENADOR POMPEU
	135447	MO/CEARA	UNID.MERC.DE OPCOES
	135552	UA/CRATEUS	UA/CRATEUS
	135597	UNIDADE CONAB PAA CEARA	PAA CEARA
	135612	UNIDADE ARMAZENADORA ICO	UA/ICO
DF	135100	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	CONAB - MATRIZ
	135153	UA/BRASILIA	UA/BRASILIA
	135167	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/DF	UNID.EST.ESTRATEG.
	135168	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/DF - PGPM	NUCLEO PGPM/DF
	135169	SILO BUFFALO	SILO BUFFALO
	135347	NUCLEO DO ESTOQUE ESTRATÉGICO - SEDE	NUC.ESTQ.ESTR. SEDE
	135348	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR - SEDE	NUC.PGPM - SEDE
	135350	PRESIDENCIA	PRESI
	135351	GABINETE	GABIN
	135352	ASSESSORIA DA PRESIDENCIA	ASPRE
	135353	SUP. DE MARKETING E COMUNICACAO - SUMAC	SUMAC
	135354	AUDITORIA INTERNA	AUDIN
	135355	CONSULTORIA JURIDICA - COJUR	COJUR

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135356	DIRETORIA DE POLITICA AGRICOLA E INFORMACOES	DIPAI
	135357	GERENCIA DE AVALIACO DE RESULTADOS	GEARE
	135359	GERENCIA DE PLANEJAMENTO E PROG. ORÇAMENT.	GEPOR
	135360	DIRETORIA DE OPERACOES E ABASTECIMENTO	DIRAB
	135361	GERENCIA DA REDE DE ARMAZENS PROPRIOS	GERAP
	135362	GERENCIA DE MOVIMENTACAO DE ESTOQUES	GEMOV
	135363	GERENCIA DE FORMACAO E CONTROLE DE ESTOQUE	GEFOC
	135365	GERENCIA DE EXECUCAO OPERACIONAL	GEREP
	135366	GERENC.DE PROGRAMAS SOCIAIS DE ABASTECIMENTO	GEPAB
	135368	DIRET. ADMINIST. FINANCEIRA E DE FISCALIZACAO	DIAFI
	135369	SUPERINTENDENCIA DE CONTABILIDADE	SUCON
	135370	SUPERINTENDENCIA DE ORCAMENTO E FINANCAS	SUOFI
	135371	GERENCIA DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	GEORC
	135373	SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO	SUPAD
	135374	SUPERINTENDENCIA DE RELACOES DO TRABALHO	SURET
	135375	GERENCIA DE SISTEMAS E INFORMACAO	GESIN
	135377	GERENCIA DE MATERIAL E PATRIMONIO - GEMAP	GEMAP
	135378	PESSOAL A DISPOSICAO DE OUTROS ORGAOS	P.D.O.O.
	135388	GERENCIA DE ADM. REDE E SEGUR.DA INFORMACAO	GEASI
	135389	COORD. DE DESENV. E APOIO A GESTAO - CODAG	CODAG
	135390	GERENCIA DE CADASTRO E COBRANCA	GECOB
	135428	MO/DISTRITO FEDERAL	UNID.MER.OPCOES
	135450	SUPERINTENDENCIA DE ABASTECIMENTO SOCIAL	SUPAB
	135452	GERENCIA DE DESENVOL. DE PESSOAS E DE QUALID.	PPQUA
	135454	SUPERINTENDENCIA DE OPERACOES COMERCIAIS	SUOPE
	135455	GER.DE FISCALIZACAO E VISTORIA DE ESTOQUES	GEFIS
	135456	GERENCIA DE COMERCIALIZACAO DE ESTOQUE	GECOM
	135467	COORD. DE ACOMP. DAS ACOES ORCAMENTARIAS	COAMO
	135468	CORREGEDORIA GERAL	COGER
	135469	GERENCIA DE IMPRENSA	GEIMP
	135470	GERENCIA DE PROMOCAO INSTITUCIONAL	GEPIN
	135477	CONTROLADORIA	CONTR
	135495	SUPERINT. DE GESTAO DA TECNOL. DA INFORMACAO	SUTIN
	135496	SUPERINT.DE INFORMACOES DO AGRONEGOCIO	SUINF
	135497	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DA OFERTA-SUGOF	SUGOF
	135498	GERENCIA DE LEVANT. E AVALIACAO DE SAFRAS	GEASA
	135499	GERENCIA DE INFORMACOES TECNICAS	GEINT
	135500	GERENCIA DE CUSTOS DE PRODUCAO	GECUP
	135501	GERENCIA DE INFORMACOES DE ESTOQUES PRIVADOS	GER.INF.EST.PRIVADO
	135502	GERENCIA DE ALIMENTOS BASICOS	GERAB
	135503	GERENC.DE FIBRAS E PROD.ESPECIAIS E REGIONAIS	GEFIP
	135504	GERENCIA DE OLEAGINOSAS E PROD. PECUARIOS	GEOLE
	135505	SUPERINTENDENCIA DE FISCALIZACAO DE ESTOQUES	SUFIS
	135506	SUPERINTENDENCIA DE ARMAZENAGEM - SUARM	SUARM
	135507	GERENCIA DE SUPERVISAO TEC.OPERAC.AGRONEGOCIO	GESUP
	135508	GERENC DE AVAL. E VISTORIA DE ESTOQUE PRIVADO	GEVEP
	135509	GERENCIA DE CLASSIF.E CONTROLE DE QUALIDADE	GECOQ
	135510	GERENCIA DE CADASTRO E CREDENC.DE ARMAZENS	GECAD
	135511	GERENCIA DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	GEPRI
	135512	GERENCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - GERAD	GERAD
	135513	GER. DE PROTOCOLO,ARQUIVO E TELECOMUNICACOES	GEPAT
	135514	GERENCIA DE SEGUROS - GERSE	GERSE
	135515	GERENCIA DE PROGRAMACAO FINANCEIRA	GEPRO
	135516	GERENCIA DE EXECUCAO FINANCEIRA	GEFIN
	135517	GERENCIA DE CONT. FINANC.OPER.GOVERNAMENTAIS	GEFOG
DF	135518	GERENCIA DE EXECUCAO CONTABIL	GECON
	135519	GERENCIA DE CONTR.DE CONV.E OP.GOVERNAMENTAIS	GECOV
	135520	GERENCIA FISCAL E TRIBUTARIA	GEFIT
	135521	GERENCIA DE ANALISE CONTABIL - GERAC	GERAC
	135522	GERENCIA DE CADASTRO DE PESSOAL	GEPES
	135523	GERENCIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	GEFOP
	135524	GERENCIA DE BENEF.SEGUR.E MEDIC.DO TRABALHO	GEBEM
	135525	GERENCIA DE MATERIA ADMINISTRATIVA - GEMAD	GEMAD
	135526	GERENCIA DE MATERIA JUDICIAL - GEMAJ	GEMAJ
	135527	GERENCIA DE CARREIRAS E REMUNERACAO - GECAR	GECAR
	135528	GERENCIA DE CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO	GECAP

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135535	SUPERINTENDENCIA DE SUPORTE A AGRIC.FAMILIAR	SUPAF
	135536	GER.DE ACOMP.E CONTR.DAS ACOES DA AG.FAMILIAR	GECAF
	135537	GER.DE PROG.OPERACIONAL DA AGR.FAMILIAR-GEPAF	GEPAF
	135538	GERENCIA DE GEOTECNOLOGIAS - GEOTE	GEOTE
	135542	GERENCIA DE AUDITORIA - GEAUD	GEAUD
	135543	GERENCIA DE DESENV. TECNICO-OPERACIONAL	GEDOP
	135571	UNIDADE CONAB PAA BRASILIA	PAA/DF
	135573	GERENCIA DE CONTRATOS - GECOT	GECOT
	135574	OUVIDORIA	OUVIR
	135575	GERENCIA DE PROCESSOS ESPECIAIS - GEPRE	GEPRE
	135576	GER. DE MODERNIZACAO DO MERC. HORTIGRANJEIRO	GEHOR
	135577	PROGRAMA NACOES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	PNUD
	135578	DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS - DIGEP	DIGEP
	135579	SUPERINT.DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	SUDEP
	135580	GERENCIA DE MODELAGEM ORGANIZACIONAL - GEMOR	GEMOR
	135581	GERENCIA DE CONTROLE E RELACOES DE TRABALHO	GECAT
	135582	GERENCIA DE AVALIACAO OPERACIONAL	GENOP
	135583	GERENCIA DE IMPLANTACAO E ACOMP.DE PROGRAMAS	GEIAP
	135588	GERENCIA DE OPERACOES ESPECIAIS	GEOPE
	135589	GERENCIA DE APOIO AO VAREJO DE PEQUENO PORTE	GEVAP
	135590	GERENCIA DE ENGENHARIA DE SOFTWARE - GESOF	GESOF
	135591	GERENCIA DE SUPORTE TECNICO - GESUT	GESUT
	135592	GERENCIA DE PROD.DA SOCIOBIODIVERSIDADE-GEBIO	GEBIO
	135593	GERENCIA DE SERVICO DE ASSIST. A SAUDE-GESAS	GESAS
	135594	GERENCIA DE DOCUMENTACAO E INFORMACAO - GEDIN	GEDIN
	135595	UNIDADE MERCADO DE OPCOES - SEDE	MO/SEDE
	135603	SUPERINTENDENCIA DE ORCAMENTO E AVALIACAO	SUPOR
	135604	GERENCIA DE ARMAZENAGEM	GEARM
	135616	SUPERINTENDENCIA DE CONTROLADORIA E RISCOS	SUCOR
	135617	GERENCIA DE RISCOS CORPORATIVOS	GERIC
ES	135311	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/ES	UNID.EST.ESTRATEG.
	135312	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/ES - PGPM	NUCLEO PGPM/ES
	135441	MO/ESPIRITO SANTO	UNID.MERC.OPCOES
	135458	CONAB SEDE SUREG ES	CONAB SEDE SUREG ES
	135465	UNIDADE ARMAZENADORA COLATINA	UA/COLATINA
	135481	UNIDADE ARMAZENADORA CAMBURI	UA/CAMBURI
	135559	UNIDADE CONAB PAA ESPIRITO SANTO	PAA/ESPIRITO SANTO
GO	135141	CONAB SEDE SUREG GOIAS	CONAB SEDE SUREG GO
	135142	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/GO	UNID.EST.ESTRATEG.
	135143	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/GO	NUCLEO PGPM/GO
	135145	UA/PALMEIRAS DE GOIAS	UA/PALMEIRAS DE GO.
	135146	UA/PARAUNA	UA/PARAUNA
	135147	UA/PONTALINA	UA/PONTALINA
	135148	UA/RIO VERDE	UA/RIO VERDE
	135149	UA/S.L.MONTES BELO	UA/S.L.MONTES BELOS
	135152	UA/SANTA HELENA	A/SANTA HELENA
	135161	UNIDADE CENTRAL DE ITAPURANGA	UN.CENT.ITAPURANGA
	135410	UA PORTEIRAO	UA PORTEIRAO
	135427	MO/GO	UNID.MERC.OPCOES
	135449	UA/GOIANIA	UA/GOIANIA
	135540	UNIDADE CONAB PAA GOIAS	PAA GOIAS
MA	135170	CONAB SEDE SUREG MARANHAO	CONAB SEDE SUREG MA
	135171	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/MA	UNID.EST.ESTRATEG.
	135172	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MA - PGPM	NUCLEO PGPM/MA
	135173	UNIDADE ARMAZENADORA DE ITAQUI	UA ITAQUI
	135174	UA/IMPERATRIZ	UA/IMPERATRIZ
	135429	MO/MARANHAO	UNID.MERC.OPCOES
	135460	UNIDADE ARMAZENADORA DE SAO LUIS	UA SAO LUIS
	135550	UNIDADE CONAB PAA MARANHAO	PAA MARANHAO
	135569	UNIDADE ARMAZENADORA DE BALSAS	UA/BALSAS
MG	135182	CONAB SEDE SUREG MINAS GERAIS	CONAB SEDE SUREG MG
	135183	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/MG	UNID.EST.ESTRATEG.
	135184	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MG - PGPM	NUCLEO PGPM/MG
	135185	UA/UBERABA	UA/UBERABA
	135186	UA/UBERLANDIA	UA/UBERLANDIA
	135187	UA/PASSA QUATRO	UA/PASSA QUATRO

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135431	MO/MG	UNID.MERC.OPCOES
	135474	UA SAO SEBASTIAO DO PARAISO	UA S.SEBAST.PARAISO
	135475	UA CONCEICAO DO RIO VERDE	UA CONCEI.RIO VERDE
	135482	UA/JUIZ DE FORA	UA/JUIZ DE FORA
	135483	UNIDADE ARMAZENADORA VARGINHA	UA/VARGINHA
	135491	UA/PERDOES	UA/PERDOES
	135492	UA/CAMPOS ALTOS	UA/CAMPOS ALTOS
	135494	UA/MONTES CLAROS	UA/MONTES CLAROS
	135562	UNIDADE CONAB PAA MINAS GERAIS	PAA MINAS GERAIS
MS	135192	CONAB SEDE SUREG MATO GROSSO DO SUL	CONAB SEDE SUREG MS
	135193	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MS - PGPM	NUCLEO PGPM/MS
	135194	UA/CAMPO GRANDE	UA/CAMPO GRANDE
	135195	UA/DOURADOS	UA/DOURADOS
	135196	UA/CASSILANDIA	UA/CASSILANDIA
	135197	UA/MARACAJU	UA/MARACAJU
	135199	UA/RIO BRILHANTE	UA/RIO BRILHANTE
	135200	UA/S.GABRIEL D´OESTE	UA/S.GABRIEL D´OEST
	135201	UA/SIDROLANDIA	UA/SIDROLANDIA
	135397	UA/CHAPADAO DO SUL	UA/CHAPADAO DO SUL
	135402	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO/MS	UEE/MS
	135432	MO/MATO GROSSO DO SUL	UNID.MERC.OPCOES
	135551	UNIDADE CONAB PAA MATO GROSSO DO SUL	PAA MT.GR. DO SUL
MT	135043	MO/MATO GROSSO	UNID.MERC.OPCOES
	135209	CONAB SEDE SUREG MATO GROSSO	CONAB SEDE SUREG MT
	135210	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/MT	UNID.EST.ESTRATEG.
	135211	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/MT - PGPM	NUCLEO PGPM/MT
	135214	UNIDADE ARMAZENADORA CUIABA	UA/CUIABA
	135215	UA/DIAMANTINO	UA/DIAMANTINO
	135216	UA/RONDONOPOLIS I	UA/RONDONOPOLIS I
	135218	UA/SORRISO	UA/SORRISO
	135221	UA/CHAP.DOS GUIMARAES	UA/CHAP.DOS GUIM.
	135224	UA/SINOP	UA/SINOP
	135446	UA/ALTA FLORESTA	UA/ALTA FLORESTA
	135539	UNIDADE CONAB PAA MATO GROSSO	PAA/MATO GROSSO
PA	135242	CONAB SEDE SUREG PARA	CONAB SEDE SUREG PA
	135243	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PA	UNID.EST.ESTRATEG.
	135244	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PA	NUCLEO PGPM/PA
	135245	UA/ANANINDEUA	UA/ANANINDEUA
	135393	UA/SANTAREM	UA/SANTAREM
	135434	MO/PARA	UNID.MERC.OPCOES
	135532	UA/MARABA	UA/MARABA
	135546	UNIDADE CONAB PAA PARA	PAA PARA
PB	135288	UA/JOAO PESSOA	UA/JOAO PESSOA
	135289	UA/CAMPINA GRANDE	UA/CAMPINA GRANDE
	135300	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PB	UNID.EST.ESTRATEG.
	135301	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PB - PGPM	NUCLEO PGPM/PB
	135464	MO/PARAIBA	MO/PARAIBA
	135476	CONAB SEDE SUREG PARAIBA	SUREG/PARAIBA
	135602	UNIDADE CONAB PAA PARAIBA	PAA/PB
	135607	UNIDADE ARMAZENADORA DE PATOS	UA/PATOS
	135608	UNIDADE ARMAZENADORA DE MONTEIRO	UA/MONTEIRO
PE	135285	CONAB SEDE SUREG PERNAMBUCO	CONAB SEDE SUREG PE
	135286	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PE	UNID.EST.ESTRATEG.
	135287	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PE - PGPM	NUCLEO PGPM/PE
	135290	UC/RECIFE	UC/RECIFE
	135298	UA/ARCOVERDE	UA/ARCOVERDE
	135304	UA/RECIFE	UA/RECIFE
	135405	UC/CARUARU - PE	UC/CARUARU
	135438	MO/PERNAMBUCO	UNID.MERC.POCOES
	135563	UNIDADE CONAB PAA PERNAMBUCO	PAA/PERNAMBUCO
PI	135178	UA/TERESINA	UA/TERESINA
	135179	UA/PICOS	UA/PICOS
	135180	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PI	UNID.EST.ESTRATEG.
	135181	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PI - PGPM	NUCLEO PGPM/PI
	135217	UA/FLORIANO	UA/FLORIANO
	135345	CONAB SEDE/SUREG PI	SEDE SUREG/PIAUI

UF	UG	Título UG	Título Resumido
	135462	UA/PARNAIBA	UA/PARNAIBA
	135463	UNID. MERC. OPCOES PIAUI	MERC. OPCOES
	135541	UNIDADE CONAB PAA PIAUI	PAA PIAUI
PR	135265	CONAB SEDE SUREG PARANA	CONAB SEDE SUREG PR
	135266	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/PR	UNID.EST.ESTRATEG.
	135267	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/PR - PGPM	NUCLEO PGPM/PR
	135268	UA/CAMBE	UA/CAMBE
	135270	UA/PONTA GROSSA I	UA/PONTA GROSSA I
	135271	UA/APUCARANA	UA/APUCARANA
	135280	UC/CURITIBA	UC/CURITIBA
	135396	UA/ROLANDIA	UA/ROLANDIA
	135437	UNIDADE MERCADO OPCAO/PR	INID.MERC.OPCOES
	135544	ARMAZEM FRIGORIFICO CURITIBA	AF CURITIBA
	135545	UNIDADE CONAB PAA PARANA	PAA PARANA
RJ	135305	CONAB SEDE SUREG RIO DE JANEIRO	CONAB SEDE SUREG RJ
	135306	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RJ	UNID.EST.ESTRATEG.
	135307	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RJ - PGPM	NUCLEO PGPM/RJ
	135308	UA/LIRA TAVARES	UA/LIRA TAVARES
	135420	UGR/HORTOMERCADO HUMAITA	UGR/HORTOM.HUMAITA
	135421	UGR/HORTOMERCADO LEBLON	UGR/HORTOM.LEBLON
	135422	UGR/HORTOMERCADO MEIER	UGR/HORTOM.MEIER
	135423	UGR/HORTOMERCADO CAMPINHO	UGR/HORTOM.CAMPINHO
	135424	UGR/HORTOMERCADO IRAJA	UGR/HORTOM.IRAJA
	135440	MO/RIO DE JANEIRO	UNID.MERC.OPCOES
	135561	UNIDADE CONAB PAA RIO DE JANEIRO	PAA RIO DE JANEIRO
RN	135119	UA/NATAL	UA/NATAL
	135138	UA/MOSSORO	UA/MOSSORO
	135139	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RN	UNID.EST.ESTRATEG.
	135140	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RN - PGPM	NUCLEO PGPM/RN
	135448	MO/RIO GRANDE DO NORTE	UNID.MERC.DE OPCOES
	135457	CONAB SEDE SUREG RIO GRANDE DO NORTE	CONAB SEDE SUREG RN
	135533	UNIDADE CONAB PAA RIO GRANDE DO NORTE	PAA/RIO G. DO NORTE
	135534	UNIDADE ARMAZENADORA ASSU	UA/ASSU
	135567	UNIDADE ARMAZENADORA CURRAIS NOVOS	UA/CURRAIS NOVOS
	135568	UNIDADE ARMAZENADORA NATAL-CAIAPOS	NATAL-CAIAPOS
	135611	UNIDADE ARMAZENADORA DE CAICO	UA/CAICO
	135615	UNIDADE ARMAZENADORA UMARIZAL	UA/UMARIZAL
RO	135136	COMPANHIA NAC. DE ABASTECIMENTO - UA/CACOAL	UA/CACOAL
	135219	UA/PORTO VELHO	UA/PORTO VELHO
	135220	UA/VILHENA	UA/VILHENA
	135227	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RO	UNID.EST.ESTRATEG.
	135228	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RO - PGPM	NUCLEO PGPM/RO
	135433	MO/RONDONIA	UNID.MERC.OPCOES
	135461	CONAB SEDE SUREG RONDONIA	SUREG RONDONIA
	135548	UNIDADE CONAB PAA RONDONIA	PAA RONDONIA
RR	135436	MO/RORAIMA	UNID.MERCAD.OPCOES
	135554	UNIDADE CONAB PAA RORAIMA	PAA RORAIMA
	135557	UNIDADE ARMAZENADORA BOA VISTA	UA/BOA VISTA
	135570	UNIDADE ESTOQUE ESTRATEGICO RORAIMA	UNID.EST.ESTRAT.RR
	135587	CONAB SEDE SUREG RORAIMA	CONAB SEDE SUREG RR
	135606	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RR - PGPM	NUCLEO PGPM/RR
RS	135315	CONAB SEDE SUREG RIO GRANDE DO SUL	CONAB SEDE SUREG RS
	135316	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/RS	UNID.EST.ESTRATEG.
	135317	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/RS - PGPM	NUCLEO PGPM/RS
	135318	UF/AUG.A.LEITAO	UF/AUG.A.LEITAO
	135319	AF/PORTO ALEGRE	AF/PORTO ALEGRE
	135322	UA/PORTO ALEGRE	UA/PORTO ALEGRE
	135442	MO/RIO GRANDE DO SUL	UNID.MERC.OPCOES
	135556	UNIDADE CONAB PAA RIO GRANDE DO SUL	PAA RIO GRDE DO SUL
SC	135276	UA/HERVAL D´OESTE	UA/HERVAL D´OESTE
	135278	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/SC	UNID.EST.ESTRATEG.
	135279	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/SC - PGPM	NUCLEO PGPM/SC
	135284	CONAB SEDE SUREG SANTA CATARINA	SEDE/SUREG-SC
	135445	MO/SANTA CATARINA	UNID.MERC.OPCOES
	135549	UNIDADE CONAB PAA SANTA CATARINA	PAA SANTA CATARINA
	138011	UA SAO JOSE	UA SAO JOSE

UF	UG	Título UG	Título Resumido
SE	135110	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/SE	UNID.EST.ESTRATEG.
	135111	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/SE - PGPM	NUCLEO PGPM/SE
	135416	UA ITABAIANA	UA ITABAIANA
	135426	MO/SERGIPE	UNID.MERC.OPCOES
	135572	UNIDADE CONAB PAA SERGIPE	PAA/SERGIPE
SP	135325	CONAB - SEDE SUREG SAO PAULO	CONAB SEDE SUREG SP
	135326	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/SP	UNID.EST.ESTRATEG.
	135327	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/SP - PGPM	NUCLEO PGPM/SP
	135330	UA/MOOCA	UA/MOOCA
	135331	UA/BAURU	UA/BAURU
	135332	UC/SAO PAULO	UC/SAO PAULO
	135443	MO/SAO PAULO	UNID.MERC.OPCOES
	135486	UA/CARAPICUIBA	UA/CARAPICUIBA
	135487	UA/GARCA	UA/GARCA
	135531	UA/BERNARDINO DE CAMPOS	UA/BERN.DE CAMPOS
	135555	UNIDADE CONAB PAA SAO PAULO	PAA SAO PAULO
	135613	UNIDADE SERV.TERMINAL PESQUEIRO PUB.DE SANTOS	TER.PESQ.SANTOS
TO	135337	CONAB SEDE SUREG TOCANTINS	CONAB SEDE SUREG TO
	135338	UNID.ESTOQUE ESTRATEGICO/TO	UNID.EST.ESTRATEG.
	135339	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/TO - PGPM	NUCLEO PGPM/TO
	135340	UA/ARAGUAINA	UA/ARAGUAINA
	135417	UA RIO FORMOSO	UA RIO FORMOSO
	135444	MO/TOCANTINS	UNID.MERC.OPCOES
	135560	UNIDADE CONAB PAA TOCANTINS	PAA / TOCANTINS

Fonte: Siafi

ANEXO II

Quadro 6.1 – Estoque de Terceiros em Unidades Próprias

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor R$)
AM	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	17,9	307.825,00
	TOTAL SUREG AM	**17,9**	**307.825,00**
BA	EMBALAGENS	4,0	40.756,00
	MAMONA	544,9	726.127,20
	TOTAL SUREG BA	**548,9**	**766.883,20**
CE	ACUCAR	7,5	19.193,85
	ARROZ	4,0	8.841,80
	BEBIDAS	1,2	6.102,04
	LATICINIOS	0,3	3.411,68
	OLEOS VEGETAIS	0,1	498,60
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	7,3	45.155,10
	TOTAL SUREG CE	**20,5**	**83.203,07**
DF	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	1.354,0	7.952.978,78
	TRIGO	7.393,3	5.519.692,17
	TOTAL SUREG DF	**8.747,3**	**13.472.670,95**
ES	BEBIDAS	0,9	4,30
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	538,2	8.348.438,64
	TOTAL SUREG ES	**539,2**	**8.348.442,94**
GO	ARROZ	167,6	99.442,51
	EMBALAGENS	0,9	700,50
	FEIJAO	7,7	18.499,44
	LATICINIOS	114,0	1.259.012,20
	MILHO	4.454,4	1.374.448,68
	OUTROS PRODUTOS AGRICOLAS	229,6	63.722,88
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	34,1	5.118,75
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	6,0	140.710,00
	SEMENTE	35,0	93.900,00
	SORGO	445,7	129.241,40
	TOTAL SUREG GO	**5.494,9**	**3.184.796,36**
MA	MILHO	1.262,2	559.551,55
	TRIGO	8.934,5	5.746.781,91
	TOTAL SUREG MA	**10.196,7**	**6.306.333,46**
MG	ACUCAR	16,6	27.168,24
	ARROZ	82,7	136.620,45
	CAFE	3.796,2	20.445.410,42
	EMBALAGENS	39,9	306.182,83
	FECULAS E AMIDOS	616,6	504.158,58
	FEIJAO	0,5	540,00
	LATICINIOS	8,3	70.303,50
	MILHO	0,1	34,21
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	63,5	909.940,30
	TOTAL SUREG MG	**4.624,3**	**22.400.358,53**
MS	ACUCAR	468,9	375.096,00
	MILHO	7.436,7	2.666.440,38
	TRIGO	3.030,8	1.908.071,42
	TOTAL SUREG MS	**10.936,4**	**4.949.607,80**
MT	MILHO	61,4	21.919,85
	TOTAL SUREG MT	**61,4**	**21.919,85**
PA	CAFE	26,8	58.429,50
	FRUTAS E DERIVADOS	202,0	1.240.360,00
	LATICINIOS	1,3	14.560,00
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	320,5	3.918.768,27
	TOTAL SUREG PA	**550,6**	**5.232.117,77**
PB	ALHO	110,1	679.794,00
	TOTAL SUREG PB	**110,1**	**679.794,00**
PE	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	2,2	139.937,37
	TOTAL SUREG PE	**2,2**	**139.937,37**
PI	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	82,7	2.402.296,00
	TOTAL SUREG PI	**82,7**	**2.402.296,00**
PR	ACUCAR	6,6	13.418,61
	ARROZ	243,0	401.679,00
	CAFE	2.263,3	13.569.121,70
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	84,4	146.025,00
	SOJA	4,8	2.410,00

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor R$)
	TRIGO	29.594,8	19.145.382,78
	TOTAL SUREG PR	**32.197,0**	**33.278.037,09**
RJ	ALHO	3.799,2	704.962,00
	BEBIDAS	89,5	429.897,24
	EMBALAGENS	6,7	1.326,00
	FRUTAS E DERIVADOS	224,0	227.284,00
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	336,3	1.169.730,69
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	233,3	3.706.224,37
	TOTAL SUREG RJ	**4.689,1**	**6.239.424,30**
RS	AVES	1,8	14.999,04
	BATATA	118,2	331.656,17
	BEBIDAS	219,3	1.171.753,09
	BOVINOS	50,7	359.060,47
	EMBALAGENS	4,9	17.089,49
	FARINHAS	21,0	20.634,64
	FRANGOS	329,7	2.148.562,14
	FRUTAS E DERIVADOS	35,3	128.130,90
	HORTALIÇAS	0,3	1.891,52
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	1,7	14.103,24
	OUTROS PRODUTOS FRIGORÍFICOS	159,4	1.301.144,56
	PESCADOS	49,9	260.440,56
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	12,5	62.954,92
	SEMENTE	43,4	79.015,33
	SUÍNOS	194,7	535.566,59
	TOTAL SUREG RS	**1.242,7**	**6.447.002,66**
SC	ACUCAR	7,8	32.292,02
	ARROZ	155,1	77.747,68
	BEBIDAS	59,5	291.588,57
	CAFE	2,9	32.712,02
	LATICINIOS	30,6	279.378,00
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	179,3	1.104.270,89
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	10,0	10.000,00
	TOTAL SUREG SC	**445,2**	**1.827.989,18**
SP	AMENDOIN	1.441,5	2.758.105,92
	ARROZ	540,5	673.470,00
	CAFE	2.961,8	17.956.110,00
	EMBALAGENS	1,1	4.095,00
	FEIJAO	432,8	183.870,71
	MILHO	63,2	25.280,00
	OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	24,3	25.371,85
	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS/MANUFATURADOS	2.732,3	3.700.382,74
	SOJA	529,6	771.156,47
	TOTAL SUREG SP	**8.727,1**	**26.097.842,69**
TO	ARROZ	23,0	9.389,71
	MILHO	13,9	8.068,99
	TOTAL SUREG TO	**36,9**	**17.458,70**
TOTAL DE ESTOQUE TERCEIROS		**89.209,6**	**142.182.021,10**

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

ANEXO III

Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R$)
AC	MILHO EM TIPO	-	266,3	226.224,33
	Subtotal AC		**266,3**	**226.224,33**
AL	FARINHA DE MANDIOCA TIPO 1	1	42,3	92.973,95
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	209,3	324.757,41
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	120,0	323.172,00
	MILHO EM TIPO	-	1.873,8	1.514.410,00
	Subtotal AL		**2.245,5**	**2.255.313,46**
AM	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	144,1	238.197,30
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	43,2	218.605,546
	Subtotal AM		**187,3**	**456.802,76**
BA	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	23,7	34.481,00
	ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO	-	5,8	7.332,62
	CAFE ARABICA EM TIPO	-	635,2	3.518.307,57
	MILHO EM TIPO	-	495,7	496.886,14
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	42,0	111.326,50
	Subtotal BA		**1.202,6**	**4.168.333,83**
CE	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	61,1	101.031,40
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	42,2	86.336,33
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	95,9	373.159,80
	MILHO EM TIPO	-	3.559,3	4.405.886,00
	Subtotal CE		**3.758,6**	**4.966.414,00**
DF	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	26,0	33.292,80
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	102,0	222.623,20
	MILHO EM TIPO	-	5.901,0	2.774.351,00
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	0,02	53,00
	Subtotal DF		**6.029,0**	**3.030.320,00**
ES	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	68,2	102.940,00
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	33,1	48.815,54
	Subtotal ES		**101,3**	**151.755,50**
GO	ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	1	22,2	29.304,00
	FEIJAO ANAO CORES 1	1	10,8	16.104,81
	ARROZ LONGO EM CASCA TIPO 2	2	1,8	1.040,63
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	187,4	318.389,10
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	92,6	132.256,60
	FEIJAO ANAO PRETO (A) 2	2	39,5	58.172,05
	ARROZ BENEFICIADO 1 KG TIPO 5	-	127,9	148.273,50
	ARROZ LONGO FINO EM CASCA	-	19,0	7.754,35
	CAFE ARABICA EM TIPO	-	168,9	1.190.584,00
	MILHO EM TIPO	-	52.529,6	26.285.311,00
	TRIGO EM GRAOS	-	23,5	11.795,00
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	27,7	74.760,25
	Subtotal GO		**53.251,4**	**28.273.745,00**
MA	ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	1	116,7	216.872,70
	FEIJAO COMUM CORES TIPO 2	2	143,7	561.216,80
	MILHO EM TIPO	-	5.643,8	5.839.711,00
	Subtotal MA		**5.904,3**	**6.617.801,00**
MG	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	796,4	1.357.156,00
	FEIJAO COMUM CORES TIPO 2	2	146,1	471.416,40
	CAFE ARABICA EM TIPO	-	82.559,8	447.000.000,00
	CAFE CONILLON	-	0,42	385,01
	FEIJAO ANAO CORES	-	95,3	361.354,70
	MILHO EM TIPO	-	1.552,7	1.332.707,00
	TRIGO MELHORADOR ABAIXO DO PADRAO	-	351,5	216.356,60
	Subtotal MG		**85.502,4**	**451.000.000,00**
MS	FEIJAO ANAO CORES 1	1	30,6	42.760,61
	TRIGO MELHORADOR 1	1	59,4	40.820,99
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	910,9	1.471.333,00
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	77,5	242.732,20
	FEIJAO COMUM PRETO (A) 2	2	141,5	208.359,90
	FEIJAO ANAO CORES 3	-	210,2	508.689,60
	Subtotal MS		**1.430,3**	**2.514.696,00**
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	72,2	105.734,00

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R$)
MT	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	312,3	537.710,60
	ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO	-	52,9	69.841,20
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	79,4	210.516,00
	Subtotal MT		**517,6**	**923.801,80**
PA	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	491,5	812.582,20
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	391,0	727.649,20
	FEIJAO ANAO PRETO (A) 2	2	9,0	18.825,19
	FEIJAO COMUM CORES TIPO 2	2	147,5	625.829,90
	FEIJAO CARIOCA	-	121,9	391.950,30
	FEIJAO COMUM PRETO (A) DESCLASSIFICADO(A	-	1.016,6	1.719.145,00
	Subtotal PA		**2.177,7**	**4.295.982,00**
PB	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	197,3	359.853,80
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	37,3	47.769,60
	FEIJAO COMUM CORES TIPO 2	2	68,9	234.315,60
	MILHO EM TIPO	-	5.147,3	5.347.935,00
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	4,9	13.011,50
	Subtotal PB		**5.455,8**	**6.002.886,00**
PE	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	1.055,2	1.789.255,00
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	497,8	884.299,30
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	580,3	1.957.460,00
	FEIJAO	-	31,0	45.898,16
	MILHO EM TIPO	-	594,9	704.887,50
	Subtotal PE		**2.759,4**	**5.381.800,00**
PI	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	55,9	179.411,20
	MILHO EM TIPO	-	1.270,7	1.874.877,00
	Subtotal PI		**1.326,7**	**2.054.288,00**
PR	FEIJAO ANAO CORES 1	1	27,0	38.969,12
	TRIGO PAO 1	1	88.135,0	51.043.397,00
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	43,4	71.793,10
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	541,0	746.711,20
	FEIJAO ANAO PRETO (A) 2	2	7,8	11.637,51
	TRIGO PAO 2	2	26.984,0	13.871.347,00
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 3	3	47,0	59.420,80
	CAFE ARABICA EM TIPO	-	1.791,9	9.271.938,00
	FEIJAO ANAO CORES DESCLASSIFICADO(A)	-	38,7	56.162,38
	FEIJAO ANAO PRETO (A) 3	-	106,3	156.548,20
	Subtotal PR		**118.000,0**	**75.327.924,00**
RJ	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	98,3	143.719,30
	FEIJAO COMUM CORES TIPO 2	2	40,5	105.380,70
	Subtotal RJ		**138,8**	**249.100,00**
RN	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	17,2	34.480,00
	FEIJAO COMUM CORES TIPO 2	2	48,6	138.536,00
	MILHO EM TIPO	-	1.582,8	1.752.462,00
	Subtotal RN		**1.648,7**	**1.925.478,00**
RO	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	70,0	115.825,70
	ARROZ TIPO 2	2	137,2	218.275,20
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	10,6	43.302,29
	FEIJAO TIPO 2	2	61,8	122.707,90
	MILHO EM TIPO	-	2.084,8	1.366.546,00
	Subtotal RO		**2.364,7**	**1.866.657,00**
RR	MILHO EM TIPO	-	1.213,1	1.335.468,00
	Subtotal RR		**1.213,1**	**1.335.468,00**
RS	ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	1	0,3	435,60
	FEIJAO ANAO PRETO TIPO 1	1	0,07	182,50
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	729,6	1.058.024,00
	FEIJAO ANAO PRETO (A) 2	2	9,3	13.284,42
	ARROZ BENEFICIADO (A) POLIDO LONGO FINO	-	345,7	533.029,50
	ARROZ ECOLOGICO	-	29,0	45.530,00
	FEIJAO ANAO CORES	-	87,5	125.781,30
	Subtotal RS		**1.201,6**	**1.776.267,00**
SC	ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	1	2,1	3.408,00
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	31,2	45.269,00
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	113,4	155.358,00
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	35,4	51.992,86
	MILHO EM TIPO	-	760,9	864.020,90
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	29,6	79.077,50

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R$)
	Subtotal SC		**972,7**	**1.199.126,00**
SE	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	12,4	15.872,00
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	245,1	388.973,70
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	134,0	419.707,00
	ARROZ BENEFICIADO ECOLOGICO A VACUO	-	43,5	115.434,00
	Subtotal SE		**435,0**	**939.986,70**
SP	TRIGO PAO 1	1	865,3	617.659,90
	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	242,9	374.015,60
	FEIJAO ANAO CORES 2	2	30,6	48.955,78
	ARROZ BENEFICIADO PARBOILIZADO	-	19,2	29.164,50
	CAFE ARABICA EM TIPO	-	10.470,7	62.237.473,00
	FEIJAO ANAO CORES	-	6,9	10.103,20
	Subtotal SP		**11.635,8**	**63.317.372,00**
TO	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	47,0	77.839,77
	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO FINO 2 66 A	2	238.,0	183.407,06
	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	97,8	185.613,45
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	50,9	110.871,91
	FEIJAO COMUM PRETO (A) 2	2	50,0	92.699,86
	ARROZ EM CASCA NATURAL LONGO FINO 3 57-5	3	21,5	10.782,96
	ARROZ BENEFICIADO 1 KG TIPO 5	-	37,6	42.689,16
	ARROZ EM CASCA	-	1.495,2	842.342,19
	MILHO EM TIPO	-	1.335,1	1.111.357,19
	Subtotal TO		**3.373,4**	**2.657.603,55**
Total			**312.824,6**	**672.417.646,01**

Fonte: Suarm/Gearm

ANEXO IV

Quadro 7.4 – Valor gasto para manutenção nas Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
AL	Sede Sureg	Aquisição de escadas		899,00			899,00
	UA Maceió	Compra de 1 máquina de costurar sacaria		525,00			525,00
		Serviços de pintura nos muros	460,00				460,00
	UA Palmeira dos Índios	Serviços elétricos	3.162,50				3.162,50
		Aquisição de material elétrico	1.991,73				1.991,73
		Aquisição de 1 máquina de costurar sacaria		525,00			525,00
Subtotal AC	**2**		**5.614,23**	**1.949,00**	**0,00**	**0,00**	**7.563,23**
			7.563,23		**0,00**		
AM	UA Manaus	Aquisição de geradores eólicos				33.330,00	33.330,00
		Serviço de manutenção de imóveis	1.760,00				1.760,00
Subtotal AM	**1**		**1.760,00**	**0,00**	**0,00**	**33.330,00**	**35.090,00**
			1.760,00		**33.330,00**		
BA	Sede Sureg	Aquisição de nobreak		3.534,93			3.534,93
	UA Irecê, UA Entre Rios, UA Itaberaba, UA Santa Maria Vitória, UA Ribeira do Pombal, UA Itabaiana	Aquisição de máquinas de costurar sacaria, Manutenção dos determinadores de umidade, Aquisição de equipamentos de proteção individual			31.354,38	2.768,00	34.122,38
	UA Itaberaba	Aquisição e colocação de telhas contra pássaros	7.100,00				7.100,00
		Aquisição de paletes de madeira				14.744,70	14.744,70
	UA Irecê	Aquisição de paletes de madeira				81.915,30	81.915,30
	UA Itabaiana	Aquisição de 1 máquina copiadora		1.630,00			1.630,00
		Aquisição de uma roçadeira lateral		989,00			989,00
	UA Entre Rios	Aquisição de ar condicionado		4.399,98			4.399,98
		Aquisição de paletes de madeira				21.844,00	21.844,00
	UA Ribeira do Pombal	Aquisição de paletes de madeira				38.227,00	38.227,00
	UA Santa Maria Vitória	Confecção, montagem e pintura de 4 portas de enrolar			5.000,00	0,00	5.000,00
		Aquisição de paletes de madeira			0,00	20.205,70	20.205,70
Subtotal BA	**3**		**7.100,00**	**10.553,91**	**36.354,38**	**179.704,70**	**233.712,99**
			17.653,91		**216.059,08**		
CE	UA Manacapuru	Compra de 3 máquinas de costurar sacaria					10.950,00
	UA Russas	Compra de 2 máquinas de costurar sacaria					
	UA Juazeiro do Norte	Compra de 2 máquinas de costurar sacaria		10.950,00			
	UA Senador Pompeu	Compra de 2 máquinas de costurar sacaria					
	UA Icó	Compra de 3 máquinas de costurar sacaria					

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
	UA Iguatu	Compra de 2 máquinas de costurar sacaria					
	UA Sobral	Compra de 3 máquinas de costurar sacaria					
	UA Crateús	Compra de 3 máquinas de costurar sacaria					
	UA Sobral	Serviços de aferição de balança	1.200,40				1.200,40
	UA Crateús	Serviços de aferição de balança	2.222,80				2.222,80
Subtotal CE	**8**		**3.423,20**	**10.950,00**	**0,00**	**0,00**	**14.373,20**
			14.373,20		**0,00**		
ES	UA Colatina	Manutenção de máquinas / Reforma do chupim e balança	1.800,00				1.800,00
		Aquisição de 14 botoeiras	336,00				336,00
		Aquisição de 32 reatores p/ lâmpada a vapor sódio	1.209,38				1.209,38
		Conserto de 1 paleteira hidráulica	210,00				210,00
		Aquisição de peça de intercefe, p/ reposição em computador da balança	130,00				130,00
		Manutenção e conservação de máquinas, revisão do chupim e balança ensacadeira	900,00				900,00
		Aquisição de peças p/ balança ensacadeira	2.702,70				2.702,70
		Aquisição de 25 lâmpadas de sódio alta pressão	439,90				439,90
		Aquisição de lâmpadas	256,00				256,00
		Revisão geral na parte elétrica	4.930,36				4.930,36
		Aquisição de 1 máquina de costurar sacaria, 1 balança ensacadeira, 1 transportador		42.852,70			42.852,70
		Aquisição de roupeiro de aço		290,00			290,00
		Aquisição de conjunto Hardkey	1.200,00				1.200,00
		Aferição da balança rodoviária	1.850,00				1.850,00
	UA Camburi	Reforma da placa da unidade	335,00				335,00
		Aquisição de 1 máquina de costurar sacaria e 1 ensacadeira		35.411,30			35.411,30
		Aquisição de material elétrico	1.616,90				1.616,90
		Serviço de manutenção elétrica	3.000,00				3.000,00
Subtotal ES	**2**		**20.916,24**	**78.554,00**	**0,00**	**0,00**	**99.470,24**
			99.470,24		**0,00**		
GO	Sede Sureg	Aquisição Aparelho telefônico	115,00				115,00
		Aquisição de 4 bebedouros		1.488,40			1.488,40
		Aquisição de 3 cadeiras c/ encosto anatômico		720,00			720,00
	UA Goiânia, UA Palmeira de Goiás, UA Paraúna, UA Pontalina, UA Porteirão, UA Rio Verde, UA Santa Helena, UA S L Montes Belos e UA	Manutenção dos determinadores de umidade	603,00				603,00

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
	Itaporanga						
	Laboratório Sureg-GO, UA Brasília, UA Goiânia, UA Rio Verde, UA Porteirão, UA S L Montes Belos UA Itaporanga UA Palmeira de Goiás, UA Paraúna, e UA Pontalina	Manutenção e aferição de determinadores de umidade	3.520,00				3.520,00
	UA Brasília, UA Goiânia, UA Rio Verde, UA Porteirão, UA S L Montes Belos UA Itaporanga UA Palmeira de Goiás, UA Santa Helena UA Paraúna, e UA Pontalina	Aquisição de máquina de costurar sacaria				11.850,00	11.850,00
	UA Palmeira de Goiás, UA Paraúna, UA Pontalina, UA S L Montes Belos	Aquisição de mangueira p/ fixação de lonas em silos			3.844,60		3.844,60
	UA Rio Verde	Aquisição peças manutenção termonebulizador	600,22				600,22
		Serviço de aferição da balança rodoviária	4.619,90				4.619,90
		Aquisição de engrenagem e rosca sem fim	1.300,00				1.300,00
		Aquisição de 1 sonda de amostragem a vácuo				19.500,00	19.500,00
	UA S L Montes Belos	Serviço de manutenção da balança rodoviária	2.605,00				2.605,00
		Aquisição de peças para manutenção da balança rodoviária	6.314,00				6.314,00
	UA Porteirão	Serviço de manutenção no elevador de grãos	1.750,00				1.750,00
		Aquisição de 15 telhas kalhetão brasilit	5.655,45				5.655,45
		Aquisição de 1 sonda de amostragem a vácuo				19.500,00	19.500,00
		Mão de obra de colocação de telhas			4.780,12		4.780,12
	UA Santa Helena	Aquisição de material de construção	2.516,40				2.516,40
		Aquisição 32 roletes p/ transportadora de produtos	2.848,00				2.848,00
		Aquisição 2 módulos e 1 nobreak		590,00			590,00
		Aquisição de 1 lavadora de alta pressão		2.170,00			2.170,00
		Aquisição de 1 bebedouro industrial de 50 litros		1.650,00			1.650,00
		Contratação de empresa p/ serviços de engenharia	7.500,00				7.500,00
	UA Goiânia	Aquisição de 1 frigobar		842,00			842,00
		Aquisição de 1 bebedouro		507,00			507,00
	UA Brasília	Aferição peças p/ duas balanças rodoviárias	5.659,90				5.659,90
		Despesa com mão de obra Processo NR 21209.000497/2012-41	2.400,00				2.400,00
		Peças p/ aferição baçanca rodoviárias	2.445,08				2.445,08

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		Aquisição de 1 sonda de amostragem a vácuo		19.500,00			19.500,00
		Aquisição de uma roçadeira		1.790,00			1.790,00
		Aquisição de 3 transformadores de corrente		2.368,53			2.368,53
Subtotal GO	**10**		**50.451,95**	**31.625,93**	**8.624,72**	**50.850,00**	**141.552,60**
			82.077,88		**59.474,72**		
MA	Sede Sureg	Aquisição de material elétrico, alvenaria, e cerâmica			3.741,00		3.741,00
	UA São Luís						
	UA Itaqui	Aquisição de equipamentos de proteção individual	6.751,00				6.751,00
	UA São Luís	Aquisição de equipamentos de proteção individual					
	UA Itaqui	Aquisição de 1 trator de médio porte c/ acoplamento de cortador de grama		5.998,00			5.998,00
		Aquisição equipamentos de proteção individual	2.989,40				2.989,40
		Aquisição de 1 balança eletrônica		2.560,59			2.560,59
		Pintura na parede externa da caixa d'água do sistema de prevenção de incêndio	7.545,31				7.545,31
		Serviços de aferição de balança	1.561,40				1.561,40
		Aquisição de 1 escada de fibra (12m)		1.828,00			1.828,00
		Serviço de construção e colocação de caixa coletora de águas pluviais, colocação de manilha e canos para drenagem	7.250,00				7.250,00
		Elaboração projeto básico p/ pintura	11.965,82				11.965,82
	UA Imperatriz	Aquisição equipamentos de proteção individual	1.422,30				1.422,30
		Aquisição e montagem de central telefônica		2.696,00			2.696,00
		Serviços de projeto de prevenção e combate a incêndio	29.700,00				29.700,00
		Aquisição de 1 trator roçadeira				69.070,00	69.070,00
		Aquisição de 1 refrigerador doméstico		1.700,00			1.700,00
		Serviços de adequação do sistema elétrico			15.889,80		15.889,80
	UA São Luís	Aquisição de 1 fogão e 1 geladeira		1.579,00			1.579,00
		Aquisição e montagem de central telefônica		1.001,00			1.001,00
		Aquisição de ripas	4.800,00				4.800,00
		Aquisição equipamentos de proteção individual	3.435,60				3.435,60
		Serviços de projeto p/ modernização da UA	3.926,05				3.926,05
Subtotal MA	**3**		**81.346,88**	**17.362,59**	**19.630,80**	**69.070,00**	**187.410,27**
			98.709,47		**88.700,80**		
MG	Sede Sureg	Aquisição de quadro de comando com acionamento e proteção individual das bombas submersas		1.470,00			1.470,00
	UA Uberaba	Compl Despesa – Construção Depósito de Agrotóxicos		8.664,08			8.664,08
		Tinta p/ vedação das células de armazenagem do Silo Búfalo	620,00				620,00
		Aquisição de material p/ manutenção de poço artesiano	680,00				680,00

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		Aquisição de capacitores trifásicos	1.893,00				1.893,00
		Aquisição de capacitores trifásicos	286,00				286,00
		Aquisição de materiais p/ impermeabilização das lajes superiores	10.589,95				10.589,95
		Aquisição de equipamentos de proteção individual	794,28				794,28
		Aquisição de material p/ manutenção de poço artesiano	198,49				198,49
		Aquisição de 1 escada extensível de fibra de vidro		975,00			975,00
	UA Uberlândia	Aquisição de 1 monoredutor p/ transporte corrente de transilagem.	19.470,00				19.470,00
		Aquisição 2 separadores de impurezas p/ laboratório de classificação		9.999,99			9.999,99
		Aquisição de 2 homogenizadores		3.300,00			3.300,00
		Fornecimento de cabos pêndulos termométricos e mão de obra	6.200,00				6.200,00
		Aquisição de roçadeiras		7.245,00			7.245,00
		Fornecimento e instalação de transformadores de corrente para os controladores automáticos da subestação do silo Búfalo	2.580,00				2.580,00
		Conserto de portas de aço	500,00				500,00
		Manutenção do disjuntor de alta tensão	1.958,00				1.958,00
		Aquisição de equipamentos de proteção individual	397,14				397,14
		Aquisição de 1 escada extensível confeccionada em fibra de vidro		975,00			975,00
	UA Varginha	Reparos nos rufos	1.583,00				1.583,00
	UA Montes Claros	Aquisição de kit conversor eletrônico da balança rodoviária		9.660,00			9.660,00
	UA Conceição do Rio Verde	Manutenção no determinador de umidade	370,00				370,00
	UA Juiz de Fora	Serviços de manutenção balança rodoviária	1.200,00				1.200,00
		Terraplenagem nas ruas internas do pátio	1.450,00				1.450,00
	UA Perdões	Serviço de manutenção na bomba injetora e no compressor	648,00				648,00
		Aquisição de 1aparelho de ar condicionado		700,00			700,00
Subtotal MG	**7**		**51.417,86**	**42.989,07**	**0,00**	**0,00**	**94.406,93**
			94.406,93		**0,00**		
MS	UA Rio Brilhante	Recuperação da balança rodoviária	2.480,00				2.480,00
	UA Sidrolândia	Serviços de manutenção na balança	1.620,00				1.620,00
	UA Chapadão do Sul	Serviço de guincho e transporte de equipamento inflável	2.925,00				2.925,00
		Aquisição de material p/ manutenção da UA	3.700,00				3.700,00
		Reforma de 5 máquinas de limpeza	7.500,00				7.500,00
		Aquisição de material p/ manutenção	292,60				292,60
		Aquisição de material p/ manutenção da Unidade	585,98				585,98
		Aquisição de máquina de cortar grama (roçadeira)		1.797,00			1.797,00
		Cobertura de armazém graneleiro	10.588,46				10.588,46

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		Aquisição de material p/ manutenção da UA			21,04		21,04
	UA Dourados	Projeto ambiental	4.200,00				4.200,00
	UA Dourados, UA Rio Brilhante, UA Sidrolândia, UA Chapadão do Sul, UA Campo Grande, UA Cassilândia, UA Maracaju, UA São Gabriel do Oeste	Aquisição de 8 bebedouros		3.874,96			3.874,96
	UA Campo Grande	Aquisição de peças p/ manutenção de equipamentos	231,00				231,00
		Manutenção de máquinas e equipamentos	405,00				405,00
	UA Dourados	Aquisição de correia transportadora plana	10.890,00				10.890,00
		Manutenção de máquinas e equipamentos			279,00		279,00
	UA Maracaju	Aquisição de 8 roscas varredoras p/ silo metálico		79.400,00			79.400,00
		Aquisição de peças p/ manutenção de equipamentos	292,00				292,00
		Manutenção de máquinas e equipamentos	225,00				225,00
Subtotal MS	**8**		**45.935,04**	**85.071,96**	**300,04**	**0,00**	**131.307,04**
			131.007,00		**300,04**		
MT	UA Rondonópolis	Aquisição cabos elétricos de cobre	1.488,00				1.488,00
		Aquisição de cabos elétricos de cobre	659,98				659,98
		Manutenção de marquises dos armazéns 22, 23 e 25 e substituição da cobertura da casa de comando	6.950,00				6.950,00
		Aquisição de material p/ manutenção na iluminação	250,00				250,00
		Aquisição de correia transportadora e laminada p/ elevador de canecas e 5 lonas	5.850,00				5.850,00
		Aquisição de correia transportadora de equipamentos	5.300,00				5.300,00
		Aquisição de 20 correias industriais	300,00				300,00
		Aquisição de 2 motores elétricos		1.529,54			1.529,54
		Serviços de manutenção da bomba d'água do poço artesiano	1.380,00				1.380,00
		Aquisição de 2 motores elétricos p/ manutenção de equipamentos				1.529,54	1.529,54
		Contratação de empresa especializada p/ serviços de engenharia p/ complementação do asfalto				1.239.150,80	1.239.150,80
		Aquisição de correia p/ manutenção de empilhadeira	6.779,76				6.779,76
	UA Alta Floresta	Revisão e manutenção dos equipamentos eletromecânicos da Central de Processamento	15.154,20				15.154,20
		Serviços de revisão na balança rodoviária	2.280,00				2.280,00
	UA Sinop	Aquisição de pulverizador costel motorizado		800,00			800,00
		Aquisição de bomba injetora	517,00				517,00

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
	UA Diamantino	Aquisição de cargas p/ envasar 40 cilindros de extintores	2.530,00				2.530,00
	UA Sorriso	Aquisição de 4 estantes		480,00			480,00
Subtotal MT	**5**		**49.438,94**	**2.809,54**	**0,00**	**1.240.680,40**	**0,00**
			52.248,48		**1.240.680,40**		
PA	UA Ananindeua	Recuperação do telhado da Administração e da casa de força	5.862,00				5.862,00
		Serviço de verificação metrologia de balança	913,00				913,00
		Aquisição de 1 minitrator				34.540,00	34.540,00
		Aquisição de 2 roçadeiras				1.600,00	1.600,00
		Serviço de conversão da balança rodoviária			7.950,00		7.950,00
	UA Santarém	Serviço de aferição de 4 balanças rodoviárias	2.552,40				2.552,40
		Aquisição de 1 split carrier controle remoto				3.750,00	3.750,00
		Aquisição de móveis p/ escritório				4.900,00	4.900,00
		Aquisição de 1 refrigerador				878,00	878,00
		Aquisição de 1 bebedouro				576,00	576,00
	UA Marabá	Aquisição de mesas, cadeiras, armários		4.043,96			4.043,96
		Serviços de reparo na cerca de arame farpado	200,00				200,00
		Serviço de limpeza e conservação no pátio de manobra	200,00				200,00
Subtotal PA	**3**		**9.727,40**	**4.043,96**	**7.950,00**	**46.244,00**	**67.965,36**
			13.771,36		**54.194,00**		
PB	UA João Pessoa	Aquisição e substituição de transformador		12.000,00			12.000,00
	UA Campina Grande	Aquisição de peças p/ reposição na esteira	880,00				880,00
		Serviço de aferição da balança rodoviária	1.482,80				1.482,80
		Aquisição lona plástica (Catolé do Rocha)			960,00		960,00
	UA Monteiro	Aferição da balança rodoviária	1.410,40				1.410,40
Subtotal PB	**3**		**3.773,20**	**12.000,00**	**960,00**	**0,00**	**16.733,20**
			15.773,20		**960,00**		
PI	Sede Sureg	Aquisição de estante metálica e armários de aço		6.699,00			6.699,00
	UA Floriano UA Parnaíba	Aquisição de 4 roçadeiras a gasolina		2.969,88			2.969,88
	UA Picos UA Teresina	Aquisição de 10 máquinas de costurar sacaria		4.899,00			4.899,00
	UA Floriano	Recuperação do telhado	7.986,00				7.986,00
	UA Parnaíba	Serviço de aferição da balança rodoviária	1.304,00				1.304,00
Subtotal PI	**4**		**9.290,00**	**14.567,88**	**0,00**	**0,00**	**23.857,88**
			23.857,88		**0,00**		
PR	UA Cambé	Aquisição material de segurança, combate a incêndio	3.729,50				3.729,50
		Manutenção do motor estacionário do sistema de combate a incêndio e rede de hidrantes	1.190,00				1.190,00
		Aquisição de material p/ instalação de redler TCT	12.450,00				12.450,00
		Serviço de instalação de redler	3.500,00				3.500,00

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		Aquisição de material p/ impermeabilização das células serviço expurgo	4.837,00				4.837,00
		Locação de andaime p/ obras vedação das células	360,00				360,00
		Aquisição de cabos pêndulos c/ sensores no Silo Búfalo	5.430,00				5.430,00
		Manutenção e conservação de vias ferroviárias nas dependências da UA	15.640,00				15.640,00
		Serviços de manutenção geral, lubrificação e aferição balança rodoviária	4.240,00				4.240,00
		Serviço de revisão da máquina de tração, aparelhos de segurança e elevador	6.230,00				6.230,00
		Serviços de projeto de prevenção e combate a incêndio			14.000,00		14.000,00
	UA Ponta Grossa	Revisão, aferição e calibração em 3 balanças	3.300,00				3.300,00
		Aquisição de materiais de segurança, EPIs e demais equipamentos no trabalho em altura, espaços confinados e eventuais resgate	13.985,85				13.985,85
		Aquisição de placas de sinalização	1.179,00				1.179,00
		Aquisição de cabo de aço c/ alma de fibra	4.492,00				4.492,00
		Conserto e manutenção de medidores de umidade	1.006,50				1.006,50
		Serviços de projeto de prevenção e combate a incêndio	59.200,00				59.200,00
		Serviços de confecção de placas de sinalização	28.458,00				28.458,00
		Reforma de máquina testadora de arroz	2.080,00				2.080,00
		Aquisição de 2 aparelhos detectores de gases		4.676,00			4.676,00
		Aquisição de fonte hipath para central telefônica	1.201,00				1.201,00
		Mão de obra de manutenção da placa central telefônica	850,00				850,00
		Medição na subestação central telefônica	3.600,00				3.600,00
		Serviço de recuperação de disjuntor de alta tensão	27.600,00				27.600,00
		Aquisição de terminal de direção e capa de proteção	2.103,43				2.103,43
		Serviços de readequação do projeto elétrico da subestação			10.850,00		10.850,00
		Serviço manutenção motor industrial	820,00				820,00
	UA Apucarana	Aquisição de lâmpadas mistas	1.300,00				1.300,00
		Aquisição de materiais p/ substituição da rede de água	1.732,17				1.732,17
	UA Rolândia	Recarga de extintores de incêndio	3.428,00				3.428,00
		Conserto de balança rodoviária	2.890,56				2.890,56
		Reforma de equipamento Dallas			15.750,00		15.750,00
	AF Curitiba	Aquisição de peças p/ manutenção de empilhadeira a gás	3.232,00				3.232,00
Subtotal PR	**5**		**220.065,01**	**4.676,00**	**40.600,00**	**0,00**	**265.341,01**
			224.741,01		**40.600,00**		
RJ	UA Lira Tavares	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão		1.056,99			1.056,99

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
Subtotal RJ	**1**		**0,00**	**1.056,99**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
			1.056,99		**0,00**		
RN	Sede Sureg	Aquisição de central de ar Tipo Split		3.800,00			3.800,00
	UA Currais Novos, UA Assu, UA Caicó, UA Mossoró, UA Umarizal, UA Natal	Aquisição de 9 bebedouros		4.281,00			4.281,00
	UA Mossoró	Aquisição de 1 portão búzio corrimão	874,50				874,50
	UA Umarizal	Aquisição de móveis		6.245,80			6.245,80
		Aquisição de móveis		1.439,00			1.439,00
		Aquisição de carrinho de transporte		1.500,00			1.500,00
		Aquisição de estrado		31.536,00			31.536,00
		Aquisição de pulverizador		3.290,00			3.290,00
		Aquisição de conjunto de mesa		420,00			420,00
		Aquisição de máquina de costurar sacaria		1.293,00			1.293,00
		Instalação de esteira elevatória		15.899,00			15.899,00
		Aquisição de lona plástica p/ cobertura de expurgo	9.615,01				9.615,01
		Aquisição de filtro de máscara contra gás	512,00				512,00
		Recarga de extintores de incêndio	237,00				237,00
		Aquisição de fita reparo p/ remendar lençóis de expurgo	1.795,00				1.795,00
		Aquisição de mesa p/ impressora		156,00			156,00
	UA Natal-Caiapós	Recarga de extintores de incêndio	765,00				765,00
Subtotal RN	**7**		**13.798,51**	**69.859,80**	**0,00**	**0,00**	**83.658,31**
			83.658,31		**0,00**		
RO	UA Cacoal	Aquisição de 1 condicionador de ar				2.750,00	2.750,00
	UA Vilhena	Aquisição de 1 condicionador de ar				2.750,00	2.750,00
Subtotal RO	**0**		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.500,00**	**5.500,00**
			0,00		**5.500,00**		
RS	Sede Sureg	Aquisição de 4 nobreaks		1.824,00			1.824,00
		Manutenção no elevador do prédio	1.349,88				1.349,88
		Conserto motor de partida em veículo	231,00				231,00
		Conserto de persianas	960,00				960,00
	AF Porto Alegre	Instalação de sistema de drenagem nas antecâmaras	1.180,00				1.180,00
		Instalação de dosador de cloro e bóia automática no sistema de cloração de água	408,00				408,00
		Conserto emergencial na empilhadeira elétrica	549,00				549,00
		Serviço de conserto na empilhadeira elétrica	489,00				489,00
		Aquisição de eletrodo, material p/ reparo em vazamento de	165,30				165,30

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		amônia					
		Conserto emergencial em veículo	168,00				168,00
		Serviço de conserto na empilhadeira elétrica	429,00				429,00
		Conserto de bomba desodora de cloro	650,00				650,00
		Recuperação de motor de tração da empilhadeira	546,00				546,00
		Aquisição de 1 empilhadeira		30.000,00			30.000,00
	UF Augusto Leitão	Aquisição de correias p/ evaporadores	2.433,80				2.433,80
		Aquisição materiais p/ manutenção geral do frigorífico	232,00				232,00
		Serviço de troca de chicote do timão de uma paleteira	278,00				278,00
		Aquisição tinta anticorrosiva p/ cobertura bloco frigorífico	1.405,00				1.405,00
		Manutenção motor da antecâmara	318,00				318,00
		Aquisição de correias p/ evaporadores	204,00				204,00
		Aquisição de extrator hidráulico p/ serviços de retirada e colocação de rolamentos		3.395,76			3.395,76
		Contratação de empresa especializada p/ serviços de reforma e manutenção de compressor	26.939,70				26.939,70
		Aquisição de manômetro digital (p/ testes em motores elétricos)		1.135,90			1.135,90
		Serviço de calibração em válvulas de segurança de amônia	3.780,00				3.780,00
		Aquisição de 1 transformador de tensão trifásica		1.788,40			1.788,40
		Serviço de engenharia (laudo técnico p/ manutenção tubulação de amônia)	6.000,00				6.000,00
		Aquisição de 1 balança eletrônica		4.000,00			4.000,00
		Aquisição de materiais p/ substituição da tubulação e peças em 13 evaporadores e linha de amônia	15.731,70				15.731,70
		Contratação de empresa especializada p/ serviços de reforma em vazamento de amônia	11.948,00				11.948,00
		Serviços de conserto da empilhadeira	1.020,20				1.020,20
		Serviços de co inserto e recuperação do eixo de direção de empilhadeira	618,98				618,98
		Aquisição de flanges macho/fêmea de aço	520,00				520,00
		Serviços p/ conter vazamento de amônia anidra	17.922,00				17.922,00
		Equipamentos de combate a incêndio	1.456,00				1.456,00
		Serviço de troca de contatora empilhadeira elétrica	250,00				250,00
		Aquisição de borracha pulsômetro p/ uso nas câmaras frigoríficas	4.720,00				4.720,00
		Aquisição de 2 baterias compatíveis empilhadeiras			29.850,00		29.850,00
		Serviço de colocação concretina em muro			4.158,00		4.158,00
		Contratação empresa p/ manutenção de máquinas e	20.100,00				20.100,00

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		equipamentos					
		Material p/ conserto tubulação do compressor	4.134,00				4.134,00
		Aquisição de hélice especial p/ ventilador da torre	7.100,00				7.100,00
		Conserto do sistema de aceleração do cilindro da empilhadeira			2.058,76		2.058,76
		Aquisição de 1 empilhadeira		477,00			477,00
		Aquisição de sistema de expansão de líquido			8.969,08		8.969,08
		Serviço de instalação do sistema de expansão de líquido			9.380,00		9.380,00
		Aquisição de materiais, tubos p/ serviço de vazamento de amônia	3.191,00				3.191,00
		Serviço de conserto do castelo d'água	2.395,00				2.395,00
	UA Porto Alegre	Serviço de manutenção preventiva na subestação			39.251,44		39.251,44
		Aquisição de pneus automotivos p/ caminhões	14.400,00				14.400,00
		Aquisição de transpaleteiras		2.850,00			2.850,00
Subtotal RS	**3**		**154.222,56**	**45.471,06**	**93.667,28**	**0,00**	**293.360,90**
			199.693,62		**93.667,28**		
SC	UA Herval d'Oeste	Reparos na balança rodoviária	1.160,00				1.160,00
		Aquisição materiais p/ manutenção na balança rodoviária	14.680,00				14.680,00
		Serviço de elaboração de projeto p/ execução de nova portaria do armazém	2.401,00				2.401,00
		Material p/ manutenção do sistema de iluminação	4.087,80				4.087,80
		Mão de obra p/ manutenção do sistema de iluminação	600,00				600,00
	UA São José	Aquisição de máquina de costurar sacaria		680,00			680,00
		Aquisição de trator de jardim		8.998,00			8.998,00
		Aquisição de 4 portas modelo guilhotina	15.605,70				15.605,70
		Serviços de manutenção em 2 portas de esteira	300,00				300,00
		Elaboração projeto básico p/ pintura			14.799,37		14.799,37
Subtotal SC	**2**		**38.834,50**	**9.678,00**	**14.799,37**	**0,00**	**63.311,87**
			48.512,50		**14.799,37**		
SP	UA Bauru	Aquisição de bobina de lona plástica	7.149,00				7.149,00
		Crédito orçamentário p/ aquisição de fime strech	18.780,00				18.780,00
	UA Garça	Aquisição de lonas plástica transparente	3.574,50				3.574,50
	UA Bernardino de Campos	Aquisição de lonas plástica transparente	3.574,50				3.574,50
Subtotal SP	**3**		**33.078,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.078,00**
			33.078,00		**0,00**		
TO	UA Rio Formoso	Aquisição de 2 bebedouros industrial E04		11.903,22			11.903,22
		Aquisição cimento p/ construção do piso da Unidade	14.816,55				14.816,55
		Aquisição materiais p/ reforma no armazém		44.400,00			44.400,00
		Mão de obra de rebobinamento de motores na Unidade	9.046,80				9.046,80
		Aquisição de material p/ reforma do armazém estrutural				44.490,05	44.490,05

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
		Mão de obra de máquinas e equipamentos			16.000,00		16.000,00
		Aquisição de 2 chaves revisoras trifásicas			9.510,00		9.510,00
		Aquisição de peças de reposição p/ rebobinamento de motores	1.181,32				1.181,32
Subtotal TO	**1**		**25.044,67**	**56.303,22**	**25.510,00**	**44.490,05**	**151.347,94**
			81.347,89		**70.000,05**		
Total Geral	**81**		**825.238,19**	**499.522,91**	**248.396,59**	**1.669.869,10**	**0,00**
			1.324.761,10		**1.918.265,70**		

Fonte: Siafi

ANEXO V

Quadro 7.7 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
AC	15	28,3	1,0	**29,3**	Arroz	19,0	433,4
					Feijão	7,6	
					Milho	100,3	
					Total Produção	**126,9**	
AL	73	201,2	348,9	**550,1**	Algodão	0,1	10,2
					Arroz	17,0	
					Feijão	16,6	
					Milho	22,4	
					Total Produção	**56,1**	
AM	46	73,4	314,9	**388,3**	Arroz	13,0	14,0
					Feijão	5,3	
					Milho	36,0	
					Soja	0,0	
					Total Produção	**54,3**	
AP	2	1,5	0,0	**1,5**	Arroz	2,6	384,6
					Feijão	0,9	
					Milho	2,1	
					Total Produção	**5,6**	
BA	634	860,4	3.162,4	**4.022,8**	Algodão	756,4	157,4
					Arroz	23,2	
					Feijão	117,6	
					Girassol	0,1	
					Mamona	17,9	
					Milho	2.174,3	
					Soja	3.182,6	
					Sorgo	59,1	
					Total Produção	**6.331,2**	
CE	102	216,2	130,5	**346,7**	Algodão	0,1	49,6
					Amendoim	0,2	
					Arroz	61,9	
					Feijão	32,9	
					Girassol	0,1	
					Mamona	2,7	
					Milho	73,9	
					Sorgo	0,1	
					Total Produção	**171,9**	
DF	90	150,7	313,6	**464,2**	Feijão	46,1	131,3
					Milho	353,6	
					Soja	176,0	
					Sorgo	28,1	
					Trigo	5,7	
					Total Produção	**609,5**	
ES	239	581,9	815,5	**1.397,4**	Arroz	2,7	6,7
					Feijão	14,7	
					Milho	76,5	
					Total Produção	**93,9**	
GO	931	1.313,6	11.676,5	**12.990,2**	Algodão	210,0	143,2
					Arroz	174,1	
					Feijão	308,1	
					Girassol	18,8	
					Milho	8.576,0	
					Soja	8.251,5	
					Sorgo	998,9	
					Trigo	60,4	
					Total Produção	**18.597,8**	
MA	158	133,0	1.670,9	**1803,8**	Algodão	45,1	162,0
					Arroz	467,7	
					Feijão	27,4	
					Milho	731,6	
					Soja	1.650,6	
					Total Produção	**2.922,5**	
					Algodão	64,8	

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
MG	1.218	2.923,5	5.629,3	**8.552,8**	Amendoim	9,0	142,8
					Arroz	64,3	
					Feijão	663,7	
					Girassol	6,0	
					Mamona	2,1	
					Milho	7.807,4	
					Soja	3.058,7	
					Sorgo	443,7	
					Trigo	90,1	
					Total Produção	**12.209,8**	
MS	836	636,4	6.682,4	**7.318,8**	Algodão	135,2	158,6
					Arroz	109,0	
					Feijão	24,4	
					Girassol	6,0	
					Milho	6.576,4	
					Soja	4.628,3	
					Sorgo	78,3	
					Aveia	7,5	
					Canola	2,4	
					Trigo	42,9	
					Total Produção	**11.610,4**	
MT	2.149	2.321,3	26.160,2	**28.481,5**	Algodão	1.707,5	141,7
					Amendoim	0,1	
					Arroz	461,3	
					Feijão	224,4	
					Girassol	79,4	
					Milho	15.610,4	
					Soja	21.849,0	
					Sorgo	420,9	
					Total Produção	**40.353,0**	
PA	132	208,3	398,1	**606,4**	Arroz	222,4	193,4
					Feijão	33,9	
					Milho	599,7	
					Soja	316,7	
					Total Produção	**1.172,7**	
PB	25	51,6	41,3	**92,9**	Amendoim	0,2	8,4
					Arroz	0,2	
					Feijão	2,9	
					Milho	4,2	
					Sorgo	0,3	
					Total Produção	**7,8**	
PE	109	395,1	582,6	**977,8**	Algodão	0,1	7,5
					Arroz	14,2	
					Feijão	33,8	
					Mamona	0,6	
					Milho	24,1	
					Sorgo	0,3	
					Total Produção	**73,1**	
PI	141	93,1	869,0	**962,1**	Algodão	45,2	237,6
					Arroz	137,5	
					Feijão	36,5	
					Mamona	0,1	
					Milho	787,2	
					Soja	1.263,1	
					Sorgo	16,4	
					Total Produção	**2.286,0**	
PR	3.072	4.668,6	22.633,2	**27.301,7**	Algodão	1,4	115,2
					Amendoim	6,4	
					Arroz	166,8	
					Feijão	677,9	
					Girassol	0,9	
					Mamona	0,6	
					Milho	16.757,1	
					Soja	10.941,9	
					Sorgo	6,7	

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
					Aveia	112,7	
					Canola	15,6	
					Centeio	1,1	
					Cevada	195,6	
					Trigo	2.501,0	
					Triticale	62,0	
					Total Produção	**31.447,7**	
RJ	28	105,2	79,1	**184,3**	Arroz	5,4	13,0
					Feijão	3,6	
					Milho	14,9	
					Total Produção	**23,9**	
RN	21	51,8	5,3	**57,0**	Algodão	0,2	14,2
					Arroz	2,4	
					Feijão	1,9	
					Milho	2,6	
					Sorgo	1,0	
					Total Produção	**8,1**	
RO	129	205,5	463,9	**669,4**	Arroz	142,0	163,5
					Feijão	36,3	
					Milho	453,7	
					Soja	462,2	
					Total Produção	**1.094,3**	
RR	27	35,4	112,1	**147,4**	Arroz	106,0	89,1
					Feijão	2,0	
					Milho	13,0	
					Soja	10,4	
					Total Produção	**131,4**	
RS	4.825	2.845,7	26.343,0	**29.188,8**	Amendoim	5,5	71,6
					Arroz	7.739,6	
					Feijão	94,1	
					Girassol	5,1	
					Milho	3.342,7	
					Soja	6.526,6	
					Sorgo	54,6	
					Aveia	233,3	
					Canola	33,7	
					Centeio	2,4	
					Cevada	98,9	
					Trigo	2.742,2	
					Triticale	10,1	
					Total Produção	**20.888,8**	
SC	969	751,1	4.344,0	**5.095,2**	Arroz	1.077,7	107,5
					Feijão	117,3	
					Milho	2.947,0	
					Soja	1.084,9	
					Canola	0,3	
					Cevada	10,6	
					Trigo	235,6	
					Triticale	4,2	
					Total Produção	**5.477,6**	
SE	1	2,6	0,0	**2,6**	Amendoim	1,6	23.639,5
					Arroz	44,9	
					Feijão	19,7	
					Milho	543,7	
					Total Produção	**609,9**	
SP	1.439	5.754,3	6.870,8	**12.625,2**	Algodão	39,2	58,9
					Amendoim	262,3	
					Arroz	82,2	
					Feijão	330,9	
					Mamona	0,8	
					Milho	4.901,2	
					Soja	1.597,6	
					Sorgo	76,2	
					Trigo	110,7	
					Triticale	36,0	

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
					Total Produção	**7.437,1**	
TO	127	378,3	820,1	**1.198,4**	Algodão	13,3	197,8
					Amendoim	9,4	
					Arroz	442,3	
					Feijão	38,0	
					Milho	447,6	
					Soja	1.382,9	
					Sorgo	37,3	
					Total Produção	**2.370,8**	
Total	**17.538**	**24.988,0**	**120.468,5**	**145.456,5**	**Produção Nacional**	**166.172,1**	**87,5**

Fonte: Sicarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

ANEXO VI - Previdência Complementar (Cibrius)

Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ.

Identificação da unidade

Nome	Cibrius
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D n.º 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição dos Empregados	Participação %
AC	3	27.174,37	0,18%
AL	36	190.108,15	1,25%
AM	34	263.038,64	1,73%
BA/SE	32	249.669,73	1,64%
CE	124	921.898,35	6,07%
ES	43	389.490,89	2,57%
GO	117	1.076.583,28	7,09%
MA	41	284.761,57	1,88%
MG	80	753.668,22	4,96%
MS	56	476.854,47	3,14%
MT	44	361.637,08	2,38%
PA	27	232.776,83	1,53%
PB	47	370.646,24	2,44%
PE	109	805.919,87	5,31%
PI	29	262.470,64	1,73%
PR	77	677.912,70	4,47%
RJ	42	397.009,78	2,62%
RN	37	338.736,40	2,23%
RO	21	210.303,45	1,39%
RR	2	36.904,97	0,24%
RS	51	440.330,93	2,90%
SC	28	292.130,12	1,92%
SP	36	422.722,71	2,78%
TO	16	189.900,48	1,25%
Matriz	407	5.507.091,31	36,28%
Total	**1.539**	**15.179.741,18**	**100,00%**

Fonte: Cibrius

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

Patronal/Paritária 331900703 – R$15.173.095,79

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal obtido do Siafi e a contribuição do Participante informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas a acertos e valores outros (Rescisões de Contratos, Sentenças Trabalhistas, joia etc.)

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições Patronais	Participação %
AC	3	27.174,37	0,18
AL	36	190.108,15	1,25
AM	32	260.467,68	1,72
BA/SE	32	247.363,38	1,63
CE	124	921.442,95	6,07
ES	43	387.924,07	2,56
GO	117	1.075.375,07	7,09
MA	41	284.324,29	1,87
MG	80	753.358,86	4,97
MS	56	470.962,47	3,10
MT	44	361.612,96	2,38
PA	27	232.776,83	1,53
PB	47	372.700,71	2,46
PE	109	805.368,90	5,31
PI	29	262.470,64	1,73
PR	77	668.152,20	4,40
RJ	42	395.259,47	2,61
RN	37	338.736,40	2,23
RO	21	210.021,61	1,38
RR	2	36.904,97	0,24
RS	51	440.349,40	2,90
SC	28	292.229,30	1,93
SP	36	422.722,71	2,79
TO	16	189.900,48	1,25
Matriz	407	5.525.387,92	36,42
Total	**1.537**	**15.173.095,79**	**100,00**

Fonte: Diafi/Sucon/Gecon, DRE e Siafi Conta contábil 331900703

Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R$ 14.549.904,21

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi Conta 331900701

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do Cibrius, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão Cobal/CFP/Cibrazem.

Total das Contribuições Patronais (11.7.3.1+11.7.3.2) – R$ 29.723.000,00

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

Folha de Pagamento (Bruta) - 2012	
Tipos de Benefícios	**Total**
Renda Vitalícia	**8.048.418,49**
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	6.641.739,15
Aposentadoria por Idade	186.763,80
Aposentadoria por Invalidez	366.394,16
Benefício Proporcional Diferido c/Risco	113.916,59
Benefício Proporcional Diferido s/Risco	22.846,28
Aposentadoria Especial	43.336,42
Pensão por Morte	672.374,90
Benefício Suspenso	1.047,19
Recuperação de Benefício	0,00
Renda Temporária	**3.051,89**
Auxílio Doença	3.051,89
Benefício Anterior	0,00
Recuperação de Benefício	0,00
Abono Anual	**671.985,78**
Abono Anual	671.985,78
Recuperação de Abono Anual	0,00
Renda Única	**169.709,05**
Pecúlio por Morte	169.709,05
Reserva de Poupança	0,00
Total Geral	**8.893.165,21**

Fonte: Cibrius/Planilha E-mail de 25/03/2013

Benefícios			
UF	Quantidade de Participantes Assistidos	Valor pago dos benefícios	Participação %
AC	2	20.953,37	0,09%
AL	13	145.662,96	0,64%
AM	15	133.403,87	0,58%
AP	0	9.155,68	0,04%
BA/SE	24	420.592,22	1,84%
CE	139	1.656.196,24	7,26%
DF	290	8.893.165,21	38,96%
ES	16	291.704,14	1,28%
GO	91	1.087.698,56	4,77%
MA	19	219.486,28	0,96%
MG	75	1.194.759,42	5,23%
MS	37	310.236,46	1,36%
MT	24	294.507,37	1,29%
PA	28	372.269,83	1,63%
PB	39	272.698,19	1,19%
PE	83	853.097,22	3,74%
PI	18	82.705,17	0,36%
PR	58	971.939,38	4,26%
RJ	127	1.788.964,29	7,84%
RN	35	345.791,35	1,52%
RO	8	118.088,28	0,52%
RR	1	259,24	0,00%
RS	87	1.450.301,25	6,35%
SC	20	277.750,15	1,22%
SP	66	1.573.325,06	6,89%
TO	2	39.753,54	0,17%
Total	**1.317**	**22.824.464,73**	**100%**

Fonte: Cibrius/Planilha E-mail de 25/03/2013

Resultado financeiro do CIBRIUS

Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e, 3,72%, quando comparados com INPC+6%.

Demonstrativo da posição das aplicações do CIBRIUS

Fonte: Carta Cibrius/Sup/nº 007, de 29/01/2013

Demonstrativo de Investimentos X Enquadramento

Plano de Benefício Definido – PBD						
Discriminação	Esp. Tipo	Dez/2012				
		Qtde	Valor (R$)	% Enquadramento		
				Atual	P.I.	Res 3.792
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT)			**677.910.254,73**	**100,00**		
SEGMENTO RENDA FIXA			**566.987.931,58**	**83,64**	**70 a 100**	**0 a 100**
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS			**299.259.476,95**	**44,14**		
NOTAS DO TESOURO NACIONAL			**299.259.476,95**	**44,14**		
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/02/2011 a 15/08/2014	NTN-B	6.410	14.450.743,14			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 16/03/2011 a 15/08/2014	NTN-B	11.050	24.864.160,88			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN-B	6.200	13.789.769,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN-B	3.000	6.663.268,31			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 14/01/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.350	5.210.929,79			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 18/03/2009 a 15/08/2014	NTN-B	2.550	6.206.695,36			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/05/2009 a 15/08/2020	NTN-B	19.500	52.628.670,60			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2014	NTN-B	29.350	65.903.157,78			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/05/2011 a 15/08/2016	NTN-B	19.550	43.603.661,24			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/06/2011 a 15/08/2016	NTN-B	4.800	10.677.323,84			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/02/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.200	6.057.598,72			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/04/2012 a 15/08/2022	NTN-B	2.050	5.644.580,63			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a 15/05/2013	NTN-B	10.400	23.045.685,00			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/07/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.850	10.600.797,76			
Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 29/08/2012 a 15/08/2022	NTN-B	3.600	9.912.434,27			
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS			**267.728.454,63**	**39,49**		
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			**267.728.454,63**	**39,49**		
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA			**43.895.850,13**			
LFS ITAU - 16/08/2012 a 16/08/2018	LFS	40	22.092.067,28			
LFS BRADESCO - 16/08/2012 a 16/08/2018	LSF	40	21.803.782,85			
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS			**102.093.482,07**	**15,06**		
Banco do Brasil S/A - Institucional Federal	FI	7.886.950,66	17.542.370,71			
Banco Itaú S/A - Institucional Active Fix IB	FI	51.044,88	22.888.832,15			
BRB FICFI RF 300 MIL	FI	1.821.756,99	3.018.732,58			
HSBC FI Regimes de Previdência	FI	6.598.620,14	10.333.908,30			
Voto Allocat Inflação RF	FI	6.275.273,32	10.199.349,45			
Icatu Van IPC	FI	3.183.574,87	5.001.967,67			
Banco Itaú S/A - Institucional Inflação	FI	674.913,62	11.543.067,97			
BTG Pactual IPCA	FI	3.363.938,43	9.257.520,77			
BCSUL - VERAX 5SE	FIDC	928,79	6.702.113,50			
BMG Crédiitos consignados VIII - 4ª Série	FIDC	4.979,00	5.605.618,97			
DEPOSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL (DPGE)			**121.739.122,43**	**17,96**		**0 a 80**
BANCO BRJ S/A - 28/12/2010 a 28/12/2015	DPGE	5.000	6.482.882,78			
Banco Schahin S/A - 07/05/2009 a 02/04/2014	DPGE	4.000	6.041.166,15			
Banco Schahin S/A - 21/01/2010 a 21/01/2015	DPGE	4.000	5.788.856,07			
Banco BMG S/A - 11/09/2009 a 11/09/2014	DPGE	8.000	12.177.511,20			
Banco BMG S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	6.000	9.084.482,45			
Banco Sofisa S/A - 23/09/2009 a 23/09/2014	DPGE	8.000	12.057.589,69			
OMNI S/A Crédito Financiamento e Investimento - 19/10/09 a 19/10/14	DPGE	10.000	15.114.419,65			
Banco Máxima S/A - 19/11/2009 a 19/11/2014	DPGE	9.000	13.479.621,53			
PORTOCRED Financeira - 12/05/2010 a 12/05/2015	DPGE	8.000	10.948.563,10			
BARIGUI FINANCEIRA S/A - 18/11/2010 a 18/11/2015	DPGE	6.000	8.669.954,10			
DACASA FINANCEIRA - 17/11/2011 a 17/11/2016	DPGE	10.000	11.442.838,43			
BANCO RURAL - 17/08/2012 a 17/08/2015	DPGE	5.000	5.225.618,64			

TÍTULOS DE EMPRESAS			**735.047,00**	**294,84**		**0 a 80**
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEL			**735.047,00**	**294,84**		
Debêntures HOPI HARI	DEB	1.200	735.047,00			
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			**52.167.879,11**	**7,70**	**4 a 20**	**0 a 70**
AÇÕES			**26.809.780,94**	**3,95**		
COMPANHIAS ABERTAS			**26.809.780,94**	**3,95**		
América Latina Logística - ALLL3	ON	30.000	249.300,00			
Ambev - AMBV4	PN	20.000	1.711.600,00			
Bradesco - BBDC4	PN	70.000	2.461.900,00			
Brasil Foods - BRFS3	ON	51.000	2.151.690,00			
BMFBovespa S.A. Bolsa de Valores - BVMF3	ON	30.000	420.000,00			
Companhia Energética de Minas Gerais - CMIG3	ON	87.500	1.916.250,00			
Companhia Paranaense de Energia - CPLE6	PNB	10.600	336.020,00			
Companhia Siderúrgica Nacional - CSNA3	ON	46.000	545.560,00			
Eletrobrás - ELET6	PNB	50.000	524.000,00			
Fibria - FIBR3	ON	2.730	61.616,10			
Aes Tiete - GETI4	PN	20.000	471.800,00			
Gerdau - GGBR4	PN	28.000	502.040,00			
Itaúsa - ITSA4	PN	76.230	738.668,70			
ItaúUnibanco - ITUB4	PN	65.000	2.170.350,00			
Lojas Americanas - LAME4	PN	26.058	477.643,14			
Minasfer S/A - MNCO5	PNA	500.000	65.905,00			
MRV - MRVE3	ON	126.000	1.509.480,00			
Petrobrás - PETR3	ON	120.000	2.346.000,00			
Petrobrás - PETR4	PN	200.000	3.904.000,00			
Usiminas - USIM5	PNA	44.000	563.200,00			
Vale - VALE5	PNA	75.000	3.065.250,00			
Telefônica Brasil - VIVT4	PN	7.092	347.508,00			
Weg - WEGE3	ON	10.000	270.000,00			
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES			**18.746.779,68**	**2,77**		
Bradesco IBX-ATIVO	FIA	265.155,67	3.030.815,48			
BTG Absoluto Institutcional FIA	FIA	3.282.891,27	5.141.568,45			
Fator Prisma Institucional	FIA	23,08	36.541,48			
JGP Institucional FIA	FIA	32.465,52	5.232.729,72			
Itaú RPI Ações	FIA	3.788.719,77	5.305.124,55			
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS			**6.611.318,49**	**0,98**		
Debêntures COMANCHE	DEB	4.967.391	6.611.318,49			
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			**12.621.630,66**	**1,86**	**0 a 10**	**0 a 20**
QUOTAS DE FUNDO IMOBILIÁRIO			**12.621.630,66**	**1,86**		
Mercúrio DTVM S/A (Fundo Hermes)	FII	3.028	4.796.675,16			
Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	FII	35.649	7.824.955,50			
SEGMENTO DE IMÓVEIS			**30.861.920,50**	**4,55**	**0 a 8**	**0 a 8**
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			**30.861.920,50**	**4,55**		
EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	**IMOV**		**2.464.626,13**	**0,36**		
SHCGN CRQ. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV	1	2.464.626,13			
EDIFICAÇÕES PARA RENDA			**16.458.869,37**	**2,43**		
SHN Q. 02 Lojas 142 e 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	271.419,73			
CENT. COM. Lt 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	1.881.154,71			
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 - BSB - DF	IMOV	1	743.553,58			
SHCGN CRQ. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	4.885.553,30			
Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	8.677.188,05			
INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER			**11.938.425,00**	**1,76**		
Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte - BSB - DF	IMOV	1	11.938.425,00			
SEGMENTO OPERAÇÕES COMPARTICIPANTES			**735.047,00**	**2,09**	**0 a 15**	**0 a 15**
EMPRÉSTIMOS			**735.047,00**	**2,09**		
Simples / Emergência	EMPR		14.179.163,05			

Fonte: Cibrius

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução n.º 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

A Política de Investimentos de 2012 - 2016, aprovada em 15/12/2011 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009 e sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros desta, ressalvando-se as inversões em DPGE(Depósito a Prazo com Garantia Especial), nas instituições Barigui Financeira S/A (R$8.669.954,10) e Portocred Financeira (R$10.948.563,10) que ultrapassaram o limite de até 25% do Patrimônio Líquido-PL desses emissores, vindo a alcançar 36,04% e 116,31% respectivamente, no mês de junho, conforme apontado no Relatório de

Fiscalização n.º 007/2012/CFDF/PREVIC. O Cibrius, nos termos da Carta/SUP/007/2012, informou que vem dispensando todos os esforços necessários para solucionar o desenquadramento desses ativos, sem prejuízo para o plano administrado, e esclareceu que o montante aplicado nos referidos ativos situam-se dentro do limite estabelecido pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Pela análise do Demonstrativo da Posição das aplicações do Cibrius, observa-se, em relação ao exercício de 2011, uma grande movimentação de recursos de Títulos Públicos Federais (53,73% reduzido para 44,14%) para Créditos Privados e Depósitos (32,57% ampliado para 39,60%). Tal movimentação representou maior exposição do patrimônio da entidade com aplicações em entidades diversas com sérios problemas de solvência e de imagem de mercado, conforme apontado no Relatório de Fiscalização n.º 007/2012/CFDF/PREVIC, nos seguintes termos: *"Em que pese ao fato de haver garantia do FGC, a Entidade deve ser mais diligente na aquisição desse tipo de ativo, pois a sua carteira de investimentos contém DPGE de instituições com sérios problemas de solvência e de imagem."*

Porquanto, a Conab, na qualidade de Patrocinador Principal, demandará, nos termos do Art. 25 da Lei Complementar 108/2001 e Art. 41, § 2.º, da Lei Complementar 109/2001, que a sua Unidade de Auditoria, quando da realização de Auditoria Especial de Gestão, verifique em caráter prioritário o cumprimento das Diretrizes do CMN, notadamente do inciso I do Art. 4.º da Resolução n.º 3.792/2009, quanto a observância dos princípios de *segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, e transparência* nas aplicações dos recursos garantidores do plano, sob pena das sanções previstas no Art. 64 do Decreto n.º 4.942/2003.

Análise das conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS

Parecer Atuarial Anual - 2012

Foi realizada Avaliação Atuarial anual do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL para dimensionar o valor das provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial anual de 2012, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

a. Parecer para o grupo de custeio:

1. Quanto aos custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior:

O custo normal do plano para o exercício seguinte, comparativamente ao ano anterior, passou de 17,47% para 19,93% sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, com aumento de 2,46% em virtude da alteração de hipóteses do Plano.

Basicamente, foram alteradas as hipóteses de sobrevivência e da taxa de juros.

O custo do serviço passado a amortizar aumentou em de 37,54%, sobre a folha de salários de participação dos ativos, tendo em vista a não contratação de dívidas e a não amortização de insuficiências. O custo a amortizar de serviço passado, passou de 255,54% para 294,08%.

2. Quanto a variação das provisões matemáticas no exercício encerrado, em relação aos valores da avaliação anterior, atualizados:

A Reserva Matemática total de 31/12/2012, no valor de R$1.321.689.516,79, comparado com o valor da Reserva Matemática de 31/12/2011, atualizado pela TR e acrescido de 6% de taxa de juros, correspondente a R$1.206.629.550,97, resultando numa variação de R$115.059.965,82.

Em relação aos resultados do exercício anterior, a variação das reservas matemáticas foi decorrente da alteração de hipóteses do Plano.

Foram alteradas as hipóteses: tábua de sobrevivência de válidos e de inválidos, tábua de

morbidez e taxa de juros, cujo custo global da aplicação destas hipóteses foi de R$163.251.369,68.

A variação da reserva matemática comparada com o custo de alteração de hipóteses não foi significativa devido ao alto contingente de participantes ativos iminentes ao benefício neste momento, que totalizam 829 participantes, que corresponde a 52% do total dos participantes ativos.

3. Os principais riscos atuariais a que considera que o grupo de custeio está exposto, apresentando possíveis medidas para sua mitigação:

a) Risco de sobrevivência e retorno de investimentos (taxa de juros);
b) Riscos de crescimento real de salário;
c) Oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição;
d) Risco do índice indexador de Plano;
e) Risco de redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos;
f) Considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio;
g) Além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar;
h) Risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.

Consideramos que a Entidade já tomou medidas para mitigação de risco com ajuste das hipóteses atuariais aplicadas, que consideramos estarem aderentes à massa de participantes conforme verificado em estudos de aderências de hipóteses, portanto em principio não representam risco para o plano. No entanto, as hipóteses acima referidas devem ser anualmente monitoradas.

Quanto a reserva a amortizar há necessidade de equacionamento através da contratação dos valores de insuficiências que por consequência impede o ingresso de novos participantes, envelhecimento da massa e redução do grupo de participantes, Observe-se que no momento este assunto ainda se encontra pendente em apreciação na PREVIC e no DEST.

4. Soluções para restabelecer a suficiência de cobertura dos grupos de custeio nos quais for constatada sua insuficiência:

Recomentamos que o resultado da atual situação de insuficiências a contratar seja equacionado, pois caso não equacionado, o plano enfrenta risco de redução do grupo e ainda haverá necessidade de garantias extras pela não renovação da massa de participantes. Além disso, recomendamos a adequação do índice indexador do plano ao patamar compatível com o nível de inflação do país.

b. Parecer para o plano de benefícios:

1. Quanto a qualidade da base cadastral utilizada:

Os dados cadastrais dos Participantes fornecidos pela Entidade foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis nesta data, sendo após sua consistência, considerados suficientes e completos.

Eventuais incorreções do banco de dados quando da comparação dos dados a estes parâmetros, em virtude da margem de variação admitida, podem não ter sido identificados, no entanto, permanece sob a responsabilidade da Entidade a manutenção do cadastro fidedigno dos participantes e assistidos.

2. Quanto a variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando causas mais prováveis:

Relativamente aos resultados apurados na avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2011 e a avaliação de 2012, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos e insuficiências:

- Foram alteradas as hipóteses: tábua de sobrevivência de válidos e de inválidos, tábua de morbidez e taxa de juros;
- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação anterior, de 2011, no valor de R$ 688.147.786,00, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio do ano anterior;
- Sentenças judiciais favoráveis a assistidos que determinaram a mudança do índice de reajuste de benefícios da TR para o INPC ou IPC, contribuíram para aumento dos encargos dos benefícios concedidos;
- A redução da folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo normal e custo nominal do compromisso passado:

- Ao patrimônio de cobertura dos benefícios foi revertido R$129.714.507,38 do exigível contingencial para o resultado, devido a redução da provisão de contingências judiciais;
- Na data da avaliação de 2012, o plano conta com 829 participantes iminentes com benefício médio estimado de R$ 4.096,02 e contribuição média de R$ 879,95, fato que contribuiu para aumento do resultado do plano;
- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);
- Não há incremento de crescimento real de salários para os participantes iminentes, além do aumento do número de participantes com salário acima do limite de três tetos do INSS que também não tem crescimento;
- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2011 a 31/08/2012, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 15,20%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 5,39%, mais a taxa de juro atuarial de 6,0% ao ano, resulta em uma rentabilidade real de 3,12%;
- No entanto, se considerarmos a meta atuarial do plano com a variação da inflação medida pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,61%, resulta em uma rentabilidade real de 8,02%.

3. Quanto a natureza conjuntural ou estrutural do resultado superavitário ou deficitário acumulado:

O resultado do desempenho financeiro na aplicação dos investimentos do plano foi excelente e superou a meta atuarial, considerando a variação da inflação pela TR, indexador do Plano.

O resultado ainda seria positivo caso se considere a variação da inflação medida pelo INPC-IBGE no período.

4. Quanto a soluções para o equacionamento de déficit técnico:

Recomentamos que o resultado da atual situação de insuficiências a contratar seja equacionado, pois caso não equacionado, o plano enfrenta risco de redução do grupo e ainda haverá necessidade de garantias extras pela não renovação da massa de participantes.

Apesar do andamento para contratação das insuficiências junto ao DEST neste momento, para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R$ 282.032.218,17,

devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional nº 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, como indexador do plano não é compatível com a realidade da inflação do país.

Julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais do plano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de dez anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples.

Entretanto, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais anteriores, bem como é de conhecimento dos órgãos de fiscalização e controle da Entidade e da Patrocinadora.

5. Quanto a adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso de regime financeiro de capitalização:

O método de Crédito Unitário projetado (PUC) aplicado no plano tem perspectiva de evolução crescente das taxas de custeio normal do plano.

O nivelamento do custo ao longo do tempo depende do constante ingresso de participantes no plano.

A partir do equacionamento das insuficiências de Serviço Passado, caso não se tenha perspectiva de novos ingressos, sugerimos rever o atual Método de Financiamento utilizado.

6. Outros fatos relevantes:

Para atendimento das exigências legais, especificamente a Resolução CGPC nº 18/2006, o Conselho Deliberativo da Entidade, baseado em estudos de aderência decidiu pela alteração das hipóteses das tábuas de sobrevivência, de morbidez e da taxa de juros.

Na avaliação atuarial anual de 2012, foram aplicadas as seguintes hipóteses:
- Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 Female
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Média
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: RP-2000 Disabled Female
- Tábua de Morbidez: ATU-VERITA 2009 - Desagravada 15%
- Crescimento Salarial: 2,70%
- Taxa de Juros: 5,00%

Os custos globais apurados nos estudos para aplicação conjunta da alteração das hipóteses corresponderam a R$ 163.251.369,68.

Quanto ao plano de custeio, para o exercício de 2013, para cobertura do Custo Normal, o Plano de Custeio vigente corresponde a uma tabela de contribuição por faixa salarial, de 5,0% sobre o salário de Participação, acrescido 2,8% sobre o excesso do meio teto do INSS e 6,21% sobre o

excesso do teto do INSS, mais um percentual crescente de 0,05% a partir de 18 anos até 48 anos, de acordo com a idade de entrada, aplicado sobre os Salários-de-Participação, para os participantes ativos, autopatrocinados e patrocinadoras.

Aos Assistidos com concessão posterior a 06/12/2005 e dos Participantes aposentados anterior a esta data, aplica-se 9,59% sobre o benefício de renda mensal.

Para cobertura de despesas administrativas participantes, assistidos e patrocinadoras, deverão aportar contribuições correspondentes a 1,0% aplicado sobre Salários-de-Participação ou sobre o benefício dos assistidos.

Para amortização de serviço passado, na avalição de 2012, é necessário um aporte mensal equivalente a 294,08% do total da folha de salários de participação dos participantes.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios Conab do Cibrius – Instituto Conab de Seguridade Social, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º108/2001.

Quanto ao disposto no §3º do artigo 1.º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, relativamente à necessidade de liquidez, pertinente aos títulos mantidos até o vencimento, no valor atual de R$317.675.670,33, confirmamos pelo fluxo das obrigações que o perfil patrimonial de liquidez está adequado e atende a necessidade de pagamento das despesas previdenciárias previstas.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2013.
Rita Pasqual Anzolin-Atuária - Miba 822
Caroline Mayumi Takii-Atuária - Miba 2020
ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial"

Análise das Conclusões do Parecer Atuarial

Depreende-se do parecer Atuarial supra que:

– em decorrência da não contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências, o custo do serviço passado a amortizar aumentou de 255,54% para 294,08% sobre a folha de salários de participação dos ativos;

– em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% pra 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.

– a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;

- tal descompasso é potencializado pelas Sentenças Judiciais que determinam a mudança do índice de reajuste dos benefícios de TR para INPC ou IPC, concernentes aos assistidos que buscam o judiciário para recompor o poder aquisitivo do seus benefícios (perdas que alcançam até 70%);
- a jurisprudência da nossa Corte Especial já se firmou no sentido de que as parcelas da previdência privada devam ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda (Súmula STJ n.º 289);

– o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e consequente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);

– o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes.

Decorridos 12 anos da apuração das insuficiências atuariais, que motivou o regime de intervenção promovido em dezembro/2000 pelo SPC/MPAS e levantado em 2007, e já transcorridos mais de 5(cinco) anos de gestão pelos órgãos estatutários da entidade, percebe-se que a Patrocinadora Conab, assim como de certa forma a Entidade de Previdência complementar (Cibrius) e também a própria SPC/Previc, buscaram equalizar as insuficiências do plano de benefícios que tiveram origens na manipulação de hipóteses atuariais que geraram equilíbrio artificial do plano, mascarando, até então, a situação financeira-econômica e atuarial da entidade.

Por outro lado, percebe-se, também, que embaraços, medidas protelatórias e sempre novas exigências, limitações de valores sem quaisquer requisitos técnicos e outras condicionantes impostas por dirigentes/técnicos do Dest, consistiram em sérios fatores inibidores das negociações que se arrastam injustificadamente há 12 anos, vez que em se tratando de reservas destinadas ao pagamento de benefícios/alimentos, não há o que se regatear sem que resulte em prejuízo ao participante. De certo, tais imposições levaram a entidade à situação de insolvência atual, com cobertura de apenas 28% dos benefícios a conceder.

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Assim, neste momento em que se exige o equacionamento de imediato do déficit técnico do CIBRIUS, sob pena de nova intervenção ou liquidação, há que se transpor as barreiras impostas pelo DEST, sob pena dos bens patrimoniais dos dirigentes da Patrocinadora e do Cibrius ficarem indisponíveis por conta de eventual nova medida interventiva, causada pelo omissão do referido

Órgão de Coordenação e Governança da Empresas Estatais.[1]

Cabe acrescentar que por meio da Nota Técnica nº 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - "Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

a) fechamento imediato do atual plano de benefício;
b) implantação imediata de novo plano;
c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;
d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e
e) providências visndo redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius."

Item 28 - "Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis."

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à Conab por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento, em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora Conab e posteriormente à Previc para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotados, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

1(LC 109/2001-Art. 57. Parágrafo único. Os administradores dos respectivos patrocinadores serão responsabilizados pelos danos ou prejuízos causados às entidades de previdência complementar, especialmente pela falta de aporte das contribuições a que estavam obrigados, observado o disposto no parágrafo único do art. 63 desta Lei Complementar. - Art. 59. Os administradores, controladores e membros de conselhos estatutários das entidades de previdência complementar sob intervenção ou em liquidação extrajudicial ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até a apuração e liquidação final de suas responsabilidades.)

ANEXO VII - Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

A T I V O	2012	2011
CIRCULANTE	**3.989.785.632,16**	**4.735.555.770,99**
DISPONÍVEL	**1.062.948,21**	**1.060.620,29**
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	**1.257.680.697,73**	**1.049.032.903,78**
CRÉDITOS A RECEBER	**836.574.305,27**	**751.495.446,69**
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	**415.358.599,17**	**292.645.279,10**
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	**5.747.793,29**	**4.892.177,99**
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	**2.730.990.524,25**	**3.685.418.718,01**
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	**51.461,97**	**43.528,91**
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**690.052.429,58**	**573.912.136,02**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**440.680.922,16**	**317.083.667,52**
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**138.972.505,18**	**131.473.814,53**
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**301.708.416,98**	**185.609.852,99**
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	**78.259.470,34**	**80.222.308,20**
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	**171.051.777,13**	**176.527.368,99**
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	**60.259,95**	**78.791,31**
TOTAL	**4.679.838.061,74**	**5.309.467.907,01**

P A S S I V O	2012	2011
CIRCULANTE	**4.273.054.852,68**	**4.952.025.232,72**
DEPÓSITOS	**51.147.069,88**	**117.196.011,03**
CONSIGNAÇÕES	**3.011.624,79**	**2.085.251,58**
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	**20.586.329,15**	**17.168.338,92**
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	**27.549.115,94**	**97.942.420,53**
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	**4.221.907.782,80**	**4.834.829.221,69**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**208.872.496,53**	**177.842.494,99**
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97

A T I V O	2012	2011
PROVISÕES	**234.073.968,59**	**242.630.604,68**
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	**848.230.145,43**	**617.049.103,45**
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**2.910.549.179,90**	**3.790.672.956,65**
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	**20.119.426,21**	**6.606.203,92**
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	**38.207,12**	**3.899,48**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**24.359,02**	**23.958,52**
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	**1.639.318,35**	**18.228.235,37**
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**69.420,00**	**69.420,00**
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	**1.569.898,35**	**18.158.815,37**
OBRIGAÇÕES A PAGAR	**1.569.898,35**	**18.158.815,37**
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**405.143.890,71**	**339.214.438,92**
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	**102.342.888,97**	**92.323.612,21**
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	**0,00**	**23.710.327,86**
TOTAL	**4.679.838.061,74**	**5.309.467.907,01**

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**69.521.861,52**	**31.510.972,51**
LUCRO POR AÇÃO	**37,38**	**16,94**

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	**1.223.638.914,24**	**175,98**	**1.520.987.917,36**	**244,72**
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.237.000.179,82**	**177,90**	**1.412.640.897,96**	**227,29**
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**-13.361.265,58**	**-1,92**	**108.347.019,40**	**17,43**
4. RETENÇÕES	**17.608.598,02**	**2,53**	**17.050.037,05**	**2,74**
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	**-30.969.863,60**	**-4,45**	**91.296.982,35**	**14,69**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	**726.295.187,03**	**104,45**	**530.230.886,20**	**85,31**
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	**695.325.323,43**	**100,00**	**621.527.868,55**	**100,00**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**695.325.323,43**	**100,00**	**621.527.868,55**	**100,00**
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monetária do Capital	Transferência p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**	**728.138,20**	**12.386.320,64**	**11.570.455,95**	**44.541.368,28**	**318.223.362,76**
RESERVAS DE RETENCÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUICÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	**223.180.498,85**	**25.373.084,13**	**443.496,71**	**728.138,20**	**13.961.869,27**	**51.817.023,90**	**23.710.327,86**	**339.214.438,92**
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORRECÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENCÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	**302.801.001,74**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.525.704,18**	**83.817.184,79**	**0,00**	**405.143.890,71**

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de "*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*".

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei

das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*".

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a

legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades. Encontra-se provisionado o valor de R$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos ("impairment"): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de

Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	**254.355**	**241.840**

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela

Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA".

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	**158.990**	**197.502**

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	**459.658**	**364.922**

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas

COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	**415.358**	**292.646**

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	**859**	**18.010**

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	**2.730.990**	**3.685.419**

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28,

do Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22, aprovado pela Deliberação CMV nº 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	**383.032**	**422.825**	**450.418**	**579.507**

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	**135.919**	**342.333**	**101.652**	**351.646**

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	**140.956**	**422.826**	**121.672**	**579.870**

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R$271 mil e R$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R$69.522 mil

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à

perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas "1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e "1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas", o saldo do grupo aumentou para R$61.637 mil.

Em R$ mil

Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R$26.986 mil e R$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece

aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R$15.137 mil.

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Em R$ mil

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	**6.084**	**3.218**

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos "Termos de Cooperação Técnica" mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

ANEXO VIII

Quadro 12.9 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Rio Branco	1	1	
Acre	**1**	**1**	
Maceió	2	2	Imóveis destinados a venda: Um prédio em Maceió e o armazém de União dos Palmares (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Palmeira dos Índios	1	1	
União dos Palmares	1	1	
Alagoas	**4**	**4**	
Humaitá	1	1	Imóveis destinados a venda: Humaitá e Careiro (Conad-conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010
Careiro	1	1	
Manaus	1	1	
Manicoré	1	1	
Amazonas	**4**	**4**	
Salvador	0	1	O imóvel localizado em Ilhéus encontra-se em processo de devolução à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.
Entre Rios	1	1	
Ribeira do Pombal	1	1	
Itaberaba	1	1	
Sta Maria da Vitória	1	1	
Irecê	1	1	
Teixeira de Freitas	1	1	
Ilhéus	1	1	
Bahia	**7**	**8**	
Fortaleza	3	3	Autorizada a aquisição do prédio Sede da Sureg. Um armazém em Fortaleza foi doado à SPU, aguardando processo de baixa contábil. Um Prédio em processo doação à Prefeitura Municipal de Sobral e outro prédio foi desapropriado pelo Governo do Estado. Atualmente funciona no local a Universidade Vale do Acaraú. Aguardando decisão judicial da Ação de Desapropriação e os imóveis de Tianguá e Uruburetama estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010).
Iguatu	1	1	
Senador Pompeu	1	1	
Russas	1	1	
Tauá	0	1	
Brejo Santo	2	2	
Icó	1	1	
Sobral	3	3	
Tianguá	1	1	
Maracanaú	1	1	
Juazeiro do Norte	1	1	
Uruburetama	1	1	
Crateús	2	2	
Ceará	**18**	**19**	
Brasília	8	8	Dois dos imóveis estão cedidos: um à DFA/DF e outro à SENASP/DF.
Distrito Federal	**8**	**8**	
Vitória	3	3	Um dos imóveis de Vitória está cedido à SEAP/PR, por tempo indeterminado.
Colatina	1	1	
Espírito Santo	**4**	**4**	
Itauçu	1	1	Armazém convencional de Itauçu destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/10)
Pontalina	4	4	
Rio Verde	2	2	
Santa Helena	2	2	
Palmeira de Goiás	1	1	
São Luís dos Montes Belos	2	2	
Paraúna	1	1	
Goiânia	1	1	
Itapuranga	1	1	
Goiatuba	1	1	
Goiás	**16**	**16**	
Rosário	1	1	Autorizada a aquisição de prédio-sede da Sureg. O Armazém de Rosário está cedido à FUNASA, o Entreposto de Pesca e um terreno localizados em São Luís estão destinados a venda, também destinados a venda um imóvel em Pindaré-Mirim, São Félix do Balsas, Balsas, Presidente Dutra, Zé Doca, Bacabal e Fortaleza dos Nogueiras (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária de 24/02/2010)
São Luís	4	4	
Pindaré -Mirim	2	2	
Imperatriz	2	2	
São Félix das Balsas	1	1	
Balsas	1	1	
Presidente Dutra	1	1	

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Zé Doca	1	1	
Bacabal	1	1	
Fortaleza dos Nogueiras	1	1	
Maranhão	**15**	**15**	
Cuiabá	3	4	Um armazém e respectivo terreno remembrado estão cedidos à Secretaria de Fazenda/MT(Sefaz) por 20 (vinte) anos, até 01.10.24. ira e os terrenos em Santo Antônio do Leverger estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/ O imóvel de Jaciara foi vendido e dado baixa patrimonial/contábil.
Alta Floresta	1	1	
Juciara	0	1	
Diamantino	1	1	
Sorriso	1	1	
Rondonópolis	1	1	
Sinop	5	5	
Juara	1	1	
Sto Antonio do Leverger	20	20	
Mato Grosso	**33**	**35**	
Campo Grande	4	4	Duas casas localizadas em Campo Grande, os armazéns de Glória de Dourados e Pedro Gomes e um galpão em Chapadão do Sul estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010
Sidrolândia	1	1	
São Gabriel do Oeste	1	1	
Chapadão do Sul	2	2	
Dourados	1	1	
Glória de Dourados	1	1	
Maracaju	1	1	
Rio Brilhante	1	1	
Cassilândia	1	1	
Pedro Gomes	1	1	
Mato Grosso do Sul	**14**	**14**	
Belo Horizonte	1	1	O imóvel em Juiz de Fora está cedido à empresa Monte Sinai Comércio Atacadista Ltda, pelo prazo de 240 meses, contando a partir de 23/09/2010
Uberlândia	2	2	
Uberaba	1	1	
Juiz de Fora	1	1	
Passa Quatro	1	1	
Montes Claros	1	1	
Minas Gerais	**7**	**7**	
Alenquer	1	1	Os armazéns de Alenquer, Anapu e Brasil Novo, um prédio em Nova Marabá e um galpão em Marabá estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010). Um dos imóveis de Santarém foi vendido ao Detran/PA.
Ananindeua	1	1	
Anapu	1	1	
Belém	1	1	
Brasil Novo	1	1	
Santarém	1	2	
Marabá	2	2	
Nova Marabá	1	1	
Pará	**9**	**10**	
Campina Grande	3	3	Um prédio localizado em Campina Grande está cedido ao município, o armazém frigorífico e um terreno localizados em Esperança e o prédio localizado em Sousa, estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010). Uma fazenda localizada em Alhandra está com ação de desapropriação tramitando na Justiça Federal.
Monteiro	2	2	
Esperança	2	2	
João Pessoa	1	1	
Alhandra	1	1	
Sousa	1	1	
Patos	1	1	
Paraíba	**11**	**11**	
Curitiba	2	2	O armazém de Francisco Beltrão está destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010).
Francisco Beltrão	1	1	
Cambé	1	1	
Ponta Grossa	2	3	
Rolândia	1	1	
Paraná	**7**	**8**	
Recife	8	8	Entreposto de pesca de Recife vendido ao Governo do Estado de Pernambuco, aguardando baixa patrimonial/contábil. Um pavimento, um terreno e dois prédios localizados em Recife, um prédio localizado em Arcoverde e outro em Goiana estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Arcoverde	2	2	
Bom Jardim	1	1	
Goiana	1	1	
Pernambuco	**12**	**12**	

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Teresina	6	6	Um prédio localizado em Teresina está destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010).
Parnaíba	1	1	
Floriano	1	1	
Picos	1	1	
Piauí	**9**	**9**	
Rio de Janeiro	15	10	Dos imóveis localizados na cidade do Rio de Janeiro, 1 está destinado a alienação imediata; 2 estão em atividades (UA Lira Tavares); dois hortomercados são administrados pela Conab; 2 hortomercados estão cedidos à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e 1 cedido ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro com opção de venda, O TJRJ pagou as benfeitorias. Os imóveis denominados Mercado do Produtor/Centro de Abastecimento, localizados nos municípios de Vassouras, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes e Macaé estão em análise, com vista à devolução à Ceasa/Rj. Os imóveis localizados em Silva Jardim e Barra do Piraí estão cedidos à Caserj e o imóvel de Irajá é de propriedade da Ceasa/RJ, tendo a Conab o direito a posse permanente, a título gratuito e por tempo indeterminado.
Vassouras	1	1	
Nova Friburgo	1	1	
Campos dos Goytacazes	1	1	
Macaé	1	1	
Silva Jardim	1	1	
Pati de Alferes	0	1	
Cambuci (S. José de Ubá)	1	1	
Barra do Piauí	1	1	
Rio de Janeiro	**22**	**18**	
João Câmara	2	2	Entreposto de Pesca de Natal está cedido ao município.
Natal	4	4	
Umarizal	1	1	
Currais Novos	2	2	
Caicó	1	1	
Mossoró	1	1	
Assu	1	1	
Rio Grande do Norte	**12**	**12**	
Canoas	2	2	O prédio localizado em Caxias do Sul foi doado à Adcointer, resta a escritura e a baixa patrimonial/contábil, conforme Voto Diafi nº 110/12. O armazém localizado em São Borja e os terrenos em Vacaria estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010).
Porto Alegre	3	3	
Caxias do Sul	1	1	
São Borja	1	1	
Entre-Ijus	1	1	
Guarani das Missões	1	1	
São Paulo das Missões	1	1	
Vacaria	7	7	
Rio Grande do Sul	**17**	**17**	
Guajará-Mirim	1	1	Os armazéns localizados em Guajará-Mirim, Colorado do Oeste e o terreno localizado em Presidente Médice estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010). Este Jaru imóvel foi vendido, está aguardando a conclusão dos procedimentos cartorários para a baixa do mesmo.
Porto Velho	3	3	
Colorado do Oeste	1	1	
Cacoal	1	1	
Rolim de Moura	1	1	
Pimenta Bueno	1	1	
Alvorada do Oeste	1	1	
Presidente Médici	1	1	
Vilhena	1	1	
Ouro Preto d'Oeste	2	2	
Nova União	1	1	
Theobroma	1	1	
Jaru	1	1	
Ariquemes	1	1	
Alto Paraíso	1	1	
Rondônia	**18**	**18**	
Alto Alegre	1	1	O armazém de Alto Alegre e um prédio em Boa Vista estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Boa Vista	2	2	
Roraíma	**3**	**3**	
São José	1	1	Terreno e armazém localizados em Chapecó estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Chapecó	2	2	
Herval d'Oeste	2	2	
Santa Catarina	5	5	
São Paulo	3	3	Uma casa em São Paulo e os armazéns de Araraquara e Rio Claro
Araraquara	1	1	

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Rio Claro	1	1	estão cedidos ao Ministério da Pesca.
Cananéia	1	1	
Santos	1	1	
São Paulo	7	7	
Itabaiana	2	2	Firmado contrato de Cessão com opção de compra e venda, com o Município de Nossa Senhora da Glória /SE, pelo prazo de 20 (vinte) anos a partir de 09/12/2005, data da assinatura do contrato, com término em 08/12/2025
Nossa Senhora da Glória	1	1	
Sergipe	**3**	**3**	
Araguaína	1	1	
Formoso do Araguaia	1	1	
Palmas	1	1	
Tocantins	**3**	**3**	
Subtotal Brasil	**269**	**271**	
Subtotal Exterior	**0**	**0**	
Total (Brasil + Exterior)	**269**	**271**	

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Imóveis

ANEXO IX

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						**Código SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB						**002114**
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**	
01	036.076/2011-2	----	ÚNICO	DE	OFÍCIO N.º 46/2012-TCU/SECOB-1.	
02	-----	------	ÚNICO	DE	OFICIO N.º 3666/2011–TCU SECEX-MA.	
03	003.413/2012-8	------	ÚNICO	DE	OFICIO N.º 1028/2012–TCU SECEX-AM.	
04	007.956/1995-9	459/2007-TCU-PL	ÚNICO	DE	OFICIO N.º 1031/2011-TCU/SECEX-8.	
05	007.887/2012-4	--------	ÚNICO	DE	OFICIO N.º 164/2012 – TCU/SEFIT	
06	018.696/2007-1	3124/2010-TCU-PL	9.2/9.3	DE	OFÍCIO N.º 287/2012 –TCU/SECEX-8.	
07	017.651/2006-7	776/2012-TCU-PL	ÚNICO	DE	OFÍCIO N.º 284/2012– TCU/SECEX-8.	
08	007.956/1995-8	1721/2004-TCU-PL	ÚNICO	DE	OFÍCIO N.º 224/2012–TCU/SECEX-8	
09	021.277/2008-4	2749/2009-TCU- PL	1.6.7	DE	OFÍCIO N.º 783/2010–TCU/SECEX-RS.	
10	016.037/2009-5	2132/2010-TCU-PL	9.1	DE	AVISO N.º 1387/2010–TCU/SESES.	
11	016.037/2009-5	835/2009- TCU-2ª C	9.1.1/9.2.2	DE	OFÍCIO N.º 432/2011- TCU/SECEX-8	
12	016.037/2009-5	2240/2011-TCU-2ª C	1.5	DE	OFÍCIO N.º 432/2011- TCU/SECEX-8	
13	016.037/2009-5	2185/2012-TCU-2ª C	1.5	DE	OFÍCIO N.º 263/2012 – TCU/SECEX-8	

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:	**Código SIORG**
01 - Diretoria de Operações e Abastecimento, CPL.	002114
02 - Presidência e CPL.	002114
03 - SUREG/AM.	002114 (087291)
04 - Diretoria Administrativa e Financeira.	002114
05 - Presidência, Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
06 - Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
07 - SUREG/AM.	002114 (087291)
08 - Diretoria Administrativa e Financeira.	002114
09 - SUREG/RS.	002114 (087129)
10 - Presidência	002114
11- Presidência, Dir. de Operações a Abastecimento, Diretoria Administrativa e Financeira.	002114
12 - Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
13 - Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114

Descrição da Deliberação:

01 - SECOB-1 solicita para cumprimento no prazo de 15 dias, encaminhamento por meio eletrônico de cópia dos documentos relacionados ao contrato administrativo referente Contratação de Empresa destinada à execução das obras de construção civil, visando à recuperação do desvio ferroviário no silo Buffalo na UA de Uberlândia.
a) Referentes às licitações:
a.1) Composição detalhada do BDI do edital;
a.2) Ata(s) de julgamento e homologação da licitação;
b) Referentes aos contratos administrativos:
b.1) Contrato administrativo;
b.2) Planilhas orçamentária da empresa contratada;
b.3) composição detalhada do BDI do contrato; e
b.4) Fórmula de cálculo do BDI do contrato.
02 – A SECEX-MA, solicitou à Conab que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência deste expediente, encaminhe a esta Secretaria, com relação à Concorrência CONAB n.º 001/2011;
a) informações a respeito da pontuação atribuída em edital à titulação de profissionais integrantes dos quadros da contratada, esclarecendo a necessidades dos critérios adotados, em especial no tocante à relação como o objeto licitado.
b) demonstração da adequação das estimativas da Concorrência CONAB n.º 001/2011, rente ao custo de mercado dos serviços de cada profissional, bem como em relação à natureza e à quantidade de ações a serem acompanhadas pelo escritório a ser contratado, encaminhando os documentos que serviram de fundamento para a definição dessas estimativas.
03 - A Secex-AM solicita, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da presente comunicação, apresente suas razões de justificativa quanto à ocorrência verificada no processo de Prestação de Contas (TC 003.413/2012-8):
I - pagamento de despesas sem cobertura contratual, em desacordo com o artigo 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, como seque:
a) Dra. Ana Lúcia Vieira (CPF 027.181.292-15), referente à prestação de serviços médicos, no valor de R$1.500,00,

quando o contrato terminou em 8/11/2004; e
b) Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência a Saúde, referente a prestação de serviços no valor de R$ 109.282,40, quando o contrato terminou em 9/10/2008;
II – contratos formalizados no exercício de 2010, que não foram registrados no Sistema Integrados de Administração de Serviços Gerais – SIASG, em desacordo ao que determina o art. 19 da Lei 12.017, de 12/08/2009, como segue:
a) A. C. Fernando Conjur, tendo como objeto contratação de serviços para acompanhamento dos processos judiciais, por meio de nota de expediente – publicações Judiciais, no valor de R$300,00;
b) Andrade & Câmara – Advogados Associados, tendo como objeto à prestação de serviços especializados de advocacia, no valor de R$4.900,00;
c) Beta Brasil Serviços de Conservação e Limpeza Ltda, tendo como objeto à prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e asseio nas instalações, bem assim nos bens móveis da Conab – Sede Sureg/AM e UA/Manaus, no valor de R$14.058,87; e
d) Legitima Serviços de Proteção Segurança e Vigilância, tendo como objeto à prestação de serviços de vigilância, segurança armada e ostensiva, interna e externa de segurança física dos materiais, equipamentos, veículos e das instalações nas dependências dos imóveis de propriedade da Conab/Sureg/AM, no valor de R$35.300,00.
04 -O órgão de controle encaminha informações para fins de registro dos devedores Ywao Miyamamoto e Silvio Torquato Junqueira no Cadastro de Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.
05 - O órgão de controle solicita, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da ciência deste ofício, o envio da resposta ao questionário "Perfil de GovTI 2012 – Questionário", que está disponível no endereço www.tcu.gov.br/fiscalizaçãoti/perfilgovti2012. Na forma eletrônica e também impressa.
06 - Em vista de representação postulada pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasília – Cecafé, acerca de supostas irregularidades em leilões do prêmio equalizados pago ao produtor de café, relativa à comercialização da safra de 2007 –Pepro/Café-2007, sob responsabilidade da Conab. Determinações expedidas no Acórdão 3124/2010-PL.
9.2 cientificar a Companhia Nacional de Abastecimento sobre os questionamentos suscitados na instrução transcrita no Relatório, acerca da forma de cálculo das multas aplicadas por burla às normas do Pepro/Café para 2007, para análises dos respectivos valores à luz do disposto no item 15.3 dos Avisos Pepro n.ºs 362/2007 e 407/2007 e no item 15.3 do Regulamento Pepro n.º 2/2007, e realização das devidas correções, caso venha a confirmar a existência de erro no cálculo das referidas sanções.
9.3 com base nos artigos 241 e 242 do Regimento Interno do Tribunal, determinar a Companhia Nacional de Abastecimento que inclua nos próximos relatórios anuais de gestão, referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, tópico específico sobre as medias de aperfeiçoamento dos mecanismos de subvenção e recomendações expedidas neste processo.
07 - A Secex-8 solicita que seja dado conhecimento da presente deliberação aos responsáveis arrolados no mencionado Acórdão n.º 776/2012-TCU–Plenário. Em razão de interposição de recurso por parte do Ministério Público, a Corte de Contas, em provimento parcial, tornou sem efeito o Acórdão n.º 1.604/2007-2ª Câmara, reprovando a prestação de contas referentes ao exercício 2005, da Sureg/AM, concluindo pela existência de sobre preço na aquisição de produtos destinados ao programa Socorro e Assistência a Pessoas Atingidas pela seca na região norte. Foi fixado prazo de 15 dias para os gestores e aos respectivos fornecedores dos produtos, recolhessem aos cofres públicos os valores referentes ao sobre preço e a multa cominada.
08 - SECEX-8 solicita a inclusão/registro do nome do Sr. Brazílio de Araújo Neto, no CADIN, em vista de deliberação em plenário, acórdão original nº 1721/2004 e acórdão n.º 459/2007 - Plenário.
09 - A Secex-RS ao se reportar ao Ofício n.º 818/2009-TCU/SECEX-RS, mais especificamente quanto ao assunto do subitem 1.6.7 do Acórdão n.º 2749/2009, com prazo de noventa dias para atendimento, e asseverou que: -"Até a presente data não foi recebida nesta Secretaria documentação que demonstre a adoção da medida determinada. Assim, solicita-se que Vossa Senhoria encaminhe a esta Secretaria a comprovação da instauração da tomada de contas especial e seu encaminhamento ao Controle Interno"..
10 - Encaminhamento ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de cópia do Acórdão n.º 2132/2010-TCU-Plenário, que repassado à Conab, por e-mail, de 8.9.2010, do Assessor Especial de Controle Interno, com as seguintes determinações:
"9.1. com fundamento no art. 45 da Lei n.º 8.443/1992, c/c art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, que:
9.1.1. expeça orientação formal às empresas estatais a fim de que:
9.1.1.1. no prazo de 6 (seis) meses, efetuem levantamento no intuito de identificar e regulamentar, em todos os níveis de negócio, mediante análise criteriosa de suas rotinas e procedimentos, as atividades passíveis de terceirização, de modo a separá-las de acordo com sua natureza (v.g. conservação, limpeza, segurança, informática, assessoramento, consultoria, e outras), em consonância com as disposições do Decreto nº 2.271/1997 e da Súmula TST n.º 331;
9.1.1.2. no prazo de 2 (dois) meses, contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, confrontem os objetos de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados em andamento com as atividades identificadas a partir do levantamento acima, e identifiquem o número de trabalhadores terceirizados que se enquadrem em alguma das seguintes situações irregulares: ocupação de atividades inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da empresa; exercício de atividade-meio e presença de relação de subordinação direta e pessoalidade; e

exercício de atividade-fim; e
9.1.1.3. no prazo de 4 (meses), contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remetam ao DEST plano detalhado para substituição, num prazo de 5 (cinco) anos, de todos os trabalhadores que se enquadrem nas situações relatadas no subitem acima por empregados concursados, em atenção ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o qual deverá contemplar cronograma informativo sobre o número e o percentual de substituições previstas em cada ano;
9.1.2. consolide os planos apresentados pelas empresas estatais em decorrência da medida indicada no subitem 9.1.1.3 retro e encaminhe o resultado desse trabalho a este Tribunal, para apreciação, à semelhança do ocorrido no Acórdão nº 1.520/2006-Plenário - relativo à terceirização no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional;
9.2. remeter cópia do relatório de auditoria do BNDES à 5ª Secex, para que o examine em conjunto e confronto com as próximas contas do Banco, bem como avalie a conveniência e oportunidade de promover audiências dos gestores em razão da irregularidade concernente ao provimento de funções de confiança a agentes estranhos aos quadros da estatal, sem vínculo com órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, em desacordo com o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e com os itens 3.1.2 e 3.1.4 do Regulamento Geral de Pessoal do Plano Estratégico de Cargos e Salários - PECS;
9.3. determinar à Controladoria-Geral da União, em atenção ao art. 74, incisos II e IV, da Constituição Federal, que faça constar das prestações de contas anuais das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias e controladas, observações sobre o cumprimento do cronograma para substituição de trabalhadores terceirizados por servidores concursados a que se refere o subitem 9.1.3 retro;
9.4. com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, determinar à Segecex que adote as medidas necessárias ao monitoramento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.1;
9.5. dar ciência deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos Ministros de Estado; ao Procurador-Geral da República; ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ao Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST; e ao Controlador-Geral da União;
9.6. arquivar o presente processo".
11- Prestação de Contas – Exercício 2008, julgando regular com ressalva as contas de um dos responsáveis, com quitação; e regulares as contas dos demais com quitação plena, além de:
1.7. Alertar a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, nos termos da Portaria Segecex TCU n.º 09, de 31 de março de 2010:
1.7.1. quanto à necessidade de retomada do Planejamento Estratégico da Companhia, em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização deste instrumento, conforme prevê o próprio Regimento Interno da Conab, art. 20 inciso II; art. 25 inciso IV; art. 84 inciso II; art. 133 inciso III e art. 134 inciso V. Tais questões foram tratadas os itens 54 a 58 da instrução;
1.7.2. quanto à necessidade de redimensionar e recompor o quadro de pessoal da Conab, conforme disposto no Acórdão nº 2170/2007-TCU – 2.ª Câmara de 21/08/2007, referente à Conab Sureg Rio Grande do Sul, tratado nos item 66 a 68 da instrução;
1.7.3. quanto à necessidade de se promover o acompanhamento da situação funcional dos consultores durante a execução de seus contratos, a fim de evitar a manutenção de contratos de consultores com vínculos com a Administração Pública, conforme disposto no art. 7º do Decreto n.º 5.151/2004 e art. 25, VIII da Lei 11.514/2007, tratados nos itens 87 e 88 da instrução.
12 - Trata da retificação do Subitem 1.5 do Acórdão n. º 835/2011, para que, onde se lê: "considerando-se o item 1.1.10.1, fls. 702, do certificado de Auditoria da CGU n.º 224909", leia-se: "considerando-se o item 1.1.7.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas da Controladoria Geral da União n.º 224909", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-8.ª e pelo Ministério Público.
13 – Trata acerca de Recurso de Reconsideração interposto em face do Acórdão nº 835/2011 – TCU – 2ª Câmara, com a seguinte dicção: "1.5. Julgar regulares com ressalva as contas do senhor Silvio Isopo Porto, (....) considerando-se o item 1.1.10.1, fls. 702, do certificado de Auditoria da CGU nº 224909, dando-se quitação ao responsável, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 208, § 2º, do Regimento Interno"

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação:	**Código SIORG**
01 - Diretoria de Operações e Abastecimento, CPL.	002114
02 - Presidência e CPL.	002114
03 - SUREG/AM.	002114(087291)
04 - Diretoria Administrativa e Financeira.	002114
05 - Presidência, Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
06 - Diretoria de Operações a Abastecimento.	002114
07 - SUREG/AM.	002114(087291)
08 - Diretoria Administrativa e Financeira.	002114
09 - SUREG/RS.	002114(087129)
10 - Presidência.	002114

11 - Presidência, Dir. de Operações a Abastecimento, Diretoria Administrativa e Financeira.	002114
12 - Diretoria de Política Agrícola e Informações.	002114
13 - Diretoria de Política Agrícola e Informações	002114

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

01 - Resposta encaminhada por intermédio de correio eletrônico.

02 - Resposta ofertada a SECEX-MA, por intermédio do Ofício PRESI n.º 734 de 01/12/2011. O documento informa em síntese os critérios utilizados para o perfil do profissional a ser contratado, o grau de complexidade das demandas em suas diversas aéreas do direito e a defesa do patrimônio e recursos públicos.

03 - Resposta ofertada em 11/09/2012, protocolo 0000487711901, junto a Secex-AM.

04 - Em 03/09/2012, os devedores foram incluídos no CADIN. As providências adotadas foram encaminhas ao TCU, por intermédio do Ofício PRESI n.º 442, de 11.09.2012.

05 - CI AUDIN/GEDOP n.º 164, de 24.05.2012, encaminhando o dossiê a SUTIN, para providências, com prazo para cumprimento estipulado para o dia 01.06.2012. O formulário Dados de Apoio foi encaminhado pela Sutin às 16h22min, do dia 14.05.2012 para o endereço eletrônico perfilgovti2012@tcu.gov.br.

06 - CI AUDIN/GEDOP n.º 121, de 24.04.2012, encaminhando o dossiê à Dirab, para providências, com prazo para cumprimento estipulado para o próximo dia 04.05.2012. As providências adotadas em face do Acórdão n.º 781/2012-TCU-PL foram encaminhas ao TCU, por intermédio do Oficio PRESI n.º 187, de 07.05.2012. A DIRAB, por intermédio da CI n.º 487, de 2.5.2012, comunicou a Presi, acerca do levantamento nos processos de operação, com vistas ao recálculo dos valores referente às multas. Em 28.6.2012, conforme exposto na CI nº 828, a DIRAB esclarece a Presi, informando que foi aplicada multa às Cooperativas arrematantes nos Leilões Pepro Café-2007, no importe de 10% do premio efetivamente pago, exceto a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda – Cocatrel, em razão de mandado de Segurança expedido pela Juíza Federal Substituta da 2.ª Vara.

07 - CI AUDIN/GEDOP n.º 123, de 26.04.2012, encaminhando Dossiê a Sureg/AM, para conhecimento dos responsáveis acerca da decisão proferida pelo TCU. Conforme exposto na CI SUREG/AM .nº 122, de 04.05.2012, os empregados foram cientificados acerca da decisão proferida pelo TCU, em 02.05.2012.

08 - O Devedor foi notificado a efetuar o pagamento sob pena de inscrição de seu nome no CADIN, conforme termos da CT/SUFIN/GECOB/N.º 720, de 11.04.2012. Como resposta, foi juntado o Termo de Acordo de Parcelamento nº 003/2011, com a GRU referente à primeira parcela do acordo firmado junto à Seccional da Procuradoria da União em Londrina-PR. Informação prestada a SECEX-8, em por intermédio do Oficio Presi nº 186, de 07.05.2012.

09 - O citado ofício foi encaminhado, por cópia, à Audin por intermédio da CI SUREG/RS N.º 6088, de 24.6.2010, oportunidade em que se comentou sobre o contato com o Gerente da 3.ª Divisão da Secex-RS que, mesmo diante dos esclarecimentos oferecidos, ratificou a posição de que não houve resposta para o citado subitem 1.6.7; além de solicitar da Audin as providências para a reabertura da Tomada de Contas Especial, e informar sobre a expedição do Ofício SUREG RS N.º 6089, de 24.6.2010, para a Secex-RS. Importante registrar que pelo Ofício n.º 4566/Sureg RS, de 9.7.2009, em resposta ao Ofício n.º 818/2009-TCU/SECEX-RS, a Secretaria foi cientificada que o Processo n.º 1754/2008, que trata da Tomada de Contas Especial – TCE, fora disponibilizado para verificação in loco, pela equipe da CGU/RS, tendo em vista o pedido constante da Solicitação de Auditoria n.º 22512/2008.

-De se observar que pelos Ofícios Sureg/RS n. ºs 9910 e 9911, de 5.12.2008, cópia do Relatório Final da TCE foi encaminhado para a CGU/RS e Secex/RS, respectivamente.

-Ao receber o OFÍCIO N.º 783/2010-TCU/SECEX-RS, a Audin diligenciou para retirar o Processo n.º 1754/2008 do Arquivo Permanente e realizou circunstanciada análise, oportunidade em que se posicionou pela não reabertura da TCE. A análise quê submetida à apreciação da Presidência, com a sugestão de envio do Processo à Sureg/RS para posicionamento junto à Secex-RS, foi preliminarmente submetido à Proge que emitiu a INFORMAÇÃO PROGE N.º JR-64/2010, de 6.9.2010, não apresentando entendimento divergente do da Audin e, que acolhido pelo Procurador-Geral, em Despacho de 14.9.2010, o Processo retornou à Presi.

-Em 22.9.2010, o Processo foi encaminhado para a Sureg/RS para prosseguimento.

-A Sureg/RS pelo Fax n.º 13274, de 16.12.2010, registrou; - "Informamos que, em 17.11.2010, estivemos no Tribunal de Contas da União, ocasião em que obtivemos entrevista com o Dr. Jorge José Martins Júnior, acerca do Acórdão 2749/2009-TCU. Na oportunidade, protocolamos o Ofício/SUREG/RS n.º 11672, sendo que, até a presente data não houve manifestação daquele Tribunal".

-Em resposta à CI AUDIN/GEDOP n.º 005, de 10.3.2011, a Sureg/RS (FAX n.º 2645, de 4.4.2011) informou que ainda não houve a manifestação do TCU.

-Ainda não se tem a manifestação do TCU sobre o assunto.

-Processo n.º 21200.001754/2008-66, referente Tomada de Contas Especial, foi encaminhado a GEADI, para arquivo, em vista do cumprimento das determinações emanadas pelo TCU.

O acórdão TCU n.º 2749/2009 encontra-se arquivado com situação ENCERRADO.

10 - Em face do e-mail do Assessor Especial de Controle Interno, a Audin/Gedop emitiu a CI n.º 361, de 10.9.2010, à Presi repassando cópia do Aviso e do Acórdão além de explicitar que a determinação do TCU foi dirigida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG/Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST que, deverá demandar da Conab as providências que lhe foram determinadas.

-Pelo Ofício Circular n.º 703/DEST-MP, de 24.9.2010, a Conab foi cientificada das providências a serem levadas a efeito, inclusive com o estabelecimento de cronograma conforme a seguir: para a recomendação objeto do subitem

9.1.1.1, até 1.º.4.2011; para a do subitem 9.1.1.2, até 1.º.6.2011, e para a do subitem 9.1.1.3, até 1.º.10.2011.
-O supracitado ofício foi encaminhado, em 30.9.2010, à Audin para "conhecimento e providências pertinentes, observando-se as cautelas legais e de estilo". Em razão disso, o assunto está em análise para demandar da área competente as providências cabíveis.
-A Audin/Gedop expediu a CI n.º 410, de 4.10.2010, para a Dirad, com o objetivo de serem adotadas as providências necessárias em face do quê requerido.
-Em resposta à CI AUDIN/GEDOP n.º 484, de 8.12.2010, a Dirad/Sumoc, por Despacho de 16.12.2010, entre outras considerações indicou que: - "Sobre esse tema, foi realizado um Seminário no dia 02/12/2010, [...] com o objetivo de dar ciência às empresas estatais da determinação do TCU visando posterior apresentação ao DEST de "plano de ação", em decorrência das medidas estabelecidas pelo TCU. O primeiro passo será efetuar levantamento dos cargos passíveis de terceirização separando-os por natureza de atividades. Esse levantamento deverá ser informado ao DEST até 01/04/2011 para que possam ser tomadas as demais providências em relação ao caso. Informamos que a medida acima já está em estudo e que a informação solicitada pelo DEST será fornecida dentro do prazo estabelecido. [...]".
-O levantamento levado a efeito constitui os autos do Processo n.º 0996/2011, com carga na PRESI em 31.3.2011.
-Através do Ofício PRESI n. º 237, de 11.4.2011, foi encaminhado para o Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, a Nota Técnica GECAV n.º 001/2011, que registra o número de empregados terceirizados no âmbito da Conab, exercício 2011, separados de acordo com sua natureza, consoante a alínea "a" do item 6 do Ofício Circular n.º 703/DEST-MP, de 24.9.2010.
-Com o propósito de se obter as informações inerentes ao subitem 9.1.1.2, foi emitida a CI DIRAD N.º 049, de 3.6.2011, endereçada para a PRESI, DIFIN, DIPAI e DIRAB.
-Aguardando informações.
-Em resposta à CI AUDIN/GEDOP n.º 316, de 6.9.2011, a Sumoc, por Despacho de 26.9.2011, voltou a dizer da expedição do Ofício PRESI n.º 237, de 11.4.2011, aduzindo que o estabelecido na alínea "b" foi cumprido, uma vez que ao fazer o levantamento exigido na aliena "a", foi cumprido o que demanda naquela e, que em relação à alínea "c" está em fase final a elaboração da resposta que, tão logo pronta será enviada ao DEST, no prazo estabelecido.
-A SUMOC, após ser instada a prestar informações, CI-AUDIN/GEDOP Nº 013, DE 05/01/2012, encaminhou o processo a Auditoria informando que as respostas foram ofertadas por intermédio do Ofício Presi nº 642. fls. 100/103 do processo (21200.000996/2011-38).
11 - Quanto ao assunto do subitem 1.7.1 pela Portaria n. º 268, de 28.3.2011, foi constituído Grupo de Trabalho para, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de ciência da Portaria, retomar os trabalhos de Planejamento Estratégico no âmbito da Conab. A retificação foi procedida pelo TCU consoante os termos do Acórdão n. º 2240/2011.
12 - Por intermédio do Ofício Dipai n. º 124, de 1.º.6.2011, foi interposto Recurso de Consideração em face da ressalva a ele atribuída. Recurso Julgado conforme Acórdão nº 2185/2012 – TCU – 2ª Câmara.
13 - Sem providências a serem domadas.

Síntese dos resultados obtidos:

01- Aprimoramento dos editais com detalhamento dos itens referente ao BDI.
02- Aprimoramento dos editais com foco na contratação de serviços terceirizados de advocacia.
03- Aprimoramento dos termos do edital com foco na contratação de serviços terceirizados.
04- Aprimoramento no sistema de gestão.
05- Aprimoramento no sistema de gestão.
06 - Aprimoramento no sistema de gestão, prestação de contas, procedimento de controle e regulamento do Pepro.
07- Aprimoramento no processo de gestão e prestação de contas.
08- Aprimoramento no sistema de gestão.
09- Aprimoramento nos procedimentos de controle.
10- Aprimoramento no sistema de gestão procedimentos de controle.
11- Aprimoramento no sistema de gestão.
12- Aprimoramento no sistema de gestão.
13- Aprimoramento nos sistema de gestão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração, em 2012, empenhada em atender e solucionar na medida das possibilidades, as questões objeto das recomendações oriundas do órgão de controle externo. A carência de mão de obra especializada tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de ações que, em alguns casos, demanda mais tempo para consolidação.

Fonte: Audin

Deliberações do TCU pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					**002114**
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
	009.789/2009-03	123/2010 TCU Plenário	9	DE/RE	Ofício n.º 010/2010 SEPROG, de 19/2/2010.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO					**002114**

Descrição da Deliberação:

Diz respeito à auditoria operacional lavada a efeito com o objetivo de avaliar o processo de gestão de estoques públicos, redundando nas determinações e recomendações a seguir:

- "9.1. determinar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:

9.1.1. passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8.º do Decreto n.º 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;

9.1.2. aperfeiçoe os controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir, tempestivamente, as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais, inclusive quanto à contabilização negativa de produtos;

9.1.3. altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses e que haja fiscalizações não-programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;

9.1.4. não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua lotação, para que haja adequada segregação de funções;

9.1.5. revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres e que possam ser concluídos dentro de 90 dias, conforme prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como para que atenda ao prazo máximo de 30 dias para instrução dos procedimentos administrativos de cobrança/reparação dos débitos, conforme Comunicação Interna da Presidência da Conab n.º 56/2008;

9.1.6. analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, se comprovado que esses armazenadores não poderiam estar contratando com a Administração Federal, por força da Lei n.º 10.522/2002, ou por não estarem amparadas por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes, além de verificar falhas de controle interno que possam dar causa à ocorrência dessa irregularidade, a fim de evitar que empresas impedidas legalmente de contratar com o Governo Federal armazenem estoques públicos, atentando inclusive para disposto no item 8.4.8 do Acórdão TCU n.º 313/2002 da Segunda Câmara.

9.2. recomendar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:

9.2.1. proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, com o adequado provimento de computadores, impressoras, equipamentos para medição de estoques para a realização das fiscalizações de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;

9.2.2. incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infra-estrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação - TVN; utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

9.2.3. desenvolva software para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, que realize os cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas, e que seja integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização de estoques públicos, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

9.2.4. realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

9.2.5. realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

9.2.6. promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais, disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas n.º 32/04 e 12/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, determinar à Companhia Nacional de Abastecimento que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações deste Tribunal, com o nome dos responsáveis por cada medida;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa, e aos Presidentes do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daquela Casa.”.
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
PRESI, DIPAI, DIRAB, DIAFI E COJUR	**002114**

Justificativa para o seu não cumprimento:

A resposta à Corte de Contas restou consolidada no OFÍCIO PRESI N.º 111, de 29/3/2010 que, além de esclarecimentos, promoveu a remessa do Plano de Ação requerido.

Pelo OFÍCIO PRESI N.º 310, DE 4.8.2010, foi encaminhado para o TCU, Ministro Raimundo Carreiro, a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 16/2010, contendo posicionamento atualizado relativamente ao Plano de Ação; oportunidade em que foi informado que ele será atualizado trimestralmente.

Pelo Ofício PRESI n.º 434, de 18.10.2010, foi encaminhado para o TCU, Ministro Raimundo Carreiro, a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 20/2010 que contempla a atualização do Plano de Ação consolidando as providências levadas a efeito no 3.º Trimestre/2010.

Pelo Ofício PRESI n.º 040, de 14.1.2011, foi encaminhado ao TCU a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 04/2011 que contempla a atualização do Plano de Ação consolidando as providências levadas a efeito no 4.º Trimestre/2010, que complementado pelo Ofício PRESI n.º 066, de 31.1.2011, para encaminhar cópia da RESOLUÇÃO N.º 001, de 13.1.2011, em face do assunto objeto da Ação n.º 05 do citado Plano, além da informação de que a Embrapa encaminhou, no dia 22.12.2010, a minuta do projeto inicial com o qual se pretende desenvolver o estudo em face das “Perdas Quantitativas e Qualitativas no Transporte e Pós-colheita de Grãos no Brasil”. No qual está previsto, também, o estudo para a determinação do peso específico, assunto esse objeto do Item 9.2.4 do Acórdão de que se trata, e tratado na Ação n. º 10 do Plano de Ação.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 1.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 09/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 268, de 27.4.2011.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 2.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 014/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 416, de 11.7.2011.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 3.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 021/2011 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 651, de 18.10.2011.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 4.º Trimestre de 2011, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 4/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 059, de 31.01.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 1.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 11/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 175, de 25.04.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 2.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 13/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 383, de 03.08.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 3.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 22/2012 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 533, de 05.11.2012.

A atualização do Plano de Ação, relativamente ao 4.º Trimestre de 2012, foi objeto da NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 02/2013 e enviada para ao TCU pelo Ofício PRESI n.º 040, de 28.01.2013.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração empenhada em atender e solucionar na medida das possibilidades, as questões objeto das recomendações oriundas do órgão de controle externo. A carência de mão de obra especializada tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de ações que, em alguns casos, demanda mais tempo para consolidação.

Fonte: Audin

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL N. º 00190.021911/2011-41-A.	9.1	Ofício n.º 35291/2011/SE/CGU-PR, de 24.11.2011
02		9.2	
03		9.3	
04		9.4	
05		9.5	
06		9.6	

Órgão/entidade objeto da recomendação:	Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	002114

Descrição da Recomendação:

01 – Item do RAE: 9.1 - DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS DA CONAB

1. Relativamente à condução estratégica das políticas de públicas a cargo da Conab, recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, em articulação com a Companhia Nacional de Abastecimento, adote as seguintes providências:

a) Proceder à avaliação da situação atual das diretivas internas que orientam as atividades da Companhia nos níveis estratégico, tático e operacional, com vistas à formulação e institucionalização do Planejamento Estratégico da Conab, em virtude dos seguintes fatos:

a1) O longo período, cerca de 4 (quatro) anos, transcorrido desde a descontinuidade da implementação do Plano Estratégico, elaborado no contexto da Revitalização da Conab;

a2) A incorporação de outras atividades finalísticas;

a3) O diagnóstico atual sobre a situação precária em termos administrativos e operacionais das unidades próprias de armazéns;

a4) As iniciativas de investimentos em unidades armazenadoras graneleiras, diante das prioridades levadas a efeito nos últimos anos sobre a equalização de preços e subvenção econômica;

a5) As iniciativas de alienação de imóveis na ausência de embasamento técnico consistente;

a6) a composição do quadro de pessoal da Conab, em especial pela elevada quantidade de empregados anistiados, reintegrados, faixa etária e grau de escolaridade;

b) Proceder à imediata reavaliação da estrutura e composição do quadro de pessoal da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG, conferindo a esta característica que permitam maior participação de integrantes do quadro de pessoal da Companhia, com vistas a conferir caráter institucional à unidade e garantir continuidade e efetividade plena às ações de competência regimental, extinguindo-se os excessivos cargos de assessoria.

c) Reavaliar a pertinência de manutenção, na estrutura organizacional da Companhia, das competências a cargo da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias - Coamo, haja vista que a competência regimental desta é o gerenciamento do Plano Plurianual – PPA da Conab, atividade alinhada com as competências da Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor.

d) Proceder ao levantamento das carências de pessoal para áreas estratégicas da Companhia, tanto na Matriz como nas Superintendências Regionais, destacando-se as necessidades para o desempenho das atividades operacionais e administrativas, tais como: engenharia; tecnologia da informação; economia; contabilidade; e também para o quadro da Procuradoria, apresentando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta para realização de concurso público;

e) Proceder ao levantamento da totalidade dos bens imóveis de propriedade da Conab, bem assim do seu estado de conservação, frente às reais necessidades operacionais e administrativas atuais, alinhando sua utilização com as diretrizes a serem formuladas no âmbito do Planejamento Estratégico, diante da crescente ampliação das atividades operacionais da Companhia. Nesse sentido, é recomendado, ainda, suspender os procedimentos administrativos em tramitação para a alienação de imóveis até que as novas diretrizes e avaliações sejam formuladas.

2. Diante das fragilidades registradas no presente relatório de auditoria, relativamente à defesa judicial conduzida pelos escritórios de advocacia terceirizados, bem assim ao acompanhamento e supervisão da Procuradoria Jurídica da Conab, faz-se necessária a adoção de providências urgentes, de natureza pontual e estrutural, para a melhoria da defesa do patrimônio da Conab, com destaque para as que seguem:

2.1 – Pela Companhia Nacional de Abastecimentos - CONAB:

a) Elaborar um plano de ação para orientar o levantamento da situação atual, no âmbito da Matriz e das Superintendências Regionais, das ações judiciais em tramitação – cíveis e trabalhistas.

a1) O referido plano deverá classificar os processos judiciais, a partir dos respectivos andamentos processuais e

segundo os riscos de perda envolvidos, agrupando-os, entre outros aspectos, pela fase processual, por assunto, valores envolvidos e tipos;
a2) Após o referido diagnóstico, avaliar as ações judiciais que reclamam providências imediatas da Companhia para mitigação dos riscos de perdas financeiras;
a3) Orientar e uniformizar, a partir da formulação de teses específicas, a defesa judicial da Companhia;
b) Adotar providências com vistas ao retorno, ao quadro de pessoal da Procuradoria, dos procuradores lotados em outros setores da Companhia, eliminado os desvios de função, e promover imediata avaliação das motivações ensejadoras dos atos de cessão, buscando, também, o retorno destes ao quadro da Procuradoria da Conab(unidades central e/ou regionais);
c) Exercitar de forma efetiva o acompanhamento e a supervisão da defesa judicial da Companhia, desenvolvida pelos escritórios de advocacia contratados, enquanto não houver a total absorção da defesa judicial pela própria Procuradoria da Conab;
2.2 – Pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:
a) Articular-se com a Advocacia Geral da União, com vistas a buscar apoio para as medidas recomendadas no item 2.1 – a, supra;
b) Adotar medidas para que, em articulação com a Conab, seja revisto o Estatuto Social da Companhia, avaliando a oportunidade da:
b1) Elevação do nível hierárquico da Procuradoria, em face da natureza e relevância das atividades desempenhadas, inclusive as relacionadas à expedição de orientações consultivas que dão suporte à atuação de toda a estrutura hierárquica da organização;
b2) Previsão para que os cargos de Procurador-Geral e de Subprocuradores sejam ocupados por integrante do quadro CONAB e também da Advocacia-Geral da União.
c) Adotar providências visando o fortalecimento da Procuradoria, de forma a viabilizar a substituição gradual dos escritórios de advocacia terceirizados;
d) Reavaliar a alteração havida no Regimento Interno da Companhia, que resultou no remanejamento de atividades de cálculos judiciais para a Superintendência de Contabilidade, com vistas a correção da disfunção relatada quanto à falta de estrutura gerencial e operacional, bem como de aprovação do Conselho de Administração.
02 – Item do RAE: 9.2 - AÇÕES JUDICIAIS
1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento adoção das seguintes providências:
a) Encaminhar representação à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ao qual estejam inscritos os advogados que atuaram em nome da CONAB, nos processos referidos no tópico 3, para apuração de suas responsabilidades profissionais, inclusive quanto ao indício de tipicidade por atuação de advogado nos dois pólos das lides, conforme indicado no subitem 3.1.
b) Adotar providências com vistas à apuração dos fatos apresentados e responsabilização dos escritórios terceirizados e seus sócios responsáveis pelas falhas apontadas neste Relatório;
c) Proceder à detalhada análise das contas contábeis representativas dos depósitos judiciais e recursais, visando subsidiar as urgentes ações da Companhia para reclamar em juízo o levantamento dos recursos que já estejam à disposição da Conab. A referida providência requer trabalho conjunto envolvendo a Procuradoria-Geral, a Superintendência de Finanças e a Superintendência de Contabilidade, no âmbito da Matriz e nas Superintendências Regionais; o trabalho deve envolver também as Procuradorias Regionais, e áreas financeira e contábil, apresentando cronograma com prazo para conclusão.
d) Quando da elaboração dos cálculos atinentes à ação da empresa Caramuru, atentar para a data de emissão das notas complementares, de maneira que o período de cálculo não considere que estas retroajam à data de emissão da nota original.
03 – Item do RAE: 9.3 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS
1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento a adoção das seguintes providências:
a). Proceder à elaboração de novos laudos de avaliação dos imóveis relacionados neste Relatório, com vistas à quantificação do prejuízo causado à Administração.
b) Quando da alienação de futuros imóveis, implementar procedimentos e rotinas com vistas à análise e aprovação, por parte da área técnica competente, dos laudos de avaliação.
c) Adotar providências junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) com vistas à homologação dos laudos de avaliação dos imóveis da Conab.
d) Suspender a alienação da Unidade Frigorífica de Curitiba/PR, tendo em vista a manifestação contrária da área técnica, considerando as condições de mercado e as avaliações técnicas de viabilidade.
e) Providenciar, junto à sua Procuradoria, estudo acerca da viabilidade jurídica para revisão e ou desfazimento das alienações dos imóveis já efetivadas, adotando, quando cabíveis, as respectivas ações.
04 – Item do RAE: 9.4 - SUBVENÇÃO ECONÔMICA
1. Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento as seguintes providências:
a) Adotar imediatas providências com vistas ao ressarcimento do valor pago indevidamente a título de Prêmio de R$ R$ 690.115,11, à empresa Villagio, em decorrência de extrapolação de limites constantes nos Avisos PEP de Milho nº 152/2010, 163/2010 e 170/2010 e R$ 419.989,24 pagos indevidamente à empresa Exporta, decorrente do descumprimento de pagar o preço mínimo nas aquisições de milho realizadas junto aos produtores rurais entrevistados,

nas operações de PEP objeto dos Avisos nº 105 e 187/2010;
b) Analisar as comprovações das operações PEP executadas pela empresa Villagio, com vistas a aferir a prática de situações análogas às indicadas no item "1" precedente;
c) Aplicar as penalidades previstas nos respectivos Avisos de PEP, quando confirmadas as irregularidades;
d) Comunicar os fatos ao Ministério Público Federal;
e) Agilizar as providências no sentido de concluir as apurações e respectiva imputação de penalidades aos arrematantes que não estão pagando o preço mínimo previsto nos leilões;
f) Tendo em vista a ausência de providências efetivas para apuração dos fatos apontados na fiscalização da Conab que indicaram a cobrança de deságio pelo arrematante no que tange à qualidade do trigo ofertada pelo produtor, adotar medidas urgentes para apuração das irregularidades e responsabilidades pelo pagamento a produtor beneficiado com o PEP trigo – Aviso 357/2009, considerando que mesmo após tal constatação foi efetivado o pagamento do prêmio ao arrematante;
g) Considerando que a fiscalização apontou indícios de fraude na comprovação da operação de PEPRO – milho, objeto do DCO n.º 00.210.2031-0, conforme Aviso nº 415/2007, adotar providências visando obter o ressarcimento dos recursos pagos indevidamente, sem prejuízo de apuração de responsabilidade, haja vista o pagamento a arrematante já falecido.
2. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que, em articulação com a CONAB, adote as seguintes providências:
a) Crie mecanismos de controle/fiscalização de forma a aferir, durante a execução das operações, se a finalidade da ação governamental, ou seja, conferir aos produtores rurais a recepção do preço mínimo, garantido pelo Estado, está sendo alcançada.
b) Apurar responsabilidade pelos pagamentos de prêmios mesmo após as fiscalizações de a própria Companhia evidenciarem a exigência de deságio, e a respectiva falta de remuneração pelo preço mínimo, o que ensejou, nas operações de PEP de Milho em 2010 e computando somente a diferença devolvida pelos produtores (sem considerar o valor total da subvenção patrocinada pelo Governo Federal), o deságio de R$ 20,5 milhões, num total de 331.211 toneladas de milho irregularmente subvencionadas pelo Governo Federal.
c) Considerando-se que os valores apurados no item "b", supra, resultam de fiscalização amostral, proceder aos levantamentos documentais e inspeções sobre a totalidade dos Avisos, de modo a ampliar tanto o número de Avisos como de produtores e arrematantes fiscalizados.
3. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que:
a) Apure as responsabilidades pela alteração do Aviso nº 175/2010 de PEP de milho sem a devida motivação, o que ensejou a mudança brusca das regras a dois dias da abertura da licitação, mediante a exclusão dos limites de compra de cada produtor, o que beneficiou grandes empresas produtoras.
b) Proceda à revisão das normas aplicáveis ao PEP, visando otimizar a efetividade social da política de subvenção e garantir maior isonomia na aplicação dos recursos federais.
c) Atue junto ao Ministério Público do Trabalho, visando a obtenção das apurações em curso naquele órgão, tendo em vista que há indícios de que a Conab está concedendo subvenção a empresa investigada pela prática de irregularidades trabalhistas.
d) Atue junto à Conab, para reavaliar de imediato o sistema de comercialização adotado, tendo em vista a fragilidade constatada nos dados registrados em planilhas eletrônicas e o grande volume de informações, com vistas a cessar a omissão da Companhia quanto ao dever de transparência nas operações de subvenção com recursos do Governo Federal.
e) Em articulação com o Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, providencie a implantação, com urgência, de cadastros unificados de propriedades rurais, produtoras, cooperativas e cooperados. A implantação dos citados cadastros centralizados viabilizará a necessária transparência com a publicação dos dados na internet e permitirá a integração com o Sistema Eletrônico de Comercialização, visando executar rotinas de identificação de operações que, de outra maneira, não se habilitariam a subvenção pelo Governo Federal.
f) Até a solução definitiva recomendada, faça alterar a previsão nos Avisos de modo que as planilhas sejam encaminhadas diretamente à Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab, que manterá a guarda dos originais recebidos, com cópia para a Superintendência de Operações Comerciais da Conab.
05 – Item do RAE: 9.5 - PAGAMENTO DE FRETE – ESCOAMENTO DE ESTOQUE PÚBLICO
1. Recomenda-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com a CONAB, adotar as seguintes providências:
a) Reavaliar a sistemática atual de remoção de estoques públicos, com vistas a ampliar a competitividade na contratação de empresas transportadoras;
b) Realizar planejamento mais adequado das remoções, reduzindo o tempo entre as demandas e a operacionalização, levando em conta as épocas de safra e respectiva quantidade, visando redução dos custos de transporte;
c) Verificar previamente a estrutura e as condições do armazém de destino que recepcionará os produtos, evitando a falta de embalagens ou de balanças e equipamentos, bem assim o atraso no procedimento por situações previsíveis;
d) Verificar antecipadamente a disponibilidade financeira, de forma a evitar atrasos nos pagamentos aos prestadores de serviços, que por sua vez podem resultar em atrasos na operacionalização, bem como em eventuais ações judiciais pela mora;

e) Rever a metodologia de regressão, visando obter a curva que melhor se ajuste à cotação de mercado, atualizando a regressão periodicamente por meio da realimentação com dados provenientes de sistema reconhecido de cotação de frete de commodities junto ao mercado, a exemplo do Sistema de Informações de Fretes - SIFRECA, mantido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP;
f) Atualizar os estudos sobre o valor do frete em estradas de terra, com o objetivo de calcular um novo acréscimo em quilômetros e em percentual para o transporte em trechos em terra, incorporando toda e qualquer inovação tecnológica;
g) Manter registradas no processo todas as memórias dos cálculos realizadas, principalmente as que dizem respeito às transformações de custo fixo total em custo fixo por km e custo total por km em custo por tonelada;
h) Atualizar o mapa de produção fixando, de forma inequívoca e principalmente baseada em estudos e pesquisas, a quilometragem média mensal rodada e os respectivos números de viagens por mês, tendo em vista o impacto dessa definição no custo final;
i) Utilizar – para o cálculo de distâncias e para definição se o trecho é pavimentado ou não – parâmetros de formação dos referenciais de distâncias que reduzam as vulnerabilidades referentes à desatualização das informações e à obtenção de dados de modo empírico;
j) Atualizar os coeficientes, utilizando como parâmetro de caminhões pesados, também o bitrem, incorporando nos cálculos os prováveis ganhos de eficiência que podem ser obtidos com as inovações tecnológicas, principalmente na capacidade de carga;
k) Manter registros das pesquisas realizadas sobre os preços de veículos, pneus, salários de motoristas e outros preços que possam impactar os custos, anexando a comprovação da sua realização aos processos;
l) Apurar responsabilidades e quantificação dos prejuízos advindos das superestimativas evidenciadas nos custos dos fretes.
06 – Item do RAE: 9.6 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRAÇAGEM
1. Recomenda-se à Diretoria Colegiada da CONAB:
a) A reavaliação dos termos da Comunicação Interna - CI N.º 061, de 7/7/2011, e por consequência, da decisão do Voto DIRAD n.º 51/2011, de 3/5/2011, tendo em vista que as orientações emanadas carecem de amparo legal.
b) Que, quando da contratação de prestação de serviços de movimentação de mercadorias:
b1) Instrua o processo com os elementos constitutivos da escolha pela modalidade de trabalhador avulso ou terceirização de mão-de-obra, circunstanciando as condições específicas que justificam a modalidade de prestação de serviços a ser contratada.
b2) Atente que, na contratação direta de serviços de braçagem por trabalhadores avulsos, a intermediação deve ser realizada por Sindicato da categoria da base territorial de execução dos serviços, e deve ser formalizada por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, com fiel observância aos dispositivos que tratam da matéria, na Constituição Federal e na CLT, assim como às prescrições específicas da Lei n.º 12.023/2009.
b3) Atente que, para contratação de empresas prestadoras de serviços de movimentação de mercadorias com alocação de mão-de-obra, deve ser realizado o devido processo licitatório em consonância às disposições da Lei n.º 8.666/1993.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação:	**Cód SIORG**
01 – Item do RAE: 9.1: Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI e Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG. Recomendação 1.b) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI e Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – CODAG. Recomendação 1.c) Presidência – PRESI e Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias – COAMO. Recomendação 1.d) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. Recomendação 1.e) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração - SUPAD e Superintendências Regionais – Sureg's. Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3) Procuradoria Geral – PROGE. Recomendação 2.1.b) Presidência – PRESI e Procuradoria Geral – PROGE. Recomendação 2.1.c) Procuradoria Geral – PROGE e Procuradorias Regionais – PRORE's. Recomendação 2.2.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 2.2.b) – (b.1 e b.2) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 2.2.c) Presidência – PRESI e Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP. Recomendação 2.2.d) Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização – DIGEP e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. 02 – Item do RAE: 9.2: Recomendação 1.a) Procuradoria Geral – PROGE.	002114

Recomendação 1.b) Procuradoria Geral – PROGE e Procuradoria Regional Goiás – PRORE/GO. Recomendação 1.c) Procuradoria Geral – PROGE. Procuradorias Regionais – PRORE's, Superintendência de Contabilidade – SUCON, Superintendência Financeira – SUFIN e Gerências Financeiras Administrativas – GEFAD's. Recomendação 1.d) Superintendência de Contabilidade – SUCON. 03 – Item do RAE: 9.3: Recomendação 1.a) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. Recomendação 1.b) Superintendência de Administração – SUPAD e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. Recomendação 1.c) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. Recomendação 1.d) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. Recomendação 1.e) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Superintendência de Administração – SUPAD. 04 – Item do RAE: 9.4: Recomendação 1.a) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE. Recomendação 1.b) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendências Regionais de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais – SUREG/MT, SUREG/GO e SUREG/MG. Recomendação 1.c) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE. Recomendação 1.d) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE. Recomendação 1.e) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência de Fiscalização – SUFIS. Recomendação 1.f) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – SUREG/RS. Recomendação 1.g) Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência Regional de Mato Grosso – SUREG/MT. Recomendação 2.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI; Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB; Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI). Recomendação 2.b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Recomendação 2.c) Diretoria Administrativa e Financeira – DIAFI, Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Fiscalização – SUFIS. Recomendação 3.a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 3.b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Recomendação 3.c) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE). Recomendação 3.d) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Recomendação 3.e) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério da Fazenda – MF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Recomendação 3.f) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação - SUTIN). 05 – Item do RAE: 9.5: Recomendação 1.a) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.b) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.c) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.d) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.e) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.f) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.g) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.h) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de	

Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.i) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.j) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.k) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. Recomendação 1.l) Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB e Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoque – SUARM. 06 – Item do RAE: 9.6: Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3) Diretoria Colegiada da CONAB.	

Síntese da providência adotada:

As providências a seguir foram objeto do Plano de Providências Permanente em face do Relatório de Auditoria Especial n. º 00190.021911/2011-41-A, e encaminhado para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR, mediante o Ofício PRESI n. º 104, de 07.03.2012, respectivamente.

01 – Item do RAE: 9.1:

Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6)

Em 08/03/2012 foi instalado o referido Grupo de Trabalho, mediante portaria de n.º 278, 07/03/2012, para realizar a ação proposta. A partir desta data iniciaram os encontros para discussão de decisões a serem tomadas. Uma das reuniões contou com a presença do supervisor do GT, o Diretor (DIAFI) que determinou ao grupo retomar o planejamento existente de forma a atualizá-lo revalidando os objetivos, indicadores e iniciativas estratégicas.

Acatando a decisão do diretor, o grupo buscou material existente, imprimiu e levou para apresentação no Fórum dos Superintendentes. Após discussão ficou estabelecido que cada superintendente receberia por e-mail os seus indicadores, analisaria junto à sua equipe e depois receberia a visita dos membros do GT para revalidação.

Essas ações serão contempladas com a implementação do plano de trabalho e a validação dos objetivos, indicadores de desempenho e respectivas iniciativas por parte dos superintendentes.

No início de abril, de posse das informações coletadas o GT esbarrou num problema técnico-operacional para atualizar os indicadores no software. A técnica responsável pelo gerenciamento da ferramenta que a Conab dispõe, explicou toda a operacionalização do sistema e sinalizou que seria necessária a migração dos dados "antigos" e a inserção dos atuais para um novo banco denominado "Versão 2012", contudo é imprescindível suporte técnico da empresa que vendeu o programa para a Conab à época.

Em face desse entrave foi feita uma visita ao MAPA, para tentar encontrar algumas soluções técnicas junto aos gestores da Assessoria Estratégica. Durante a reunião a responsável pelas informações mostrou que o Mapa utiliza uma versão atualizada -Versão 9.0 e que já estão migrando para a Versão 11.0

A Conab ainda está na Versão 4.01, portanto, de acordo com a técnica responsável será necessário elaborar um novo mapa – Versão 2012 para atualizar os nossos indicadores além de contratar suporte técnico para atualização tecnológica da ferramenta.

No momento está sendo feito contato com Oracle, fabricante do software, solicitando proposta técnica de preço de serviço. De antemão sabe-se que após a proposta deverá ser feita licitação para contratação do serviço proposto.

Para os meses de abril e maio pretende-se "alimentar" o atual banco de dados com as informações já coletadas, até a contratação da empresa que fará a atualização e suporte técnico. Em seguida (meados de junho) está previsto atendimento individual pela técnica de informática aos usuários que ficarão responsáveis pela manutenção dos indicadores.

Ressalta-se que a execução dos trabalhos e do referido cronograma só obterá êxito se o sistema operacional da Conab não apresentar nenhuma falha e/ou problema técnico/operacional. Além disso, espera-se que todo processo licitatório e de contratação sejam autorizados e realizados a contento para que no segundo semestre de 2012 o Planejamento Estratégico da Conab esteja totalmente atualizado e em operação como almejam toda a Diretoria da empresa e os membros do GT.

Em decorrência do alerta constante do subitem 1.7.1 do Acórdão n.º 835/2011-TCU-2ª Câmara, em 08/03/2012 foi instituído um Grupo de Trabalho/GT (Portaria n.º 278, 07/03/2012), com a participação de representantes de todas as Diretorias da empresa, segundo princípio administrativo da coordenação (§ 1º do art. 8º do Decreto-Lei n.º 200, de 25/02/1967), a fim de que fossem retomados os trabalhos de Planejamento Estratégico, no âmbito da Conab, até mesmo como forma de diminuir riscos, conforme abordado pelo Tribunal de Contas da União no referido Acórdão. A partir desta data, iniciaram-se os encontros para a discussão sobre as decisões a serem tomadas. O supervisor do referido GT, o Diretor determinou que o grupo retomasse o planejamento estratégico existente de forma a atualizá-lo, revalidando os objetivos e seus indicadores, inclusive diante dos entendimentos preparatórios no 1º semestre/2012 que redundaram nos compromissos assumidos por meio de Acordo de Gestão celebrado entre a Companhia e o Ministério da Agricultura, assinado em 13/08/2012, do conhecimento da Auditoria Interna.

Com base nessa orientação, o grupo buscou o material existente e o apresentou no Fórum dos Superintendentes. Após discussão da média gerência da empresa, ficou estabelecido que, numa primeira etapa, o grupo encaminharia para cada Superintendência da Matriz, por mensagem eletrônica, os indicadores de desempenho de sua área com vistas à análise junto à sua equipe, oportunamente. A segunda etapa foi o alinhamento dos objetivos e dos indicadores, utilizando-se do

resultado das oficinas realizadas durante o Encontro de Superintendes, em agosto.
Paralelamente, em face dos itens 07 a 12 do Parecer da AUDIN publicado no Diário Oficial da União de 02/05/2006 (Seção 1, folha 6), a CODAG contactou a AUIND/GERIS para que, oportunamente, pudesse ser oferecida uma opinião técnica sobre os indicadores de desempenho da Companhia, no intuito de avaliar o nível de atendimento dos novos indicadores propostos aos atributos elencados pela Controladoria-Geral da União-CGU, ou seja: homogeneidade; praticidade; validade; independência; simplicidade; cobertura; economicidade; acessibilidade e estabilidade.
Neste momento (setembro/2012), estão sendo pedida a colaboração de todos os empregados, com sugestões de melhorias nos indicadores do Mapa Estratégico. Para isso, criou-se um página na intranet para colher as sugestões, que estão sendo analisadas durante as oficinas do curso de Capacitação em Gestão para Resultados para a Conab, a cargo do Instituto Publix. As oficinas começaram em 11 de setembro, com previsão de finalização dos indicadores em 04 de outubro, para apresentação à Diretoria Colegiada da Companhia para validação em REDIR, seguindo para a segunda etapa que será da metodologia de construção e validação das iniciativas prioritárias detalhadas.
Recomendação 1.b)
Por tratar-se de adequação de regimento interno, não é permitido ao Planejamento Estratégico fazer alteração.
O Presidente solicitou a Gemor que estudasse o assunto e apresentasse o resultado em Redir, oportunamente.
A Sumoc informa, através do despacho de 20.7.2012, na CI Audin n.º 232, de 19.7.2012, que as demandas de alteração da estrutura organizacional estão contidas no Acordo de Gestão assinado entre a Conab e o MAPA. Esta ação do acordo está com prazo para realização de 180 dias.
Permitimo-nos levar ao conhecimento dessa AUDIN/GEDOP posicionamento técnico diverso daquele esposado pela Controladoria-Geral da união, com todo o respeito, no sentido de que, por tratar-se especificamente o item 9.1 (das recomendações da CGU – ação n.º 2 do Plano de Providências) na adequação de regimento interno e na definição de responsabilidades, acredita-se não ser o assunto do planejamento estratégico, propriamente dito, pertinente à órbita da disciplina Organização e Métodos em Administração (na qual são estudados, por exemplo, estruturas organizacionais e critérios de departamentalização: por função, por produto ou linha, por processo ou equipamento, por área geográfica, por clientela, por período, por amplitude de controle, por critérios mistos, etc.), no âmbito da Administração de Empresas; haja vista, inclusive, que a academia houve por bem situá-lo em âmbito outro, específico da Estratégia Empresarial, ao qual a CODAG se mostra mais aderente. Não é por outra razão que o Regimento Interno da Companhia (norma interna n.º 10.104, de 14/02/2012), em seu artigos 93 (item I, letra c) e 95 (item I) determina caber à Diretoria da Gestão de Pessoas e Modernização, especificamente sua Gerência de Modernização Organizacional – GEMOR matérias afetas à definição de atribuições organizacionais e à adequação regimental.
Acredita-se que a conexão lógica existente entre o planejamento estratégico e a definição departamental/regimental de nossa empresa pública federal seja de caráter estritamente temporal, quer dizer, antes de adequar-se o Regimento Interno (segundo AC15 do Acordo de Gestão CONAB-MAPA, de 13/08/2012 - "Revisar a estrutura organizacional da Companhia, adequação de atividades e processos e trabalho") seria de bom tom fazê-lo diante de diretrizes estratégicas oriundas de prévio Planejamento Estratégico, salvo melhor juízo.
Encontra-se em fase de conclusão um Termo de Referência para a contratação, por pregão eletrônico, de empresa de assessoramento para adequação da Conab ao referido Acordo de Gestão CONAB-MAPA.
Há que se fazer referência, também, que, em atendimento ao Ofíco n.º 4.174/2012-LLO/PRDF/MPF (Processo Administrativo n.º 1.16.000.002913/2011-14, Procuradoria da República no Distrito Federal), o sr. Daniel Odon, Procurador Geral da Companhia, confirmou que entrou pessoalmente em contato com a Drª Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora da República do 9.º Ofício de Patrimônio Público – PRDF/MPF, quando explicou-lhes as medidas que estavam sendo adotadas pela empresa no fluxo normal dos acontecimentos, observada a relação de causalidade entre diretriz estratégica prévia e conseqüente estruturação/departamentalização.
Por fim, vale ressaltar entendimento desta signatária de que, à Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag, por constituir-se em assessoramento técnico de suporte à tomada de decisão por parte da alta administração da empresa, não caberiam atribuições regimentais de caráter permanente (atreladas à ação administrativa programática típica de unidades organizacionais em linha); ou seja, como instância de assessoramento à Presidência (staff), deveria constituir-se em uma espécie de assessoria técnica, até mesmo com outra denominação, incumbida regimentalmente do atendimento a demandas conjunturais típicas da função de assessoramento, devendo-se, portanto, na maior brevidade possível, alterar o art. 25 do Regimento Interno da empresa, com a supressão dos oito incisos ali constantes, os quais seriam substituídos por uma única incumbência regimental: assessorar e subsidiar a Presidência na tomada de decisão.
Recomendação 1.c)
O assunto foi discutido pela Diretoria Colegiada, porém não se segou a consenso, sendo adiado para o mês de fevereiro/2012.
Recomendação 1.d)
O processo referente a contratação de entidade que irá realizar o certame encontra-se em andamento a fim de adequá-lo as normas e legislações pertinentes para que se cumpram seus ritos legais, sendo que atualmente encontra-se nesta SUMOC para proceder ajustes recomendados pela GECOT.
Visando posicionar essa AUDIN no que se refere às providências até então adotadas por esta SUMOC quanto ao Item 1, da Ação nº4, do Relatório de Auditoria Especial da CGU nº00190.021911/2011-41-A, expomos os seguintes itens:
- Em 15/5/2012, foi firmado Contrato Administrativo Conab nº17/2012 com o Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES, para a realização do concurso público.

- Em 5/7/2012, foram publicados o Edital nº1/2012, com 95 vagas e cadastro reserva para diversas formações, e o Edital nº2/2012, 60 vagas para a área de TI,- As provas dos dois editais estão previstas para serem realizadas no dia 23/9/2012.

Esta SUMOC tentou realizar, ainda em 2011, a contratação de entidade técnica capacitada para realizar o levantamento geral da força de trabalho, bem como a elaboração de quadro de pessoal da Companhia (lotaciograma), conforme consta no Processo n.º 2616/2011. Em virtude de restrições orçamentárias e financeiras não foi possível realizar esta contratação. Como não temos em nosso quadro pessoal com qualificação específica para realizarem estes trabalhos, estamos partindo para a capacitação dos nossos técnicos a fim de que adquiram expertise e com isto possamos realizá-lo. Assim, tal opção nos demandará um tempo maior para atingirmos este objetivo.

Recomendação 1.e)

Encaminhada a CI Supad n.º 079, de 28.2.2012 às Superintendências Regionais, solicitando reavaliação circunstanciada sobre a situação de cada imóvel.

Os Trabalhos encontram-se sob análise, consolidação dos dados e emissão de relatório circunstanciado pela Supad/Gepas.

A Gepas informa através da CI n.º 192, de 29.6.2012, que as informações disponibilizadas pelas Suregs, conforme requeridas nos termos da CI n.º 079/2012, encontra-se reunidas em relatório que traz em detalhes a real situação dos bens imóveis da Conab.

Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3)

a.1 O plano de ações quanto ao número de ações é acompanhado pela Proge desde 2006, mensalmente.

Em 2011, foi reforçada a solicitação de estatística local às Procuradorias Regionais referentes às demandas cíveis e trabalhistas da Conab (CI n.º 447/2011), visando o conhecimento do n.º e objeto das ações.

O prazo para cumprimento era de 30 dias, sendo dever das regionais e matriz a prestação da informação mensalmente por intermédio do relatório qualiquantitativo.

a3. a adoção de teses específicas são recomendadas por intermédio de CI´s e arquivada no banco de teses da pasta em rede da PROGE – JURIDNET.

A PROGE, mediante as CI`s n.º 107/12, 109/12 e 110/12 (anexadas), reiterou os termos de expedientes anteriores, inclusive com fixação de prazos para o fiel cumprimento, no sentido de determinar ao contencioso da Matriz e as Prores, a atualização do SIAJUR (Sistema de Atividades Jurídicas), do CPJ, bem como informar da existência de ações rescisórias ajuizadas pela CONAB e as eventuais intervenções em processo especiais; assim considerados, os que envolvem valores significativos.

As respostas decorrentes das CI`s em comento estão sendo organizadas com vistas à ulterior compilação, confecção dos correlatos relatórios e demais providências pertinentes.

Importante sublinhar que foi contratada pela CONAB e encontra-se na fase de aceitação do produto, a ferramenta de informática denominado Processo (em substituição ao CPJ), que se trata de um sistema de controle de processos judiciais, que dispõe de inúmeros recursos com vistas ao melhor aparelhamento da PROGE e aprimoramento no controle de suas atividades regimentais.

Recomendação 2.1.b)

No âmbito da Matriz não retornaram os procuradores lotados na GECOT e DIRAD.

MAPA: dos 4 procuradores apenas um se apresentou para retorno.

DPU: informou pelo Ofício 3161/2011/GAB/DPU a impossibilidade de devolução das 2 empregadas.

Nas SUREG´s GO, RS e RJ os superintendentes são procuradores.

Em relação aos procuradores com atuação na Matriz, remanesce apenas o lotado na Gecot que não retornou à PROGE.

Recomendação 2.1.c)

De 1996 a out/2001, contratação de terceirizados em alguns Estados, por intermédio de "pré-qualificação". De nov/2001 a jan/2002, contratação de terceirizados em alguns Estados. Entre fev/2002 e abril/2003, como 2 terceirizados. De maio/2003 até a presente data, um escritório em cada Sureg, e a partir de 1º de fevereiro de 2012, iniciou-se o processo de assunção do contencioso na Matriz.

Recomendação 2.2.a)

Recomendação sob responsabilidade do MAPA.

Recomendação 2.2.b) – (b.1 e .b2)

A presente recomendação será apreciada quando da reunião da Diretoria Colegiada para tratar acerca do novo Acordo de Gestão a ser firmado entre a Conab e o MAPA.

Recomendação 2.2.c)

No âmbito da Matriz não retornaram os procuradores lotados na Gecot e Dirad.

Recomendação 2.2.d)

Para apresentação de uma nova estrutura de inspetoria com a finalidade de executar cálculos judiciais e acompanhar as ações relacionadas aos processos internos de apuração, sendo necessário que seja indicado:

(a) em qual estrutura orgânica será criada a nova área e, reunir mais elementos a respeito do assunto, quais sejam:

(b) descritivo do processo atual e elenco dos documentos utilizados pelas áreas envolvidas.

Ainda, é indispensável:

(c) interação, comprometimento e participação das áreas de Contabilidade, Recursos Humanos, Corregedoria e Jurídica para implantação da nova área.

02 – Item do RAE: 9.2:
Recomendação 1.a)
Foram orientadas as aberturas do processo de apuração da condução do processo pelo escritório terceirizadas empresa CARAMURU CI PROGE N.º 415/2011 e dos demais em curso no Distrito Federal. A notificação à OAB ainda não foi realizada tendo em vista o levantamento que está sendo feito de quais profissionais atuaram nos processos, pois em face da terceirização, mais de um escritório pode ter conduzido a demanda. Quanto ao processo da SPAM a minuta a ser encaminhada está sendo elaborada.
Foi expedido Ofício Proge n.º 026/2012, encaminhado ao Presidente do Conselho Federal da OAB, em 13.3.2012, rogando providências quanto apuração de responsabilidade dos advogados que atuaram nos processos SPAM, Renascença e Caramuru.
A Supes em resposta a CI PROGE n.º 114/12, informou, mediante DESPACHO nº 237/2012, a relação dos advogados que atuaram nos processos em referência. Tal expediente será remetido a Audin, com vistas à OAB.
Recomendação 1.b)
Foi expedida a CI PROGE 164/2006 E 845/2009 em atenção à recomendação.
Recomendação 1.c)
Periodicamente os dados são levantados e recuperados os créditos, informando a Difin e SUCON para as respectivas baixas conforme CI´s PROGE n.º 163/2010, 519/2010, 533/2010 e CI conjunta Difin/Proge 168-378/2010.
Em resposta a CI PROGE n.º 115/12, a Supes informou mediante o Despacho n.º 286/12, quanto aos procedimentos relacionados ao Grupo de Trabalho criado pela Portaria n.º 64, de 06/06/2007.
A Audin está acompanhando o andamento dos trabalhos e avaliando os resultados nos seus trabalhos de auditoria.
Recomendação 1.d)
Os cálculos foram elaborados e encaminhados ao Gabin/Proge em 25.10.2011
03 – Item do RAE: 9.3:
Recomendação 1.a)
Em relação ao processo de licitação, mesmo com ampla divulgação, as duas primeiras foram desertas e a última contou com apenas um participante. Tal fato, não condiz com a possibilidade de o preço mínimo ter sido subestimado.
Recomendação 1.b)
Relativamente a essa recomendação, é de todo oportuno, registrar, mais uma vez, que, além de engenheiros da própria Companhia, o Tribunal de Contas da União – TCU, conforme determinação consubstanciada no Acórdão n.º 456/2005, a avaliação de imóveis deve ser feita, preferencialmente, pela CEF ou Banco do Brasil.
Sendo uma entidade que detém a especialização para executar avaliações de imóveis, sua condição de entidade pública, e ainda a determinação do TCU contido no Acórdão n.º 456/2005, a avaliação e aprovação da área técnica da Companhia não coloca o trabalho executado pela entidade como passível de suspeição e/ou falhas? Mencione-se, ainda, que a Companhia possui um único engenheiro habilitado perante o CREA para executar avaliação de imóveis, e o mesmo exerce atualmente a função de Superintendente Regional, o que o impede de exercer esse mister.
Em andamento estudos para adaptação da norma de Alienação de Bens Imóveis as novas orientações da Controladoria Geral da União – CGU.
Informamos que foi encaminhada CI Gemor n.º 006 em 15/03/2012 a Supad/Gepas com a finalidade de adequar a Norma Alienação de Bens Imóveis
– 60.208 aos apontamentos citados.
Com relação a esta recomendação e à CI Gemor n.º 006/12 atinentes à adequação da norma 60.208 - Alienação de Bens Imóveis, com vistas ao estabelecimento de rotinas de análise nos laudos de avaliação elaborados por terceiros, cabe destacar o seguinte:
1.1Conforme o disposto no subitem 01.1, subtítulo IV da capo 11 da norma 60.208, o preço mínimo de venda de imóvel é fixado com base em laudo de avaliação expedido pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por empregado da Conab, devidamente credenciado no CREA.
1.1.1Caso não seja possível obter-se avaliação na forma descrita no Subitem 01.1, a administração poderá valer-se de empresa especializada, como por exemplo, Bolsa de Imóveis, Câmara de Valores Imobiliários, Instituto de Engenharia etc., ou da contratação de um engenheiro civil, devidamente credenciado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.
O Acórdão TCU n.º 456/05 determina que a Conab não acolha, nos processos de alienação, laudos de avaliação contratados por terceiros, devendo efetuar a venda com base em laudos confeccionados por engenheiros do seu quadro de pessoal, preferencialmente pela CEF ou Banco o Brasil.
1.3 O Voto Diafi n.º 024/2008, no inciso 111, alínea "f' especifica: o laudo de avaliação dos imóveis deverá ter o prazo de validade de 1 (um) ano e será elaborado pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou por engenheiro do quadro de pessoal da Conab, em conformidade com orientação expressa no Acórdão na 456/2005 do Tribunal de Contas da União - TCU.
1.4 Em razão dessa determinação, contida, obrigatoriamente, nos normativos internos da Companhia, as vendas de imóveis pela Conab baseiam-se exclusivamente em laudos de avaliação expedidos pela CEF, Banco do Brasil ou por empregado da Conab.
1.5 Ante o exposto e considerando que as empresas especializadas não estão contempladas nos atos internos que definem os procedimentos para a avaliação de imóveis, bem como a contratação de engenheiros credenciados, estamos

sugerindo a Sumoc a exclusão do subitem 01.2, subtítulo IV do capo 11 da norma 60.208 - Alienação de Bens Imóveis. GEPAS solicitou junto a SUPAD, exclusão do subitem 01.2, subtítulo IV do cap. II da norma 60.208 – Alienação de Bens Imóveis. (CI/GEPAS n. º 315/12, de 04/10/2012).
Recomendação 1.c)
Foi encaminhado o Ofício Diafi n.º 043, de 23.3.2012 à SPU, consultando acerca da possibilidade de execução dos serviços objeto da recomendação emanada pela CGU, na medida em que os laudos de avaliação dos imóveis forem apresentados àquela Secretaria.
Foi recepcionado o Ofício n.º 207/2012-DECAP/SPU/MP com resposta ao Ofício Diafi n.º 43, de 23.3.2012, com a seguinte redação:
…"Portanto, do acima exposto informamos a esta Companhia Nacional de Abastecimento a impossibilidade do atendimento à execução dos serviços solicitados, posto nos dizeres do Órgão consultado "…se o imóvel é de propriedade de ente da Administração Indireta, a única possibilidade que vislumbramos para atuação da SPU na avaliação seria a União tivesse interesse na aquisição"…
Recomendação 1.d)
Foi registrada que as atividades da Unidade Frigorífica de Curitiba caracteriza-se como eminentemente empresarial daí a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, desconsiderando, inclusive, os ingressos oriundos do Tesouro para cobertura de parte dos dispêndios (sendo uma atividade empresarial, o repasse de recursos dessa natureza constitui-se em mero subsídio). Por outro lado, é preciso considerar que a unidade, em face do longo espaço temporal decorrido desde a sua construção, apresenta-se atualmente como obsoleta como também os equipamentos existentes.
Assim, considerando a recomendação da CGU, a área competente deverá elaborar estudo detalhado de viabilidade econômico-financeira, envolvendo avaliação prospectiva do mercado em potencial e a perspectiva futura, concorrência, projeções de receita e despesas (valores correntes e constantes), retorno do investimento, entre outras variáveis que devem ser, obrigatoriamente, consideradas em uma iniciativa dessa natureza.
A área competente da Conab, conforme registrado no relatório da CGU, asseverou que a unidade deverá funcionar por mais um tempo, para que seja feito o estudo de viabilidade. Ora, esta assertiva foge completamente ao conceito de estudo de viabilidade econômico-financeira, porquanto é óbvio que nenhum estudo de viabilidade é realizado somente após o projeto implantado.
Recomendação 1.e)
Referente a presente recomendação, os processos de alienação de imóveis relacionados pela CGU se traduziram em atos perfeitos e acabados, pelos seguintes motivos fáticos:
a) os processos licitatórios respeitaram os dispositivos da Lei n.º 8.666/1993 (artigo 17, inciso I);
b) foram elaborados os laudos de avaliação (art. 17, inciso I da Lei n.º 8.666/1993) através de uma entidade pública – no caso a CEF -, indicada, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão n.º 425/2005), como também pela SPU;
c) as alienações obedeceram as Normas Internas da Organização - Conab;
d) todas as alienações mereceram a análise prévia da área jurídica da Conab e foram devidamente aprovadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.
Em caso de alguma anomalia no processo licitatório por erros nos laudos de avaliação – que não vislumbramos -, e que possam ter causado comprovadamente prejuízo patrimonial à Conab, a iniciativa seria a impetração de ação regressiva contra a Caixa Econômica Federal – CEF.
04 – Item do RAE: 9.4:
Recomendação 1.a)
A Procuradoria Geral procedeu à análise acerca do assunto e, em seguida, o encaminhou ao Ministério Público, para providências.
Recomendação 1.b)
A Sureg/MG, responsável pela conferência, informou por meio do fax 1322, de 15/3, a regularidade de todas as operações. O processo foi encaminhado à Procuradoria Geral para análise.
Recomendação 1.c)
Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.
A SUOPE sugeriu por meio de VOTO DIRAB 62, a criação de grupo interdepartamental para análise dos processos independentemente da manifestação do MPF, porém a REDIR não apreciou a questão.
Recomendação 1.d)
Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.
A SUOPE sugeriu por meio de VOTO DIRAB 62, de 16/10/2012, a criação de grupo interdepartamental para análise dos processos independentemente da manifestação do MP, porém a REDIR não apreciou a questão.
Recomendação 1.e)
Documentação encaminhada ao Ministério Público, para providências.
A SUOPE sugeriu por meio de Voto DIRAB 62, de 16/10/2012, a criação de grupo interdepartamental para análise dos processos independentemente da manifestação do MPF, porém a REDIR não apreciou a questão.
A SUFIS encaminhou a SUOPE toda a documentação relativa operação, é da responsabilidade daquela superintendência adotar todas providências, inclusive, encaminha ao Ministério Público.
Enviado à CGU o Oficio Presi 104, de 7.3.2012, que consta a solicitação de gestões da CGU quanto à promoção de

entendimentos junto a SDE/MJ, objetivando a criação de procedimento-padrão com vistas à apuração de infrações da ordem econômica, na forma do art. 36 da Lei n.º 12.529/2011 em operações/leilões na seara das subvenções econômicas.
Recomendação 1.f)
Após aplicação de penalidade ao arrematante, foi iniciado processo de cobrança, bem como expedido ofício à Secretaria de Direito Econômico.
Suspensas As Penalidades Aplicadas Por Determinação Judicial. 2ª Vara Federal De Santa Maria –RS, Conforme Ci Dirab/Suope N.º 830, De 28.6.2012.
Reiteramos informação anterior quanto à autuação do processo 0527/12, e aplicação das penalidades que foram suspensas por determinação judicial da 2ª Vara Federal de santa Maria - RS.
Recomendação 1.g)
Processo administrativo encaminha para submeter à análise e emissão parecer por parte da Procuradoria Regional em Mato Grosso.
Recomendação 2.a)
Foram encaminhados ofícios Presi n.ºs 104 e 105, a CGU e ao MAPA respectivamente, ambos de 7.3.2012, com sugestões técnicas no intuito de aperfeiçoar mecanismos de controle/fiscalização nas operações de subvenção.
Está no bojo da revisão/atualização dos instrumentos proposto na Nota Técnica SUOPE nº 05, de 19/4/12.
Recomendação 2.b)
Pelo setor de fiscalização da CONAB, constatou se a ocorrência de práticas entre o arrematante e o produtor que inviabiliza o recebimento do preço mínimo, porém, a documentação apresentada para comprovar a operação não permite detectar o fato relatado. Assim não há como apurar a responsabilidade.
O valor referido não constitui dano ao Governo uma vez que a operação, que objetiva garantir o preço mínimo, foi realizada com comprovação de recebimento do preço garantido pelo produtor.
Recomendação 2.c)
Com a futura ampliação do quadro de pessoal, em especial os de Fiscais, estabelecerá novo procedimento acerca do assunto.
Iniciados testes utilizando metodologia amostral – Tabuas de Números Equiprováveis
Recomendação 3.a) Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.b) Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.c) Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.d) Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.e) Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
Recomendação 3.f) Recomendação sob responsabilidade do MAPA.
05 – Item do RAE: 9.5:
Recomendação 1.a)
A presente recomendação originou a Nota Técnica conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/SUGOF N.º 05 de 06.02.2012.
A Presidência da Conab, por intermédio do Ofício PRESI n.º 513, de 25/10/2012, solicitou gestão juntos ao TCU, no sentido de que seja promovida auditoria de natureza operacional – ANOp, nos procedimentos de contratação e de operacionalização de remoções no âmbito da Conab, no intuito de aprimorá-los.
A Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB, com o objetivo de normatizar os procedimentos de solicitações de remoções por meio de Leilões de Fretes, encaminhou às diversas áreas da Companhia demandantes, a CI DIRAB n.º 1218 de 11.12.2011, determinando os requisitos necessários a serem enviados para a realização das Contratações. Ficou definido também o cronograma dos períodos das solicitações a serem seguidos pelas áreas demandantes e para as contratações.
Com o agravamento da crise de abastecimento, foram editadas as PORTARIAS INTERMINISTERIAIS N.º144, 424, 470 e 601 de 01/03, 15/05, 24/05 e 29/06/2012 respectivamente, o que impossibilitou a atendimento dos prazos de Contratações previstas na CI DIRAB nº 1.218.
Dando continuidade aos Ofícios n.º140/2012/GAB/SAF de 25.01.2012 do MDA e n.º36/2012/SPA-MAPA de 01.02.12, as NOTAS TÉCNICAS conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/ SUGOF Nº 05 e N.º 001 de 06/02 e 01/03/2012, e nas PORTARIAS INTERMINISTERIAIS N.º144, 424, 470 e 601 de 01/03, 15/05, 24/05 e 29/06/2012 respectivamente e no VOTO DIRAB N.º 010/2012 de 05.03.12, aprovado em Reunião de Diretoria – REDIR, foram elaborados os Avisos de n.º 233, 283, 290, 308, 331/12 e 353/12, os quais foram realizados em 09.07, 21.08, 27.08, 06.09, 14/09 e 28.09.2012, respectivamente.
O Leilão do Aviso de n.º 233/12 de 09.07.12, teve trinta e seis Lotes, com nove empresas vencedoras, uma nova, que operaram com cinco Bolsas de Mercadorias. Três lotes foram cancelados e seis lotes não foram negociados, pois não tiveram cotações. O deságio do Leilão foi de 9,21% e o dos lotes variou de 0,00% a 16,38% do preço de referência
O Leilão do Aviso de n.º 283/12 de 21.08.12, teve somente um Lote que não foi negociado, pois não houve interesse do mercado.
O Leilão do Aviso de n.º 290/12 de 27.08.12, teve trinta e sete Lotes, com uma empresa vencedora, nenhuma nova, que operou com uma Bolsa de Mercadoria. O deságio foi de 0,00% do preço de referência.
Nesse leilão só foi negociado um lote, os demais não foram negociados, pois não houve interesse do mercado.
O Leilão do Aviso de n.º 331/12 de 14.09.12, teve trinta e três Lotes com treze empresas vencedoras, uma nova, que

operaram com quatro Bolsas de Mercadorias. O deságio médio foi de 9,68% e variou de 0,26% a 25,39% do preço de referência.
O Leilão do Aviso de n.º 353/12 de 28.09.12, teve trinta e três Lotes com cinco empresas vencedoras, duas novas, que operaram com quatro Bolsas de Mercadorias. O deságio médio foi de 20,70% e variou de 0,00% a 27,04% do preço de referência
A CONAB alterou a sistemática de remoção de estoques públicos com a adoção das seguintes medidas: a) Os Avisos de Fretes passaram a ter somente Lotes, sem sub-lotes, conforme decisão da DIRAB: b) Foi alterada a metodologia utilizada na formação dos preços dos fretes utilizados como parâmetros nos Leilões de Fretes da Conab pela Gerência de Movimentação e Estoques – GEMOV, com a utilização de Interpolação Linear nos valores dos fretes pesquisados para calcular o preço de referência final. A metodologia foi utilizada nos Avisos n.º 331/12 e 353/12 de 14.09 e 28.09.2012, respectivamente.
A metodologia foi adotada após a aprovação do VOTO DIRAB Nº 047/2012 de 12/09/2012, em Reunião da Diretoria Colegiada - REDIR de n.º1.059 e inseridas nos processos de contratação (ANEXO I e II).
A CONAB em articulação com o Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com vista a ampliar a competitividade na contratação de empresas transportadoras, conforme recomendação da CGU, alterou a sistemática atual de remoção dos estoques públicos, com a adoção das providências a seguir:
a)O Edital de Fretes (AVISOS) passou a ser constituído de Lotes, sem os Sub-Lotes ônus;
b)Nos Leilões de Fretes, ampliou-se o número de preços de fretes na formação do frete utilizado como parâmetro, com a inclusão de Pesquisa de preços de mercado, preços de empresas transportadoras, preços da planilha da Conab, da planilha da NTC. Inicialmente utilizou-se a mediana desses preços. Em seguida, a Gerência de Movimentações de Estoques – GEMOV, utilizou a Interpolação Linear dos preços para a formação dos parâmetros de fretes.
A metodologia foi adotada após a aprovação do VOTO DIRAB N.º 047/12 de 12.09.12, em Reunião da Diretoria Colegiada – REDIR de n.º 1.059 e inserida no processo de contratação.
Por último, foi realizada uma análise com os dados dos Leilões de Fretes realizados após a implantação das medidas recomendadas pela CGU, aonde constatou-se que:
· Bolsas de Mercadorias – Apesar de 27 Bolsas de Mercadorias estarem interligadas com o Sistema Eletrônico de Leilões da Conab, portanto, podendo operar nos Leilões de Fretes da Companhia, somente nove o fizeram, sendo que as Bolsas Vencedoras dos Leilões variaram de um mínimo de uma, e um máximo de seis, por Leilão. Com relação ao ano de 2011 verificou-se que não ocorreu um aumento significativo na participação das Bolsas de Mercadorias nos Leilões de Fretes da Companhia, quando sete operaram com a Conab. Das duas novas, uma (BBC) foi criada em 2012 e a outra (BMCS) só negociou um Lote em um único Aviso. Das quantidades negociadas em 2012, 84,32% foram arrematadas por quatros Bolsas (BNM, BBM_PR, BBSB e BB_UB, antigas que já operavam com a CONAB). Com relação aos valores de fechamento, 85,78% do total, foram arrematadas por quatros Bolsas (BNM, BBM_PR, BBSB e BB_UB, antigas que já operavam com a CONAB), o que demonstra a especialização delas em operar com a Conab.
· Empresas Transportadoras – Na comparação entre os anos de 2011(sistema antigo) e o de 2012 (sistema novo) o incremento foi de somente oito empresas novas, duas das quais foram penalizadas por descumprirem o Contrato. Das quantidades negociadas nos Leilões de Fretes, 89,27% foram arrematadas por empresas antigas que já operavam com a CONAB, e 10,73% pelas novas (Lontano Transportes, Cooperativa de T. de Bens, Mosaico T. Ltda, LN Distribuidora e C. Ltda, Nartel Comércio, Sagitário T. Ltda, TDA Logística, T. Giomila Ltda e Cidade Azul Transportes). Com relação aos valores de fechamento, 92,34% foram de empresas antigas que já operavam com a CONAB, e somente 7,66% com as novas.
Recomendação 1.b)
A recomendação originou minuta que foi aprovada pelas áreas finalísticas e seguirá para análise e manifestação da Proge que, alfim, submeterá à aprovação pela Diretoria Colegiada.
A MINUTA de RESOLUÇÃO em substituição a Resolução n.º 30 de 18.02.2002,i aprovada através do VOTO DIRAB N.º 034/2012 de 01. 08.2012, e na REDIR N.º1.054 de 01 de agosto de 2012.
Recomendação 1.c)
A recomendação ensejou providências pelas Superintendências Regionais, no sentido de elaboração de Nota Técnica com os dados solicitados e as justificativas técnicas e sociais para recebimento do milho do programa Venda Balcão. Os avisos de fretes seguem as orientações contidas na referida Nota Técnica.
Com base na NOTA TÉCNICA conjunta SUPAB/SUARM/SUOPE/ SUGOF N.º 05 e N.º 001 de 06/02 e 01/03/2012, e nas PORTARIAS INTERMINISTERIAIS N.º144, 424, 470 e 601 de 01/03, 15/05, 24/05 e 29/06/2012 respectivamente e no VOTO DIRAB N.º 010/2012 de 05.03.12, aprovado em Reunião de Diretoria – REDIR, foram elaborados os Avisos de n.º 233, 283, 290, 308, 331/12 e 353/12, os quais foram realizados em 09.07, 21.08, 27.08, 06.09, 14/09 e 28.09.2012, respectivamente.
As Notas Técnicas enviadas pelas SUREG'S, em atendimento ao Fax DIRAB/SUPAB N.º 1.200 de 12.12.2011 e a CI DIRAB n.º 1218, de 15/12/2011, que receberão o milho do Programa de Venda Balcão, foram utilizadas para se verificar previamente as estruturas e as condições dos armazéns de destino. Adicionalmente as Notas Técnicas e antes da realização do Leilão de Fretes, às Superintendências Regionais da Conab são consultadas sobre a capacidade de recepção dos armazéns nos novos Pólos que receberão os produtos.
Em substituição a Resolução n.º 30 de 18.02.2002, que estabelece os procedimentos e os critérios a serem observados pelas áreas da Companhia com relação a expedição e recepção de produtos oriundos dos estoques reguladores, foi

aprovada a MINUTA de RESOLUÇÃO através do VOTO DIRAB N.º 034/2012 de 01.08.2012, na REDIR N.º 1.054 de 01 de agosto de 2012.
A CI DIRAB N.º 1218 de 15/12/2011 foi transformada em MINUTA de RESOLUÇÃO, e está sendo conduzida no processo SUARM N.º 2464/2012, a qual foi aprovada por meio do VOTO DIRAB N.º 076/2012 de 10.12.2012, na REDIR N.º 1.071 de 12 de dezembro de 2012.
Recomendação 1.d)
As recomendações estão sendo seguidas e em especial, quanto aos encaminhamentos a STN, SAE, com a justificativa da remoção e com planilha estimada dês despesas. A execução do leilão de fretes ocorre somente após a chegada da resposta oficial.
A solicitação dos recursos para a realização dos Leilões de Fretes é realizada previamente por meio de Ofícios a SPA, SAE e STN conforme determina a Nota Conjunta MAPA/MF/MP n.º 034 de 30.04.2004.
Os Ofícios DIRAB N.º 868, 869 e 871 de 11/07/2012 contendo a finalidade e as estimativas de gastos para remoção do milho para a Região Nordeste, e Norte do estado de Minas Gerais foram encaminhados respectivamente a STN, SAE e SPA.
Os Ofícios DIRAB N.º 1.079, 1.080 e 1.081 de 28/08/2012 contendo a finalidade e as estimativas de gastos para remoção do milho para as Regiões Norte/Nordeste, Centro-Oeste, e Norte do estado de Minas Gerais, foram encaminhados respectivamente a SAE, STN e SPA (ANEXOS I, e VI).
Para que a CONAB possa realizar a contratação de frete é necessário que haja a liberação/disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros, para a operação. Assim sendo, é imprescindível a identificação do vínculo do estoque, uma vez que para cada programa, seja de Aquisição do Governo Federal - AGF, Contrato de Opção - COP, Agricultura Familiar - AF ou Convênios específicos, existe rubrica distinta para a utilização dos recursos.
Após a formalização das demandas, a DIRAB encaminha até o 15.º dia de cada mês, Ofícios à Secretaria de Política Agrícola–SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, a Secretaria de Acompanhamento Econômico-SAE do Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro Nacional-STN do Ministério da Fazenda, contendo proposta de remoção/movimentação de produtos dos estoques públicos e a planilha com a estimativa de gastos, onde solicita a liberação dos recursos necessários para a contratação da operação de transporte, conforme determina a Nota Conjunta MAPA/MF/MP n.º 034 de 30.04.2004.
Só depois da confirmação da liberação dos recursos orçamentários pela Superintendência de Programação Orçamentária e Avaliação – SUPOR, o Aviso específico é elaborado pela SUARM/GEMOV, contendo todos os dados de identificação da operação de remoção.
O mesmo é divulgado através de internet, imprensa, CI e Carta Divulgação, com no mínimo oito (08) dias úteis antes da data do leilão para que, se necessário, haja tempo hábil para que as alterações realizadas no aviso sejam de conhecimento das bolsas participantes.
No 4.º Trimestre foram encaminhados os Ofícios DIRAB N.º 1.320, 1.321 e 1.322 de 29/10/2012 respectivamente a SAE, SPA e STN contendo a finalidade (Programa Venda Balcão – Portaria Interministerial nº 601 e reposição de Perda por acordo judicial) e as estimativas de gastos para remoção do milho para as Região Nordeste, Centro-Oeste, e Sudeste.
Recomendação 1.e)
Foi criado Grupo de Trabalho, o qual já iniciou as atividades a fim de revisar e atualizar o Manual de Custos Operacionais de Transporte.
Como até o início de julho não houve manifestação da ESALQ-LOG ao Ofício DIRAB N.º 615 bem como ao FAX DIRAB N.° 765, a CONAB/DIRAB encaminhou por meio do Ofício DIRAB N.º 856 de 10.07.12 consulta ao Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a fim de verificar se a Universidade tem interesse em realizar a revisão do Manual
Em 17.07.12, o Coordenador do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Amir Mattar Valente, em resposta ao Ofício da DIRAB manifesta interesse em realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, e solicita agendar reunião preliminar.
Em 24.07.12, por meio de e-mail o Gerente da GEMOV, Paulo Roberto Muniz de Carvalho agenda a reunião para o dia 02.08.12.
Em 02.08.12, foi realizada reunião preliminar na CONAB entre os técnicos do LabTrans/UFSC e da CONAB.
Em 17.08.12, por meio de e-mail, o coordenador de projetos do LabTrans/UFSC, Fabiano Giacobo, encaminha uma minuta da proposta de trabalho para a atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB com o título "Estudo para atualização da Tabela de Fretes Rodoviários da Conab", para avaliação e considerações.
A proposta do LabTrans/UFSC por envolver custos financeiros consideráveis, forma de contratação, etc., foi enviada à Superintendência Orçamentária – SUPOR, para verificar a disponibilidade financeira e a Procuradoria Geral – COJUR a fim de analisar juridicamente a proposta do plano de trabalho.
O assunto está sendo conduzido no Processo SUARM/GEMOV n.º 2982/11 de 20.12.2011.
Identificação e escolhas dos participantes do Grupo de Trabalho ou contração de uma Instituição.
Em 01/10/2012 a Superintendência Orçamentária – SUPOR, em resposta a solicitação de recursos para poder contratar a proposta do LabTrans/UFSC informou, "... que em função da escassez de limites orçamentários para emissão de

empenhos para este exercício, que as despesas ocorra no exercício de 2.013, utilizando a dotação orçamentária da ação Administração da Unidade – Funcional Programática 20.122.2105.2000.0001- Fonte 250 (recursos próprios)".
Em 08.10.2012/ o Processo SUARM /GEMOV nº2982 foi encaminhado a COJUR para análise e informação do instrumento jurídico correto para efetivar a contratação do LabTrans/UFSC.
Em 03.12.2012 por meio da CI SUARM Nº 01612 de 03.12.2012, encaminhada a Procuradoria Geral da CONAB - COJUR, foi solicitado uma posição urgente a respeito do assunto.
Recomendação 1.f)
O Grupo de Trabalho oficiou órgãos ligados ao transporte rodoviário de cargas para em busca de trabalhos atuais acerca de acréscimos aos valores do frete em trecho de terra. As respostas serão utilizadas nos estudos referentes aos percentuais a serem aplicados nos trechos de terra, quando da atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários.
Ofício Presi n.º 027, 026, 025, 021, de 11/01/2012.
A NTC, o DNIT e a ESALQ, responderam aos ofícios PRESI. A CNT, até o presente momento não apresentou nenhuma manifestação.
Segundo o Diretor Técnico Executivo da NTC&Logística, Engº Neuto Gonçalves Reis, o valor do aumento dos custos para estradas de terras (não pavimentadas) são da ordem de 56% (PICR – GEIPOT).
No DNIT, o Coordenador-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes, Luiz Heleno Albuquerque Filho, informa que no Sistema de Custos Rodoviários – SICRO 2, ref./setembro de 2011, o aumento varia de 48,49% a 50,00% dependendo do tipo de veículo a ser utilizado (c/carroceria ou c/basculante).
A ESALQ na sua resposta citou vários trabalhos (CNT, NTC, Banco Mundial, etc.), mas só de estradas pavimentadas, e não informou qual é o aumento dos custos para estradas de terra.
Os dados encaminhados serão utilizados nos estudos referentes aos percentuais a serem aplicados nos trechos de terra, quando da atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários.
Recomendação 1.g)
A providência será adotada quando da revisão do Manual de Cálculo de Custos Operacionais Rodoviários e sempre que houver a atualização das Planilhas de fretes e suas respectivas Tabelas de fretes.
As pesquisas de preços realizadas pelos funcionários da CONAB no mercado de fretes nos estados de origem dos produtos e os preços de fretes coletados no site da SIFRECA-ESALQ, na empresa de transporte AGOTRAN, no Portal Guia do Transportador, na NTC e Planilha da Conab estão sendo anexados aos processos de contratação.
Como até o início de julho não houve manifestação da ESALQ-LOG ao Ofício DIRAB Nº 615 bem como ao FAX DIRAB N.° 765, a CONAB/DIRAB encaminhou por meio do Ofício DIRAB N.º 856 de 10.07.12 consulta ao Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a fim de verificar se a Universidade tem interesse em realizar a revisão do Manual.
Em 17.07.12, o Coordenador do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Amir Mattar Valente, em resposta ao Ofício da DIRAB manifesta interesse em realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, e solicita agendar reunião preliminar.
Em 24.07.12, por meio de e-mail o Gerente da GEMOV, Paulo Roberto Muniz de Carvalho agenda a reunião para o dia 02.08.12.
Em 02.08.12, foi realizada reunião preliminar na CONAB entre os técnicos do LabTrans/UFSC e da CONAB.
Em 17.08.12, por meio de e-mail, o coordenador de projetos do LabTrans/UFSC, Fabiano Giacobo, encaminha uma minuta da proposta de trabalho para a atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB com o título"Estudo para atualização da Tabela de Fretes Rodoviários da Conab", para avaliação e considerações.
A proposta do LabTrans/UFSC por envolver custos financeiros consideráveis, forma de contratação, etc., foi enviada à Superintendência Orçamentária – SUPOR, para verificar a disponibilidade financeira e a Procuradoria Geral – COJUR a fim de analisar juridicamente a proposta do plano de trabalho.
O assunto está sendo conduzido no Processo SUARM/GEMOV n.º 2982/11 de 20.12.2011
Em 01/10/2012 a Superintendência Orçamentária – SUPOR, em resposta a solicitação de recursos para poder aceitar a proposta do LabTrans/UFSC informou, "... que em função da escassez de limites orçamentários para emissão de empenhos para este exercício, que as despesas ocorra no exercício de 2.013, utilizando a dotação orçamentária da ação Administração da Unidade – Funcional Programática 20.122.2105.2000.0001- Fonte 250 (recursos próprios)".
Em 08.10.2012/ o Processo SUARM/GEMOV nº2982 foi encaminhado a COJUR para análise e informação do instrumento jurídico correto para efetivar a contratação do LabTrans.
Em 03.12.2012 por meio da CI SUARM N.º 01612 de 03.12.2012, encaminhada a Procuradoria Geral da CONAB – COJUR, foi solicitado uma posição a urgente a respeito do assunto.
Recomendação 1.h)
A recomendação será incluída no manual de Custos Operacionais Rodoviários.
Como até o início de julho não houve manifestação da ESALQ-LOG ao Ofício DIRAB N.º 615 bem como ao FAX DIRAB N.° 765, a CONAB/DIRAB encaminhou por meio do Ofício DIRAB Nº 856 de 10.07.12 consulta ao Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a fim de verificar se a Universidade tem interesse em realizar a revisão do Manual

Em 17.07.12, o Coordenador do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Amir Mattar Valente, em resposta ao Ofício da DIRAB manifesta interesse em realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, e solicita agendar reunião preliminar.
Em 24.07.12, por meio de e-mail o Gerente da GEMOV, Paulo Roberto Muniz de Carvalho agenda a reunião para o dia 02.08.12.
Em 02.08.12, foi realizada reunião preliminar na CONAB entre os técnicos do LabTrans/UFSC e da CONAB.
Em 17.08.12, por meio de e-mail, o coordenador de projetos do LabTrans/UFSC, Fabiano Giacobo, encaminha uma minuta da proposta de trabalho para a atualização do Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB , com o Título "Estudo para atualização da Tabela de Fretes Rodoviários da Conab", para avaliação e considerações.
A proposta do LabTrans/UFSC por envolver custos financeiros consideráveis, forma de contratação, etc., foi enviada à Superintendência Orçamentária – SUPOR, para verificar a disponibilidade financeira e a Procuradoria Geral – COJUR a fim de analisar juridicamente a proposta do plano de trabalho.
O assunto está sendo conduzido no Processo SUARM/GEMOV n.º 2982/11 de 20.12.2001
Em 01/10/2012 a Superintendência Orçamentária – SUPOR, em resposta a solicitação de recursos para poder aceitar a proposta do LabTrans/UFSC informou, "... que em função da escassez de limites orçamentários para emissão de empenhos para este exercício, que as despesas ocorra no exercício de 2.013, utilizando a dotação orçamentária da ação Administração da Unidade – Funcional Programática 20.122.2105.2000.0001- Fonte 250 (recursos próprios) ".
Em 08.10.2012/ o Processo SUARM/GEMOV n.º2982 foi encaminhado a COJUR para análise e informação do instrumento jurídico correto para efetivar a contratação do LabTrans.
Em 03.12.2012 por meio da CI SUARM N.º 01612 de 03.12.2012, encaminhada a Procuradoria Geral da CONAB – COJUR, foi solicitado uma posição a urgente a respeito do assunto.
Recomendação 1.i)
O Grupo de Trabalho oficiou aos órgãos de transporte em busca de subsídio tais como novas ferramentas eletrônicas, para adequação do manual interno.
Para a definição das distâncias dos percursos de origens e destino nas remoções dos produtos, a Gerência de Movimentação de Estoques – GEMOV, continua utilizando os dados do CD-ROM do Guia Quatro Rodas do ano de 2011. Foi solicitada por meio da CI SUARM nº 1.026 de 31.08.2012 e reiterada na CI SUARM nº 1.196 de 26.09.2012, a Superintendência Administrativa - SUPAD a aquisição da versão 2.012 do CD-ROM do Guia Quatro Rodas e, tão logo seja adquirido, será utilizado. Esse procedimento de aquisição/utilização do CD será realizado anualmente pela Gerência de Movimentação de Estoques – GEMBO.
Recomendação 1.j)
A mesma informação da recomendação -1.h
Recomendação 1.k)
A recomendação passou a ser exigência e com aplicação imediata pela SUARM/GEMOV em todos os processo de contratação de frete.
Em prosseguimento ao procedimento adotado anteriormente nos Avisos de n.º 55/12, 124/12, 129/12, 159/12 e 202/12, foram inseridos nos processos de contratação dos Avisos de n.º 233/12, 283/12, 290/12, 308/12 331/12 e 353/12, datados de 09.07, 21.08, 27.08, 07.09 14.09 e 28.09.12, respectivamente, os dados com os preços de fretes pesquisados pelos técnicos da CONAB nos estados de origens dos produtos, no site da SIFRECA-ESALQ, na empresa de transporte AGOTRAN, no Portal Guia do Transportador, na NTC e Planilha da Conab e a metodologia para a formação dos parâmetros de fretes.
Em virtude dos insucessos ocorridos nas contratações dos fretes nos Avisos de nº 290/12 e 308/12 e das alterações ocorridas no mercado de fretes rodoviários no período, foi realizada nova pesquisa dos preços de fretes no mercado nos estados de origens dos produtos, e aplicada pela Gerência de Movimentações de Estoques – GEMOV, metodologia, utilizando a Interpolação Linear dos preços para a formação dos parâmetros de fretes, utilizada nos Avisos n.º 331/12 e 353/12 de 14.09 e 28.09.12, respectivamente, baseado nos mesmos dados coletados.
A metodologia foi adotada após a aprovação do VOTO DIRAB Nº 047/12 de 12.09.12, em Reunião da Diretoria Colegiada – REDIR de nº 1.059 e inserida no processo de contratação.
Os dados com os preços de fretes pesquisados nos estados de origens dos produtos, no site da SIFRECA-ESALQ, na empresa de transporte AGOTRAN, no Portal Guia do Transportador, na NTC e Planilha da Conab e a metodologia para a formação dos parâmetros de fretes, estão sendo atualizados e anexados aos processos de Contratação.
Após a contratação do Laboratório de Transportes e Logística - LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para realizar o Trabalho Técnico de revisar o Manual de Cálculo de Custos Operacionais de Transportes Rodoviários da CONAB e sua revisão trimestral, os dados referentes as pesquisas serão anexados aos processos de Contratação.
Recomendação 1.l)
A Diretoria de Operações e Abastecimento por intermédio da CI DIRAB n.º 247 de 27.03.12 solicitou a COGER a instauração de Comissão de Investigação Preliminar, a qual foi instaurada conforme Portaria PRESI N.º 594, de 07.05.2012.
O Presidente da Comissão de Investigação Preliminar por meio da CI N.º 01 de 03.08.12 solicitou a PRESI prorrogação

de prazo por mais sessenta dias. A COGER, por meio de despacho de 07.08.12 a PRESI, solicitou uma nova Portaria com a prorrogação. A CONAB/PRESI, por meio da PORTARIA N.º 961 de 06 de agosto de 2012, prorrogou por 60 dias, a contar de 13.08.2012. O prazo final para a conclusão dos trabalhos é 12.10.2012.
Conforme CI DIRAB/SUARM n.º 1.354 de 17/10/2012, o assunto objeto desta Ação, por força regimental será conduzido pela PRESI/COGER.
A COGER informa que foi constituída Comissão de Investigação Preliminar, por meio da Portaria PRESI n.º 594, datada de 07/05/2012, nos termos da Portaria da CGU n.º 335/2006 e que foi concedida a prorrogação do prazo por 60 (sessenta) dias, requerida pelo Presidente da Comissão, ficando estabelecido o dia 12/10/2012 para entrega do Relatório.
Conforme CI DIRAB/SUARM n.º 1.354 de 17/10/2012, o assunto objeto desta Ação, por força regimental será conduzido pela PRESI/COGER.
06 – Item do RAE: 9.6:
Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3)
As Diretorias iniciarão estudos para revisão do Voto objeto da recomendação.
Recomendação atendida.

Síntese dos resultados obtidos:

01 – Item do RAE: 9.1:
Recomendação 1.a) - (a.1, a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6) Grupo de Trabalho designado para acompanhamento e execução do item em comento. Definição acerca da necessidade de atualização do programa de informática, para inserção e atualização do banco de dados.
Recomendação 1.b) Providência no sentido de que a gerência competente elabore e apresente projeto para modificação no regimento interno.
Recomendação 1.c) O assunto está em debate junto à Diretoria Colegiada, com expectativa de conclusão para fevereiro/2012.
Recomendação 1.d) A recomendação ensejou providência, pelo setor responsável, no sentido de instruir quanto a serem observados a legislação pertinente.
Recomendação 1.e) A recomendação ensejou a providência e aguarda-se o setor responsável consolidar os dados colhidos junto as Superintendências Regionais.
Recomendação 2.1.a) - (a.1, a.2 e a.3) A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, com instrução às Regionais para alimentar o sistema CPJ, bem como, encaminha à Procuradoria Geral, estatística acerca do quantitativo de demandas. Ainda, foi recomendada a adoção de teses uniformes.
Recomendação 2.1.b) A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.
Recomendação 2.1.c) A recomendação ensejou providências no sentido de retomar os serviços pelo quadro de carreira.
Recomendação 2.2.a) Providência a cargo do Ministério.
Recomendação 2.2.b) – (b.1 e .b2) As recomendações estão em fase de estudos para adequação.
Recomendação 2.2.c) A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.
Recomendação 2.2.d) A recomendação ensejou providências no sentido de iniciar estudos para adequação do organograma institucional, para apresentação futura de projeto.
02 – Item do RAE: 9.2:
Recomendação 1.a) A recomendação ensejou em diligências e expedição de ofícios e documentos, inclusive com elaboração de minuta para ingresso em juízo.
Recomendação 1.b) A recomendação ensejou providências no sentido de retornar os profissionais as unidades de lotação, devendo ser concluída em breve.
Recomendação 1.c) A recomendação ensejou providências no sentido de designar Grupo de Trabalho para acompanhamento. Periodicamente os dados são revistos.
Recomendação 1.d) A recomendação foi concluída com elaboração dos cálculos.
03 – Item do RAE: 9.3:
Recomendação 1.a) Ensejou em estudos para melhoria nos editais.
Recomendação 1.b) Ensejou providências no sentido de adequar a norma de alienação de imóveis. Minuta deverá ser apresentada em breve.
Recomendação 1.c) Ensejou em encaminhamento junto a SPU, no sentido de que sejam homologados futuros laudos de avaliação. SPU afirma poderá fazer se houver interesse pela União na aquisição do imóvel.
Recomendação 1.d) Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles.
Recomendação 1.e) Em razão dos esclarecimentos constantes do tópico "Síntese da providência adotada" não há o quê dizer sobre resultados.
04 – Item do RAE: 9.4:
Recomendação 1.a) Ensejou providências no sentido de encaminhamento ao Ministério Público para conhecimento.
Recomendação 1.b) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.
Recomendação 1.c) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência

Recomendação 1.d) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência Recomendação 1.e) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.f) A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames da legislação pertinente. Recomendação 1.g) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 2.a) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 2.b) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 2.c) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 3.a) Recomendação sob responsabilidade do MAPA. Recomendação 3.b) Recomendação sob responsabilidade do MAPA. Recomendação 3.c) Recomendação sob responsabilidade do MAPA. Recomendação 3.d) Recomendação sob responsabilidade do MAPA. Recomendação 3.e) Recomendação sob responsabilidade do MAPA. Recomendação 3.f) Recomendação sob responsabilidade do MAPA. 05 – Item do RAE: 9.5: Recomendação 1.a) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.b) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.c) A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames. Recomendação 1.d) A recomendação ensejou providências, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames. Recomendação 1.e) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.f) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.g) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.h) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.i) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência, Recomendação 1.j) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.k) Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência. Recomendação 1.l) Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles. 06 – Item do RAE: 9.6: Recomendação 1.a) e 1.b) (b.1, b.2 e b.3) Para essas recomendações, no momento, não há como dizer sobre resultados.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:
Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

Fonte: Audin

Relatório das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida
01	Relatório de Avaliação da Gestão n.º 201205138, exercício 2011	1.1.1.1.	Ofício n.º 31763/2012/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 24.10.2012
02		1.1.1.2.	
03		1.1.1.3.	
04		1.1.1.4.	
05		1.1.1.5.	
06		1.1.1.6.	
07		1.1.1.7.	
08		1.1.1.8.	
09		2.1.1.1.	
10		2.2.1.1.	
11		3.1.1.1.	
12		3.1.1.4.	
13		3.1.1.5.	
14		3.1.1.6.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RAE**	**Comunicação Expedida**
15		3.1.1.7.	
16		4.1.1.1.	
17		4.1.1.2.	
18		4.1.1.3.	
19		4.1.1.4.	
20		5.1.1.1.	
21		5.1.1.2.	
Órgão/entidade objeto da recomendação:			**Cód SIORG**
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			002114

Descrição da Recomendação:

01 - 1.1.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Recomenda-se à Conab estabelecer rotinas de levantamento das necessidades, bem como de elaboração e aprovação da Programação da Alocação de Recursos Orçamentários, para a Rede Armazenadora Própria, de maneira que o orçamento seja aprovado em tempo hábil, evitando atrasos na execução e permitindo o atendimento do maior número possível de demandas.

02 - 1.1.1.2. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Adotar efetivamente mecanismos de revisão dos cálculos efetuados na apuração dos preços de referência de produtos hortigranjeiros, evitando que sejam inseridos no cálculo valores correspondentes ao período de entressafra.

03 - 1.1.1.3. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Adotar mecanismos de revisão dos processos de proposta de formação de estoque – CPR – Estoque, com o objetivo de evitar a extrapolação do limite de aquisição definido em normativo.

04 - 1.1.1.4. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Proceder a atualização dos normativos internos para adequá-los à Portaria MDA n° 17, de 23 de março de 2010.

RECOMENDAÇÃO N.º: 002 - Adotar mecanismos de controle de forma a evitar que sejam mantidos normativos desatualizados na página da Conab na internet.

05 - 1.1.1.5. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Recomendamos à Conab que institucionalize um plano nacional de fiscalização das operações do PAA, a ser executado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis. O referido plano deverá garantir a abrangência das ações de fiscalização mediante a definição de critérios de materialidade e criticidade, bem assim a relevância do PAA no contexto da política pública de inclusão do agricultor familiar. Levar em consideração, também, as denúncias porventura recebidas.

RECOMENDAÇÃO N.º: 002 - À Auditoria Interna da Companhia, que atue junto à SUFIS, visando avaliar a implementação do plano de fiscalização, inclusive quanto à abrangência e capacidade de evidenciação das ações de fiscalização

06 - 1.1.1.6. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Adotar providências para que se cumpra na integridade os procedimentos necessários após comprovadas perdas e/ou desvios de mercadorias nos Armazéns credenciados, com representação à Polícia Federal e ao Ministério Público da União, além de comunicação à Receita Federal do Brasil e à Secretaria de Fazenda do Estado, conforme descritos no item 4 da Resolução N° 001/2011, de 13/01/2011.

RECOMENDAÇÃO N.º: 002 - Prover interlocuções junto às Superintendências Regionais e Diretorias (juntamente com as respectivas Superintendências da Sede em Brasília) para que participem no processo de revisão e elaboração do NOC – Normas Operacionais da Conab.

RECOMENDAÇÃO N.º: 003 - Adotar providências no sentido de obter acordos/convênios, termos ou protocolos de trabalhos com a Polícia Federal, Receita Federal, Secretarias de Fazenda dos Estados e entidades necessárias para o combate a práticas irregulares (desvios de mercadorias) e consequentes aplicações das penalidades pertinentes.

07 – 1.1.1.7. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Recomendamos à Companhia que realize análise prévia para definição do objeto de todos os Avisos de Fretes quanto à melhor alternativa sob o ponto de vista da razão entre custo do produto/valor do parâmetro do frete, visando indicar a melhor alternativa entre armazém de origem/destino dos produtos a serem transportados, conforme determina a letra "a.1", do Item III, Capítulo IV, do Manual de Remoção de Produtos, apensando a memória de cálculo aos processos das futuras contratações de remoção de estoques públicos.

08 - 1.1.1.8. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Recomendamos à Companhia que, em suas contratações, realize pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentem o preço estimado.

09 - 2.1.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Recomenda-se à Companhia Nacional de Abastecimento adoção das seguintes providências:

a) Encaminhar representação à Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ao qual estejam inscritos os advogados que atuaram em nome da CONAB, nos processos referidos no tópico 3, para apuração de suas responsabilidades profissionais, inclusive quanto ao indício de tipicidade por atuação de advogado nos dois pólos das lides, conforme indicado no subitem 3.1.

RECOMENDAÇÃO N.º: 002 - b) Adotar providências com vistas à apuração dos fatos apresentados e

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida

responsabilização dos escritórios terceirizados e seus sócios responsáveis pelas falhas apontadas neste Relatório;
RECOMENDAÇÃO N.º: 003 - c) Proceder à detalhada análise das contas contábeis representativas dos depósitos judiciais e recursais, visando subsidiar as urgentes ações da Companhia para reclamar em juízo o levantamento dos recursos que já estejam à disposição da Conab. A referida providência requer trabalho conjunto envolvendo a Procuradoria-Geral, a Superintendência de Finanças e a Superintendência de Contabilidade, no âmbito da Matriz e nas Superintendências Regionais; o trabalho deve envolver também as Procuradorias Regionais, e áreas financeira e contábil, apresentando cronograma com prazo para conclusão.
10 - 2.2.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Inclua nos NOCs de PEP e Contrato de Opção as etapas relativas ao planejamento das intervenções por meio desses instrumentos, visto que os estudos técnicos elaborados pela Companhia subsidiam as decisões da SPA/MAPA..
11 - 3.1.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Fazer levantamento de valores a receber, apropriados em curto prazo, que sejam objeto de litígio ou sem evidência de recebimento até o fim do exercício seguinte, e providenciar a reclassificação para contas de Ativo Realizável a Longo Prazo.
12 - 3.1.1.4. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Conciliar os registros contábeis com as informações apresentadas pela GEFOP e providenciar as correções necessárias para que o saldo contábil reflita efetivamente o valor de adiantamentos a receber.
13 - 3.1.1.5. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Realizar conciliação e composição do saldo da Conta Contábil 1.2.1.2.0.00.00 - Recursos Vinculados, por subelementos, corrigindo eventuais divergências identificadas e apresentando o resultado para acompanhamento pela Audin/Conab.
14 - 3.1.1.6. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Conciliar os valores referentes à diferença de R$ 1.763.847,09, constatada na UG 135100.
RECOMENDAÇÃO N.º: 002 - Solicitar que as demais UGs façam a conciliação dos valores apropriados na conta contábil com os valores depositados na CEF e corrigir eventuais divergências detectadas, a exemplo da diferença apresentada na UG 135100 – Matriz.
15 - 3.1.1.7. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 - Solicitar ao BNDES a relação das ações de propriedade da Conab, com posição em dezembro de 2011, visando dar suporte ao valor registrado como investimentos em 31/12/2011, corrigindo eventuais divergências.
16 - 4.1.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Promover as adequações contábeis dos imóveis classificados genericamente como 999 na conta 1.4.2.1.1.01.00 – Edifícios.
17 - 4.1.1.2. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Requerer do locador o ressarcimento das benfeitorias úteis e necessárias custeadas pela Conab
RECOMENDAÇÃO N.º: 002 - Adotar rotinas para programação e acompanhamento da manutenção dos imóveis, bem como rotinas para diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram, evitando a ocorrência de gastos desnecessários ou insuficientes.
18 - 4.1.1.3. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Proceder o devido lançamento no SPIUnet, de todos os imóveis cedidos pela SPU à Conab.
19 - 4.1.1.4. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Proceder a inclusão e atualização dos registros no SPIUnet dos imóveis de propriedade da CONAB ou locados de terceiros
20 - 5.1.1.1. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Recomenda-se à Conab fortalecer as rotinas de comunicação interna de informações importantes, referentes às alterações de normativos que tenham impacto na execução das operações da Companhia, que permitam a disseminação tempestiva dessas informações entre a Matriz e as Superintendências Regionais.
21 - 5.1.1.2. RECOMENDAÇÃO N.º: 001 - Considerando que os termos aditivos são amparo para o saldo da Conta Contábil 1.2.2.2.7.00.00 – Entidades Federais – Longo Prazo, recomendamos certificar se os referidos termos foram publicados na imprensa oficial, tendo em vista que a publicação é condição indispensável para sua eficácia.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação:	Cód SIORG
01 - 1.1.1.1. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab 02 - 1.1.1.2. Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai 03 - 1.1.1.3. Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai 04 - 1.1.1.4. Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai 05 - 1.1.1.5. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi, Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai e Auditoria Interna 06 - 1.1.1.6. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab 07 - 1.1.1.7. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab 08 - 1.1.1.8. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab	002114

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida
09 - 2.1.1.1. Consultoria Jurídica – Cojur e Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
10 - 2.2.1.1. Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab			
11 - 3.1.1.1. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
12 - 3.1.1.4. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
13 - 3.1.1.5. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi e Consultoria Jurídica – Cojur			
14 - 3.1.1.6. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
15 - 3.1.1.7. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
16 - 4.1.1.1. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
17 - 4.1.1.2. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
18 - 4.1.1.3. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
19 - 4.1.1.4. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
20 - 5.1.1.1. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			
21 - 5.1.1.2. Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização – Diafi			

Síntese da providência adotada:

01 - 1.1.1.1. Rec. 01 - "A partir de 2012, a Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB, considerando a necessidade de planejar e otimizar a aplicação da dotação orçamentária e dos recursos financeiros referentes à Ação: "Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns da CONAB", optou por não mais elaborar e posteriormente submeter a Diretoria Colegiada uma Programação da Alocação de Recursos Orçamentários para a Rede Armazenadora Própria, para proporcionar mais autonomia às Superintendências Regionais - SUREGs.

Com este objetivo, propôs a descentralização para as SUREGs das contratações de obras e serviços de engenharia com valores inferiores a R$ 150.000,00 e das contratações de compras e serviços com valores inferiores a R$ 80.000,00, de modo que sejam submetidos, obrigatoriamente, à análise da SUARM/GEARM/GERAP e, posteriormente à Diretoria Colegiada somente as obras, serviços e aquisições com valores superiores a estes.

Esta proposta foi acatada pela Diretoria Colegiada no dia 15/05/2012, na 1044ª Reunião, através da aprovação Resolução 001/2012, anexa, e no exercício de 2012 já não foi elaborada a referida programação orçamentária.

Para o acompanhamento das obras, serviços e aquisições a Resolução mencionada determinou que, mensalmente, as SUREGs devem enviar um relatório detalhado à SUARM.

Com esta medida, no exercício de 2012, em Obras, Serviços e Aquisição de Equipamentos nas UAs e Sedes das SUREGs, mesmo com a enorme insuficiência da Equipe Técnica da Conab (nas áreas de Arquitetura, Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica), até meados de setembro de 2012, já havia sido solicitada à Diretoria Administrativa Financeira – DIAFI a descentralização de crédito orçamentário e financeiro de R$ 6.078.376,94 (seis milhões, setenta e oito mil, trezentos e setenta e seis mil reais e noventa e quatro centavos), CI SUPOR n.º 124, de 19/09/2012, anexa, demonstrando que, se não fosse a falta de liberação do limite de empenho pelo MAPA, a Execução Financeira e consequentemente a recuperação da rede armazenadora da Conab de 2012, seriam melhores que no exercício anterior, comprovando a eficácia da decisão de não elaborar e aprovar uma Programação da Alocação de Recursos Orçamentários para a Rede Armazenadora Própria, proporcionando mais autonomia às SUREGs."

02 - 1.1.1.2. Rec. 01 - "Conforme descrito no Plano de Providências encaminhado a essa Auditoria Interna em 05/11/2012, por meio da CI Supaf n.º 226, a Conab solicitou prazo de 180 dias para elaborar os normativos NOC, incluindo padronização de documentos para instrução processual, com inclusão de modelo de "Check list" para nivelamento dos procedimentos administrativos pelas Regionais. Providenciaremos a inclusão, no citado "Check list", da memória de cálculo dos preços, determinando a necessidade de que tal documento contenha a assinatura e identificação do elaborador da pesquisa de preços, do conferente (chefia imediata) e do responsável pela área (chefia mediata)."

03 - 1.1.1.3. Rec. 01 - "Cabe registrar que estabelecer o limite de R$ 4.500,00 por agricultor na formalização da CPR Estoque, valor menor que o constante do Decreto nº. 6.959, de 15/09/2009, que é de R$ 8.000,00, foi orientação interna da Conab, conforme CI Dipai n.º. 183, de 25/09/2009, anexa. Tal decisão objetivou aprimorar a gestão e o controle dessas operações.

Conforme descrito no Plano de Providências encaminhado a essa Controladoria em 05/01/2012, a Conab solicitou prazo de 180 dias para elaborar os normativos NOC, incluindo padronização de documentos, com inclusão de "Check list" para instrução processual.

Providenciaremos a inclusão, no citado "Check list", da conferência dos limites por agricultor estipulados no MOC."

04 - 1.1.1.4. Rec. 01 - "A atualização dos normativos existentes e a elaboração de novos normativos já consta no citado Plano de Providências e, assim que esse processo for concluído, a Supaf designará técnico que ficará responsável pelo seu acompanhamento."

Rec. 02 - "A atualização dos normativos existentes e a elaboração de novos normativos já consta no citado Plano de Providências e, assim que esse processo for concluído, a Supaf designará técnico que ficará responsável pelo seu

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida

acompanhamento."

05 - 1.1.1.5. Rec. 01 – "Conforme consta no Plano de Providências citado, no sentido de viabilizar a implantação do Plano Nacional de Fiscalização do PAA caberá à Supaf as seguintes providências:

1) Capacitação dos fiscais - A Supaf efetuou a capacitação de técnicos da Sufis (Matriz) e fiscais das Suregs, num total de 30 pessoas, nos dias 12, 13/11/2012.

2) Projetos-Piloto - serão realizados projetos-piloto, em dois estados da Região Nordeste, com a participação dos fiscais capacitados, no período de 03 a 14/12/2012.

3) A Sufis terá acesso aos aportes de recursos orçamentários e financeiros necessários para execução dessa ação, por meio do Termo de Cooperação Técnica Conab-MDS .

4) A Supaf e Suregs disponibilizarão à Sufis a lista dos projetos em execução e os dados e documentos dos projetos selecionados."

Rec. 02 - "A Audin vem oferecendo subsídios à Supaf, que estão sendo incorporados às discussões com a Sufis, para viabilizar a implementação do plano nacional de fiscalização do PAA. Paralelamente, tem efetuado gestões junto às Controladorias Regionais na busca de parcerias para auditorias compartilhadas (CI Audin 380/2012)."

06 - 1.1.1.6. Rec. 01 – "Visando orientar o cumprimento da referida Resolução esta Diretoria por meio do Fax Dirab 1164/2012, dirigiu a todas as regionais e áreas da matriz solicitando a especial observância das medidas estabelecidas."

Rec. 02 – "A referida Resolução abrange competências variadas das áreas administrativa, jurídica, financeira e operacional, razão pela qual a Sufis irá propor a Dirab que a matéria seja conduzida à Presi para sua regulamentação e normatização necessária."

Rec. 03 - "Esta recomendação será atendida por meio da proposta de regulamentação do assunto, na forma explicitada na recomendação anterior, considerando a hierarquia do ato normativo(Resolução Conab) e a subordinação administrativa das Superintendências Regionais à Presidência da Conab."

07 - 1.1.1.7. Rec. 01 - "Por meio do processo SUARM/GEMOV n.º 2.464/12, de 31.11.2012, foi proposta a transformação da CI DIRAB n.º 1.218, de 15.12.2011, em Resolução, com a seguinte redação para o contido na letra "O" = NOTA TÉCNICA FUNDAMENTADA DA DEMANDANTE QUE JUSTIFIQUE A CONTRATAÇÃO DO TRANSPORTE, APONTANDO A REAL NECESSIDADE DAS OPERAÇÕES E SUA VANTAJOSIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEMONSTRANDO A MELHOR ALTERNATIVA SOB O PONTO DE VISTA DA RAZÃO ENTRE CUSTO DO PRODUTO/VALOR DO PARÂMETRO DO FRETE, VISANDO INDICAR A MELHOR ALTERNATIVA ENTRE ARMAZÉM DE ORIGEM/DESTINO DOS PRODUTOS A SEREM REMOVIDOS.

A NOTA TÉCNICA CITADA NO ITEM ANTERIOR, DEVERÁ SEGUIR AO DETERMINADO NA RESOLUÇÃO 030, DE 18.12.2012, NOTA TÉCNICA CONJUNTA DOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, E FAZENDA Nº 034, DE 30 DE ABRIL DE 2004, E A NOC 30.201."

08 - 1.1.1.8. Rec. 01 - "Por meio da CI DIRAB n.º 1.325, de 29.10.2012, endereçada a todas as Superintendências Regionais da CONAB, foi determinado que nos casos em que for solicitada pesquisa de preços pelas áreas afins vinculadas a DIRAB, a mesma deverá conter no mínimo três cotações de empresas/fornecedores distintos."

09 - 2.1.1.1. Rec. 01 - "Com relação à Recomendação 1, essa Subprocuradoria de Processos Especiais - SUPES - por meio do Despacho n.º 237/2012, informou à PROGE a listagem com os nomes, que por sua vez encaminhou ao Presidente do Conselho Federal da OAB o Oficio PROGE n.º 026/2012 acompanhado de cópia do Relatório de Auditoria Especial CGU n.º 00190.021911/2011-41-A, parte referente ao caso Renascença – item 3.1.1, solicitando providências quanto à apuração de responsabilidade dos advogados que atuaram no processo Renascença. Tal Relatório elenca os advogados que atuaram no referido processo. A cópia desse Ofício e mais a documentação anexa foi encaminhada também para a AUDIN. Todavia, considerando que até o momento esta Procuradoria-Geral não obtive qualquer resposta do Conselho Federal da OAB quanto ao Ofício PROGE n.º 026/2012, bem como não temos conhecimento se foi efetivada a representação perante à OAB/DF, essa Pasta encaminhará à Seccional da OAB-DF uma representação de classe, referente aos causídicos que laboraram judicialmente no caso Renascença, cujos nomes são citados pela CGU no Relatório Especial de Auditoria acima referendado."

Rec. 02 - "Quanto à apuração e responsabilização dos escritórios terceirizados pela falhas apontadas no Relatório da CGU (Recomendação 2), o então Procurador-Geral Dr. Rui Magalhães Piscitelli solicitou abertura do Processo Administrativo nº 21200.002330/2011-14 para apuração de responsabilidade dos respectivos escritórios terceirizados que atuaram na defesa da CONAB nos processos relativos à Renascença Armazéns Gerais. Todavia, em Despacho do dia 22/09/11, determinou o sobrestamento do citado processo até o desfecho do Processo Interno de Apuração instaurado pela CGU, em resposta ao Despacho COGER, de 14/09/12. Estes documentos constam do bojo probatório dos autos mencionados linhas atrás, dos quais juntamos competentes cópias.

Ainda quanto a essa Recomendação n.º 2, a PROGE enviou o Ofício PROGE n.º 063, de 22/09/11 à CGU no qual informa a abertura de Processo Administrativo específico para conduzir a apuração de responsabilidade dos escritórios

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RAE**	**Comunicação Expedida**

terceirizados (cópia anexa)."

Rec. 03 - Sucon

"Na Matriz as contas de Depósitos Recursais, posição em 31/12/2011, foram conciliadas e confrontadas com o relatório expedido pela Caixa Econômica Federal.Os registros contábeis que ainda continuam registrados na Contabilidade, mas que já saíram do referido relatório da CEF, estão sendo levantados os processos na Justiça Federal, por intermédio do grupo de trabalho, Portaria 064 de 06/06/2007, com o objetivo de identificar o destino e/ou levantar os depósitos que estão a disposição da Conab. O mesmo Grupo de Trabalho está levantando os processos judiciais, para identificar as posições atuais dos processos e o destino dos recursos financeiros com o propósito de levantar a documentação comprobatória para subsidiar às áreas contábil/financeira a promoverem os registros de baixas. Encaminhamos a CI/Sucon n.º 886 em 16/11/2012 às Superintendências Regionais, solicitando a análise das contas e interação com as Procuradorias Regionais (Prores) para adotar as mesmas providências da Matriz."

Proge

".....

Finalmente, após entendimentos com a Superintendência Financeira - SUFIN - esclarecemos que as informações concernentes à Recomendação n.º 3 serão oportunamente oferecidas por tal Pasta, por meio da CI SUFIN n.º 2547, de 20/11/12, considerando que o assunto é afeto à area financeira. A SUFIN deverá apresentar inclusive um demonstrativo dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria PRESI n.º 064/2007, dentre outras informações de competência da área."

Sufin

"Com relação ao assunto, foi criado Grupo de Trabalho por meio da Portaria n.º 064/2007, o qual por contar com a participação de uma colaboradora desta Sufin, prestamos as seguintes informações:

i) Existem registrados na conta 12.123.000 – DEPÓSITOS RECURSAIS, 832 contas correntes e na conta 12.122.0000 – DEPÓSITOS JUDICIAIS, 22 contas correntes, totalizando 854 (oitocentos e cinqüenta e quatro) registros contábeis, sendo que 414 (quatrocentos e quatorze) são referentes a processos ativos e 227 são processos das Superintendências Regionais com recursos junto ao TST. Portanto, conclui-se que o universo de registros a ser analisado pelo GT é de 213 registros contábeis.

ii) O GT já analisou 161 desses registros contábeis, sendo que 134 foram solicitadas as suas respectivas baixas contábeis na conta de depósitos recursais, 11 tiveram nos próprios processos petições à Justiça para devolução dos valores e 16 foram identificados como eliminados, os quais ao final do trabalho o GT avaliará quais medidas deverão ser adotadas junto à Justiça. Dessa forma, para que o Grupo de Trabalho cumpra a tarefa para o qual foi criado, restam apenas 52 registros a se identificar e sua respectiva análise.

É importante ressaltar que o trabalho de avaliação dos depósitos é de grande complexidade e demorado em decorrência da necessidade de providenciar a solicitação de cada processo judicial, aliado ao fato da limitação de processos que cada procurador pode solicitar vistas, bem como a demora na localização dos mesmos e, ainda, as providências advindas de cada análise dos depósitos judicial e recursal junto ao banco e Varas, visando a liberação final com conseqüente recuperação dos valores registrados e suas respectivas baixas. Trata-se, portanto, de trabalho de longo prazo e de difícil definição de data específica para seu término, até porque existem comissões em cada Superintendência Regional da Companhia e por se tratar de uma atividade/atribuição que deverá ser incorporada como rotina de interação entre as áreas jurídicas, financeiras e contábeis de toda a Companhia, no nosso entendimento não há prazo para atendimento.

iii) Outra medida adotada, desta feita pela Sufin, no sentido de melhorar os controles dos valores depositados judicialmente e auxiliar o Grupo de Trabalho, é a negociação com a Caixa Econômica Federal – CEF, para a realização de Convênio que permitirá à Conab ter acesso ao Sistema de Controle de Depósitos Judiciais, objetivando consultar todas as contas vinculadas desses depósitos. Nesse sentindo, a situação atual é de estágio bem avançado e que, portanto projetamos a assinatura do Convênio com a CEF até o final do exercício ou o mais tardar 31/1/2013."

10 - 2.2.1.1. Rec. 01 - "Em atenção a CI/AUDIN/GEDOP 342/2012, de 26/10/12, referente as recomendações contidas no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201205138, informamos que no âmbito desta Suope, coube as providencias contidas na constatação nº 2.2.1.1. recomendação nº 001.

Sobre essas cabe informar seu atendimento por meio da aprovação da REDIR n.º 1.063, de 10/10/12 e já publicada nas Normas Operacionais da Companhia, as alterações recomendas pela CGU, conforme cópias anexas das Normas abaixo relacionadas:

30.507 – Contrato de Opção.

30.508 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO e,

30.509 – Prêmio para Escoamento de Produto – PEP."

11 - 3.1.1.1. Rec. 01 - "Os saldos apontados nas Solicitações de Auditoria n.ºs 201205138/020 05138/037, de 14/09/2012, todos foram transferidos do curto para o longo prazo. Encaminhamos a CI/Sucon nº 887 em 16/11/2012 às

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida

Superintendências Regionais, solicitando analisar todos os saldos referentes a créditos a receber e aqueles que estiverem paralisados há mais de 02 anos, fazer as transferências dos registros contábeis do curto para o longo prazo, até o final do exercício/2012, conforme a recomendação."

12 - 3.1.1.4. Rec. 01 - "O Sistema de folha da Conab, não transporta saldos de Décimo Terceiro Salário, adiantados em exercícios anteriores e pendentes de descontos. Razão pela qual, alguns valores estão registrados contabilmente e não constam nos relatórios de saldo do exercício de 2011 (valores adiantados a empregados licenciados pelo INSS).

Contudo, os valores registrados contabilmente, refletem exatamente os adiantamentos a receber e as diferenças apresentadas em 31/11/201, ..":

13 - 3.1.1.5. Rec. 01 - "A Sucon encaminhou a CI/Sucon n.º 888 em 16/11/2012 às Procuradorias da Matriz e Regionais, solicitando elaboração de Relatórios consolidados, referentes aos Depósitos Judiciais, sob a égide daquelas áreas jurídicas e encaminhar às áreas contábil/financeira, para possibilitar as conciliações dos saldos contábeis, com os relatórios, posição em 31/12/2012."

14 - 3.1.1.6. Rec. 01 - "A diferença está sendo conciliada, mensalmente, pela área contábil e por intermédio do Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria Presi n.º 064 de 06/06/2007 que está levantando os processos na justiça federal, dos saldos remanescentes da diferença apontada, dos valores que ainda continuam registrados na contabilidade, para localizar os documentos comprobatórios dos destinos dos recursos financeiros, para os procedimentos de levantamento dos recursos ou baixas, pela área financeira/contábil. Segue, anexo, um relatório comparativo entre os saldos, onde demonstram o total dos valores que já foram regularizados até outubro/2012. "

Rec. 02 - "A diferença está sendo conciliada, mensalmente, pela área contábil e por intermédio do Grupo de Trabalho (GT), constituído pela Portaria Presi n.º 064 de 06/06/2007 que está levantando os processos na justiça federal, dos saldos remanescentes da diferença apontada, dos valores que ainda continuam registrados na contabilidade, para localizar os documentos comprobatórios dos destinos dos recursos financeiros, para os procedimentos de levantamento dos recursos ou baixas, pela área financeira/contábil. Segue, anexo, um relatório comparativo entre os saldos, onde demonstram o total dos valores que já foram regularizados até outubro/2012. "

15 - 3.1.1.7. Rec. 01 - "Com relação a recomendação nº 001, realizamos reunião com dois auditores da equipe em nossa sala, com uma explanação sobre o assunto. Conforme acordado na citada reunião, foi enviada correspondência ao BNDES (Ofício Diafi n.º 107/2012, de 29.8.2012 – ANEXO I), solicitando posição atualizada das ações da Conab, inclusive, com seu respectivo valor.

Passo contínuo foi enviada nova correspondência ao BNDES (Ofício Diafi n.º 116, de 5/9/2012 – ANEXO II), desta vez solicitando especificamente a posição quanto a Empresas com CNPJ baixados, conforme consulta à página de Receita Federal e Comunicação Interna – CI à Sureg/AL (n.º 114, de 5/9/2012 – ANEXO III) solicitando Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário de Alagoas – CIDAL, que tem sua situação cadastral baixada por motivo de fusão e CI à Sureg/PE e Sureg/PB (n.º 115, de 5/9/2012 – ANEXO IV) determinando interagir com a empresa Agrícolas Vale do Mangereba Ltda., com situação cadastral baixada por motivo de incorporação, no sentido de nos ser fornecido novos títulos/cautelas e a posição atualizada das ações com vistas à efetivação da transferência das ações de propriedade da Conab para o BNDES, objetivando atender ao que determina a Lei n.º 9.491, de 9/9/1997 e Decreto n.º 1.068, de 2/3/1994.

Em 31/10/2012, através da CI/Diafi n.º 138 (ANEXO VI) foi reiterada à Sureg/AL as medidas constantes na CI/Diafi n.º 114. Na mesma data, através do Ofício Diafi n.º 139 (ANEXO V), foi reiterado o teor do Ofício N.º 116 e solicitadas outras informações sobre a LAFARGE BRASIL S.A., FÁBRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A, PROCTER & GAMBLE DO NORDESTE S.A., BRASIL TELECOM S.A. e da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA. Estando a Conab aguardando resposta do BNDES, para atualizar seus controles e repassar a posição atualizada à CGU.

Por a Companhia não ter governança para a solução definitiva da pendência, uma vez que depende de posicionamento do BNDES, entendemos como sendo muito complexo estipulamos prazo para atendimento. No entanto, visando cumprir a determinação de conter esse prazo, inicialmente, entendemos como sendo razoável a data de 31/1/2013, para prestarmos as informações solicitadas, ou seja, dar suporte documental ao valor registrado como investimentos."

16 - 4.1.1.1. Rec. 01 - "Foram efetuadas as adequações contábeis de todos os valores classificados genericamente como 999, na conta 1.4.2.1.1.01.00 – Edifícios."

17 - 4.1.1.2. Rec. 01 - "A respeito deste assunto as Superintendências Regionais de AP, BA, MA, MT, MS, MG e TO, que mantêm imóvel locado para o funcionamento de suas sedes, foram consultadas e todas informaram a inexistência de valores a serem ressarcidos pelos proprietários dos respectivos imóveis."

Rec. 02 - "No contexto da atividade de gestor de contrato e observadas as cláusulas dos contratos celebrados nas regionais acima identificadas, essas, com as demais regionais, quando for o caso, foram orientadas, consoante o terceiro parágrafo da Comunicação Interna Circular Supad n.º 570/2012, de 5.11.2012, cópia anexa [Doc. n.º 001], a procederem conforme a seguir: - "Por oportuno, informamos que, quando da solicitação de recursos orçamentários e

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida

financeiros destinados à cobertura de despesas de reforma e manutenção dos imóveis locados de terceiros, deverá ser explicitado que a responsabilidade pelo gasto é da Conab, em face do disposto no Contrato de Locação e na legislação que rege a matéria".”

18 - 4.1.1.3. Rec. 01 - “No que diz respeito a essa recomendação, registramos que a Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal foi contatada pessoalmente por colaborador da Conab com o propósito de se viabilizar o necessário treinamento de modo a cumprir a exigência de que se trata, oportunidade em que foi informado que somente para o próximo exercício (2013) haveria tal possibilidade.

No contexto da informação supra, foi formalizada consulta ao órgão antes citado por meio da CARTA SUPAD N.º 606/2012, de 19.11.2012, cópia anexa [Doc. n.º 002].

Como se observa do texto da carta expedida, após o treinamento de cinco colaboradores da Conab, será providenciada, inclusive de modo concomitante, a inserção dos dados no SPIUnet dos imóveis existentes no âmbito do Distrito Federal, e numa segunda fase, os demais localizados em todo o Brasil. Tal providência diz respeito aos imóveis de propriedade da Conab, os cedidos pela SPU e, também, os locados de terceiros.”

19 - 4.1.1.4. Rec. 01 - “Sugerimos reportar ao quê registrado para a RECOMENDAÇÃO N.º: 001 da CONSTATAÇÃO: 4.1.1.3.”

20 - 5.1.1.1. Rec. 01 - “ Informamos que está em curso novo modelo de comunicação interna e que um dos escopos desenvolvidos trata justamente de informar a todo corpo funcional qualquer alteração ocorrida nos normativos da Cia.”

21 - 5.1.1.2. Rec. 01 - “ Despacho Diafi de 20/11/2012 À Supad

Em face da informação à folha 26 que não foi identificada a publicação dos termos aditivos ao convênio firmado pela Conab com o Cibrius e considerando a manifestação constante do DESPACHO/SUPAD/GECOT N. º LC 324/2012, proceder a publicação dos termos aditivos em questão.”

Síntese dos resultados obtidos:

01 - 1.1.1.1. Com a providencia adotada espera-se otimizar a aplicação da dotação orçamentária e dos recursos financeiros referentes à Ação: "Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns da CONAB".

02 - 1.1.1.2. Ensejou providências no sentido de adequar a norma padronizando os documentos para instrução processual, com inclusão de modelo de “Check list” da memória de cálculo dos preços para nivelamento dos procedimentos administrativos pelas Regionais.

03 - 1.1.1.3. Ensejou providências no sentido de adequar a norma padronizando os documentos para instrução processual, com inclusão de modelo de “Check list” da memória de cálculo dos preços para nivelamento dos procedimentos administrativos pelas Regionais.

04 - 1.1.1.4. 001 e 002 – Ensejou providências no sentido de adequar a norma padronizando os documentos para instrução processual, com inclusão de modelo de “Check list” da memória de cálculo dos preços para nivelamento dos procedimentos administrativos pelas Regionais.

05 - 1.1.1.5. 001 e 002 – Com as providências adotadas o que se espera como resultado é um maior controle quanto a efetividade do programa.

06 - 1.1.1.6. 001 – Ensejou providências no sentido de solicitara a todas as regionais e áreas da matriz observância das medidas estabelecidas necessárias após comprovadas perdas e/ou desvios de mercadorias nos Armazéns credenciados, com representação à Polícia Federal e ao Ministério Público da União, além de comunicação à Receita Federal do Brasil e à Secretaria de Fazenda do Estado. 002 e 003 – Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que registrou como providência.

07 - 1.1.1.7. A recomendação ensejou providencias no sentido de propor a transformação da CI Dirad n.º 1.218, de 15.12.2011, em resolução;

08 - 1.1.1.8. Ensejou em determinação a todas Sureg’s que nos casos em que for solicitada pesquisa de preços pelas áreas afins vinculadas a DIRAB, a mesma deverá conter no mínimo três cotações de empresas/fornecedores distinto.

09 - 2.1.1.1. 001 – Como resultado fica o compromisso de encaminhamento de oficio à OAB. 002 – Como resultado a PROGE enviou o Ofício PROGE nº 063, de 22/09/11 à CGU no qual informa a abertura de Processo Administrativo específico para conduzir a apuração de responsabilidade dos escritórios terceirizados. 003 – A recomendação ensejou providências das áreas Sucon, Proge e sufin, no sentido de sanar a disfunção apresentada.

10 - 2.2.1.1. A recomendação ensejou alterações nos normativos.

11 - 3.1.1.1. Ensejou providências no sentido de solicitar as Sureg’s a analise dos saldos providenciando quando for o caso a reclassificação.

12 - 3.1.1.4. A recomendação foi concluída com a demonstração dos valores registrados, e as diferenças estão sendo regularizadas.

13 - 3.1.1.5. Ensejou providências no sentido de regularização dos valores.

14 - 3.1.1.6. 001 e 002 - Ensejou providências no sentido de regularização dos valores

15 - 3.1.1.7. Ensejou em ofício ao BNDES, apesar da Companhia não ter governança para a solução definitiva da

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Cód SIORG**
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	002114

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RAE	Comunicação Expedida
pendência, uma vez que depende de posicionamento do BNDES. 16 - 4.1.1.1. A recomendação foi concluída com as devidas adequações contábeis dos valores. 17 - 4.1.1.2. 001 – Ensejou em consultas as Sureg's, que informaram a inexistência de valores. 002 – A recomendação ensejou em orientação expedida pela área. 18 - 4.1.1.3. Ensejou em formalização de consulta ao órgão para treinamento do sistema e para atendimento da recomendação. 19 - 4.1.1.4. Ensejou em formalização de consulta ao órgão para treinamento do sistema e para atendimento da recomendação. 20 – 5.1.1.1. A recomendação ensejou em desenvolvimento de novo modelo de comunicação interna. 21 – 5.1.1.2. A recomendação foi concluída com a publicação dos temos aditivos.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

Fonte: Audin